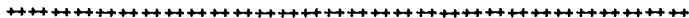


EÇA DE QUEIROZ,  
agitador no Brasil

*Overseas* nos oferece de  
Paula Editora S. A. - São Paulo, Brasil

B R A S I L I A N A

VOLUME 311



PAULO CAVALCANTI

EÇA DE QUEIROZ,  
agitador no Brasil

*Bibl. Central*

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

SÃO PAULO

BIBLIOTECA CENTRAL	UNIVERSO DE BRASIL
	SEÇÃO REGISTRO
ANO	1959
Nº	609

Exemplar Nº 0477

1959

---

*Direitos desta edição reservados à*  
COMPANHIA EDITORA NACIONAL  
Rua dos Gusmões, 639 - São Paulo

---

Impresso nos Estados Unidos do Brasil  
*Printed in the United States of Brazil*

## ÍNDICE DA MATÉRIA

<i>Parecer aprovado pela Academia Pernambucana de Letras, por unanimidade, no dia 17/12/57</i> .....	11
<i>Introdução</i> .....	15
CAPÍTULO I	
A primeira viagem de Dom Pedro II à Europa. Em marcha, a Campanha Abolicionista. De Gladstone à "Orelheira de Porco". A mala do viajante e a gula do hebraico. O Imperador do Brasil visto pelas <i>Farpas</i> .....	29
CAPÍTULO II	
Pernambuco em 1872. Panorama do Recife. O surto industrial e as atividades econômicas. A imprensa de combate e de crítica. O Recife literário, político, social e artístico ....	44
CAPÍTULO III	
Primeiras reações às <i>Farpas</i> no Recife. Retorno do Imperador. O "roubo" da propriedade literária de Eça e Ramalho. O <i>Diário de Pernambuco e As Farpas</i> .....	60
CAPÍTULO IV	
Do aplauso à indignação. As <i>Farpas</i> que Eça de Queiroz esqueceu. O Brasileiro "brasílico" e a tapioca de Pernambuco. Barão de Minhinhonhá ou Visconde de Jequitinhonha? ....	75
CAPÍTULO V	
Exaltação dos sentimentos nativistas. Insultos que "só se usam nas cozinhas". <i>Os Farpões</i> , revide dos pernambucanos às <i>Farpas</i> . Onde nasce a "Árvore das Patacas". O "argumento do <i>Cipó-Pau</i> e do <i>Quiri</i> .....	85
CAPÍTULO VI	
Uma página de Latino Coelho sobre o incidente. As críticas literárias do "Dr. Narcótico". Ramalho e Eça, "personagens,	

um pastoral e outro fúnebre". O caráter popular da discussão entre os redatores das *Farpas* e os pernambucanos. Tréplica de Ramalho ao livro de José Soares ..... 102

#### CAPÍTULO VII

Nova resposta do autor dos *Farpões*. "Quem lhes comeu as carnes que lhes róa os ossos". Eça e Ramalho, "pernós-ticos e hermafroditas". A imundícia da língua de um português chamado Honório. A estupidez em forma cúbica 116

#### CAPÍTULO VIII

Goiana nos fins do século XIX. Tradição de luta nacionalista. *As Farpas*, causa imediata de grande conflito. Seis dias de espancamento e depredações. Domínio do *Quiri* e *Cipó-Pau* ..... 129

#### CAPÍTULO IX

Como repercutiram os fatos de Goiana. Onde se recorda um debate histórico em favor da emancipação da mulher. Pinheiro Chagas, "sempre êsse homem fatal". A troca do belo pelo nauseante. Protesta o Corpo Consular Português. Severa reprimenda do Visconde do Rio Branco ao Presidente da Província de Pernambuco ..... 144

#### CAPÍTULO X

Liberais e Conservadores tiram partido da situação. Processados os autores do conflito. Nova conspiração contra os portugueses. Chamado à polícia, José Soares Pinto Correia, autor dos *Farpões*. De como Eça de Queiroz impediu os festejos pela passagem do primeiro meio século da Independência do Brasil, no Recife ..... 163

#### CAPÍTULO XI

Os acontecimentos de Pernambuco, segundo a interpretação de Eça de Queiroz. A influência do mar sobre as débeis notícias... Pernambuco, "cidade bárbara, sem inteligência e sem polícia". As qualidades do romancista no estilo do planfetiário. A que se deveu a demissão do Presidente Faria Lemos? ..... 178

#### CAPÍTULO XII

A "Questão Religiosa", outro problema para o Governo. Reforçado o armamento das Tropas de Linha. Nomeação de Eça para o Consulado de Havana. Tobias Barreto e

a proibição das Conferências Democráticas do Cassino Lisboense. Eça, a diplomacia e o "chorado poeta Soares de Passos" ..... 200

### CAPÍTULO XIII

O que foi, no Recife, a campanha pela nacionalização do comércio a retalho. "Comércio com tôdas as nações, condição da riqueza de um povo". Ramalho Ortigão condecorado pelo governo brasileiro? ..... 217

### CAPÍTULO XIV

Reforçadas as posições dos Conservadores. Plano para encarcerar os patriotas. Deságua na luta contra os portugueses a "Questão Religiosa". Goiana derrotou Frei Vital. O Padre Cid, um "parrudo de batina" ..... 231

### CAPÍTULO XV

Graves acontecimentos no Recife. A luta contra a aplicação do sistema métrico. Fase crítica na economia e na vida da Província. Malograda nova chacina de portugueses em Goiana ..... 244

### CAPÍTULO XVI

Nova resposta às *Farpas*. Polêmica de Ramalho com "um brasileiro" da Ilha da Madeira. O *Correio de Pedras de Fogo*, boletim clandestino dos patriotas, em Goiana. "Os desaforados escritos de Eça de Queiroz" ..... 259

### CAPÍTULO XVII

Incidente entre o Governo e o Juiz de Direito. Evacuação das tropas de linha. Agredido a tiro o português Oliveira. Sentença de pronúncia contra os patriotas. Manuel Aprígio, delegado de Polícia e plantador de abacaxi... O Tribunal da Relação do Carrapicho ..... 276

### CAPÍTULO XVIII

Aumenta o número de prisões de Liberais. Invasão de casas de residência e engenhos. A toga de Goiana "transformada em verdadeira tarrafa". Suspenso por 60 dias o Tabelião Vasconcelos, amigo dos Liberais ..... 292

### CAPÍTULO XIX

Incêndios de casas comerciais de portugueses. "O estado desta cidade é assustador!" Fuga, em massa, das autoridades da Comarca. Golpe de suprema audácia dos patriotas. As façanhas do "Tenente Pirão" ..... 304

## CAPÍTULO XX

Chegada ao Recife de Antônio Castilho, diretor do jornal *Brasil*, de Lisboa. Relembrados os insultos das *Farpas*. "Castilho, Corga e Cardoso, três dentes de uma queixada" 317

## CAPÍTULO XXI

Vigorosa demonstração de apoio aos patriotas. Exigência ao Governo para fazer cessar o "excessivo vigor" contra os patriotas. A última vingança contra o Juiz de Direito .... 330

## CAPÍTULO XXII

Eça de Queiroz, póstumo ..... 343

## ANEXOS

Carta de Eça de Queiroz ao Presidente da Província de Pernambuco .....	347
Manifesto em favor dos patriotas goianenses .....	353
Coleção de documentos consultados .....	358
<i>Bibliografia</i> .....	360



## ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

	Entre págs.
Eça de Queiroz, ao tempo das <i>Farças</i> .....	} 36/37
Ramalho Ortigão, redator das <i>Farças</i> .....	
O Recife da década de 70 .....	} 68/69
Campo das Princesas, Recife .....	
Tipo clássico do português no Recife dos fins do século XIX .....	} 76/77
Pedro II visto pelo caricaturista português Bordalo Pinheiro .....	
Página da 1. <sup>a</sup> edição das <i>Farças</i> sobre o "brasileiro" ....	} 100/101
Frontispício do jornal <i>A Crise</i> , que se editou no Recife em 1864 .....	
Crítica à Câmara Municipal do Recife, no jornal <i>A Crise</i> .....	} 108/109
Reprodução da capa do opúsculo <i>Os Farpões</i> , editado no Recife em 1872 .....	
Alusão do jornal <i>A América Ilustrada</i> ao grande número de periódicos que circulavam no Recife .....	} 132/133
Reprodução da capa do 2. <sup>o</sup> número dos <i>Farpões</i> .....	
Caricatura do jornal <i>A Crise</i> .....	} 140/141
Gabinete Português de Leitura, no Recife dos fins do século XIX .....	
Pontes sobre o rio Capibaribe, na época das lutas nati- vistas contra Eça e <i>As Farças</i> .....	} 164/165
Ofício do Promotor de Goiana ao Presidente da Província .....	
Carta de Eça ao Presidente da Província de Pernambuco, na 1. <sup>a</sup> edição das <i>Farças</i> .....	} 172/173
Tobias Barreto e José Soriano de Sousa .....	

Abaixo-assinado à Assembléa Provincial, solicitando a nacionalização do comércio a retalho .....	} 212/213
Rua do Imperador, Recife, no século XIX .....	
Críticas da revista <i>O Diabo a Quatro</i> ao govêrno, ao clero e as péssimas condições sanitárias do Recife .....	} 220/221
Como o jornal A União via os acontecimento de Goiana	
Fotografia de boletim subversivo distribuído em Goiana contra Eça de Queiroz, em 1874 .....	} 244/245
Nova resposta às <i>Farpas</i> .....	
Crítica dos <i>Farpões</i> ao "parrudo" .....	} 252/253
Romualdo Alves de Oliveira .....	
Manuel Tavares Barreto de Melo .....	} 276/277
O Barão de Goiana, sogro de João Alfredo Correia de Oliveira .....	
Alegoria ao livro <i>A Morte de D. João</i> , de Guerra Junqueiro, na imprensa do Recife, em fins do século	} 284/285
Crítica da imprensa aos processos eleitorais em voga na Província .....	
Pátio do Carmo, em Goiana .....	} 324/325
O português Lopes Cardoso, "escritor, tenor e fotógrafo"	
José Henrique César de Albuquerque .....	332/333
	344/345

## PARECER

Parecer aprovado pela *Academia Pernambucana de Letras*, por unanimidade, no dia 17/12/57.

O jornalista e escritor Paulo Cavalcanti concorre ao prêmio "Joaquim Nabuco", relativo ao ano de 1956, instituído pelo ex-deputado Magalhães Melo e a ser distribuído pela Academia Pernambucana de Letras, com o livro, ainda inédito, intitulado *Eça de Queiroz, Agitador no Brasil*.

Trata-se de um trabalho amplo de pesquisa sobre a influência que teve o romancista português nos movimentos que, no Recife e em Goiana, assinalaram, na segunda metade do século XIX, os choques mais violentos entre portugueses e pernambucanos.

O livro do escritor Paulo Cavalcanti mostra, através de vasta documentação colhida, principalmente, em jornais da época, que as críticas feitas por Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão a propósito da visita do imperador Pedro II a Portugal, exacerbaram, na imprensa monarquista do Recife, sentimentos de revide que logo se traduziram no gôsto polêmico em que fatalmente caíam as questões políticas. Mais decisiva foi a influência d'*As Farpas* na análise freqüentemente impiedosa que fizeram do nativismo pernambucano, notadamente em relação aos acontecimentos de Goiana, que alcançaram a mais viva repercussão junto a Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz, logo responsabilizados, na imprensa e em boletins sub-

versivos que tratavam do assunto, pela agitação político-social dominante. Em documentos oficiais que o autor recolheu e transcreve, *As Farpas* aparecem como instrumento do terrível dissídio que, entre lusitanos e pernambucanos, se traduziu em páginas de rancor e de sangue.

É curioso como a sátira eciana, deixando-se envolver diretamente pelos fatos, agravava, de longe, uma situação que, em última análise, era cada vez mais vexatória para os portugueses. Eça de Queiroz chegou a se mostrar indignado com a interpretação, já então oficial, que se dava, em Pernambuco, à sua crítica social e política, atirando a responsabilidade dos acontecimentos à incompreensão que o longo domínio de Portugal trouxera e ao sentimento de desforra que irrompeu depois da Independência. O assunto animou a imprensa, erijando-se em polémicas azêdas que refletem, de um lado, os extremos da linguagem e, do outro, os impulsos emocionais a que os fatos imprimiam um tom dramático que vinha, naturalmente, da violência das soluções!

Esse aspecto da presença de Eça de Queiroz conservava-se inédito na documentação até então manuseada para o estudo da sua influência no Brasil. Os historiadores dos nossos movimentos liberais não surpreenderam o traço vivo da sua atuação, que não chegou a ser propriamente de agitador, como pretende Paulo Cavalcanti, mas foi, sem dúvida, de um panfletário apaixonado e ardente, capaz de suscitar no espírito pernambucano indignações incontidas pela maneira como *As Farpas* analisavam a perigosa conjuntura histórica que então se criou.

Cabe, sem contestação, a Paulo Cavalcanti a primazia de, como velho eciano fascinado por todos os aspectos da obra e da vida do romancista lusitano, haver realizado uma penetrante e paciente pesquisa de que resultou revelada nova feição, algo surpreendente, da

repercussão de Eça no Brasil, notadamente em Pernambuco, num período agudo da nossa história nativista e pré-republicana.

O cenário mental das idéias permitiu ao incansável pesquisador uma visão de conjunto dos problemas que agitaram a Província, da vida econômica, social, política e religiosa ligada à época que estuda, e que constitui, no seu trabalho, vigorosa informação do ambiente em que se desenrolaram as lutas liberais. Nem faltam figuras influentes que centralizaram idéias e programas, muitas das quais fixadas em perfis incisivos, em que, como no caso de Dom Vital, não devemos procurar um julgamento, mas a conceituação de valores com que os homens adquirem, no plano histórico-social, a sua definida e marcante personalidade.

Do ponto de vista literário, que é o que mais de perto interessa à Academia Pernambucana de Letras, o livro de Paulo Cavalcanti, sobre ser uma contribuição intelectual da mais alta valia, confirma as qualidades de escritor reveladas em ensaios outros, inclusive a propósito de Eça de Queiroz, de cuja obra é um dos mais completos exegetas.

Não hesito em dizer que esse seu novo ensaio, pelo caráter excepcional de pesquisa e pelo estudo das situações políticas e culturais da Província, numa das suas fases de mais intensa efervescência mental, honra a inteligência pernambucana, e se destina à melhor ressonância no Brasil e em Portugal.

O historiador e o crítico de Eça de Queiroz não poderão ignorar o livro de Paulo Cavalcanti, que focaliza uma nova maneira eciana de condução dos acontecimentos: a participação em agitações políticas, menos, embora, pelo gosto de acirrar os ânimos, do que, segundo me parece, pela força mesma das circunstâncias. Atitude de qualquer maneira coerente, porque, no fundo, estava a "santa ironia" como instrumento da crítica social em que *As*

*Farpas*, menos agressivas do que realistas, faziam o processo histórico de uma época. As injustiças de parte a parte devemos buscá-las no método polêmico, que tem o fatal defeito de reduzir os retratos ao pitoresco da caricatura, dando à intenção mais força do que à verdade

Sou de parecer que ao mencionado livro, de autoria do Sr. Paulo Cavalcanti, seja concedido o Prêmio "Joaquim Nabuco" — justo reconhecimento do valor intelectual de uma obra sem a qual estaria incompleta a interpretação de Eça de Queiroz.

Recife, 25 de outubro de 1957.

(Ass.) NILO PEREIRA — Relator.

COSTA PÔRTO e MÁRIO MELO

## INTRODUÇÃO

Nenhum romancista estrangeiro exerceu, até hoje, maior influência no Brasil do que Eça de Queiroz. Durante sua vida, no fastígio da carreira literária, a consagração de seu nome, como escritor, atingiu proporções invulgares. Não foram poucos os intelectuais que correram a imitar-lhe o estilo, adotando seus padrões de linguagem, o *barbarismo* de sua prosa, os matizes de uma arte que, tornando mais vivo e mais dútil o idioma, imprimiram à literatura luso-brasileira, na época de superação do romantismo, um sentido de verdadeiro remoçamento.

As descobertas científicas, o progresso da técnica, as transformações nos sistemas econômicos e sociais, tudo aquilo que o século XIX desacorrentou do passado, abrindo ao mundo as extensas perspectivas que a revolução industrial estimulara, na reavaliação da vida e dos conceitos estéticos, encontrou em Eça de Queiroz o instrumento que iria moldar a arte à imagem das agitações do tempo.

Insurgindo-se contra o liberalismo burguês, não tratou de receitar panacéias, nem se aferrou à impertinência de dogmas. Como romancista social, fez o que lhe parecia mais lícito: denunciou a verdade, fustigando o arcabouço de um mundo que se retesara pelo acúmulo de erros e de vícios; inquietou-se diante das injustiças, disfarçando suas armas de inconformado no colorido da *verve*.

Artista para quem a arte devia ser a história do homem, não do homem subjogado pelos preconceitos,

entorpecido pelos costumes, deformado pelas instituições, mas — como êle próprio dizia, insubmisso — do “homem livre, colocado na livre natureza, entre as livres paixões”, soube perceber seu papel de escritor, carregando para os romances um vasto documentário de realidade e ironia, em face de cujas evidências se poderão recompor, no futuro, os elos mais sensíveis de uma fase da história humana, sem o esquematismo das concepções dos fatos e dos fenômenos da vida, mas como a expressão do que existiu de mais essencial e típico numa sociedade em desenvolvimento.

“O que queremos nós com o Realismo?” — perguntou-se, já cônsul, em New Castle. “Fazer o quadro do mundo moderno, nas feições em que êle é mau, por persistir em se educar *segundo o passado*; queremos fazer a fotografia, ia quase dizer a caricatura, do velho mundo burguês, sentimental, devoto, católico, explorador, aristocrático, etc.; e apontando-o ao escárneo, à gargalhada, ao desprezo do mundo moderno e democrático — preparar a sua ruína. Uma arte que tem êsse fim — ajuntou — não é uma arte à Feuillet ou à Sandeau. É um auxiliar poderoso da ciência, revolucionando”.

Dentro dêsse plano de visão, que ultrapassava os clássicos limites do realismo crítico, a obra de Eça de Queiroz representa uma das melhores tradições progressistas do século XIX, na veemência de suas denúncias, na profunda individualização de seus personagens, através dos quais revelou o artista as próprias idéias e sentimentos.

Desenvolvendo-se sob a influência da vida social, sua arte não hesitou, um instante, em perseguir os desígnios a que se propusera, de soerguer, pelo contraste das reações, os velhos hábitos da terra lusitana, fazendo ressurgir dos escombros da “piolheira” o merecido renome, por que a Nação e o povo ansiavam.

Da *Comédia Humana*, de Balzac, sempre foi costume dizer-se que valera mais, como subsídio da vida francesa



dos anos de 1816 a 1848, do que todos os compêndios dos historiadores, economistas e estatísticos profissionais da época.

Os romances de Eça têm o mesmo cunho de repositório da vida portuguêsã dos fins do século. E o senso de realismo, com que soube forjar sua obra, pressupunha no homem um sério conhecimento dos valores sociais.

Tomando da arte os objetivos mais restauradores, fêz de seus livros “um instrumento de experimentação social contra os produtos transitórios que se perpetuam além do momento que os justificou, e que — na sua opinião — de fôrças sociais, passaram a ser empecilhos públicos”.

As letras portuguêsãs, antes de Eça, não se haviam ajustado às mudanças do tempo, contrafazendo-se, diante dos homens e das coisas, na adoção de rígidos princípios de uma falsa legalidade, quase subserviente a tudo quanto se relacionasse à chamada *ordem estabelecida*. “É muito bonito — proclamava Eça, com sarcasmo — falar na ordem, no respeito à propriedade, no sentimento de obediência à lei, etc., mas quando milhares de homens vêem as suas famílias sem lume na lareira, sem um pedaço de pão, os filhos a morrer de miséria, e ao mesmo tempo os patrões prósperos e fartos, comprando propriedades, quadros, apostando nas corridas e dando bailes que custam centos de libras, bom Deus, é difícil ir falar aos desgraçados de regras de economia política, e convencê-los de que, em virtude dos melhores autores da ciência econômica, êles devem continuar por alguns meses mais a comer vento e aquecer-se à cal das paredes”.

Como intérprete dessa realidade, distanciando de sua arte os métodos anacrônicos de expressão, Eça de Queiroz influenciou poderosamente na literatura brasileira, nos dias em que o romantismo começava a assumir as feições de “empecilho público”.

As palavras de Alberto de Oliveira, o escritor português, traduziram muito bem o impacto dos romances de

Eça sôbre a cultura luso-brasileira, naquela fase de buscas e esforços em favor de uma literatura autônoma e característica: “As nossas Letras moravam e mofavam num velho casarão mal arejado; e, apesar de já iluminadas pelo gênio rebelde de Camilo, estavam sem direção. Eça de Queiroz abriu-lhes janelas para o sol e o ar livre, varrendo delas, como bolor, todo o contacto ou vestígio de antigüidade. Esta foi a sua obra demolidora e de reação, filha das circunstâncias, filha também da moda” (1).

Antes de Eça, o domínio do liberalismo na arte, como definiu Víctor Hugo ao romantismo, condicionara as letras brasileiras à repetição de chavões artísticos importados, de *escolas*, de tendências, em que, muitas vêzes, o escritor se excedia na afetação das idéias, tentando superar a falta de sentimentos pela presença de uma linguagem empolada. Verdade é que, a par de valiosas manifestações de autonomia cultural, em obras de conteúdo e forma nacionais, o romantismo no Brasil possuía quase exclusivamente os “chorões reais”, a que se referira Sílvio Romero.

No período de sua decadência, porém, o transbordamento, sem rumos, da criação artística dera lugar a absurdas conceituações de valores. Era a época dos exibicionistas da genialidade, dos demolidores, dos que, preocupados com a avalanche do *novo*, se distanciavam, extravagantes e arbitrários, das bases sociais do pensamento.

O maior argumento dêsses “maganos”, para Sílvio Romero, era a mocidade: “Em vez de idéias, de doutrinas, de sistemas, de teorias... enrolavam-se na certidão de idade e investiam contra a gente descuidada” (2).

Nesse momento, surpreendeu-nos Eça de Queiroz, “o escritor de seu tempo, desprendido de tôdas as supers-

(1) EÇA DE QUEIROZ (*Páginas de Memórias*), pág. 72.

(2) *História da Literatura Brasileira*, 5.º vol., pág. 248.

tições técnicas, exercendo livremente sôbre a palpitante realidade do mundo vivo as suas pessoais faculdades de analisar e de sentir" (3).

Para abrir-lhe caminho às expansões e à influência, encontraria êle, de pouco, uma geração enfronhada nos debates científicos, na crítica social, nas discussões de ordem filosófica — como Tobias Barreto, José Veríssimo, Sílvio, Aluizio e Artur de Azevedo, Paula Ney, Celso de Magalhães, Araripe Júnior, Olavo Bilac, Raimundo Correia, Emílio de Menezes, Raul Pompéia, Capistrano de Abreu, Machado de Assis, Eduardo Prado, Joaquim Nabuco, Lafaiete Rodrigues Pereira, Gaspar Silveira Martins, Domício da Gama, Oliveira Lima, João Ribeiro, Ferreira Viana, José de Alencar, Goulart de Andrade — polemistas, historiadores, poetas, romancistas, teatrólogos, parlamentares, com alguns dos quais travaria Eça, depois, amizade pessoal.

Sôbre muitos dêles sua obra se fêz notada, como elemento de renovação da linguagem e do estilo, abrandando as asperezas do idioma, dando plasticidade ao raciocínio, amaneirando os sentimentos, para extrair novos efeitos de expressão. Se não é justo apontar um livro brasileiro onde essas influências estiveram presentes, na contextura do enrêdo ou nos ademanos da forma — aí estão, evidentes e contínuas, desde aquela época, as marcas de Eça de Queiroz na literatura brasileira, a sua força extraordinária de arrancar da língua, pomposa e enrijecida, os artifícios mais engenhosos; aí estão os segredos iniludíveis de seu modo peculiar de escrever, nos melhores romancistas brasileiros de hoje, no jornalismo de crítica, no teatro, na conferência, no discurso parlamentar, na poesia, nos arrazoados forenses, na sutileza do humor, no traço da anedota, no comportamento

---

(3) RAMALHO ORTIGÃO, in *Eça de Queiroz visto pelos seus contemporâneos*, pág. 338.

diante do ridículo, em tôda essa múltipla e variada gama de “ecianismo”, que o tempo só faz aprimorar.

Ninguém demarcou, ainda, no estudo de suas influências, a que exerceu sôbre grande massa de leitores, nas camadas intermediárias da sociedade brasileira dos fins do século, que o tomava como modelo de renovação estética, seguindo-lhe os gostos e as preferências, retendo de memória as situações dos romances, os nomes dos personagens, adaptando aos tipos humanos do momento — o político, a figura do Ministro de Estado, o sacerdote, o comendador, a dama dos salões de concêrto — as características que Eça de Queiroz animou no povoamento de sua obra. “Havia quem recitasse de cor páginas inteiras dêsses livros. As passagens dos *Maias*, as suas graças mais fulgurantes, as suas figuras mais típicas, eram repetidas, comentadas, glosadas tão excitadamente pela mocidade do Rio de Janeiro, de S. Paulo ou do Recife, como pela de Lisboa, do Pôrto ou de Coimbra” (4).

A “bomba literária e moral” que explodiu na terra lusa à aparição do *Primo Basilio*, ou o “escândalo branco” que envolveu o surgimento do *Crime do Padre Amaro*, anunciaram, de igual modo, no Brasil, os livros de Eça. É de imaginar-se a reação contrastante do leitor, afeito às suaves narrações do romantismo — os personagens, como as emoções, colocados em seus devidos lugares, o romance a deslizar, comprimido, entre a pureza da forma e os indulgentes conflitos dalma — e o aguçamento instantâneo da vida, em Eça, a suscetibilidade encrespada, o ridículo estuante das situações, a gargalhada, o escárneo, as paixões incontidas, o tumulto, numa arte “capaz de traduzir em todos os matizes as novas realidades que êle intimamente se sentia chamado a exprimir” (5).

---

(4) ALBERTO DE OLIVEIRA, *ob. cit.*, pág. 166.

(5) AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA, “Linguagem e Estilo de Eça de Queiroz”, in *Livro do Centenário de Eça de Queiroz*, pág. 61.

Com o seu estilo, na alegre irreverência de sua crítica, Eça de Queiroz conquistou o Brasil. O riso, a princípio; depois, a grave compreensão dos objetivos de sua arte, acutilando os homens na pieguice e no convencionalismo.

Nas rodas boêmias dos fins do século, no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Recife, os intelectuais adotavam-no como padrão literário. O *ecianismo* era moda, a embriaguês dos espíritos sequiosos dos últimos modelos da Europa.

No Maranhão — relembra Clóvis Ramalhete <sup>(6)</sup> — um grupo de escritores deu-se ao luxo de fundar a “Paradaria Espiritual Eça de Queiroz”, à leitura de seus primeiros romances. E da longínqua e modesta Cuiabá daqueles tempos, “na bruteza da mata, entre índios e padres catequistas” <sup>(7)</sup>, um leitor brasileiro — “fanático admirador vosso” — escrevia-lhe, em 1898, para adverti-lo de que incorrera em erro quando, na *Relíquia*, à página 339, da 2.<sup>a</sup> edição, colocara sôbre os montes negros de Gilead, por onde andava Teodorico, uma “lua cheia”, depois de ter dito, páginas atrás, que “a lua aparecia fina e recurvada”, numa alusão à sua fase minguante...

Não foram somente Eduardo e Paulo Prado, Domício da Gama, Olavo Bilac, o Barão do Rio Branco e mais uns tantos brasileiros, os que se ligaram ao romancista português pelo pensamento e pela inteligência. Martins Fontes, que jamais o conheceu, disse de seu afeto, numa hora de reminiscência: “Durante a vida tôda, Eça de Queiroz andou conosco, iluminando a nossa roda literária” <sup>(8)</sup>.

Alberto de Oliveira, ainda jovem, ao vê-lo, certa vez, em plena cidade do Pôrto, na Rua das Carmelitas, teve a impressão de estar contemplando um pequeno

(6) *Eça de Queiroz*, pág. 18.

(7) *Idem, idem*.

(8) *Dom Casmurro*, jornal literário do Rio de Janeiro, maio de 1945.

Deus. “Era êle! Alto, esguio, vestido de luto pesado, com um chapéu alto de grande copa que ainda lhe prolongava a estatura, umas lunetas fumadas (em vez do esperado monóculo) velando-lhe os olhos, no rosto uma palidez de marfim velho, uma harmonia acabada no seu vestuário como nas linhas e movimentos do seu corpo, e um porte ao mesmo tempo olímpico e vencido, desdenhoso e resignado, irônico e melancólico, que na ocasião me fêz pensar na frieza e altiva tristeza dos ciprestes” (9).

O interêsse pelo escritor ultrapassava os limites da mera curiosidade artística. Aos que visitavam Portugal, indagava-se, de pronto, ao regresso, se vira Eça, em pessoa, ou a Casa Havanesa, ou o Café Martinho...

Depois de sua morte, os lugares de Lisboa referidos nos seus livros associavam-se-lhe ao nome e à própria memória, recordando cenas de romance, vivificando diálogos e personagens, nas côres novas que êle emprestara ao lusitanismo.

José Veríssimo, duas décadas após tê-lo visto num sarau do Teatro Trindade, ao lado de Ramalho, não podia esquecer o seu tipo — “alto, esguio, menos magro do que ficaria depois, apuradamente vestido à inglesa, o seu monóculo fixo entre o nariz de águia e o ôlho bem aberto, penetrante, impondo-se à minha juvenil admiração matura, de provinciano brasileiro recém-chegado” (10).

Durante anos a fio, o culto a Eça de Queiroz far-se-ia sentir, no alento das reedições de sua obra. O pernambucano José Maria Belo, em 1945, confessava, enternecido: “Lembro com saudade, a saudade com que um dia repeti em Rouen o itinerário de Ema Bovary, das vêzes que perambulei, há vinte anos, pelo Chiado, por Belém, pelas Janelas Verdes, e refiz o caminho de Sintra, a reviver

(9) *Ob. cit.*, pág. 28.

(10) *Homens e Coisas Estrangeiras*, 1.º vol., pág. 347.

para mim as imagens com que Eça enchera minha adolescência. . .” (11).

Agora mesmo, a cento e quatorze anos de seu nascimento, fundam-se no Rio, em São Paulo, em Pôrto Alegre e no Recife, círculos de admiradores, com o objetivo de estudar-lhe a vida e a obra, como tentáramos fazer, juntamente com Silvino Lopes, em 1948, com o “Clube dos Amigos de Eça de Queiroz”, que assustadiços “ecianos”, por falsos temores políticos, deixaram malograr.

De tôdas as cidades do Brasil, no entanto, aquela em que mais se afigura enraizado e permanente o culto a Eça de Queiroz, é o Recife. Muito cedo, decoraram os pernambucanos o seu nome; como êle mesmo, desde criança, aprendera o nome de Pernambuco, de mistura com as primeiras expressões que balbuciou na vida. Nascido a 25 de novembro de 1845, em Póvoa de Varzim, filho de pais solteiros — José Maria de Almeida Teixeira de Queiroz, brasileiro de naturalidade, e Carolina Augusta Pereira de Eça — foi entregue, para criar, à costureira Ana Joaquina Leal de Barros, pernambucana de nascimento, amiga dos avós paternos da criança e residente em Vila do Conde (12).

É possível que a amizade entre a pobre costureira de Vila do Conde e a família Teixeira de Queiroz venha a datar da época em que o avô de Eça, Joaquim José de Queiroz e Almeida estêve exilado no Brasil.

Ana Joaquina Leal de Barros, filha de Ana Maria da Conceição e de “pai incógnito” (13), deve ter tido relações de parentesco com a família Leal de Barros, de Pernambuco, cujo varão foi o comerciante português Joaquim Leal de Barros, chegado ao Recife nos primeiros anos do século XIX. Dêsse Leal de Barros, que enriqueceu

---

(11) *Retrato de Eça de Queiroz*, pág. 287.

(12) Conf. JOÃO GASPAR SIMÕES, *Eça de Queiroz, o Homem e o Artista*.

(13) *Idem*.

vendendo carne de porco aos vapores que atracavam no pôrto da capital de Pernambuco, nasceu Antônio Leal de Barros, pai de Joaquim Cavalcanti Leal de Barros, professor do velho Ginásio Pernambucano, no Recife, de cujo consórcio com Maria Carmelita Lins veio à luz o Ministro João Alberto Lins de Barros.

Não se pode excluir a hipótese de Ana Joaquina ter sido filha de uma escrava, Ana Maria da Conceição, com o português Joaquim Leal de Barros.

Na primeira fase de sua vida no Brasil, muitos portugueses se juntavam maritalmente a negras ou mulatas, que os ajudavam a enriquecer, desempenhando os mais duros labôres do dia. Depois, endinheirados, contraíam casamento com mulheres brancas, que lhes adotavam o nome de família. Joaquim Leal de Barros poderia ter mandado para Portugal o produto espúrio de seu amores no Recife — Ana Joaquina Leal de Barros — a que seria, no futuro, madrinha e mãe de criação de Eça de Queiroz.

Quaisquer que sejam, porém, as especulações a respeito das origens familiares da costureira de Vila do Conde, o certo é que Eça aprendeu a falar português em sotaque brasileiro, ouvindo, nos quatro anos de sua convivência com Ana Joaquina, as canções de ninar e as histórias infantis do Nordeste brasileiro. Ninguém pode subestimar a influência exercida pela pernambucana Leal de Barros na formação da linguagem e do estilo de Eça de Queiroz, cujos processos de expressão literária representaram para Portugal uma verdadeira revolução nos cânones do idioma. Algumas das características da prosa “eciana” — o apêgo à sonoridade das palavras, a colocação anti-lusitana dos pronomes, a tendência à espontaneidade das expressões, indo até a mudanças na estrutura da língua — podem ter decorrido dessas influências, na meninice do escritor.



O nome de Pernambuco é que jamais deixaria de ser lembrado por Eça, a começar das *Farpas*. No conto "Singularidades de uma Rapariga Loura", da primeira fase literária do romancista, há uma curiosa menção aos fatos de sua infância, na memória de uma das cantigas brasileiras, ouvidas possivelmente da bôca de sua madrinha. Era na Rua dos Calafates, na casa de um tabelião muito rico aonde as Vilaças costumavam ir aos sábados e em cujas reuniões "se cantavam motetes ao cravo, se glosavam motes e havia jogos de prendas do tempo da senhora D. Maria I":

"Depois a preciosa D. Jerônima da Piedade e Sande, sentando-se com maneiras comovidas ao cravo, cantou com a sua voz roufenha a antiga ária de Sully:

*Oh Ricardo, oh meu rei,  
O mundo te abandona,*

o que obrigou o terrível Gaudêncio, democrata de 20 e admirador de Robespierre, a rosar rancorosamente junto de Macário:

— Reis!... víboras!

Depois, o cônego Saavedra cantou uma modinha de Pernambuco muito usada no tempo do senhor D. João VI: *lindas môças, lindas môças*" (14).

As ligações de Eça de Queiroz com os pernambucanos, datando de seus primeiros dias de vida, acentuaram-se ao tempo de sua colaboração nas *Farpas*. Contamos, neste livro, como os artigos de Eça e Ramalho Ortigão, em 1872, influíram no sentido de levantar a Província de Pernambuco contra os súditos de Portugal, em protesto diante das páginas escritas sôbre a viagem do Imperador Pedro II à Europa.

---

(14) *Contos*, pág. 17.

Ao nome de ambos, principalmente ao de Eça de Queiroz, ligam-se, no relato dessas ocorrências, discussões jornalísticas, conflitos de rua, espancamentos, tiros, incêndios, ocupação militar de cidades, prontidão de forças armadas, incidentes judiciais, cancelamento de passeatas cívicas, crise de govêrno, evasão de criminosos, exoneração de autoridades, boletins subversivos — de que foram teatro na década de 70 do século XIX, por causa das *Farpas*, os municípios pernambucanos do Recife e Goiana.

A missão do presente trabalho é contar a história desse movimento nativista, revivendo fatos e incidentes que as crônicas do passado desprezaram. Não há uma só referência, aqui, uma circunstância, por menor que seja, uma citação, que os arquivos, as bibliotecas e a tradição oral refuguem, como inverossimíveis.

O maior valor deste livro é, decerto, o de concatenar, num longo e paciente trabalho de pesquisa, todos os elos de uma interessante cadeia de acontecimentos, que há de incorporar-se à história das lutas patrióticas de Pernambuco e do Brasil, como um instante de civismo, mas também como uma página saborosa de irreverência e de humor.

Os subsídios de que nos valem para reconstituir uma fase das mais expressivas das crônicas políticas e sociais de Pernambuco, a que se juntaram, como causa imediata, o nome de Eça de Queiroz e *As Farpas*, podem ser considerados absolutamente inéditos. Os numerosos documentos oficiais — manuscritos do govêrno de Pernambuco, das autoridades judiciárias do interior da Província e do corpo consular estrangeiro — vêm a público pela primeira vez. Esse ineditismo cresce de importância quando se verifica que algumas páginas de Eça de Queiroz, escritas sobre o incidente com o povo de Pernambuco, não foram incluídas em suas obras completas,

permanecendo esquecidas, durante mais de oitenta anos, na edição original das *Farpas*.

Em nenhum estudo, até hoje, tanto no Brasil, como em Portugal, se fêz o registro dêsses fatos, agora restaurados em tôda a sua extensão e veracidade<sup>(15)</sup>.

Beneficiados pelo acêrvo que resultou de uma demorada consulta, de anos a fio, a velhos jornais, manuscritos e livros existentes na Biblioteca Pública de Pernambuco e no Arquivo Público Estadual, foi-nos possível restabelecer, sem a perda de um só liame, os marcos de tão curioso movimento histórico-literário, cujo retrato de corpo inteiro oferecemos aos leitores, na moldura de outras agitações da época.

Sempre faltou à admiração dos brasileiros e dos pernambucanos por Eça de Queiroz um motivo de ordem material, que a tornasse mais efetiva. Com êste livro, fazendo ressurgir do passado as origens e a narrativa de um dos mais movimentados episódios de nossas lutas contra os portugueses, não catalogados pelos historiadores oficiais, estamos convencidos de que o nome de Eça deixará de ser o que foi, até agora: o objeto de um culto à distância, vivo e apaixonado, é verdade; mas, no espaço, esvaecente e abstrato.

Recuemos oitenta e sete anos para contar essa história.

PAULO CAVALCANTI

---

(15) AURÉLIO DOMINGUES, no livro *Passado* e em artigo publicado em *Leitura*, Rio, novembro de 1945; ÂNGELO JORDÃO, em notas no *Almanach de Goiana*, 1929; OTÁVIO PINTO, em artigo na *Fólia da Manhã*, Recife, de 27 de junho de 1948; e EDUARDO DE LIMA CASTRO, em *Memórias de um Político Pernambucano*, aludiram a vários aspectos da luta contra os portugueses, em Pernambuco, no ano de 1872. Em nenhum dêsses trabalhos se estudaram, em suas raízes, as causas do movimento nativista daquela época.



## CAPÍTULO I

### A primeira viagem de Dom Pedro II à Europa. Em marcha, a Campanha Abolicionista. De Gladstone à “Orelheira de Porco”. A mala do viajante e a gula do hebraico. O Imperador do Brasil visto pelas *Farpas*.

Em 1871, a situação política do Império, no Brasil, era de crise. As idéias do abolicionismo, da reforma eleitoral e judiciária, o recente lançamento do Manifesto Republicano, subscrito por um grupo de homens dos mais conceituados no país, além dos fortes movimentos de reação aos gabinetes que se formavam para dirigir os destinos do govêrno, empolgavam as consciências progressistas, dando nova textura às lutas sociais, naquela fase do Segundo Reinado.

Nas Províncias mais importantes, como na sede da Côrte, o povo participava ativamente de campanhas cívicas, editava jornais, ganhava as praças públicas, debatendo os problemas da liberdade e da abolição do trabalho escravo. “A emancipação era uma aspiração nacional, e as reformas no tocante ao sistema eleitoral e judiciário, uma necessidade” (1).

A “mancha negra” do elemento servil começava a ser encarada sob outro prisma que não o da simples piedade humana, transformando-se num obstáculo ao próprio

---

(1) DOMINGOS ANTÔNIO ALVES RIBEIRO, *Um Conto Político*, pág. 91.

desenvolvimento econômico do país, impossibilitando o seu progresso material, como afirmava Nabuco (2).

Com a queda do Ministério São Vicente, instalara-se, a 7 de março, o Gabinete presidido por José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, orientado no sentido de enfrentar, de cabeça fria, as dificuldades do Trono, sobretudo a campanha que a extinção da escravidão desencadeara, estuante. O Partido Conservador, no Poder, desagregava-se sob o estímulo das novas idéias do mundo. As bases eleitorais dos grupos situacionistas, nas Províncias, oscilavam, cada chefe político adotando o rumo melhor condizente com as circunstâncias; cindindo-se por falta de unidade ideológica, desde que os próprios líderes conservadores, nas esferas mais altas do Império, discrepavam uns dos outros na compreensão dos problemas de cada hora.

O Partido Liberal, desunido na fixação de suas teses programáticas, procurava fazer do binômio "Trabalho Livre e Voto Livre" o centro de suas atividades, percebido da fraqueza do governo e da receptividade que tais promessas obtinham no seio do povo, quando a própria vida colocava na ordem do dia as questões fundamentais da liberdade. É claro que a simples reivindicação da reforma eleitoral não podia atender à necessidade de profundas modificações na estrutura do regime político dominante. Daí por que o liberal Tavares Bastos levantava sua voz para reclamar maior senso de realismo ao programa de seu Partido:

"Com efeito, que importa a liberdade do sufrágio (concedendo que funcione satisfatoriamente) se a soma de poderes com que domina a Coroa as altas corporações do Estado e todos os interesses e relações sociais, asseguram-lhe a passividade do Senado e prometem-lhe a fidelidade da

---

(2) JOAQUIM NABUCO, *O Abolicionismo*, pág. 112.

Câmara temporária? Hoje basta ao governo do Imperador intervir brutalmente na eleição; amanhã, sem abdicar desta faculdade, que poderá exercer vantajosamente sôbre as camadas mais infelizes do povo, sôbre o depravado mercantilismo das cidades e o funcionalismo centralizado, amanhã, além dêsse recurso minguido embora, êle será solícito em arregimentar no seio do Parlamento maiorias dedicadas. E começaria o jôgo com meia partida ganha: entraria em luta com quase unanimidade no Senado" (3).

O raciocínio de Tavares Bastos ia mais longe. A reforma eleitoral, pela reforma, conservando-se o critério de escolha dos senadores, em caráter vitalício, pelo Imperador, não satisfazia às aspirações dos que desejavam mudanças completas nos processos políticos em voga. Melhor seria, pois, que o Partido Liberal adotasse um programa de ação diferente, incluindo transformações económicas, sem as quais não teriam valor as mudanças de superfície.

Considerando "a aceleração do movimento emancipador e as medidas complementares que demanda a transformação do trabalho", sem esquecer de "consagrar a liberdade de opiniões e crenças, e promover o melhoramento moral do povo", Tavares Bastos sugeria a elaboração do novo programa, de que ainda constassem "o amplo uso do direito de associação sem medidas preventivas; o impulso que ao comércio interior, ou antes à comunhão nacional, devem dar facilidades económicas e rápidos meios de transporte; o alívio das taxas adicionais lançadas durante a guerra na importação e na exportação; o decrescimento gradual da tarifa permanente das nossas alfândegas, onde as mercadorias de maior consumo pagam taxas que, com os novos aditamentos, equivalem hoje a 50%; o abandono do impôsto

---

(3) *A Situação e o Partido Liberal*, pág. 21.

geral de exportação; o abaixamento da onerosíssima siza da venda de imóveis, impôsto quase proibitivo; a economia nas despesas mormente nos orçamentos militares, em proveito dos encargos do resgate de cativos e do ensino público" (4).

A resposta do Partido Conservador não podia limitar-se, diante disso, ao reconhecimento das excelências do regime, principalmente à idéia de manutenção do trabalho escravo, já abolido por quase tôdas as nações civilizadas do mundo. Desde 1866, Pedro II tinha em suas mãos os ante-projetos de lei elaborados por Pimenta Bueno, adotando formas graduais de extinção da escravatura. Mas o fato é que, nos círculos dominantes, não havia boa vontade para êsses planos. Já a abolição do tráfico de negros, trazidos da África para o Brasil, decretada em 1850, se originara mais do temor de um conflito internacional com a Inglaterra, que deliberara, ousadamente, apresar por sua esquadra todo e qualquer "navio negreiro" encontrado nos mares, do que mesmo pela consideração política e humana do problema, expresso em termos de liberdade.

O comportamento da maioria das forças sociais que apoiavam o Trono podia traduzir-se nas expressões do Marquês de Olinda, pronunciadas diante do Conselho de Estado: "Uma só palavra que deixe perceber a idéia de emancipação, por mais adornada que ela seja, abre a porta a milhares de desgraças" (5).

O argumento de que, recém-saído de uma guerra que durara cinco anos, o Império não estava em condições de enfrentar a questão do abolicionismo, em virtude do empobrecimento de suas finanças e da crise político-partidária existente, não passava de pretexto para justificar, na bôca dos conservadores escravistas, a continuidade do

---

(4) *A Situação e o Partido Liberal*, págs. 35/36.

(5) Conf. JOAQUIM NABUCO, *Um Estadista do Império*, vol. 2.º, pág. 390.



odioso sistema, cuja *validade jurídica* o Visconde de Sinimbu sustentava, sob a alegação curiosa de que “o escravo era uma propriedade garantida pela legislação do Império”, não se podendo “contra ela atentar sem que fôsem salvaguardados os direitos de quem o possuía” (6).

Foi nessa ocasião, de grandes debates sôbre o abolicionismo, que Pedro II resolveu viajar pela primeira vez à Europa. O projeto de lei do “Ventre-Livre”, declarando emancipados os que nascessem a partir daquela data, de autoria do próprio Visconde do Rio Branco, presidente do Gabinete, acabava de ser apresentado ao Parlamento.

A liberdade para os filhos oriundos da mulher escrava, por mais que Joaquim Nabuco tentasse negar, fazendo passá-la como “um ato de soberania nacional” (7), não era mais do que uma transação do Estado com os escravocratas, u’a manobra para dirimir os ímpetos de libertação total, um expediente de *divertimento*, no sentido de cindir a grande frente patriótica do abolicionismo.

Ainda assim, o projeto Rio Branco expôs o govêrno às mais desabusadas recriminações, partidas sobretudo das classes sociais interessadas na manutenção do sistema escravista.

A viagem do Imperador, apesar das diferentes versões que lhe deram as crônicas oficiais, mal encobria o jôgo político de Pedro II, entregando o cetro a uma princesa de 25 anos, para omitir-se de encarar, resoluto, a onda de indignação dos círculos reacionários, livrando o Trono, eventualmente, das críticas que comprometiam a sua estabilidade. Decerto, não sobrariam a Dom Pedro razões que o exculpassem de deixar o Brasil naqueles momentos. Seu cansaço físico, pelos longos anos da guerra com o Paraguai; a doença na pessoa da Imperatriz Teresa Cristina; o recente falecimento, em Viena, da filha mais

(6) CRAVEIRO COSTA, *O Visconde de Sinimbu*, pág. 333.

(7) *Minha Formação*, pág. 74.

môça, a Duquesa de Saxe; e até motivos de natureza íntima, talvez, como o de querer encontrar-se, na Europa, com a amiga e confidente Condessa de Barral — Luísa Margarida Portugal de Barros — podiam servir de pretextos, surdos ou aparentes, dos mais plausíveis, para justificar o seu afastamento do govêrno.

De qualquer modo, a viagem de Pedro II suscitou a desaprovação de conservadores e liberais. José de Alencar, deputado das hostes palacianas, manifestava-se incisivamente contra a saída do Imperador, embora se interpretasse a atitude do eminente homem de letras como represália à negativa de Dom Pedro em indicá-lo a uma cadeira no Senado. O Conselheiro Nabuco de Araújo deplorava o fato de o chefe do govêrno os deixar, aos líderes políticos, “nestas circunstâncias, levando o seu grande prestígio, levando a sua longa experiência, que êle não pode transmitir” (8). Andrade Figueira aproveitava o ensejo para revelar um pouco a verdade das coisas, dando à viagem do Imperador um cunho demagógico, de “colhêr lá fora os aplausos dos abolicionistas europeus” (9) diante do triunfo, que se avizinhava, da libertação dos nascituros.

Enfim, a 25 de maio de 1871, a bordo do navio inglês “Douro”, partiu Dom Pedro, com uma comitiva de 15 pessoas, tocando, de portos brasileiros, em Salvador e no Recife.

A 12 de junho, chegou Dom Pedro a Lisboa, de onde seguiu para a Espanha, Inglaterra, Bélgica, Alemanha, visitando cidades como Praga, Viena, Budapest, Veneza, Trieste, Milão. Durante 15 dias estêve no Egito, inspecionando o recém-inaugurado Canal de Suez. Em Alexandria, a 28 de setembro, recebeu a notícia da aprovação da Lei do “Ventre Livre”.

---

(8) JOAQUIM NABUCO, *ob. cit.*, vol. 3.º, pág. 213.

(9) HEITOR LYRA, *História de Dom Pedro II*, vol. 2.º, pág. 272.

Na demorada excursão pelo Velho Mundo, Pedro II fizera questão de conhecer, pessoalmente, como era de seus hábitos, as figuras mais eminentes da política, da ciência, das letras e das artes, como Disraeli, Thiers, Gladstone, a Rainha Vitória, Francisco José, Guilherme I, Pasteur, Camilo Castelo Branco, Alexandre Herculano, Mendes Leal, Inocêncio Francisco da Silva, Afonso Karr, Wagner, Alexandre Manzoni, etc. Sòmente de uma lista organizada por Gobineau, na França, constavam, entre outros, os seguintes nomes, que ao Imperador do Brasil deviam ser apresentados: Renan, Alexandre Dumas, Berthelot, Taine, Claude Bernard, Guizot e Teófilo Gauthier. O Papa Pio IX recebeu-o em audiência especial, no Vaticano.

Templos, bibliotecas, museus, instituições de cultura, universidades — a tòdas essas obras da civilização humana Dom Pedro emprestou a sua atenção, dissipando os seus lazeres. “Queria ver tudo, embora quase sempre o fizesse um pouco superficialmente, inquiria de tudo, a tudo se prestava, desde que se tratasse de examinar uma ruína, de pisar as ruas de uma velha cidade, de galgar a tórre de um castelo ou embeber-se na contemplação de um belo panorama” (10).

A passagem por terras lusitanas, de volta, ser-lhe-ia, porém, de amarga decepção. Depois de conhecer as personalidades mais importantes do mundo, Dom Pedro veio defrontar-se, em Lisboa, com Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, diretores da revista mensal *As Farpas*, “jornal de luta, jornal mordente, cruel, incisivo, cortante, e sobretudo jornal revolucionário” (11). *As Farpas* transformaram a vitoriosa excursão do Imperador do Brasil à Europa num grotesco espetáculo de circo, caricaturando tudo aquilo que Dom Pedro fizera, ou dissera, como

(10) HETTOR LYRA, *ob. cit.*, vol. 2.º, pág. 266.

(11) Carta de Eça ao poeta João Penha; conf. ANTÔNIO CABRAL, *Eça de Queiroz*, pág. 227.

primeiro viajante de sua pátria. O nome do Imperador, seus títulos nobiliárquicos, sua bagagem de itinerante, suas preferências literárias, seu gôsto pelo conhecimento das línguas estrangeiras, as festas a que estivera presente, as homenagens a si tributadas, o apetite para certas comidas, a indumentária, a calculada modéstia, a tudo e tudo *As Farças* cobriram de chacota, com impiedade.

Na primeira crônica sôbre a viagem de Pedro II, Eça e Ramalho identificavam-se:

“Somos, Senhor, os dois únicos homens que Vossa Majestade não viu em Portugal. São inúmeros os títulos que nesta ocasião poderíamos exhibir das categorias — que não temos. E passamos a mencionar alguns dêsses títulos: Não somos deputados da nação; não somos empregados públicos; não somos acadêmicos; não somos negociantes; não somos proprietários. Tem Vossa Majestade diante de seus olhos dois sujeitos que — não são nada.

Vossa Majestade vai ficar certamente maravilhado de que existam neste reino dois portugueses tão assinaladamente ilustres como nós. Agradecemos profundamente a Vossa Majestade a sua amável surpresa...” (12).

Reforçando essas pilhérias, acrescia Eça de Queiroz, noutra crônica:

“Um instante de atenção! O imperador do Brasil, quando estêve entre nós (e mesmo fora de nós) era alternadamente e contraditóriamente — Pedro d’Alcântara e D. Pedro II. Logo que as recepções, os hinos, os banquetes se produziã para glorificar D. Pedro II — êle apressava-se a declarar que era apenas Pedro d’Alcântara. Quando os horários dos caminhos de ferro, os regulamentos das bibliotecas, ou a familiaridade dos cidadãos o pretendiam tratar

---

(12) RAMALHO ORTIÇÃO, *As Farças*, vol. 10.º, pág. 5.

como Pedro d'Alcântara — êle passava a mostrar que era D. Pedro II. De sorte que se dizemos que se hospedou entre nós Pedro d'Alcântara erramos — porque êle asseverou que era D. Pedro II. Se nos lisonjeamos por ter hospedado D. Pedro II desacertamos — porque êle afirmou ser Pedro d'Alcântara" (13).

Quando desceu de bordo, em Lisboa, o Imperador vestia à burguesa, confundindo-se com os demais integrantes da comitiva. "O traje e as maneiras do Imperador eram, como sempre, despreziosas e simples; fato prêto, chapéu baixo e manta de xadrez branca e preta em volta do pescoço; a sua mala de couro prêto na mão direita, chapéu de chuva na esquerda, sobraçando um embrulho de papéis, não desdizia da mais natural singeleza de qualquer outro viajante" (14). Valendo-se da indumentária de Pedro II, satirizava Eça, aludindo, em particular, à sua mala de viagem:

"É uma mala pequena, de coiro escuro, com duas asas que se unem. É por ali que êle a segura. Na outra mão trazia às vêzes o guarda-sol, debaixo do braço entalava a espaços um embrulho de papel. Muitas vêzes depôs o guarda-sol, outras alheou de si o embrulho; — a mala nunca! Paris, Londres, Berlim, Viena, Florença, Roma, Madrid, o Cairo — conhecem-na. Ela ficou popular na Europa — como o pequeno chapéu de Napoleão o Grande, ou a grande cobardia de Napoleão o Pequeno! Mesmo a celebridade da mala encobre um pouco a glória do príncipe. Como disse o bom Beranger da batalha de Austerlitz — "muito tempo se falará dela sob os lustros dos palácios e sob o teto das cabanas". Dêle — menos!"

---

(13) EÇA DE QUEIROZ, *Uma Campanha Alegre*, vol. 2.º, págs. 73/74.

(14) JOSÉ ALBERTO CÔRTE REAL e OUTROS, *Viagens dos Imperadores do Brasil em Portugal*, pág. 98.

A mala de Dom Pedro servia ao cruel verrineiro para uma série de interpretações maliciosas:

“A mala significa que não só não tem na mão o cetro, mas traz na mão a bagagem; que não só deixou a realza no Brasil, mas tomou-a sem cerimônia na Europa! A mala é a tabuleta do seu incógnito! A mala diz: apertem-me a mão, tratem-me por Pedro, e não me toquem o hino”.

Certo jornal de Lisboa, comentando a presença do Imperador, louvara-lhe o gosto pelo idioma hebraico. Eça de Queiroz, a tal respeito, escreveu:

“Sua Majestade é um guloso de hebraico. No hebraico rapa os pratos e lambe os dedos. E, por uma inexplicável imprevidência, Sua Majestade não traz consigo nem um homem de raça hebréia, nem sequer um cristão hebraizante, nem mesmo um professor de hebraico! De tal sorte que nos longos dias preguiçosos de paquete, nas horas fastidiosas de wagons — Sua Majestade passa cruéis privações de hebraico! Por isso, chega sempre esfaimado de hebraico: e mal entra às portas dos hotéis, ainda com a mala na mão, rompe logo a pedir nos corredores, com ganidos de gula, quase com assomos de cólera — o seu hebraico!”

A admiração do chefe do governo do Brasil pelo escritor Alexandre Herculano vinha de muito longe. Com o historiador e romancista português já se correspondera Dom Pedro, sendo-lhe, pois, das mais gratas a idéia de visitá-lo. Tanto na ida, como na volta, esteve Pedro II com Herculano. O encontro dos velhos amigos revestiu-se de um tom comovente. No seu “Diário de Viagem”, o Imperador escreveu as seguintes impressões: “Ontem, conversei longamente com Alexandre Herculano sobre especialidades e negócios de Portugal. Tem escritos grande parte do tomo 5.º da História e outros trabalhos,

um dos quais era uma narrativa em que êle pintava o estado de Portugal. Horrorizou-se e rasgou êsse manuscrito. Nas horas de descanso traduz Ariosto, que êle diz agradar mais em verso sôlto" (15).

Na visão escarninha de Eça, o encontro de Pedro II com Herculano mereceu êste registro:

"Sua Majestade Imperial visitou o sr. Alexandre Herculano. O fato em si é inteiramente incontestável. Todos sôbre êle estão acordes, e a História tranqüila. No que porém as opiniões radicalmente divergem — é acêrca do lugar em que se realizou a visita do Imperador brasileiro ao historiador português. O "Diário de Notícias" diz que o Imperador foi à *mansão* do sr. Herculano. O "Diário Popular", ao contrário, afirma que o Imperador foi ao *retiro* do homem eminente que... O sr. Silva Túlio, porém, declara que o Imperador foi ao *Tugúrio* de Herculano; (ainda que linhas depois se contradiz, confessando que o Imperador estêve realmente na *Tebaida* do ilustre historiador que...) Uma correspondência para um jornal do Pôrto afiança que o Imperador foi ao *aprisco* do grande, etc. Outra vem todavia que sustenta que o Imperador foi ao abrigo dêsse que... Alguns jornais de Lisboa, por seu turno, ensinam que Sua Majestade foi ao *albergue* daquele que... Outros, contudo, sustentam que Sua Majestade foi à *solidão* do eminente vulto que... E um último mantém que o imperador foi ao *exílio* do venerando cidadão que... Ora, no meio disto, uma coisa terrível se nos afigura: é que Sua Majestade se esqueceu de ir simplesmente à casa do sr. Alexandre Herculano!"

Em Lisboa, sômente uma vez Pedro II usou casaca. Foi num sarau do Paço. Coube a Ramalho, dessa vez, glosar a ocorrência:

---

(15) Conf. HEITOR LYRA, *ob. cit.*, 2.º vol., pág. 280.

“Andou bem não vestindo casaca senão para o côrto no Paço, e não pondo gravata branca absolutamente nunca. Assim mostrou Vossa Majestade conhecer profundamente o país em que estava, no qual as mais rancorosas divergências que conturbam as instituições procedem principalmente do modo como cada um dá o nó da sua gravata de etiquêta. Notou decerto Vossa Majestade que o único homem público com quem todos os partidos se conciliam é o sr. Marquês de Avila: a razão é que êste cavaleiro tem em tôda a sua vida escondido sempre a gravata debaixo de um astuto *cache-nez*”.

Num banquete, serviram a Pedro II, na capital portugêsa, a seu pedido, um prato nacional: orelheira de porco com feijão branco. Ramalho “saboreou” o repasto imperial dêste modo:

“Andou bem Vossa Majestade pedindo com expressivo empenho que aos seus jantares se servisse orelheira de porco com feijão branco. A orelheira de porco é efetivamente mais do que um pitêu. A orelheira de porco — com feijão branco sobretudo — é uma instituição nacional; é uma filosofia; diremos mais, Senhor: a orelheira de porco é uma fatalidade geográfica, como o clima e o solo. Em Portugal, metade das coisas que sucedem explicam-se pelas condições climatéricas, pela situação e pela configuração do país: tôdas as outras coisas se explicam pela orelheira e pelo feijão branco”.

Sem deixar de aludir aos tipos e raças que o Imperador vira na Europa — o inglês, de elevada corpulência e rijos músculos, o francês, inquieto e nervoso, o italiano, dividido entre o dândi clérigo e o nobre tenor, o espanhol, a manejar, simultâneamente, o pandeiro e a faca, o fandango e a revolução — Ramalho chama a curiosidade de Dom Pedro para as características lusitanas:



“Em Portugal, encontrou-se Vossa Majestade com uma população triste, linfática, gorda, mole, indolente; na literatura e na poesia antiquados e parranas; na ciência duvidosos, hesitantes ou resistentes; na *toilette* soturnos; na convivência silenciosos e lúgubres; na política conservadores e constitucionais; — sempre os resultados determinantes da tradicional e patriótica combinação da orelheira de porco e do feijão branco, tão grata, como dos papéis públicos consta, ao imperial paladar de Vossa Majestade”.

E prosseguia fundo Ramalho, nas suas considerações sôbre a influência do prato nacional no povo lusitano:

“No íntimo da substância vital de todo o português há um centro orgânico de feijão e de orelheira. Nuns é o suíno que predomina; em outros é o farináceo que sobrepuja. Temos temperamento simples — *feijão* ou *orelheira* e temos temperamentos combinados, *orelheira-feijão* e *feijão-orelheira*. O sr. Barros e Cunha, por exemplo, é puro feijão branco; o Osório de Vasconcelos é a estreme orelheira. No partido reformista predomina a influência da orelheira de porco; repare-se no sr. Bispo de Viseu. No partido histórico sobrenada o feijão branco: veja-se o sr. Anselmo Braamcamp”.

Explicando o sentido das *Farças*, o companheiro de Eça dizia ao Imperador que os redatores da revista não eram “aquêles arrogantes malévolos em que lhe falaram, mas sim umas modestas pessoas razoáveis e sinceras”. Quanto às *Farças*, no final de contas — salientava Ramalho — “são isto sempre: uma pequena quantidade de ferro, que ordinariamente não servimos em forma de punhal, como se dá aos assassinos, mas sim em pequeninas pílulas para se tomarem em nata perfumada com baunilha, como convém que se receite às senhoras frágeis e anêmicas”.

As duras pasquinadas de Eça e Ramalho devem ter produzido no Imperador irritações e ressaibos. A crônica facêta de sua viagem era mais do que uma brincadeira de escritores, passando a constituir-se numa verdadeira afronta ao Império do Brasil! O que agradava a Pedro II, sempre disponível ao elogio e às mesuras dos áulicos, seriam páginas como aquelas que Pedro Calmon escreveria muitas décadas depois sobre a excursão do Monarca à Europa: "Conversou com os sábios, discutiu matemáticas, arqueologia, arte, helenismo e hebraico, numa roda de cortesões e velhos mestres, que se admiravam daquele soberano erudito e curioso, lisonjeado com a atenção que lhe davam, mais contente disto que das homenagens e cerimônias das duas côrtes que lá havia" (16).

Rafael Bordalo Pinheiro, o grande caricaturista e pintor português, do grupo intelectual de Eça e Ramalho, zombou também da figura de Pedro II. Num desenho que ficou célebre, Bordalo fixou Dom Pedro, no "Album das Glórias", em posição de comicidade: de pé, coifiando a barba, escondendo, com a mão atrás das costas, a maleta, de onde saíam, pelas brechas, roupas usadas. Ao lado, numa cadeira, a coroa e o cetro, em posição de abandono.

Mas houve, em Portugal, além da imprensa ligada ao govêrno, quem se encolerizasse com os destampatórios das *Farpas*. Das vizinhanças do Pôrto, no seu retiro de São Miguel de Seide, Camilo Castelo Branco safu em defesa do imperial visitante. Dirigindo-se a um amigo em Lisboa, Camilo desabafava: "Consta-me pelos anúncios das gazetas que êles (Eça e Ramalho) publicaram opúsculos contra o Imperador. Roubo e depois insulto!" (17).

A que "roubo" se referia o grande romancista? Quem sabe se ao incidente do *Mistério da Estrada de Sintra*,

---

(16) *O Rei Filósofo*, pág. 296.

(17) Carta datada de 25 de março de 1872, existente no arquivo do Império do Brasil. V. HEITOR LYRA, *ob. cit.*, vol. 2.º, pág. 326.

folhetim que Eça e Ramalho publicaram, de parceria, em 1870, pelas colunas do "Diário de Notícias", de Lisboa, sendo ambos acusados de plagiários...

Ainda nessa carta Camilo perguntava ao seu amigo: "Que dirão os jornais brasileiros quando lá virem os panfletos gasalhosos desta bengalé de burros, por entre os quais o Imperador passou como nós passaríamos na "Carreira dos Cavalos", em dia de feira, depressa e com cautela!"

Noutra missiva, datada de 1 de abril de 1872, tornava o escritor a extravasar suas mágoas, dessa vez com os sentimentos aos pedaços: "Tenho lido com espanto, e até com lágrimas no coração, o que aí se imprime contra o Imperador. A garotice das *Farpas* não tem sequer graça que lhe descontemos..." E acrescentava, envergonhado de seu próprio país: "Que infeliz idéia teve o Imperador de vir a esta estribaria" (18).

Deixando atrás de si a truanice das *Farpas*, Pedro II regressou ao Brasil. Mal sabia êle que iria encontrar na pátria a repercussão do incidente, aproveitado, a princípio, por seus adversários políticos, como forma de menoscabar o Império; mas, em seguida, utilizado como objeto de reação nativista contra os portugueses, numa das páginas mais curiosas e pitorescas das relações luso-brasileiras.

---

(18) HÉTOR LYRA, *ob. cit.*, pág. 326.

## CAPÍTULO II

### **Pernambuco em 1872. Panorama do Recife. O surto industrial e as atividades econômicas. A imprensa de combate e de crítica. O Recife literário, político, social e artístico.**

O ambiente de Pernambuco, em 1872, era de franca efervescência. Nutrindo-se das idéias do tempo, a velha Província nordestina, de onde se originara, no século XVI, a evolução cultural brasileira, voltava a constituir-se no foco das agitações do espírito, predominando sobre o resto do país.

Dos mais distantes recantos do Império, atraídos por seus elevados índices de progresso, e, em especial, pela notoriedade de sua escola de ensino jurídico, agrupavam-se no Recife os mais expressivos valores da inteligência, sendo do mesmo porte, na obra de florescimento social, a contribuição dos filhos da terra.

Assim como fôra moda ir a Coimbra para munir-se de seu diploma de bacharel, as novas gerações procuravam, agora, a Faculdade de Direito do Recife, à frente de cujas aulas, em cátedras disputadas através de renhidos concursos, se encontravam proeminentes figuras de mestre.

As grandes mudanças econômicas da Europa repercutiam, como em terreno fértil, nas camadas esclarecidas da sociedade brasileira, oferecendo um espetáculo de vivacidade incomum, com as "élites" nos centros urbanos

adiantados, a esposar e difundir doutrinas e conceitos não mais ajustáveis aos quadros da monarquia escravista. E o Recife foi, daqueles centros, o que mais se beneficiou da influência das novas idéias, das mutações de um período histórico que se deixou marcar por uma série de brilhantes iniciativas.

A situação econômica de Pernambuco, nessa época, era de relativo desfôgo. O açúcar dava bons preços, em virtude das grandes safras e das excelentes condições de venda no exterior. A Guerra de Secessão, que provocara o declínio temporário da produção algodoeira nos Estados Unidos, ainda possibilitava aos exportadores da Província ótimos negócios. “Prosperando a lavoura — dizia em documento oficial, o presidente João José de Oliveira Junqueira (1) — é óbvio que prospere o comércio, e por isso vemos com prazer que o movimento mercantil nesta Província é grande e importante. As entradas de açúcar, algodão, aguardentes e couros, que vêm do interior para os depósitos desta praça, dão às estradas uma visão e animação extraordinárias. As transações avultam nesta praça, que vão levar principalmente à Europa, Estados Unidos e Rio da Prata os gêneros acima referidos”.

As condições do clima favoreciam, no interior, o plantio e a colheita. “Quando a estação corre regularmente e de modo que a safra seja boa, como agora acontece — sublinhava o presidente Junqueira — nota-se grande movimento comercial nesta cidade, onde entram diariamente milhares de cavalos carregados, além de barcas e canoas que vêm do litoral”.

No primeiro semestre de 1872 haviam sido exportados quase dez milhões de quilos de algodão para o estrangeiro, ao preço médio de 513 réis; e mais de vinte e dois milhões de quilos de açúcar. “De forma que — calculava o presi-

---

(1) “Fala Recitada pelo Presidente da Província na Assembléa Legislativa Provincial”, ano de 1872.

dente da Província — se o atual semestre guardar a mesma proporção (o que é muito provável) será a produção do algodão superior à dos últimos anos”, enquanto a do açúcar “sem dúvida é muito mais avultada do que a do ano anterior”.

O pôrto do Recife não parava, de atividades quase ininterruptas. A renda da Alfândega, sòmente no mês de janeiro, elevara-se a mais de mil e duzentos contos.

Sem contar as barcaças, canoas e veleiros de pequeno calado, à capital da Província haviam ancorado, no último ano, precisamente 1046 navios de grande cabotagem, os famosos paquetes da época, sendo 714 estrangeiros e 332 nacionais. De bandeira inglêsa, atracaram no Recife, naquele período, 331 embarcações, seguidas de 85 de Portugal, 65 dos Estados Unidos, 63 da Espanha, 58 da França, 45 da Alemanha, 13 da Áustria e algumas outras da Holanda, Itália, Noruega, Suécia, Argentina e Rússia.

Em cada 24 horas, dois navios estrangeiros, em média, como se vê, penetravam nas águas do ancoradouro do Recife, desembarcando mercadorias e imigrantes, e levando de volta, nos porões abarrotados, grandes partidas de produtos agrícolas.

Os processos de mecanização da produção, introduzidos em Pernambuco pelos inglêses, eram comentados e aceitos em relatórios e documentos do govêrno. O aumento da safra de açúcar, por exemplo, apontava-se como “o resultado da introdução de máquinas e instrumentos modernos” (2). Para tanto contribuía, também, o crescimento das vias de comunicação. “É nesta Província — alardeava, orgulhoso, o Conselheiro Junqueira — que se observa um certo método nas vias de comunicação, de forma que talvez tenha ela a primazia sòbre as suas irmãs nesse importante ramo do serviço público” (3).

(2) “Fala” cit.

(3) Idem.

O traçado das estradas de ferro e das rodovias de Pernambuco muito se devera ao descortino do engenheiro francês Louis Vauthier, que estivera a serviço do governo da Província até o ano de 1846. E quando a Presidência voltava a planificar outras estradas, com a perspectiva de aumentar as vias de transporte, era ainda a Vauthier a quem se recorria, prometendo-se-lhe “uma condigna remuneração, visto que êle se dedicaria também às obras de melhoramento do pôrto” (4).

O famoso engenheiro, nessa oportunidade, não pôde aceitar o convite, “por estar ocupando uma posição importante na cidade de Paris, não lhe sendo lícito abandoná-la” (5), embora se mostrasse muito grato ao governo de Pernambuco, pela prova de confiança.

Para a solução do problema do crédito rural reclamavam-se providências imediatas, o que era um índice da vivacidade dos negócios no campo. “A Província não possui um só estabelecimento bancário, apto aos interesses da agricultura, que, pela natureza especial de suas operações, exige empréstimo amortizável a longo prazo, e em proporção aos seus rendimentos, assim nas prestações, como nos juros”, considerava, em 1871, o presidente da Província, Conselheiro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque (6).

O sistema de turbinas nos engenhos de açúcar, aplicado pela primeira vez em Pernambuco entre 1870 e 1871, pelo inglês Allan Patterson (7), influiu no aceleração dos processos de produção.

Disponha a Província de uma emprêsa de navegação de cabotagem, a *Companhia Pernambucana*, com uma frota de 11 navios de média capacidade de carga, efetuando o intercâmbio de mercadorias e o transporte de passageiros

(4) “Fala” cit.

(5) Idem.

(6) Relatório apresentado à Assembléa Provincial.

(7) Conf. GLÁUCIO VEIGA, *Notas para um estudo sôbre o desenvolvimento econômico de Pernambuco*.

entre os portos do Nordeste, alargando-o entre o Maranhão e a Bahia, além de servir a ancoradouros internos, como os de Rio Formoso, Goiana e Tamandaré.

No conjunto, a situação da Província oferecia um quadro de expansão e progresso. Por isso é que Manuel do Nascimento Machado Portela, que deteve, por curto período, as rédeas da chefia do Executivo, exclamava, respondendo, decerto, aos detratores dessa realidade: "Quem a considera (a Província) em estado de *decadência e de degradação*, ilude-se a si próprio, faltando ao critério de apreciação, ou mostra-se desconhecedor do que está ao alcance do mais prevenido observador. Não está ela em letargia de que seja preciso despertá-la para manter a sua proeminência: tem animação e vida própria, nuncios de lisonjeiro futuro" (8).

Do eventual ascenso da economia provincial, os que mais se beneficiavam eram, naturalmente, os grandes proprietários escravistas e os altos comerciantes das cidades. As massas da população, estas, tanto no Recife, como na zona rural, padeciam de males dos quais, ainda hoje, não se curaram. A carestia da vida, o monopólio da carne verde, as deficiências nos serviços de abastecimento, as péssimas condições sanitárias, com o tifo, a disenteria e a febre amarela a dizimarem a população, a desenfreada especulação no comércio a retalho — amiúde serviam de motivos para indignados editoriais e protestos da imprensa.

Outro presidente que passou pelo governo de Pernambuco em 1872, Henrique Pereira de Lucena, depois Barão de Lucena, num relatório de sua administração enviado à Assembléia Legislativa Provincial, reconheceu as imensas dificuldades de vida dos habitantes do Recife:

"Grande tem sido o clamor da população desta capital pela carestia e alto preço da carne verde. Pobres e ricos

---

(8) Relatório apresentado à Assembléia Provincial, 1872.



se queixam amargamente contra êsse estado de coisas. Com efeito, meio quilogramo de carne, da pior qualidade, por 360, 400 e 500 réis, como se está atualmente vendendo no mercado, é um preço exorbitante e que, certamente, justifica a grita que se há levantado”.

Quanto à circunstância de meia dúzia de marchantes deter em suas mãos o comércio da carne de boi, sujeitando a massa de consumidores ao cêrco monopolista, aconselhava Henrique Pereira de Lucena aos deputados a adoção de medidas que tinham o mérito de vir a ser ensaiadas, no Recife, quase cem anos depois:

“Me parece que para obviar os inconvenientes de um monopólio tão prejudicial, e que dizem fundar-se na liberdade de comércio e de indústria, no direito de propriedade e em outras razões dessa ordem, obraríeis com muito acêrto se concedesseis alguns favores a uma companhia de pesca, que quisesse abastecer o nosso mercado. As nossas costas e rios são assaz abundantes de peixe, e os nossos sertões escassos de gado; portanto, mais fácilmente poderemos conseguir abastecer o mercado de peixe, do que de carne”.

A fiscalização municipal, na questão dos preços e condições de venda dos produtos, era outro assunto que provocava sérias reprimendas do povo. Os jornais condenavam a inoperância dos vereadores do Recife, acusando-os de alheamento diante dos interêsses da população. O *Liberal*, periódico noticioso, político e literário, na edição de 3 de julho de 1872, sob o título “Clamor Popular”, divulgava a seguinte matéria:

“Há por aí um clamor geral contra a Câmara Municipal, cujas posturas estão na mais completa relaxação por causa dos fiscaes. Essa corporação, que devia ser a primeira garantia das liberdades públicas e do bem-estar dos muncipaes,

tornou-se uma sinecura de medalhões políticos, que não dispensam a gloriola da nomeação”.

E advertia *O Liberal*, induzindo o povo a represálias contra os seus maus representantes:

“É preciso que o povo não se limite a estéreis queixas; é preciso que represente, que proteste, que clame na imprensa; e que, na ocasião oportuna, condene com o seu voto essa espécie de cônegos municipais, que nada fazem, e que para nada prestam”.

A servidão negra era a força de trabalho na agricultura do açúcar, do algodão, dos gêneros alimentícios, na pecuária e na incipiente indústria. E, à base dessas relações de produção de tipo escravista, é que atuavam, em suas formas de convivência, as classes e camadas sociais. Contava Pernambuco, nessa época, com uma população de um milhão e duzentos e cinquenta mil habitantes, dos quais duzentos e cinquenta mil, escravos.

No interior, o latifúndio criava os desajustamentos humanos, em revivescências tipicamente feudais, prês a maioria dos trabalhadores à mais cruenta exploração. O Conselheiro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, paraibano que governou Pernambuco em 1871, caracterizou, com singular veracidade, as causas fundamentais da miséria na região campesina da Província, denunciando-a em palavras que, vencidos tantos anos, não perderam a sua força, no exame desapaixonado e insuspeito de um drama social:

“Realmente, há uma parte de nossa população profundamente desmoralizada, perdida até; mas resta uma grande massa, donde podem sair braços úteis. Que garantias, porém, acha esta para seus direitos, que segurança para os serviços que presta, que incentivo para perseverar nas boas

práticas? A constituição de nossa propriedade territorial; enfeudando vastíssimas fazendas nas mãos dos privilegiados da fortuna, só por exceção permite ao pobre a posse e domínio de alguns palmos de terra. Em regra êle é rendeiro, agregado, camarada ou o que quer que seja; e então a sua sorte é quase a de um antigo servo da gleba" (9).

Num libelo eloqüente às formas de opressão vigentes no campo, prosseguia o Conselheiro Diogo Velho:

"Se êsse pobre não foi portador fiel da chapa do senhorio; se um dia preferiu o serviço próprio ao do patrão, que lhe emprestou alguns vinténs para vestir a mulher e os filhinhos; se não vendeu a filha mais môça aos caprichos brutais da concupiscência, a intimação do despêjo lhe é logo anunciada, e, não raro, com o facho aceso sôbre as palhas, ou com golpes de machado nos esteios da casinha!"

E completava o chefe do govêrno o retrato dêsse transe de sofrimento coletivo:

"As vêzes êsse homem tem um patrão honesto e digno; mas chega a luta eleitoral, e o inspetor de quartirão intima-o para a igreja: lá não vai, ou apresenta lista sem o carimbo da polícia. Então vem o varejo a domicílio, seguido de violência a pretexto de resistência que nem cogitou, a prisão arbitrária, o recrutamento, o serviço da guarda nacional e, como resultado final, a emigração forçada com perda do suor vertido".

Contra tais abusos, "radicados em costumes e hábitos", o remédio indicado pelo Conselheiro eram "o tempo, o influxo das sãs doutrinas e a própria experiência do mal".

Êsse, o panorama da terra, os aspectos gerais de sua estrutura econômico-social, as condições de vida da maioria de sua população.

(9) "Fala" à Assembléa Provincial, datada de 1.º de março de 1871.

Nos quadros do Império, todavia, representava Pernambuco uma das regiões mais desenvolvidas. E embora ostentando os contrastes de uma sociedade dividida socialmente — a *aristocracia da cana-de-açúcar*, de um lado, dominando através de seus 1288 engenhos, e, de outro, as duras contingências da escravidão e do latifúndio — a Província expandia-se, florescente, sob a ação de novas forças econômicas. Nessa época implantavam-se, no Recife, os primeiros grandes centros de indústria manufatureira, de fábricas de tecidos, já utilizando, em parte, o trabalho assalariado, além de estabelecimentos de crédito de capital inglês.

O bom êxito nos processos de industrialização, com as facilidades, que se abriam, ao trabalho livre, entusiasmava os espíritos mais esclarecidos, fazendo avançar, paralelamente, as idéias anti-escravagistas. O uso das máquinas e aparelhos modernos, de aplicação na agricultura e na indústria, era saudado “como poderoso meio de substituir e auxiliar as forças da economia”<sup>(10)</sup>. A luta contra a rotina nos processos de produção já encontrava eco nas esferas oficiais. O Conselheiro Diogo Velho, por exemplo, lamentava o fato de se acharem pouco generalizadas na Província as máquinas mais simples entre os lavradores que, “em regra, plantam a cana, e fabricam o açúcar, como viram há meio século, seguindo processos rejeitados em países que não deveriam competir conosco, mas que excedem-nos de maneira a não haver paralelo”<sup>(11)</sup>.

O movimento comercial era, de fato, próspero, nesse período. O *Almanak de Pernambuco*<sup>(12)</sup>, precioso repositório das atividades sociais da Província, registrava a existência, no Recife, de 90 casas de negócio de “grosso trato”, 22 grandes depósitos de açúcar, 23 prensas de algodão, 115

(10) Cons. DIOGO VELHO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, relatório cit.

(11) Relatório cit.

(12) *Almanak da Província de Pernambuco para o ano de 1872*. Tipografia do *Correio do Recife*, rua do Imperador, 79, 1.º andar.

lojas de fazenda, 40 armazéns de estiva, 25 lojas de ferreiros, 4 fábricas de cerveja, 35 lojas de calçados, sendo 4 de sapatos importados diretamente da França, 40 lojas de miudezas, 34 depósitos e fábricas de cigarros e charutos, 350 tabernas, além de centenas de movelarias, fundições, hotéis, relojarias, fábricas de guarda-chuvas, de chapéus, de baús, de licores, de pianos, etc.

As profissões liberais distribuíam-se em 85 escritórios de advocacia, 45 consultórios médicos, alopatas ou homeopatas, mais de 20 estabelecimentos de “barbeiros e sangradores”, alguns escritórios especializados de agrônomos, engenheiros, agrimensores, corretores, solicitadores, sem contar com 18 núcleos de aprendizagem musical, onde “conhecidos mestres de música marcial e orquestra” difundiam seus métodos; ao lado de 14 cursos de piano e canto e 2 de danças.

Se nos últimos quarenta anos do século passado, segundo o depoimento do sergipano Sílvio Romero<sup>(13)</sup>, o Recife foi o centro de maior atração do Brasil — “o que levou a palma aos outros na iniciativa das idéias” — na fase compreendida entre 1862 e 1872 êsse estado de florescimento cultural se apresentou muito mais evidente. A presença, no Recife daqueles anos, de Castro Alves, Fagundes Varela e Rui Barbosa, a que se seguiram as agitações da *Escola do Recife*, grupo literário dirigido por Tobias Barreto e Sílvio Romero e que foi, no dizer de Clóvis Beviláqua, seu contemporâneo, “um forte movimento filosófico-jurídico, de ação poderosa no momento de sua maior efervescência, e que deixou impressão inapagável na evolução mental do Brasil”<sup>(14)</sup>, — a presença desses valores intelectuais fêz elevar o prestígio da capital da Província. O Recife, “viveiro de idéias progressistas”

(13) *História da Literatura Brasileira*, vol. 4.º, pág. 136.

(14) *História da Faculdade de Direito do Recife*, 2.º volume, pág. 127.

(15) OTÁVIO BRANDÃO, *Os Intelectuais Progressistas*, pág. 57.

foi cenário, então, de brilhantes cometimentos culturais, nas crônicas do pensamento brasileiro. Antes de espalhar-se pelo Brasil, foram vividos e discutidos no Recife a poesia *hugoana* e condoreira; as primeiras reações críticas ao romantismo na literatura, através de artigos de Sílvio Romero; o folclore como fonte de criação artística e a justa compreensão dos problemas da poesia popular, nos ensaios de Celso de Magalhães; as teorias de Kant, Feuerbach, Darwin, Littré, Spencer, Haeckel, Hegel, nas explanações eruditas de Tobias; as idéias republicanas mais recentes, através da ação de José Maria de Albuquerque Melo e seu primo Afonso de Albuquerque Melo; os problemas da liberdade do ensino, suscitados por Alvaro Celso Uchoa Cavalcanti; o antijesuitismo, nos livros e artigos de jornais de Franklin Távora e Aprígio Guimarães; a ortodoxia dos dogmas da Igreja em face da Maçonaria, nas pastorais de Dom Vital ou nos panfletos de José Soriano de Sousa; as discussões públicas sobre o evolucionismo, a Comuna de Paris, o socialismo, o voto livre, o Estado leigo, o direito de reunião, a nacionalização do comércio — todo um complexo de questões e de temas, que apaixonavam os espíritos mais independentes. *O Seis de Março*, jornal republicano, abria colunas, em 1872, para transcrever, como matéria de grande importância e oportunidade, longos comentários de publicistas de Espanha sobre “as doutrinas do Dr. Carlos Marx”.

Trabalhando ou estudando, viviam no Recife, nesse ano, além de Sílvio e Tobias, Araripe Júnior, Carneiro Vivala, Vitoriano Palhares, Inglês de Sousa, João Barbalho Uchoa Cavalcanti, Pinto Júnior, Lacerda de Almeida, José Hígino, Paula Batista, Francisco Muniz Tavares, Manuel Figueiroa de Farias, Maciel Pinheiro, Artur Orlando, Martins Júnior, Aníbal Falcão, Afonso Olindense, Generino dos Santos, o português Antônio de Sousa Pinto, Lima Penante, Francisco Cismontano, Filipe Néri Colaço, Menezes Drumond, Aires Gama, Faria Neves, Joaquim

Francisco de Faria (o Deão Faria), cônego Rochoel de Medeiros e um punhado de outros nomes, de irrefutável prestígio intelectual — uns, de personalidade formada e atuação definida nos círculos sociais; outros, estreantes, no alvoroço das idéias; todos, porém, a brandir os mais diferentes instrumentos da inteligência na afirmação do seu pensamento.

Dois dos maiores pernambucanos dessa época, Joaquim Nabuco e José Mariano Carneiro da Cunha, mal saídos da adolescência, começavam a atuar na vida política da Província. A grande preocupação de Nabuco, em 1872, era Camões, a respeito de quem preparava um livro; “e a quem trabalha em um livro — como êle mesmo dizia — não sobra muita atenção ou interêsse para dar ao que acontece em redor de si” (16).

José Mariano, o grande tribuno e abolicionista, com 22 anos, quase da mesma idade de Nabuco, fundava *A Província*, para defender as posições e o programa do Partido Liberal. A influência de ambos, todavia, sôbre o povo do Recife, teria início pouco depois, quando, juntos, desfraldariam a bandeira da luta contra a escravidão.

O interêsse de classe, a filiação partidária, o sectarismo religioso ou a necessidade de convivência social levavam a população da capital a organizar-se em clubes e associações dos mais diversos gêneros. Funcionavam no Recife quarenta e nove sociedades, sendo trinta e duas de beneficência, sete instrutivas, seis de recreação, duas patrióticas e duas que se incumbiam, particularmente, de libertar escravos, angariando fundos para indenizá-los a seus donos (17).

(16) *Minha Formação*, pág. 30.

(17) Eis uma relação quase completa das sociedades civis que funcionavam no Recife, em 1872: Clube Popular, Monte Pio Popular Pernambucano, União Beneficente dos Cocheiros, Clube Republicano, União dos Marítimos, Sociedade Patriótica 2 de Julho, Sociedade Henrique Dias, Sociedade Patriótica 12 de Setembro, Sociedade Anjo da

Outras instituições, de caráter cultural e artístico, desenvolviam grande atividade e influência na vida do Recife, como o Ginásio Provincial, o Colégio das Artes, a Escola Normal, o Gabinete Português de Leitura, o Liceu de Artes e Ofícios, a Biblioteca Provincial, o Instituto Histórico-Filosófico, o Teatro Santo Antônio, na Rua das Florentinas, o Teatro Ginásio Dramático, edificado em madeira, no Campo das Princesas (18) e o Instituto Arqueológico, cujas reuniões atraíam o maior interesse pela seriedade dos assuntos nelas debatidos.

Os métodos de impressão em litografia, introduzidos por técnicos europeus, proporcionavam às artes gráficas um cunho de renovação. Foi nesse tempo que a gravura em metal, que atingira, no Recife, “um certo grau de desenvolvimento”, começou a ceder terreno à inovação da litografia, “cuja competência, depois como acêntuava Pereira da Costa — quase que a fêz desaparecer” (19). Bastante afreguesados e trabalhando com mestria eram o “atelier” de Manuel Gomes Mendes, sucessor de A. Ridour, na Rua do Bom Jesus, o de Francisco Henrique Carls e o de W. de Melo Lins, êstes na Rua Marquês de Olinda. Dêles saíram belos álbuns fotográficos, catálogos comerciais, revistas e jornais ilustrados.

---

Liberdade, Sociedade Libertadora, Benfeitora Pernambucana, Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, Associação Tipográfica Pernambucana, Sociedade dos Artistas Alfaiates, Filartística, Recreativa da Juventude, Nova União, Amor e Beneficência dos Talhadores da Carne Verde, Monte Pio Brasileiro, Sociedade de Socorros Mútuos, Monte Pio Santa Cruz, Filantrópica dos Artistas, Sociedade dos Guarda-Livros, Luso-Brasileira, Monte Pio Português, Sociedade Liberal União Beneficente, além das Lojas Maçônicas Firmeza e Humanidade, Filotônia, Segrêdo e Amor da Ordem, União e Beneficência, Luzeiro da Verdade, Seis de Março, Realidade e, por fim, Restauração Pernambucana.

- (18) O Teatro Santa Isabel, no Campo das Princesas, construído pelo engenheiro francês Vauthier, encontrava-se em escombros, depois do incêndio de 1869.
- (19) *Estudo Histórico-retrospectivo sobre as artes em Pernambuco, in Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, n.º 54, 1900.*



A venda de livros nacionais e estrangeiros processava-se em vários pontos da cidade, nas próprias oficinas tipográficas<sup>(20)</sup> ou nas livrarias, como a *Librairie Française*, de Lailhacar & Cia., a de Guimarães & Oliveira, a do padre Inácio Francisco dos Santos, a de José Cardoso Aires, a de José Barbosa de Melo, a de Walfredo & Sousa, etc.

Como espelho das agitações dêsse Recife, a refletir os anseios, as preferências e as paixões de seu povo<sup>(21)</sup>, havia a imprensa, a formosa imprensa pernambucana da década de 70, talvez a mais expressiva, na caracterização de uma época, de quantas já foi dotado o jornalismo brasileiro. Cambiando de jornais diários de grandes tiragens, como o *Diário de Pernambuco*, o *Jornal do Recife*, *A Província*, a periódicos de crítica de costumes, como *A América Ilustrada*, admirável em suas caricaturas e desenhos; de semanários ultra-nacionalistas, como *O Comércio a Retalho*, extremado em seu ódio aos portugueses, a órgãos de orientação ortodoxa, como *O Católico* e *A União*; dos jornais acadêmicos, de literatura e arte, como *O Movimento*, aos famosos periódicos "joco-sérios", como eles próprios se intitulavam, propondo-se, como *O Alfinete*, "a fazer rir, chorar, enjoar, gemer, dançar, pular, cantar, dormir. . ."; ou aquêles "linguarudos" da época, de vida curta, mas saborosos, que se sucediam nos títulos, valorizando a herança da ironia e da crítica, como *O Linguarudo*, *A Madrasta do Linguarudo*, *A Marquêsa do Linguarudo*, *A Duquêsa do Linguarudo*, *A Princesa do Linguarudo*. . . De dezenas de outros, cada qual mais variado e pitoresco, como a *República Federativa*, *A Verdade*, *O Liberal*, *O Pernambucano*, *O Meteoro*, *A Cigarra*, a *Ilustração Pernambucana*, *A Rosa*, a *Revista Pitoresca*, *A Liberdade*, *A Camponesa*, *A Locomotiva*, *O Jornal de Fábio Rústico*, *O Nacional*, *O Município*, *O Trabalho*,

(20) O Recife possuía 14 oficinas tipográficas.

(21) População do Recife, segundo o *Almanak de Pernambuco*, em 1872: 118.478 habitantes, sendo 7.247 estrangeiros.

*O Postilhão* — série incontável de jornais de todos os feitios, do órgão “independente” ao pasquim anônimo; resumo gráfico, enfim, de uns tempos, entre 1872 e 1873, dos mais vivos e fecundos da história pernambucana. Havia periódicos, como o *Jornal do Comércio*, que publicava artigos simultaneamente em português, francês, alemão e inglês.

Nas mesas de redação, formavam-se os grupos, escrevendo o editorial, burilando os “Manifestos ao Povo”, desenhando as “charges” e alegorias políticas, assinando a réplica no curso das polêmicas, ou metrificando os versos de amor e as odes à República e à Liberdade.

Muitos desses jornais não iam além do primeiro número; mas deixavam, todos, no cenário do Recife, o traço de sua atuação, a sua “receita” de salvação pública, quase sempre o seu “protesto” contra as instituições e o governo.

A grande imprensa, fartamente noticiosa, atendia aos gostos mais exigentes: em seguida ao editorial, vinham a colaboração política, o artigo sobre literatura ou filosofia, o poema inédito, as informações das capitais do mundo, a correspondência do interior, as “solicitadas”, a carta do “leitor assíduo”, a vida nos clubes, o obituário da véspera, os atos do governo, a resenha parlamentar, os acórdãos do Tribunal de Relações, os anúncios comerciais, por fim.

As últimas novidades da França e de Portugal, em matéria de literatura, apareciam na imprensa do Recife, menos de um mês depois. Os paquetes, que traziam as manufaturas e levavam, de volta, os carregamentos de açúcar e algodão, eram instrumentos desse incessante intercâmbio cultural.

Foi assim que, na edição do dia 15 de maio de 1872, o jornal republicano *O Seis de Março*, de José Maria de Albuquerque e Afonso de Albuquerque, sob o título

“As Farpas e o Snr. D. Pedro de Alcântara”, deu conhecimento ao povo de Pernambuco das gaiatices de Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão contra o Imperador do Brasil:

“Nunca deixarão de ter interêsse para os brasileiros as notícias do que fêz na Europa o nosso augusto amo e senhor, e que dalém mar nos foram transmitidas por escritores desinteressados e insuspeitos. *As Farpas* dizem-nos clara, positiva e xistosamente, como se houve em Portugal o Imperador do Brasil, sábio rei viajante que guardou sempre o mais rigoroso incógnito: ouçamos, pois, *As Farpas* (22).

---

(22) Todos os jornais pernambucanos mencionados neste livro acham-se nas coleções da *Biblioteca Pública do Estado*.

### CAPÍTULO III

#### **Primeiras reações às *Farças*, no Recife. Retorno do Imperador. O “roubo” da propriedade literária de Eça e Ramalho. O *Diário de Pernambuco* e *As Farças*.**

O jornal dos republicanos no Recife valia-se das *Farças* como arma política de desmoralização dos adeptos da Monarquia, levando ao ridículo a pessoa do Imperador. Publicando, uma a uma, as crônicas de Eça e Ramalho sobre Pedro II, com o objetivo de pôr os leitores “a par das proezas do nosso adorado monarca”, *O Seis de Março*, além da reprodução, divulgou a seguinte matéria, na edição de 29 de maio:

“De uma carta de Portugal, escrita por um brasileiro a pessoa de sua família, colhemos o seguinte: Têm-se feito inúmeras publicações ridicularizando-se ao nosso *sábio e magnânimo* monarca, que faz por aqui tristíssima figura e enojou a tóda gente com seus ademanes democráticos, do mais porco dos viajantes. Ninguém afiança tê-lo visto de camisa lavada. Os antiquários daqui dizem que êle saíu ao avô. D. João VI trazia o simonte do uso nas algibeiras do colête; o rapé da majestade era aquecido pelas esburgaçõs do gordurento abdomen. Era tão porco, que o seu médico curava-o com dois banhos por dia.

Gostava do rosário e do breviário, como o imperial neto gosta do hebraico e da orelheira de porco (1). Há pois relatividade entre ambos, o que vem confirmar a teoria sôbre o princípio das raças. Um é o D. João VI antigo, fradresco e gastrônomo, o outro é o D. João VI contemporâneo, científico e constitucional. *Mutatis mutandis* é dar-lhe na cabeça, ou na cabeça dar-lhe; ou então todos são uns, como acaba de dizer o religioso sr. Ferreira Viana”.

A transcrição das *Farpas* e as notícias sôbre a viagem de Pedro II, na imprensa, coincidiam com a passagem da comitiva do Imperador pela capital pernambucana, de regresso à pátria. Os “ademanes democráticos”, a que se referia o jornal republicano, alcançaram o seu ponto culminante no Recife quando Dom Pedro “sempre festejado mais oficialmente do que por inspiração popular, assinalou despedir-se da velha usança do beija-mão” (2). A atitude do Imperador, ao pisar, de torna-viagem, as terras brasileiras, agradou aos monarquistas, irritando ainda mais os republicanos. De qualquer modo, a abolição daquela cerimônia “era uma novidade, e conseqüência dos apertos de mão na Europa com os reis, os sábios e os industriais !” (3).

Os adversários do Trono, no Recife, aproveitaram o momento para difundir, em contrapartida, os exemplares das *Farpas*. A Livraria Industrial, na Rua Nova, e a Tipografia Comercial, na Rua Estreita do Rosário, anunciavam, pelas colunas do *Jornal do Recife*, ao preço de 1\$000 o volume, a revista de Eça e Ramalho Ortigão.

O *Seis de Março*, na estacada de sua luta contra a monarquia, festejou a passagem de D. Pedro II pelo Recife com a publicação de vários poemas, entre os quais êste, sem assinatura, mas inflamante e revolucionário:

(1) A matéria, publicada com o título de “Tema Velho”, devia ter sido forjicada na própria redação do jornal.

(2) DOMINGOS ANTÔNIO ALVES RIBEIRO, *ob. cit.*, pág. 101.

(3) *Idem*, pág. 102.

## "ESTROFES AO POVO

Ei-lo !... o monarca enfim de volta da jornada  
Ó povos do Brasil !... Ilíadas da espada !...  
Vultos, filhos de heróis, que a glória amamentou,  
Oh ! Deixai-o passar por entre as populações,  
Que o sarcasmo geral das multidões nas praças  
É o hino que a nação prá o mísero ensaiou.

Sim, deixai-o passar !... que a gargalhada fria,  
Que esteja em vosso peito ao ver da monarquia,  
Os réprobos pigmeus, hipócritas fatais,  
Que a ponta de punhal do pérfido assassino,  
Que a flecha do caboclo e a lança do beduíno  
Dóem mais no coração dos sátrapas reais.

Que importa ir adiante êsse fantasma exangue ?  
O rei quando se envolve em túnicas de sangue  
Levantam-se babéis de ossadas e canhões !  
Mas êsse, que tem nalma a escuridão da gruta  
Há de humilhar-se ao povo, encelado que luta  
E abre em flôres de luz o sonho das nações.

O povo !... o povo é como o oceano majestoso,  
Que o brado dos trovões se eleva proceloso  
E faz brotar da vaga a tromba do escárneo.  
O povo é sempre o povo altivo e onipotente,  
Que acorda em sobressalto e manda de repente  
Da idéia o vagalhão mais alto do que o céu.

Ó povos do Brasil !... gnomos do novo mundo !...  
Braços do Adamastor do Atlântico, profundo,  
Que tem por coroa o sol, que a Europa nunca viu,  
Não vistes como a Prússia, erguendo-se homicida,  
Fêz baquear a França, a vítima traída  
Por capricho de reis, que o século aboliu ?

Águias da imensidade, escarnecei do abutre!  
Tende pena do rei, que em maldições se nutre,  
E deixai-o altear o esqualido perfil!  
Gênios da liberdade, erguei vossas colunas!  
Nas praças ponde em pé as marciais comunas,  
Ó vultos da República, ó povos do Brasil!"

Em pleno vigor da escola condoreira, o poema refletia, nas estrofes de eloquência e sonoridade, a marca dos versos de Castro Alves e Tobias Barreto. Quem sabe se, tímido e anônimo em definir-se diante dos problemas político-partidários, não escondeu Tobias, nesses versos, o seu libelo contra a monarquia? A citação da Prússia, que "fêz baquear a França, a vítima traída por capricho de reis, que o século aboliu", não seria mais um motivo para identificar, por trás do poema, o cultor do germanismo em Pernambuco? Tobias Barreto, a êsse tempo, residia no município da Escada, onde advogava. Sua colaboração para a imprensa do Recife, todavia, era constante.

O recitativo, nas festas literárias ou nas reuniões familiares, representava, então, no Recife, u'a arma a serviço das causas democráticas. O *salão* era uma tribuna como outra qualquer — como o teatro ou o palanque da praça pública. Aos temas líricos juntava-se a pregação política, nessa época em que, irmanados ao povo e às suas mais sentidas aspirações, "os poetas tiveram principalmente por musa o patriotismo, o entusiasmo estético e o amor" (4).

Vários foram os poemas publicados contra Pedro II, à sua passagem pela Província. Ainda *O Seis de Março*, em edição de 30 de maio, dava acolhida a outros versos, assinados por Julião Cesário Lealíssimo — pseudônimo, na certa. Alguns dêsses versos vão aqui reproduzidos:

(4) SÍLVIO ROMERO, *ob. cit.*, vol. 4.º, pág. 137/138.

“Maldito seja aquêlê que profana  
 No chefe da Nação a luz da glória!  
 Seus feitos caricatos estão gravados  
 Nem podem ser riscados da memória!...

Nem podem essas vozes sem critério  
 Negar o que a todos é patente!  
 É louca pretensão apaixonada  
 Que renega a razão, insulta, mente!

Chamem muito embora uma utopia  
 A idéia — do Brasil Republicano!  
 Mas não mintam sem respeito à cortesia  
 Dizendo — sábio ser o soberano!

Bem vê o *Seis de Março* que impropérios  
 Não valem contra si desassombrado!  
 Que importa que os servis da fria Europa  
 Tenham nosso monarca endeusado?”

O poema deixava entrever a reação de certos grupos à iniciativa do jornal de José Maria, no tocante à transcrição das crônicas de Eça e Ramalho.

O fato, porém, é que a divulgação dos artigos das *Farpas* obteve tal êxito no Recife que a alguém ocorreu a idéia de mandar reuni-las num só volume, com o aproveitamento do título usado pelo *Seis de Março* — “Fastos da Peregrinação de Sua Majestade o Imperador do Brasil pelo Reino de Portugal”.

Anunciando êsse livro, lia-se a seguinte matéria paga, na edição de 20 de maio, do “Diário de Pernambuco”:

“Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz — *As Farpas* — Fastos da Peregrinação de S. M. Imperador do Brasil pela Europa. Edição brasileira, com um prólogo, 600 réis. Escrita em estilo picante e mordaz, êste livrinho torna-se recomendável aos brasileiros-portuguêses e portuguêses-brasileiros. Vende-se nas principais livrarias desta cidade”.



A produção literária de Eça e Ramalho dava lucros compensadores aos que a mandavam reimprimir no Brasil, sem a devida autorização. Na tipografia do *Jornal do Recife*, o pernambucano Manuel Rodrigues Pinheiro tomou a si o encargo de editar, por sua conta, a mesma coleção de artigos das *Farças*, com o seguinte título: “*As Farças — Crônica Mensal da Política, das Letras e dos Costumes*”, plagiando os próprios dizeres do original<sup>(5)</sup>.

Ao mesmo passo que os artigos contra Pedro II eram difundidos à larga na cidade, aparecia também nas livrarias uma obra mandada editar, em Lisboa, na tipografia da Universidade, sobre a presença do Monarca em terras lusitanas: “*Viagens dos Imperadores do Brasil em Portugal*”. Foi distribuidor do livro, no Recife, José Maria Carneiro da Cunha, irmão do abolicionista José Mariano.

Registrando o surgimento desse volume, de apologia ao chefe do governo brasileiro, *O Liberal* ponderava:

“O livro, que nos foi oferecido, é um monumento de glória, não somente para o Sr. D. Pedro II, mas para todo o Brasil. Esse brutal panfleto das *Farças* não teve em Portugal um só eco; e antes causou a mais profunda indignação. Portugal é um país de tradicional e delicada hospitalidade; e esta hospitalidade não podia deixar de acrisolar-se com um tão ilustre viajante, como era o primeiro cidadão de um país amigo, como nenhum outro”<sup>(6)</sup>.

Ao roubo de seus direitos autorais, protestaram, de punho na mesa, Eça e Ramalho, abespinhados com o cinismo de seus “editores” do Recife. Em o número de

---

(5) Equivocou-se R. MAGALHÃES JÚNIOR, no seu livro *O Império em chinelos*, pág. 190, quando declarou que *As Farças* foram transcritas pelo *Jornal do Recife*. O livro de MANUEL RODRIGUES PINHEIRO é que foi impresso nas oficinas daquele jornal.

(6) Edição de 9 de julho de 1872.

abril, *As Farpas* dedicaram ao assunto comentários mordazes, de irritação e desprêzo pelo aparecimento, no Brasil, de reedições da revista. Da obra de Eça, *Uma Campanha Alegre*, e da de Ramalho, que hoje circulam, essas páginas de causticante sarcasmo foram retiradas, inexplicavelmente, dificultando, um pouco, o trabalho de identificação de sua verdadeira autoria.

Aos familiares do estilo de Eça de Queiroz, contudo, os comentários das *Farpas*, embora sem assinatura, trazem a marca iniludível do criador de Fradique Mendes (7).

Eis a reação dos redatores das *Farpas*, ao conhecimento da atitude dos "editôres" pernambucanos:

"Acabamos de ser mimoseados do Império do Brasil com um exemplar de uma notável obra recentemente saída dos prelos de Pernambuco. O frontispício do livro diz assim: "Ramalho Ortigão-Eça de Queiroz. *As Farpas* — Crônica Mensal de Política, das Letras e dos Costumes. Editor: Manuel Rodrigues Pinheiro".

E prosseguia o artigo, chacoteando:

"O Brasil, nação irmã, leva os seus extremos de fraternidade conosco até o ponto de reproduzir a nossa obra e de a vender depois por sua conta. Ao nosso editor no Brasil enviamos comovidamente nestas linhas os nossos agradecimentos pelo paternal carinho com que nos adotou. O que lhe pedimos com particular instância é que, quando a série dos seus livrinhos chegar à reprodução do presente número, se não esqueça sua senhoria de recomendar ao seu revisor o maior cuidado na integridade dos seguintes parágrafos:

"Eu abaixo assinado, editor na cidade de Pernambuco da notável publicação intitulada *As Farpas*, a qual publicação recomendo muito à proteção dos leitores, declaro que

---

(7) Em capítulo próprio, examinaremos as particularidades do estilo de Eça, provando que a êle pertenceu a autoria dessas crônicas.

roubei aos srs. Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz, únicos redatores e únicos proprietários da publicação acima referida, não só o presente volume mas bem assim todos aquêles que da sua obra tenho dado à estampa sob o meu nome. Declaro mais que, achando-me eu, abaixo assinado, fora do alcance das leis que punem êste roubo, não deve a circunstância de se achar o meu pé desguarnecido da grilheta que lhe compete — ser motivo para que tôdas as pessoas dignas e honestas deixem de me considerar para todos os efeitos e sob todos os pontos de vista como um criminoso que tem a honra de ser dos srs. Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz. Ladrão muito atento e obrigado. Manuel Rodrigues Pinheiro. Editor das *Farpas* no Império do Brasil, morador na cidade de Pernambuco, tipografia do *Jornal do Recife*, 1872”.

A ironia era mordente e ferina, como sòmente Eça de Queiroz sabia compreendê-la em tais situações. Muitos anos depois, ao escrever *Os Maias*, êle usaria, quase nos mesmos têrmos, na célebre carta que João da Ega impingiu a Dâmaso Salcêde, como retratação às injúrias atiradas à honra de Carlos da Maia, e, no decurso da qual, ao copiá-la com humildade, Dâmaso, com a pena indecisa, parára para indagar se a palavra embriaguez se escrevia com *n* ou com *m*...

O próprio Carlos da Maia, ao esboçar sumàriamente o plano de liquidação moral de seu detrator, lembrara a João da Ega a necessidade de um documento em que o pusilânime do Dâmaso “escrevesse esta coisa simples: Eu abaixo assinado declaro que sou um infame” (8).

E foi exatamente assim, dentro dêsse espírito de gaiatice e sarcasmo, quase a usar das mesmas expressões (“Eu abaixo assinado... declaro que roubei...”) que ao pernambucano Manuel Rodrigues Pinheiro também impingiu Eça de Queiroz, dezesseis anos antes da grande

(8) *Os Maias*, vol. 2.º, pág. 263.

página dos *Maias*, a chistosa retratação. O incidente do “roubo” dos direitos autorais, no Recife, inspiraria o criador do velho Afonso da Maia a realizar um de seus mais interessantes momentos de humor, na literatura.

*As Farpas* não estancaram, contudo, nesse artigo de reprovação satírica ao procedimento dos “editôres” da cidade de Pernambuco. Dirigiram-se, ainda, em forma de carta-aberta, ao Imperador do Brasil, protestando contra o esbulho de sua propriedade literária. Tanto quanto a anterior, a nova crônica permaneceu nas edições originais das *Farpas*, quase se perdendo da memória dos contemporâneos. O estilo, todavia, torna a lembrar o de Eça, havendo mesmo figuras e expressões muito comuns à sua maneira de escrever:

“Senhor, os vassalos de Vossa Majestade roubam-nos de um modo indecoroso; Senhor, tenha Vossa Majestade a bondade de açamar os seus ladrões! Vossa Majestade é, como nós, um escritor. Mas Vossa Majestade é Imperador; Vossa Majestade tem uma lista civil de alguns milhões; Vossa Majestade tem propriedade onde a araponga cansa o seu vô silencioso (9). Quando escreve as suas páginas eruditas, é por delicado regalo do espírito e do orgulho. Por volutuosidade de sensação, como se toma um gelado — não é para comprar “roast-beef” ou pagar um “frak”. Os seus “fraks” e os seus “roast-beef”, milhares de brancos e de negros têm a honra duramente suada de lhes fornecer. Nós, não’.

A presença do estilo de Eça, nesse artigo, é indissimulável. O vigoroso sentido da imagem, o jôgo das categorias gramaticais realizado sob formas inteiramente revolucionárias, a adjectivação audaciosa — tudo estava,

(9) Inconfundível, aí, o estilo de EÇA: “a araponga cansa o seu vô silencioso.” No livro de viagens *O Egitto*, pág. 320, Eça de Queiroz empregaria imagem semelhante: “homens ricos... passciam ali a sua indolência.”

ali, a denunciar, ainda que de modo incipiente, as características da arte queiroziana. “Os seus “fraks” e os seus “roast-beef” — dizia o cronista, de Pedro II — milhares de brancos e de negros têm a *honra duramente suada de lhos fornecer*”... Observe-se em tais expressões, a extravagância das funções atribuídas ao advérbio de modo e ao adjetivo. “*Honra duramente suada*”... Nem a *honra* pode ser *suada*, nem o *suor* da *honra* poderia ser *duro*.

Vista analiticamente, a frase chega a tornar-se ridícula; no conjunto, porém, assume, por seus elementos integrantes, um exemplo novo, na língua portuguesa, de conceituação da metáfora, atuando as categorias da gramática umas sobre as outras e proporcionando, por fim, à imagem literária um alto sentido psicológico, que as palavras, por si sós, não deixam entrever. “Os seus “fraks” e os seus “roast-beefs”, milhares de brancos e negros têm a honra duramente suada de lhos fornecer. Nós, não.” A conclusão da frase, como se pode observar, é um libelo contra a exploração do povo, sobretudo contra a escravatura. Em meia dúzia de palavras, Eça de Queiroz condenava a Monarquia brasileira, apontando o Imperador Pedro II como o usufrutuário do suor e das canseiras de quase toda uma coletividade.

Nesse artigo, *As Farpas*, em continuação, demonstravam os seus prejuízos financeiros à saída de cada número do mensário, em virtude das reproduções não permitidas, no Brasil. “É que, no Brasil, um ladrão qualquer toma um exemplar desse livro, reimprime-o lá, vende-o lá, esgota-o lá, explora-o lá”, de modo que, assim no Brasil, os leitores compram “ao ladrão brasileiro os 2.000 exemplares brasileiros, em vez de comprar os exemplares portugueses ao escritor português”.

Diante disso, reagiam os foliculários de Lisboa, ainda por cima contra o fato de os “editôres” brasileiros usarem nas reproduções, “um papel indecoroso e um tipo pelintra”, tendo um deles — “ladrão astuto” — o cinismo de

escrever, num prólogo, que agira daquela forma, reimprimindo *As Farpas*, “sem ser com o fim de ganhar”...

“O sr. Pinheiro Chagas — diziam *As Farpas* de junho, recriminando o caso do “roubo” — tem no Rio de Janeiro um ladrão habitual, que tem o impudor de lhe escrever: Exmo. Sr. Tudo o que V. Excia. publica é admirável. Eu faço o que posso, para o tornar conhecido no Brasil, reimprimindo tudo!”

O *Diário de Pernambuco* andara publicando, naqueles tempos, em folhetins, um romance do escritor luso Teixeira de Vasconcelos, com o título *Lição ao Mestre*. No seu artigo, à guisa de carta ao Imperador, *As Farpas*, denunciando o caso, ressaltavam:

“Últimamente o nosso amigo Teixeira de Vasconcelos, publicava no seu *Jornal da Noite*, um excelente romance — a *Lição ao Mestre*; o *Diário de Pernambuco*, apressou-se a roubar para folhetim a *Lição ao Mestre*; nem a deixou concluir. Na sua avidéz brasileira, ia-se metendo para a sua algibeira de “pic-poket”<sup>(10)</sup> esfomeado, aos pedaços de folhetins. O que sucede? É que o editor do sr. Teixeira de Vasconcelos lhe diz piedosamente: Meu bom amigo, o seu romance é admirável, mas, você compreende, está tão conhecido já no Brasil, que na verdade, etc.

O sr. Teixeira de Vasconcelos, escritor eminentemente nacional, encontra, nos limites literários do país, um largo consumo, o que não impede que, pensando no seu romance saqueado e no *Diário de Pernambuco* triunfante, olhe instintivamente para a sua bengala”.

O esperneio das *Farpas* era grande. “O verme viscoso do roubo brasileiro” não parecia ter a menor consideração por seus redatores. Trabalhavam, Eça e Ramalho, dia

---

(10) Outra prova da autoria eciana do artigo das *Farpas*: a levlandade na grafia das palavras inglesas... Leia-se “pickpocket”.

e noite, para que, no Brasil, “quatro senhores salteadores de letras, tenham mais uma roça ridícula debaixo do coqueiro, ou mais um diamante nos suores do peitilho”.

Por fim, reconhecendo embora que ao Imperador era um tanto difícil solucionar o problema, conjecturavam *As Farpas*, pilheriando:

“Nós não queremos lançar o Brasil numa revolução de costumes. Vossa Majestade não pode castigar os ladrões? Bem. Peça-lhes por obséquio que se conttenham. É o que nos basta. Afague-os: já que não lhes pode dar calaboiço, dê-lhes condecorações. Queridos, não roubeis, e faço-vos barões! Ai está como se porta um estadista. Chama-se a isto — *conciliar*”.

Em continuação, Eça de Queiroz, entre sarcástico e conselheiral, prescrevia a Pedro II um método pelo qual deviam ser tratados os apropriadores das coisas alheias:

“Nós sabemos o que são ladrões: nada os comove e amansa como uma doce, terna palavra. Dê-lhes nomes carinhosos. Diga-lhes: Lulu! Pipi! Critá-los, não, às vezes é pior. Afagá-los, sim, convidá-los a jantar, passar-lhes a mão pela cinta: Vês tu, meu anjo, deixa lá os romances portugueses! Coitados! Vá, faze-me isto. Não os roubes, não Fifi?”

Expostas, assim, as maneiras de evitar o “roubo” dos direitos autorais dos portugueses no Brasil, o artigo das *Farpas* arrematava:

“E Vossa Majestade terá aí as bênçãos destes pobres trabalhadores do espírito, escravos do ideal, que tomaram, neste armazém fusco e ininteligível da vida, o trabalho ridículo de estarem a um canto revolvendo o espírito para ter dinheiro — em lugar de terem primeiro revolido o dinheiro para ir depois ter espírito!”

Ainda nesse mesmo número da revista havia uma resposta de Eça e Ramalho às críticas do jornal recifense *O Movimento*, de cuja direção participava Silvío Romero, acadêmico de Direito. *O Movimento* chamara os foliulários de Lisboa de “moedeiros falsos”, que era a acusação mais pesada à sensibilidade dos portugueses, em Pernambuco. “Esta qualificação — redarguiam *As Farpas* — é bem achada e denota fina crítica. Efetivamente, desde o momento em que o jornalismo brasileiro se apropria do *dinheiro bom* que o nosso trabalho nos produz, é perfeitamente lógico supor êle que nós nos sustentamos com dinheiro falso. Ao *Movimento* — finalizava a revista, galhofeira — pela sua penetrante sagacidade, os nossos cumprimentos”.

Também o jornal *A República*, do Rio de Janeiro, dirigido por Quintino Bocaiúva e Salvador de Mendonça, tomou a iniciativa de transcrever *As Farpas* contra a viagem do Imperador à Europa. Fundado em 1870, com o objetivo de propagar as idéias do novo movimento, ficava-lhe muito bem a reprodução das mofinas de Eça e Ramalho contra a primeira figura da Monarquia, no Brasil. Ao contrário, porém, do que informou R. Magalhães Júnior, em seu livro *O Império em Chinelos*, pág. 190, a transcrição das crônicas lisboetas não teve a anuência dos autores. Não houve acôrdo entre Eça e Ramalho, de um lado, e os redatores da *República*, de outro, para garantir, com efeito, as normas da propriedade literária. Bocaiúva e Salvador de Mendonça não passaram aos olhos dos folhetinistas senão como “ladrões” de seus direitos autorais, tanto quanto os “astutos” larápios do Recife. Foi assim que *As Farpas*, no mesmo número em que profligaram a conduta do periódico de Silvío Romero, também publicaram a seguinte chacota com *A República*:



## D E C L A R A Ç Ã O

A empresa da REPÚBLICA, periódico do Rio de Janeiro, considerando:

- 1.º) Que tem publicado por sua própria conta todos os volumes das FARPAS escritos pelos cidadãos Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão,
- 2.º) Que dessa exploração do trabalho de outros tem cobrado os avultados lucros de alguns contos de réis,
- 3.º) Que com o título de REPÚBLICA se não pode aliar em um periódico a ignorância dos caracteres democráticos e legítimos que distinguem a propriedade, o capital e o trabalho,

Declara:

- 1.º) Que a soma aludida, abatidos os gastos de imprensa, pertence, de direito, segundo a REPÚBLICA, aos ditos cidadãos Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz;
- 2.º) Que toda e qualquer demora havida na restituição do seu a seu dono, a REPÚBLICA a qualifica uma extorsão e um roubo;
- 3.º) Que se, no prazo de dois meses, a REPÚBLICA não publicar recibo autêntico dos redatores das FARPAS por essa omissão ela confessará à democracia e ao mundo ter extorquido e roubado”.

A julgar pela repercussão das *Farpas* no Brasil, especialmente em Pernambuco, e pelos esperneios de Eça e Ramalho, o “roubo” de seus direitos autorais causou-lhes, na verdade, enormes prejuízos. O problema, por todos os aspectos valioso, da propriedade literária e artística, vinha-se constituindo num motivo de insatisfação, entre escritores de Portugal e do Brasil. Chegara a haver, naqueles anos, reuniões comuns, para o debate do assunto, buscando-se uma fórmula que viesse resguardar os interesses de uns e outros.

*As Farpas* recordavam uma dessas reuniões, em forma de jantar, realizada no Hotel Universal, de Lisboa, havia dois anos, quando escritores de ambos os países, confraternizados, aventaram a idéia da celebração imediata de um ajuste sôbre a propriedade literária. Apesar da troca de experiências e dos propósitos de fazer valer o direito de cada um, a reunião do Hotel Universal ficara reduzida aos simples limites de um repasto, sem outras conseqüências, a não ser as digestivas. . .

Daí a conclusão mordente do artigo das *Farpas*, dirigido aos escritores brasileiros:

“Somos levados a suspeitar com razoável fundamento que não ficaram perfeitamente mantidas as bases da negociação que nos propusemos tratar. Meus senhores, o alvitre que hoje temos a honra de vos apresentar, acêrca da renovação de esforços para obter com o Brasil um tratado de propriedade literária, é que:

A fim de nos inteirarmos cabalmente do assunto — tornemos a jantar”.

## CAPÍTULO IV

### Do aplauso à indignação. As *Farpas* que Eça de Queiroz esqueceu. O Brasileiro “brasílico” e a tapioca de Pernambuco. Barão de Minhinhonhá ou Visconde de Jequitinhonha?

Enquanto *As Farpas* se preocupavam exclusivamente com o Imperador do Brasil, destorcendo os fatos ligados à viagem de Pedro II com a intenção de amesquinhá-los, foram poucas, no Recife, as vozes que se ergueram para recriminar a atitude de Eça e Ramalho. Aos olhos dos republicanos de Pernambuco, os autores das *Farpas* figuravam como “intelectuais desinteressados e insuspeitos”, desde que suas crônicas atendiam ao objetivo de desmoralização do Império. A receptividade à revista, até aí, traduzira-se no calor dos aplausos das correntes de oposição ao Trono, na reimpressão das *Farpas* em prelos do Recife, ainda que sob os protestos de Eça e Ramalho.

Eis, porém, quando o público do Recife tomou conhecimento da nova realidade, trazida pelas malas postais da Europa, nas *Farpas* seguintes às escritas sôbre as andanças do Imperador. De um instante para outro, as doces ver-rinas de Eça transformaram-se em acres censuras aos brasileiros, fôssem monarquistas ou republicanos; em sátiras endemoniadas; em alusões insultuosas, diante das quais veio a ser indiscriminada a repulsa, em Pernambuco.

Os novos artigos, de alusão aos brasileiros, não se revestiam das sutilezas anteriores. Talvez indignado com o “roubo” de seus direitos autorais, tanto no Recife,

como no Rio de Janeiro, o escritor desandou-se em facécias, espicaçando o brasileiro e apontando-o ao desprezo público.

A página de Eça intitulada "O Brasileiro" alcançou enorme repercussão na Província, quer na cidade, quer no interior.

A leitura, hoje, desse artigo, enfeixado no segundo volume de *Uma Campanha Alegre*, não dá a idéia dos justos e compreensíveis limites da revolta que se apoderou dos habitantes de Pernambuco, em 1872. Por mais que se tente, agora, investigar as origens das indisposições que se geraram contra o escrito de Eça, tal como se encontra êle reproduzido nas edições modernas de sua obra, não se pode atinar a que pretexto se teriam apegado os pernambucanos para reagir tão violentamente, como o fizeram, à crônica das *Farças*.

Em 1890, ao acordar com Ramalho Ortigão a respeito da iniciativa de cada um dos autores das *Farças* editar, em livro separado, o que havia sido escrito, em 1871 e 1872, sob regime de parceria, Eça de Queiroz achou prudente omitir algumas crônicas, modificando inteiramente o conteúdo de outras. Entre as refugadas e as corrigidas, achavam-se exatamente as FARPAS que despertaram em Pernambuco velhos ressentimentos nacionais.

Quase vinte anos depois de escrevê-las, consagrado, já então, pelo público leitor do Brasil, como um grande romancista, a Eça não interessava, em 1890, reavivar incidentes, que o tempo arrefecera, e à fama não aproveitavam.

Por isso é que, no primeiro momento, se rebelou contra a idéia de Ramalho, de reeditar *As Farças* em sua forma original, sem alterações:

"Eu acabo de reler as minhas *Farças*; são uma coleção de pilhérias envelhecidas que não valem o papel em que estão impressas... Estou hoje tão longe delas, e do estado de

espírito que as inspirou — que já quase as não compreendo, e portanto, de modo nenhum as defendo" (1).

É certo que, diante da insistência do companheiro, terminou por aceder às instâncias da republicação, não sem advertir o amigo destas verdades:

"V. nasceu com um estilo já feito e escrevia tão bem há vinte anos, como escreve hoje. No tempo das *Farpas*, eu estava ainda no período bárbaro da forma. Não era possível, decentemente, deixar aparecer ao Público, páginas assim desalinhas, e por véses despidas da própria gramática" (2).

Embora Eça tivesse dito que adaptara "uma *toilette* a cada artigo", e que "nem uma só frase foi alterada na sua intenção ou no seu feitio *d'humour*", a verdade manda que se proclame o oposto, no cotejo entre os originais das *Farpas* e os dois volumes de *Uma Campanha Alegre*. Em certos casos, a *toilette* foi refeita de maneira radical; em outros, nem sequer o desejo de retocar estêve presente, deixando Eça que o tempo sepultasse no esquecimento inúmeras páginas de suas criações de folhetinista da sátira.

No artigo denominado "O Brasileiro", o sentido principal que norteava o escrito foi, na reedição, inteiramente modificado. Confrontem-se as duas obras de Eça — *As Farpas*, nos originais de 1872, e *Uma Campanha Alegre*, nas edições a partir de 1890 — e ver-se-á a extensão dos cortes e das alterações. Numa, o objetivo de Eça é o brasileiro, nascido no Brasil; noutra é o *brasileiro*, ou seja, o português do anedotário lusitano, que, enriquecendo no Brasil, volta à pátria de origem.

Nas *Farpas* de 1872, assim começava a crônica:

"Há longos anos o *Brasileiro* é entre nós o tipo de caricatura — mais francamente popular".

(1) *Novas Cartas Inéditas de Eça de Queiroz*, págs. 141/142.

(2) *Idem*, págs. 144/145.

Duas décadas depois, não lhe sendo útil, nem proveitoso, remoer ofensas aos seus milhares de leitores do Brasil, Eça emendava a mão, redundante:

“Há longos anos o *Brasileiro* (não o brasileiro brasílico, nascido no Brasil — mas o português que emigrou para o Brasil e que voltou rico do Brasil) é entre nós o tipo de caricatura mais francamente popular”.

A ressalva de Eça, em 1890, valia, quase, por uma auto-crítica, pesadas as conseqüências do artigo em Pernambuco, na sua primeira feição, em 1872.

Dito isto, restauremos a originalidade das *Farpas*, os seus conceitos primitivos, a côr de que se revestiram as suas ironias — para entender e justificar as manifestações de repulsa dos pernambucanos, diante dos “ignominiosos insultos” de Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, “os dois répteis, ao mesmo tempo audaciosos e nojentos, que a natureza nas horas de fadiga de suas prodigalidades, lançou sôbre a terra para vergonha, miséria e aviltamento do solo português”<sup>(2)</sup>.

“Cada nação — dizia Eça, retratando o brasileiro — tem um personagem típico, criado para o riso público”. O Brasil possuía o seu: “grosso, trigueiro com tons de chocolate, modo ricaço, arrastando um pouco os pés, burguês como uma couve e toско como uma acha, pescoço suado, colete com grilhão, chapéu sôbre a nuca, guarda-sol verde, a voz fina e adocicada, ar desconfiado e um vício secreto”.

Para Eça de Queiroz, o brasileiro era:

“o pai achinelado e ciumento dos romances satíricos: é o gordalhufo amoroso das comédias salgadas; é o figurão barrigudo e bestial dos desenhos facetos: é o maridão de tamancos traído — dos epigramas”.

---

(2) De uma publicação da época, adiante referida.

No desfiar de tantos baldões, ia longe o folhetinista:

“Nenhuma qualidade simpática e de fino relêvo se supõe no brasileiro: não se lhe supõe espírito, como não se supõe aos negros corrediços cabelos loiros; não se lhe supõe coragem, e êles são, na tradição popular, como aquelas abóboras de agôsto que sofreram tôdas as soalheiras da eira: não se lhe supõe distinção — e êles são, na persuasão pública — os eternos toscos achinelâdos da rua do Ouvidor. A opinião pública nega-lhes o caráter e atribui-lhes os negócios de negros. A imaginação irônica suspeita-lhes colêtes de veludo verde com matizes escarlates e fachadas de casas riscadas de amarelo com telhas azuis. O povo supõe-no o autor de todos os ditos ilustremente sandeus, o herói de todos os fatos universalmente risíveis, o senhor de todos os prédios grotescamente construídos, o freqüentador de todos os hotéis sujaamente lúgubres, o namorado de tôdas as mulheres gordalhafamente ridículas, o autor de todos os versos aleijadamente facetos.

Tudo o que se respeita no homem é escarnecido aqui no brasileiro; o trabalho tão santamente justo, lembra nêle, com riso, a venda de tapioca numa baiúca de Pernambuco”.

O artigo de Eça, todo êle, era um aproveitamento inteligente de situações equívocas, em que o brasileiro, *brasílico*, e o português, “brasileiro” de torna-viagem, se confundiam, dando margem, como realmente deu, às mais incontroláveis reações de cólera em Pernambuco.

O gracejo era impiedoso, naquele labirinto de caricatura:

“Tudo o que é ou faz, tem uma cauda de gargalhadas; se negocia, aparece como *dono de navio*, personagem grotesco das comédias de feira. Se pertence à nobreza é suspeito de se chamar barão de Suriquitô ou conde de Ipátápá! Se fez a guerra uma universal risada ecoa, e todos lembram o grito

célebre — Quebra esquina, *minhá gêniti!* Se fala aquela estranha linguagem, que parece português — com açúcar, a hilaridade estorce-se. A celebridade dos seus calos enche o mundo. O seu pouco asseio faz desmaiar as virgens. O seu maior feito — a vitória do Paraguai, mereceu em Portugal este dito célebre que corria as ruas: o Brasil encheu-se de glória, oh Brasil dá cá o pé!”

Mais adiante do artigo, Eça reconhecia que os portugueses procediam “facciosamente mal” ao rir dos brasileiros, “por que, enfim, êles vêm de nós! As suas qualidades tiveram o seu gremem nas nossas qualidades”.

Explicando, fisicamente, o brasileiro, o redator das *Farpas* dava-o como o português que alargara ao sol, daí por que “o brasileiro é a expansão do português”.

A visita de Pedro II a Portugal tivera, segundo Eça, a vantagem de ligar dois corações: “o coração onde bate o amor da orelheira e o coração onde pulsa a paixão da tapioca”.

Ao encerrar a crônica, dizia:

“Brasileiros, se estas páginas risonhas fôrem levadas por um vento feliz às vossas chácaras, lêde-as sem rancor, entre o ruído dos engenhos e o bocejar da *sinhá*. Nós queremos-vos delicadamente bem. Se a nossa pena ri em tórno de vós — a nossa filosofia aplaude-vos. A França escarnece a suíssa do inglês, mas admira-lhe o caráter e copia-lhe os jockeys. Nós sorrirmo-nos dos vossos colêtes, amamos o vosso trabalho e comemos os vossos doces. Vós tendes qualidades fortes, duradouras, boas para alicerces da vida! E depois vós dais-nos dinheiro! vós proveis-nos de papagaios! São coisas que não se esquecem!

Assim, brasileiros, sabe-o — vós que tão amplamente, tão rëgiamente recebeis o ávido português explorador, sabe-o — tendes nas *Farpas* uma sólida e ativa amizade! Um honrado “shake-hands” e dai-nos notícias vossas!”



Que teria sido de Eça de Queiroz e de seu prestígio no Brasil se tivesse procedido à reedição literal desse artigo das *Farpas* sem a *toilette* de 1890?

Os mais argutos conhecedores da obra do grande romancista ignoraram, de modo completo, os fatos que aqui se narram, das sensíveis alterações no conteúdo das *Farpas*. Nem os intérpretes de sua arte, nem os historiadores de sua vida, nas centenas de livros publicados em Portugal e no Brasil, se deram conta de tais mutilações; muito menos se aperceberam do incidente que as primitivas *Farpas* ocasionaram em Pernambuco — sinal de que não desceram às raízes da formação de sua obra, para analisar os trabalhos na originalidade das primeiras edições.

Antônio Ramos de Almeida, um dos mais lúcidos exegetas dos romances e da vida do autor do *Conde d'Abranhos*, desconhecendo o episódio das *Farpas*, escreveu que Eça de Queiroz foi consagrado no Brasil, “antes de o ter sido no seu país” (3). E, ao declarar que o romancista poupou o Brasil de apreciações ridículas ou fesceninas, Ramos de Almeida ainda avançou que “nem sequer o português enriquecido, que regressava a Portugal para gozar a fortuna, está retratado na sua obra”. Nos romances, evidentemente que não; mas, nas *Farpas*, Eça nivelou portugueses e brasileiros nas cutiladas de sua *verve*, falando mal tanto de seus patrícios, como de nós; criando-nos de chacotas e moxinifadas que se não fôssem, a tempo, corrigidas, talvez hoje reduzissem de muito o culto à sua memória.

Quanto ao *brasileiro* — o português que emigrou para o Brasil e voltou rico do Brasil — retificou Eça de Queiroz os seus conceitos, no prefácio que escreveu, em 1880, para o romance do lusitano Luís de Magalhães, *O Brasileiro Soares*:

---

(3) *Eça*, pág. 25.

“V., portanto, indo buscar o brasileiro a esses limbos da caricatura disforme para o fazer reentrar na natureza, e na partilha comum do bom e do mau humano; revestindo-o pela verdade observada, de tôdas as excelências morais de que o despira, sistematicamente, a calúnia romântica; mostrando ao antigo tipo do bruto a possível existência do santo — executou uma verdadeira obra de reabilitação social”.

Fomos, os brasileiros *brasilicos*, mais infelizes do que os portugueses apatacados. Quanto a nós, a auto-crítica de Eça se processou por mera condescendência, ou conveniência, nas laudas de revisão tipográfica de *Uma Campanha Alegre*...

Não houve, no Recife, ao tempo das *Farpas*, ninguém que tivesse entendido o artigo de Eça de Queiroz sob aquêlê duplo sentido que realmente o inspirou. Todos o admitiram como ofensa aos brasileiros, sem maiores preâmbulos. E, até em Lisboa, foi essa a interpretação da crônica, como se poderá verificar das notas de protesto do jornal *Brasil*, de Antônio M. de Castilho.

Ao mesmo passo que se conheciam e comentavam, na Província de Pernambuco, as calúnias contra os brasileiros, *As Farpas*, em seu número de fevereiro de 1872, publicava outro artigo que, como o anterior, suscetibilizaria fortemente os leitores do lado de cá do Atlântico. Ironizava-se nêle, a língua portuguesa falada no Brasil. Nem as obras completas de Eça, tampouco as de Ramalho, recolheram esta crônica sôbre o idioma “brasileiro”, embora se tratasse de uma das melhores de tôda a revista, naquela fase.

Dessa vêz, porém, parecia caber a Ramalho a tarefa de ridicularizar as coisas do Brasil. A citação dos clássicos da língua, o aprumo da frase, a ironia equilibrada, sem descair na pilhéria excessiva das outras crônicas, apontam-no como o autor desta grande página de humorismo:

“Pelas conversações que o Imperador teve em Lisboa, soube-se que existe no Rio de Janeiro — e é ilustre o preponderante — um homem que possui êste título: Barão de Minhinhonhá! Se assim é — e se há ainda algum resto de dignidade nacional, pedimos a intervenção enérgica do govêrno. Um país não deixa esbofetear no estrangeiro os seus cidadãos, nem rasgar a sua bandeira: desforram-se à bala estas humilhações da honra.

Ora a bochecha do cidadão ou o paninho azul e branco — não tem mais direitos ao respeito público — do que a língua nacional. Arrastar pelo chão do grotesco, — uma língua — até ao vocábulo *Minhinhonhá*, é desfeitear a intelligência de uma nação, a austera dignidade da sua palavra, o verbo do seu pensamento, a literatura e a memória dos puristas, e a inviolabilidade da sua idéia.

Minhinhonhá — é uma nódoa, é um pingo de lama, é um traço de saliva, é um espapado de gordura, — na pureza altiva de uma língua, onde sucessivamente veio depor a essência da sua alma, a geração venerada que vai de Bernardim Ribeiro a Garrett.

Se os Srs. brasileiros não podem coibir-se de vir para o português de frei Luís de Sousa e de Antônio Vieira, deixar escorrer aquêlê melaço fluido e baboso que lhe sai dos beiços — quando falam — tenham a bondade de pôr entre a sua palavra e a nossa língua — uma bacia! Vocábulos daqueles não se depositam num dicionário respeitável, atiram-se para uma escarradeira. Os Srs. brasileiros tenham a bondade de falar — para a rua ou nos seus lenços!

E o govêrno, se tem dignidade, deve pelos seus agentes diplomáticos — pôr côbro àquele extravasamento de brasileiro — sôbre o português de Camões. Os Srs. do Brasil que dêem uma direção à sua linguagem — de modo que não venham cair como um enxurro sôbre os nossos dicionários que passam. Em último caso que a canalizem! E assim o brasileiro que

tiver a expelir um período eloqüente ou uma frase sublime, já se não aproxima da nossa gramática — dirige-se logo à sargeta!

Esperamos tranqüilos as decisões dos poderes públicos”.

É claro que não existia, no Brasil, o tal *Barão de Minhinhonhá*. Em suas conversações com os literatos e políticos portugueses, Dom Pedro II pode ter-se referido ao nome, realmente exquisito para os lusos, do Visconde de Jequitinhonha, o parlamentar e jornalista baiano, autor do primeiro projeto de abolição da escravatura (4). O espírito gracejador das *Farpas* fêz do Visconde de Jequitinhonha o caricato *Barão de Minhinhonhá*.

Por essas e outras brincadeiras de mau gôsto é que os leitores das *Farpas*, em Pernambuco, deixando de lado os conselhos de Eça, de juntar, num só, “o coração onde bate o amor da orelheira e o coração onde pulsa a paixão da tapioca”, reacenderam a velha chama do anti-lusitanismo, que um passado mais ou menos remoto ateara na consciência de nosso povo.

O grito de “mata-mata marinheiro” (5) voltou, então, a reboar pelas terras pernambucanas, como forma de desagrar a dignidade nacional, atingida pela sátira de “dois répteis, ao mesmo tempo audaciosos e nojentos”.

---

(4) Francisco Cé-Acayabá, Visconde de Jequitinhonha, 1794-1870. É possível também que Pedro II haja referido o nome de Joaquim Monteiro *Caminhoá*, grande figura da medicina e da botânica brasileira, 1836-1896.

(5) “*Marinheiro* — qualificativo, com expressões depreciativas, dado aos portugueses, e que naturalmente vem dos anos de 1710, às explosões revolucionárias do movimento político conhecido na história por Guerra dos Mascates”. “A frase *mata-mata marinheiro* era, então, como um mote de guerra na boca dos exaltados”. Pereira da Costa, “Vocabulário Pernambucano”, in *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, vol. XXXIV, nos. 159-162, pág. 471.

## CAPÍTULO V

Exaltação dos sentimentos nativistas. Insultos que “só se usam nas cozinhas”. *Os Farpões*, revide dos pernambucanos às *Farpas*. Onde nasce a “Árvore das Patacas”. O “argumento” do *Cipó-Pau* e do *Quiri*.

As *farpas* de Eça sôbre o brasileiro constituíram-se num extremado gravame à honra nacional. Em Pernambuco, por condições especiais, despertaram os artigos uma inesperada reação popular, envolvendo tôdas as camadas sociais da Província, sobretudo no Recife e em Goiana, próspero município do interior.

O *Diário de Pernambuco*, com a sua tradicional ponderação conservadora, chamava a atenção das autoridades e do povo, em editorial, para a seriedade do problema. A velha pendência entre brasileiros e portuguezes vinha novamente à baila, com todos os prenúncios de uma luta de nacionalidade. Daí por que o *Diário*, sentencioso, aconselhava: “Não convém tocar em feridas já cicatrizadas. Pensem nisso os espíritos que se habituaram a lançar bombas incendiárias no seio de povos pacíficos, mas fácilmente irritáveis quando se lhes toca no que elles chamam meus tesouros”.

A seqüência de movimentos nativistas contra a dominação portugüesa, desde Mascates, incluindo as agitações

de 1831 e 1832, e a grande Revolução Praieira, depois da Independência, se levaram Pernambuco a contribuir para o desenvolvimento geral de uma política de auto-determinação, não tiveram forças no sentido de abolir o monopólio luso no comércio interno.

Os panfletos de Eça de Queiroz vieram excitar, mais ainda, o estado de animosidade contra os portugueses. As questões de honra — como diria êle depois — ocultavam, no fundo, velhos problemas econômicos, que *As Farpas* só fizeram ericar.

O jornal *O Movimento*, em cujas páginas Sílvio Romero divulgava os primeiros ensaios de reação crítica ao romantismo, protestou enèrgicamente, em editoriais de larga ressonância na Província, contra os escritos de Eça e Ramalho que denegriam o brasileiro, chamando-o “O maridão de tamancos traído — dos epigramas”, e menoscabando a língua portugueza, falada em nosso país. Dada a influência de Sílvio na redação do periódico<sup>(1)</sup> e conhecidos os seus pendores de polemista, é de admitir que os pronunciamentos daquele jornal literário contra *As Farpas* tenham sido da autoria do grande historiador brasileiro.

De resto, quase tôda a imprensa do Recife tomou partido diante das injúrias das *Farpas*. O jornal acadêmico *O Meteoro*, em seu número de 16 de junho, sob o título “Um Monossílabo às *Farpas*”, identificou-se, enraivecido, com as manifestações de repulsa à revista portugueza, dizendo:

---

(1) ALFREDO DE CARVALHO, em sua obra *Anais da Imprensa Periódica Pernambucana de 1821 a 1908*, atribui a *O Movimento* a circulação de um único número. Engano do historiador. O jornal circulou várias vezes em 1872, em duas fases. O próprio Sílvio, no vol. 4.º, pág. 136, da *História da Literatura Brasileira*, alude a vários números do periódico.

“Pode vir tarde, mas vem sempre a propósito esta interjeição que aqui inserimos com relação às *Farpas*. Não que queiramos elevar os apodos grosseiros, com que os libelistas e panfletários portugueses nos mimosearam, à altura de uma questão de melindre nacional, nem que suponhamos que insultos no estilo de que não sabemos se se usa nos salões de Lisboa, mas de que no Brasil só se usa nas cozinhas, mereçam a indignação de quem sabe a quanto pode levar a *auri sacra fames*.

Juntando-se à fúria nativista dos demais órgãos da imprensa recifense, *O Meteoro* perguntava:

“Por que será que quando vêm a certos homens tentações de morder, ou vontade de vomitar, eles não se trancam em um quarto, ou não colocam uma bacia entre sua boca e a imprensa? E o que surpreende é que portugueses digam que o povo que já enviou ao Brasil um rei *Bobéche*, um monarca que fugiu de casa com medo, deixando em prantos uma cidade e um reino entregue aos furores de um exército invasor, e conduzindo consigo todos os milhões de cruzados que encontrou; que o povo que viu uma côrte desmoralizada, seus fidalgos ladrões, seus aventureiros agaloados, seu príncipe... seu rei d. João VI, sua rainha corruta, acharem no Brasil um abrigo para sua covardia, que esse povo tenha o direito de ridicularizar ao imperador do Brasil”.

E prosseguia *O Meteoro* acentuando o desabafo:

“Teria ido o sr. Pedro d’Alcântara pedir aos srs. Ortigão e Eça de Queiroz suas casas para alojar a sua comitiva? Teria éle exaurido o tesouro português na satisfação da gastronomia — essa paixão dos brutos e de certos reis? Entretanto isto já se viu um rei português fazer no Brasil. E se D. Pedro d’Alcântara apresentou-se na Universidade à *burguês*, coisa pior se sabe de D. João, que no dia de sua coroação, fêz no real coche o que as crianças fazem nos coeiros”.

E arrematava o jornal:

“Porém o que ainda surpreende mais é que queiram fazer do brasileiro o tipo do ridículo — o povo que manda para o Brasil o tipo que se chama vulgarmente o *parrudo!*”

As reações às *Farpas*, todavia, não se cingiram às páginas da imprensa. Dos prelos do Recife, em represália, saíram livros e folhetins, numa época em que as polêmicas eram férteis e as oficinas gráficas representavam verdadeiros fossos nas lutas do povo; trincheiras democráticas, onde se podiam travar sem a contenção de liberdade de pensamento, os mais acesos debates públicos.

Um pernambucano, afeito às lutas de imprensa, tomou a si o encargo de contra-farpear as invectivas de Eça de Queiroz, escrevendo um livro, *Os Farpões* (2), de 59 páginas, editado pela Tipografia Comercial, de Geraldo H. de Mira, localizada à Rua Estreita do Rosário, n.º 12. A êsse opúsculo, que circulou em cadernos, semanalmente, antes de ser enfeitado num só volume, deu-lhe o autor — José Soares Pinto Correia — o pomposo título de *Os Farpões ou Os Bandarilheiros de Portugal — Resposta Cabal aos Srs. Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz. Autores das Farpas ou Fastos da Peregrinação de S. M. o Imperador do Brasil pelo Reino de Portugal.*

Sem filiar-se às correntes literárias em voga, nem participar destacadamente da vida cultural do Recife, José Soares Pinto Correia foi um patriota, amante da liberdade e defensor do abolicionismo, tendo ainda o mérito de haver sido, na história do periodismo pernambucano, em 1864, o pioneiro da imprensa de crítica de costumes, ilustrada com “charges” e desenhos humoris-

---

(2) Exemplar raríssimo, em poder do autor dêste livro, tendo pertencido ao goianense José Jerônimo de Albuquerque Maranhão. Não conhecemos outro, no Brasil.



ticos. Seu jornal *A Crise*, impresso oito anos antes dos *Farpões*, era um “periódico caricato, crítico, facêto e literário”, tendo circulado, pela primeira vez, a 12 de dezembro, com uma única página de apresentação, o verso em branco. De sua curta existência, registram os arquivos da Biblioteca Pública do Estado dois números, o 1.º e o 4.º, sendo que êste, datado de 8 de janeiro de 1865, foi provavelmente o último, na opinião de Alfredo de Carvalho (3).

O primeiro periódico ilustrado que apareceu no Recife, com gravuras em litografia, foi *O Monitor das Famílias*, de Filipe Néri Colaço (4), em 1859, graças à ajuda do francês A. Ridoux, que se encarregava da parte gráfica. Tratava-se de uma revista, sem conteúdo político. *A Crise*, porém, inaugurou, na cronologia do jornalismo de Pernambuco, o gênero de crítica política e social, através da caricatura, da alegoria e da “charge”.

Logo depois da *Crise*, cujos desenhos fixavam os acontecimentos da semana — o incêndio da loja de trastes, o regime de irresponsabilidade na Câmara Municipal, a carestia dos gêneros alimentícios, os desmandos do comerciante Bastos à frente do Gabinete Português de Leitura — começaram a aparecer no Recife periódicos de iguais feições, como *A Nova Crise*, de Antônio Soares de Carvalho, e *A Palmatória*, dirigida por um grupo de estudantes de Direito, à frente José Xavier Cardoso, em 1865; o *Correio do Recife*, a *Revista Ilustrada* e *O Recife Ilustrado*, em 1866; *O Thug* e *A Carapuça*, em 1867; *A Careta*, em 1868; a famosa *América Ilustrada*, de longa existência, com uma tiragem, em média, de 1.200 exemplares, e na qual colaboravam, desenhando ou escrevendo,

(3) *Ob. cit.* Alfredo de Carvalho engana-se quando fixa a data de 18 de dezembro como tendo sido a da circulação do 1.º número da *Crise*. O jornalzinho de José Soares começou a circular a 12 de dezembro.

(4) Filipe Néri Colaço, agrimensor, professor de inglês e de matemática do ginásio Provincial e interessante figura de periodista.

Carneiro Vilela, Vera-Cruz, Crispim do Amaral, Lima Penante, Pinto Bandeira, Feliciano Prazeres, Marcolino Câmara, Francisco Cismontano, Afonso Olindense e Martins Júnior, de 1871 a 1886, com algumas interrupções; *O Serrote*, a *Ilustração Pernambucana*, a *Revista Ilustrada* e a *Revista Pitoresca*, em 1872; *O Brasil Ilustrado* e *A Mutuca*, em 1874; e, por fim, marcando uma época na história do periodismo ilustrado, o célebre *Diabo a Quatro*, revista infernal, redigida por Aníbal Falcão, Antônio de Sousa Pinto, português, e Adolfo Generino dos Santos. *O Diabo a Quatro*, realmente, “elevou sobretudo a crítica de costumes a proporções nunca depois excedidas, tanto na justeza e no chiste das observações, como na probidade do critério” — como acentua Alfredo de Carvalho — representando o ponto culminante do jornalismo de crítica social, em desenhos magnificamente concebidos e executados com mestria.

Foi José Soares Pinto Correia, assim, o precursor desse importante gênero de imprensa, que fez época nos fins do século passado, em Pernambuco. Nas páginas do seu periódico, publicavam-se “grátis os escritos defendendo o bem público”, embora às outras colaborações também se desse acolhida, pagando-se, no entanto, “o que se convencionar”...

*A Crise* saía aos domingos. E qualquer negócio relativo ao jornalzinho devia “ser dirigido em carta fechada (sic) ao seu principal redator e responsável José Soares Pinto Correia Júnior<sup>(5)</sup> na Rua das Cruzes, n.º 23, ou nesta tipografia”.

José Soares foi, contudo, um modesto intelectual, dele não se tendo informado os estudiosos de nossa bibliografia, como Pereira da Costa e Sebastião de Vasconcelos

---

(5) Em 1872, José Soares suprimiu o Júnior de seu nome, talvez pelo desaparecimento de seu genitor. *A Crise* era impressa na Tipografia de Geraldo H. de Mira.

Galvão. O próprio Alfredo de Carvalho, que o citou nos *Anais da Imprensa Periódica Pernambucana de 1821 a 1908*, classificando seu jornal como, no gênero, "o primeiro periódico publicado em Pernambuco", desconheceu-lhe por completo a atuação posterior, como polemista e panfletário.

Contra Eça de Queiroz levantou-se, pois, êsse homem do povo, gritando os seus protestos diante dos agrestes insultos dos "dois cavalheiros de indústria... que a zona do sol português ilumina!"

*Os Farpões*, na fixação de tipos e caracteres dos portugueses residentes em Pernambuco, foi uma réplica à altura dos escritos de Eça, juntando-se, como anverso, ao humorismo das *Farpas*.

Em muitos pontos, José Soares parodiou as crônicas lisboetas sôbre o Imperador e os brasileiros. O que se não lhe nega, porém, é a capacidade de descobrir, no português imigrante, no "parrudo" domiciliado no Recife, no "taful muito alambasado nos dias úteis e nos dias de guarda, de tamancos e chapéu alto", a nota do ridículo e do típico. No "português carroceiro", no "português caixeiro de loja de fazenda ou armarinho", no "português sócio de algum armazém de toucinho ou de carne sêca", no "português que negociou e faliu três vêzes, pagando os seus credores com noventa por cento de abate", no português do "Gabinete de Leitura ou do Monte Pio", das "lojas da Rua do Crespo" ou "dos armazéns de secos e molhados da Rua da Praia" — José Soares anotou, em traços de ironia, as peculiaridades de temperamento, expostas ao riso público, impiedosamente, nos *Farpões*.

Dirigindo-se a Eça e Ramalho, "êsses dois portugueses que são, incontestavelmente, os dois répteis, ao mesmo tempo mais audaciosos e nojentos, que a natureza nas horas de fadiga de suas prodigalidades, lançou sôbre a terra para vergonha, miséria e aviltção do solo portu-

guês”, *Os Farpões* correram em defesa dos bríos nacionais, fazendo uso das mesmas armas dos adversários, embora “um poder sobrenatural” impedisse, aqui e ali, de José Soares conservar-se “nas raías da fleugma...”

O *Jornal do Recife*, de sábado, 8 de julho de 1872, anunciava *Os Farpões* dêste modo:

“*Os Farpões* ou os bandarilheiros de Portugal — Resposta às *Farpas* — Acham-se publicadas as fôrmas 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> in francês. Vende-se na tipografia da Rua estreita do Rosário e nas livrarias da Rua do Imperador n.º 71 e 79, à razão de 100 réis a fôrma de 8 páginas”.

No sábado, 15 de julho, depois de comunicar aos leitores que já haviam saído, durante a semana, a 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> fôrmas, o jornal noticiava:

“OS FARPÕES — Está completa a resposta às *Farpas* que se acha à venda de quarta-feira em diante, na tipografia da Rua estreita do Rosário, n.º 12, e na livraria Parisiense, Rua do Imperador, n.º 71”.

O livro de José Soares Pinto Correia, afóra o prólogo, de um poder de sarcasmo digno de uma discussão com Eça de Queiroz, é quase uma paródia das *Farpas*. O que os portugueses disseram de Pedro II, Imperador do Brasil, José Soares diz do Rei de Portugal, Dom Luís I. Não se pode negar ao jovem pernambucano um certo brilho no adaptar aos portugueses as situações criadas por Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão. Em muitos casos, José Soares suplantou a *verve* dos redatores das *Farpas*.

Apresentando-se aos “bandarilheiros de Portugal”, escrevia o autor dos *Farpões*:

“Bem sei que não me competia, a mim, qual o súdito brasileiro mais obscuro, responder aos Srs. Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz; porém, sentindo em meu peito o palpitar

de um coração animado pelos mais santos princípios de patriotismo, e considerando êle como um elo estreito que une o homem a Deus e à sua mãe pátria, não pude conter-me na órbita que me prescreve a modéstia e a minha educação, ao ler um livreto que atualmente corre entre nós, segunda edição de uma edição portuguesa. Este livro, parto hediondo de dois portugueses chamados Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz, sob o título — *As Farças ou Fastos da Peregrinação de Sua Majestade o Imperador do Brasil por estes Reinos* — me causou tanto nojo e tédio, quanto me revoltou êste tremedal de insultos e de mentiras!

Mais adiante do prólogo, aduzia o pernambucano:

“Quiseram ridicularizar aos brasileiros na pessoa de seu sábio monarca, para fazer recuar o índio americano; loucos! Em lugar dos brasileiros insultados, erguer-se-ão as nações civilizadas e nobres, quais tubas de milhares de vozes, para defender aos brasileiros, e calcar severamente aos pés, os sentimentos malignos de Portugal manifestados por êsses dois portugueses absolutamente pernósticos — Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz. Bem compreendo do que necessitam êsses dois parasitas sociais. Coitados! querem dinheiro; e o dinheiro em Portugal é muito caro, e lá não *vegeta a árvore das patacas* (6) como os portugueses acreditam que ela floresce cá no Brasil”.

Aludindo à acolhida dispensada pelos brasileiros às obras literárias procedentes de Portugal, observava o autor dos *Farpões*:

“Vós sabeis perfeitamente que todos os livros que vêm de vossa terra para aqui, os brasileiros benignamente os aco-

---

(6) “*Pataca* — Moeda colonial, de prata, do valor originário de 320 réis. “Terra das patacas: era a denominação que os portugueses davam ao Brasil”. PEREIRA DA COSTA, *ob. cit.*, pág. 551.

lhem, não às vèzes pela importância dèles, mas pelo espírito de caridade de que incontestavelmente são dotados os brasileiros. Os brasileiros convictos de que precisais de dinheiro, isto é, de que sois extraordinariamente pobres, e que mais vale um livro, embora repleto de asneiras e sandices, do que dois mil réis, não hesitam em dar consumo a milhares de exemplares”.

Depois de citar um longo trecho de artigo publicado no jornal recifense *O Movimento* por “um jovem brasileiro, no princípio da sua carreira literária, e que felizmente está livre do pestilento contacto de portugueses como VV. SS.”, José Soares, reafirmava os conceitos ali expendidos de louvores à liberdade de imprensa, censurando Ramalho e Eça pelo fato de utilizarem, como arma, o panfleto, em “descomposturas muito esfarrapadas”:

“Em lugar de andardes insultando, sem motivos plausíveis a estrangeiros que de vós não se lembram nem para... ir para o céu, e por êste meio inqualificável locupletar-vos com os seus vinténs, será melhor que continueis no vosso officio de esgotador dos tanques aonde se depositam as matérias fecais e todo animal que morre no campo — Aí, sim; permaneceréis no vosso elemento, visto que não só isto, como as lamas e as águas encharcadas de todo o Portugal não bastam para saciar-vos: quereis enlamear-nos também !”

Quanto ao tipo brasileiro, desenhado por Eça, retrucava José Soares:

“Dizeis que o brasileiro é entre vós o tipo de caricatura mais francamente popular. Bem; os portugueses entre todos os povos do mundo, não só são o tipo de caricatura mais francamente grotesca, como também o sinónimo mais manifesto da estupidez ! Serve a resposta ? Dizeis que o brasileiro é o personagem típico criado para o riso dos portugueses.

Bem; o português é o personagem típico criado para excitar a comiserção universal! Ainda vos agrada? Dizeis que o português tem o brasileiro como o seu personagem típico, por ser: grosso, trigueiro com tons de chocolate, modo ricaço, arrastando um pouco os pés, burguês como uma couve e tôsko como uma acha, pescoço suado, colête com grillão, chapéu sôbre a nuca, guarda sol verde, a voz fina e adocicada, ar desconfiado e um vício secreto. Bem; o português é o personagem típico do brasileiro, por ser: estúpido, rubro com tons de *binho verde*, modo agiota, batendo muito com as patas de organização metálica, burguês como um porco e tôsko como uma broa, pescoço nauseabundo, colête de sarapilheira, chapéu bem largo enterrado pela cabeça sebosa, guarda sol enorme e de côr dúbia, a voz rouquenha e ininteligível, ar assombrado e muitos vícios manifestos. Vai-vos agradando? Dizeis que o brasileiro é o pai achinelado, e ciumento, dos romances satíricos: é o figurão barrigudo e bestial dos desenhos facetos: é o maridão de tamancos, traído... Bem; o português é o pai tacanho e ridículo dos contos das bruxas: é o figurão obeso e indolente dos desenhos das tabuletas das casas de pastos: é o maridão de sapatões taxeados, traído..."

### Depreciando Portugal, *Os Farpões* perguntavam:

"Quereis uma prova exuberante da morosidade da civilização de Portugal? Vêde: em 1745, Portugal ainda era tão rústico, que se ressentia das utilidades as mais simples, que imaginar se pode. Com 673 anos de existência, ainda não conhecia a utilidade dos garfos!"

Auto-retratando-se, José Soares traçava o seguinte perfil de sua personalidade, arremedando os autores das *Farpas*:

"Sou um homem que VV. SS. ainda não viram (do que Deus me há de livrar) e de quem ainda não tiverem notícia.

São inumeráveis os títulos que nesta ocasião poderia exhibir dos defeitos e mazelas — que não tenho. E passo a mencioná-los: Não sou português; não sou aventureiro; não sou passador de cédulas falsas; não nasci com as ventas atoladas nos tanques de matéria seleta, a qual dá viço às cebolas portuguesas; não insulto a estrangeiro algum gratuitamente; não sou petulante; não sou de ignóbil educação; não sou devasso. Suponham VV. SS. (nada de contacto) um taful que, a não temer mostrar-se imodesto, pode provar a VV. SS. que — é um brasileiro, natural de Pernambuco, e os sentimentos do seu coração não são degradantes como os de VV. SS.”

#### E acrescentava o inflamado nacionalista:

“É realmente pena, que VV. SS. não me conheçam! O que se lhes há de agora fazer! (é coisa muito fácil) Dêem uma chegadoinha até cá, e terão o prazer de me conhecerem; e eu extremamente jubiloso, mostrar-lhes-ei como crescem nas matas brasileiras a raiz da *gameleira* e o verdadeiro *cipó-pau* de rêgo e *quiri*, próprios para o lombo dos agressores e petulantes!”

A alusão ao *quiri*, leguminosa “de uma alvura parecida com o marfim, boa de polir-se, e de grande duração, sobretudo por ser respeitada do cupim”, na descrição pitoresca de Pereira da Costa, não vinha ao debate por mera coincidência. Em tôdas as épocas, nas lutas contra o colonizador estrangeiro, o *quiri*, madeira fácil de encontrar-se nas matas brasileiras, estivera presente às crônicas e ao anedotário, juntamente com o *cipó-pau* e o *cipó-de-boi*. O *quiri*, de tôdas essas armas do povo, era o símbolo dos instrumentos de combate nativista e, como tal, passou à história.

Nos primeiros anos do século XVIII, quando da chamada Guerra dos Mascates, havida entre os habitantes



de Olinda e do Recife, os cabeças da insurreição, dominados, foram transferidos para Portugal, onde passaram por longas penas de degrêdo no Limoeiro, a cadeia civil de Lisboa. Quase todos morreram de maus tratos e sevícias, inclusive Bernardo Vieira de Melo, que erguera, no Senado de Olinda, a 10 de novembro de 1710, o primeiro grito de República, no Brasil. Dêles, um bravo pernambucano, Leonardo Bezerra Cavalcanti, depois de cumprir 13 anos de prisão, foi pôsto em liberdade, sob a condição de não regressar à terra natal, onde deixara família.

Fixando residência na Bahia, Leonardo Bezerra Cavalcanti correspondeu-se com seus parentes no Recife. Numa carta, que ficou célebre, o velho patriota advertia:

“Não corteis um só *quiri* das matas; tratai de poupá-los para em tempo oportuno quebrarem-se nas costas dos *marinheiros!*” (7).

Pinto Correia, ameaçando Eça e Ramalho de mostrarlhes as “excelências” do *quiri*, revivia um tema tradicional das lutas populares contra o estrangeiro invasor. E isso, como veremos, foi o que mais feriu a suscetibilidade dos redatores das *Farpas*.

As costas de Dom Luís I, Rei de Portugal, José Soares colocava uma “caixa de pinho” em substituição à mala de Dom Pedro. “A caixa de pinho — escrevia Soares — é a antítese do cetro. Um escraviza; a outra liberta”.

Em lugar de “orelheira de porco com feijão branco”, que o paladar burguês do Imperador exigira em Lisboa, segundo *As Farpas*, Dom Luís pedia no Recife, na vilegiatura que empreendera através da fantasia do folhetinista pernambucano, um “prato de iscas com fava-rica”.

---

(7) General JOSÉ INÁCIO DE ABREU E LIMA, *Synopsis ou Dedução Cronológica dos Fatos mais Notáveis da História do Brasil*, pág. 171.

À página da ida de Pedro II ao tugúrio, à mansão, à tebaida ou ao aprisco de Alexandre Herculano, *Os Farpões* imaginavam a visita do Rei de Portugal ao comerciante Zé Redondo, estabelecido no Recife:

"Sua Majestade real visitou o Sr. Zé Redondo. Isto, é inteiramente incontestável. Todos são acordes. No que porém a opinião está radicalmente desacordada, é acêrca do lugar em que o Rei português visitou' o seráfico comerciante. Eu, imensamente possuído do desejo de dar aos portugueses da santa terra e especialmente aos Srs. Ramalho e Eça, uma idéia bem clara e favorável do seu ilustre e seráfico compatriota, direi mais alguma coisa antes de falar no lugar em que êle foi visitado pelo seu Rei. O Sr. Zé Redondo é um português *comme il faut*. É estabelecido com uma quitanda à Praça do Conde d'Eu e infelizmente é casado com uma brasileira. Fala de tudo e de todos. É irmão da Ordem Terceira de S. Francisco. Inculca ter uma *fortuna vantajosa*. O seu tipo é o mais interessante possível. Para descrever em poucas palavras semelhante tipo basta que se tenha em mente a figura de um paliteiro de casa de pasto.

Ora, pelo que deixo dito, se pode muito bem avaliar o Sr. Redondo. O *Didrio de Pernambuco* diz que o Rei foi à *taberna* do Sr. Zé Redondo. O *Jornal do Recife* afirma que o Rei foi à *quitanda* do senhor, etc. *A América Ilustrada* declara que o Rei foi ao *escritório* do Sr. Zé Redondo; ainda que linhas depois se contradiz narrando que o Rei estêve no *armazém de molhados* do ilustre seráfico que... Uma correspondência para um jornal d'África afiança que o Rei foi à *chafarica* do grande, etc. Outra sustenta que o Rei foi ao *casebre* dêsse que... Outros jornais ensinam que Sua Majestade foi à *palhoça* daquele que... Outra exclama que Sua Majestade foi à *bodega* do cidadão que...

Ora, no meio disto uma coisa terrível se me afigura: é que Sua Majestade se esqueceu de ir simplesmente à *baiúca* do Sr. Zé Redondo".

Se, para Eça de Queiroz, o brasileiro era, apenas, o português dilatado ao calor, para José Soares “o parrudo é a expansão do português”. E as considerações das *Farpas*, a respeito do original fenômeno de física, apareciam, modificadas as situações e *apimentado* o estilo, assim, nos *Farpões*:

“O calor dilata os corpos. Quer dizer: os corpos ao calor dilatam, ao frio encolhem. A mesma lei para as plantas: ao sol a sua natureza alarga, floresce: ao frio da sombra a sua natureza encolhe, emurchece, estiola. A bananeira, nos climas frios, é uma pequena árvore mirrada, hirta, tímida, estéril, encolhida: no calor é para o parrudo a grande árvore triunfante, apoplética de vida, sonora de movimento, ridícula de bananas: o sol desabrochou-a. Mesma lei para as qualidades morais: o português, modesto, humano, discreto e grave, passado para o sol, torna-se o parrudo violento, vaidoso, agiota, sangüinário, ruidoso e febril! Pois bem: eis aí — Portugal é o próprio Portugal dilatado pelo calor. O que os parrudos são expansivamente, os portugueses são encolhidamente: as qualidades retraídas nos portugueses, estão nos parrudos florescentes: os portugueses são modestamente *ridiculitos*, e os parrudos são à larga ridiculões. Os defeitos portugueses, sob o sol, dilatam-se, expandem-se, espriam-se! É como a bananeira: Em Portugal ressequida e esguia, no Brasil florida e soberba. Os portugueses, e os maus gostos, sob um clima frio, estão por dentro: ao sol fecundante, abrem-se em grandes evidências grotescas. O parrudo é o português desabrochado. E o português é o parrudo encolhido: o português está para o parrudo como o paio de vitela está para a perna da vitela: o paio é a perna ensacada, apertada, oprimida, condensada, resumida; o português é o paio do parrudo”.

E as divagações em tórno do fenômeno prosseguiram:

“É o sol que fecunda os portugueses. O Chiado sob o sol dá sem tirar nem pôr uma grandíssima *pamonha* de bredo com azeite de palma ! o amanuense português dá o parrudo, negociante de inhame e amendoins da costa. O português às vêzes fita um corte de colête verde com riscas escarlates à maneira de pano da costa ? É o parrudo a remexer-se por dentro. O português deseja ardentemente amendoins ? É o parrudo. Apetece-lhe ir ver o *maracatu* lá para as bandas do Afogados ? É o parrudo, lá dentro !”

Nessa ordem de considerações sôbre o “parrudo”, imaginava o autor dos *Farpões*:

“Um passeio ao meio dia pode fazer com que o Sr. atual Cônsul português em Pernambuco transforme-se em um rei do Congo ! É terrível. Sai um português para tomar um copo de *binho verde*, vestido com um uniforme de pano verde e vivos escarlates, e entra a gritar por *pamonha* de bredo e azeite de palma !”

Na defesa do brasileiro, porém, José Soares era contundente:

“Ora, o brasileiro que não é formoso, nem espirituoso, nem elegante, nem sábio, nem extraordinário, é um trabalhador: e tu, português, que não és formoso, és um mandrião! de tal sorte que tu que insultas o brasileiro, procuras viver à custa do brasileiro. De tal sorte que quando vês o brasileiro de frente, tremes de mêdo; e se o visses de azorrague em punho ? Borravas-te !”

No fim do opúsculo, o panfletário pernambucano oferecia aos redatores das *Farpas* algumas bananas, “em reconhecimento dessas coisas que não se esquecem”. E, então José Soares enumerava, maliciosamente diversas qualidades da fruta, existentes em Pernambuco:

“Temos banana prata, curta ou de S. Tomé, anã, maçã, caiana, comprida, jasmim. A banana prata tem umas cinco polegadas de comprimento e não é grossa. A curta tem quatro polegadas e é de grossura enorme. A anã tem de seis a sete polegadas e é grossa. A maçã é do tamanho da curta e é fina. A caiana é um pouco maior do que a banana curta, e além disso é bastante grossa e de uma casca vermelha. A comprida é de oito a nove polegadas de comprimento, e de grossura em relação. A jasmim é muito pequena e fina. Em vista disso, se Sua Majestade o Sr. D. Luís I quizer fazer um contrato comigo, eu me encarregarei de fornecer bananas para todo o reino de Portugal e suas colônias. Ainda faço mais: poderei fornecer somente — bananas compridas — como as mais nutrientes e de propriedades mais satisfatórias para saciar a gastrimargia do português masculino ou feminino, ou daquele comum dos dois sexos!”

No fim do livrinho, à página 59, dizia Pinto Correia:

“Portuguêses! Filho da Lusa Pátria! Eu espero que sejais inexoráveis para comigo se por acaso vos ofendi! Não tendes dó deste *pobre* brasileiro, porque êle não terá compaixão de vós, quando o insultardes! Nunca vos agredirá gratuitamente, é verdade; mas não consentirá também que vós o desrespeiteis, nem tampouco ao povo verdadeiramente brasileiro”.

Após estas palavras, havia um clichê, no opúsculo, representando a figura de um português, grosseiro, em mangas de camisa, trazendo às costas, recurvado, uma enorme caixa de pinho.

## CAPÍTULO VI

**Uma página de Latino Coelho sôbre o incidente. As críticas literárias do “Dr. Narcótico”. Ramalho e Eça, “personagens, um pastoral e outro fúnebre”. O caráter popular da discussão entre os redatores das *Farpas* e os pernambucanos. Tréplica de Ramalho ao livro de José Soares.**

O nome de José Soares Pinto Correia, com *Os Farpões*, ganhou fàcilmente notoriedade em Pernambuco. Os exemplares do livro andavam de mão em mão, comentados, aplaudidos, elogiados. Nos jornais de maior tiragem, liam-se anúncios como êstes:

“OS FARPÕES — Resposta às *Farpas*, por José Soares Pinto Correia: acha-se à venda êste folheto na tipografia Comercial, à Rua estreita do Rosário, a 800 réis cada exemplar” (1).

No aceso da discussão entre José Soares e os “bandarilheiros de Portugal”, qualquer pretexto era utilizado como arma contra os lusos. Um colaborador da *América Ilustrada*, ao fazer a crítica do recital de um ator português que se exhibira no Teatro Santo Antônio, sublinhava:

---

(1) *Jornal do Recife*, edição de 16 de julho de 1872.

“Não me agradou, e creio que a ninguém agradou o espetáculo. O sr. Farias pode ser grande coisa na sua especialidade de galegos e diabos... Porém apesar de tudo é impossível que através de suas brilhaturas não apareçam aquêlê *cerrado* e aquêlê *cantarolado* de voz, que tanto distinguem os patrícios dos Eças de Queiroz e Ramalhos Ortigões!” (2).

Em poucas semanas, esgotou-se a edição dos *Farpões*. Nas boticas, nos armazéns de “secos e molhados”, nas padarias, e até nos círculos intelectuais e políticos do Recife, o assunto de tôdas as horas era a acalorada discussão entre pernambucanos e portugueses, por causa da viagem do Imperador e das diatribes contra os brasileiros, escritas por Eça de Queiroz.

Os leitores das *Farpas* aguardavam o próximo número da revista, tendo como certa a resposta dos seus redatores às catilinárias de José Soares.

De Lisboa, sabia-se da repercussão dos *Farpões*, através do noticiário da imprensa e das cartas chegadas ao Recife. Para os portugueses, naquela época, o Brasil era Pernambuco. Na edição de 29 de maio, o *Jornal do Recife* transcreveu um artigo do estilista português Latino Coelho, sob o título “O Brasil e a Sátira Humorística”, de censura ao modo como se comportaram Eça e Ramalho diante da “respeitável figura” de Dom Pedro II. Esse artigo, a imprensa de Pernambuco o acolheu e comentou, com entusiasmo.

Latino Coelho abria a questão, fazendo, de início, a defesa do riso:

“Entre os singulares privilégios que Deus concedeu, como soberanas proeminências à mais diletta das suas criaturas, à que mais primorosa e derradeira saíu de suas mãos, deve sem dúvida nomear-se esta faculdade preciosa de exprimir

---

(2) Edição de 18 de julho de 1872.

pelo gesto e pelas palavras as suas mais aprazíveis sensações, e o estado de pura deleitação, que revela a beatitude suprema dos espíritos na terra. Só o homem ri, assim como somente entre todos os animais, ainda mesmo os chamados antropóides, lhe cabe o privilégio da linguagem — como expressão analítica e formal do pensamento”.

Outras divagações sobre o riso e a ironia, e Latino Coelho entrava direto no assunto:

“Estas reflexões nos ocorreram ao ver com mágoa que a viagem de um príncipe estudioso, diligente em se instruir cada vez mais despertou o sorriso demasiado humorístico de alguns poucos escritores, e se converteu em assunto de chança e de remoque aquilo mesmo que da gente popular mais devera granjear aprovação”.

Fazia o escritor, adiante, o elogio do Brasil e de seu povo, atingidos pelas setas escarninhas das *Farças*:

“De tôdas as nossas antigas aquisições, nas quatro partes do mundo, afora a Europa, a que se impregnou profundamente do espírito e das feições do velho povo navegador é exatamente o Brasil. E, pois, se esta é a nossa mais honrada e luzidia criação, como havemos de menosprezar os que por seus feitos nos ilustram e patenteiam não haver degenerado da velha raça portuguesa? Como havemos de sorrir daqueles que não deixaram perder na terra à míngua de bom amanhã, o germen que a metrópole confiou à gleba produtora?”

Depreciar, pois, o brasileiro é como que motejar-nos a nós próprios e desdourar o mais alto monumento da nossa antiga energia nacional.

Julgamos, pois, interpretar o voto de Portugal, afirmando que neste povo não há senão afetos cordiais para com aquêles a quem prezamos como amigos e amamos como irmãos”.



O testemunho de Latino Coelho, de recriminação aos seus patrícios, só contribuiu para estimular, em Pernambuco, a reação às gaiatices das *Farpas*. A trôco de tudo, procurava-se desmoralizar o português. *A América Ilustrada*, traçando o perfil de "Martinha — donzela fula e encanecida", aproveitava, glosando, o assunto do dia:

"Martinha é oblonga: símile das norte-americanas. Parteira afamada: praticou num hospital masculino. Em vista do que o govêrno deu-lhe ordens para abrir um calugi<sup>(3)</sup>. Conhecedora exímia de preciosidades literárias, como a donzela Teodora, a princesa Magalona e Bertoldo, *aprecêa* Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz. Ama tanto os parrudos, que só come cebolas com batatas. Lê a *buena-dicha* e conhece pevides. Literata, como é, corresponde-se com os autores das *Farpas*.

Em Portugal, o jornal *Brasil*, dirigido por Antônio M. Castilho, sobrinho do famoso escritor Antônio Feliciano de Castilho, tomava a si a defesa dos brasileiros, em virtude dos ataques das *Farpas*. O objetivo do jornal, que se orientava no sentido de defender os interesses dos portugueses residentes no Brasil, era o de acalmar a irritação dos espíritos, poupando, assim, maiores dissabores aos lusos. Num artigo a que deu acolhida, assinado por E. A. Vidal, o *Brasil* reportou-se às ofensas, observando:

"Todos os brasileiros leram ou devem ler o volume das *Farpas*, do mês de fevereiro. É-lhes exclusivamente dedicado, e, por isso, convém que saibam, ao pisar terras de Portugal, como têm de ser julgados, que papel lhes reserva a sociedade portuguesa, que idéia aqui se forma dos seus títulos, das suas tendências; finalmente, das suas coisas e

---

(3) "Espelunca, casa ordinária, lúgubre, imunda, situada em lugares escuros". PEREIRA DA COSTA, *ob. cit.*, pág. 161.

pessoas. Sois tipos de caricatura,, asquerosos, nojentos, parvos, ineptos, criados para o riso público.

Judas infelizes, cômicos clássicos, e tudo o mais que neste gênero se possa dizer em vosso abono. Sabeis já o que sois; é preciso que saibais também o que são *As Farpas* (4).

Neste ponto, o articulista admoestava, desaprovando o procedimento dos epigramistas portugueses:

“Farpeastes o brasileiro no lar doméstico, na sala, no hotel, na rua, no passeio, no teatro; pois bem, no teatro, no passeio, na rua, no hotel, na sala ou no lar doméstico ides vê-lo e ver-vos. Que triste confronto para vós bandarilheiros!”

Por fim, E. A. Vidal, depois de elogiar as glórias do Brasil na guerra com o Paraguai, ponderava:

“É tempo de terminar. As 96 páginas das *Farpas* devera responder-se apenas com uma palavra, mas essa não a proferiremos nós. Quizemos antes calá-la e responder mais largamente, provando tudo o que avançamos, como desmentido ao que ali se escreveu. Se o não conseguimos completamente, nem nos faltaram documentos nem desejos: escasseou-nos habilidade para os coordenar”.

Noutro número, o *Brasil*, desta vez em editorial, estabelecia um paralelo entre *As Farpas* e *Os Farpões*:

“As demasias das *Farpas*, publicada em Portugal, responderam as demasias dos *Farpões*, impressos no Brasil. Aquelas a sangue frio, êstes tão injustamente feridos, trocam-se destes em que é envolvida uma colônia inteira, e cujos frutos cada dia se nos anunciam mais sérios. Não absolvemos êste nem aquela pelo contrário condenamos tanto uns como

---

(4) *Jornal do Recife*, transcrição, edição de 17 de junho de 1872.

outras. Que representam *As Farpas* dos Srs. Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz? Um desejo ou uma conveniência em "fazer espírito" com as coisas mais respeitáveis e sérias: falar menos convenientemente de um homem de saber, venerado pela sua ilustração e pela sua leitura; admirado pelo amor ao seu país e ao seu povo; achincalhar homens que em Portugal têm o seu nome ligado a tudo que vos cerca, homens que vêm viver no vosso trato íntimo, a quem apertais a mão, que vos estimam e vos consideram e que na sua pátria vos recebem de braços abertos; insultar gente que ou gastou a sua vida e mocidade no estudo, ou a passou no trabalho, mais ou menos rude, mas sempre trabalho e sempre honesto" (5).

Feito isso, entrava o jornal a criticar os *Farpões*:

"Que representam *As Farpas* brasileiras? A paixão, o despeito, o amor próprio e a própria dignidade ferida, levantando-se acesa em cólera contra a injustiça daquelas apreciações. Nem uma nem outra têm razão de ser, nem uma nem outra deviam existir e pois que infelizmente existiram, afaste-as de si a gente sensata.

Que vos diz a uns e outros a consciência? A vós, bandarilheiros portugueses, que tendes sangue do vosso sangue, estimado e considerado no Brasil, entre brasileiros e portugueses; que a vossa praça viveu vida angustiosa durante a guerra do Paraguai, pela falta de remessa de fundos e quase completa suspensão de transações com o Império; que os brasileiros com quem haveis tratado vos não deram direito senão a que lhes apertasseis as mãos, e lealmente. A vós, bandarilheiros brasileiros, que os que de vós tendes vindo a Portugal, aqui tendes deixado enraizados afetos, francas amizades, simpatias sinceras; que aí vivei na mais leal convivência comercial e particular; que aí vêdes confundidos os

---

(5) *O Liberal do Pará*, transcrição, edição de 3 de novembro de 1872.

dois sangues, unidas as duas famílias, sempre irmãs; finalmente que sois dignos, uns e outros, de respeito e consideração pública”.

O editorial informava, por último, que, no Brasil, “as autoridades, por um sentimento tão sensato, como nobre, como honroso”, proibiram a venda das *Farpas*, atitude que, segundo o jornal, devia ser imitada pelas autoridades portuguesas.

A assertiva do periódico de Castilho, acêrca da proibição da revista de Eça e Ramalho, parece não ter passado de boato. Pelo menos em Pernambuco, não se registrou a menor coação às *Farpas*, que foram anunciadas e vendidas livremente.

No Recife, a imprensa humorística continuava a viver a polémica entre as duas publicações. *A América Ilustrada*, lançando edições cada vez mais numerosas, glosava, jocosamente, as coisas e os tipos de Portugal. Perfilando um indivíduo de nome Maia, em sua conhecida “Galeria Popular”, publicava *A América Ilustrada*, na edição de 29 de julho de 1872:

“MAIA — Patrício de Ramalho Ortigão e, talvez, parente de Eça de Queiroz. Chapeleiro de abdome volumoso, como uma donzela em seu estado interessante, é diàriamente freqüentado pelas primeiras notabilidades da província. Perseguidor de todos os moedeiros falsos do Brasil, o Sr. Maia, disseram-nos, vai ser agraciado com o título de Barão de Xulé, pelo seu *fidellissimo* monarca, por essa *eminente qualidade*”.

Em os números 9 e 10 daquele ano, *A América Ilustrada* divulgava, em forma de apreciação crítica, uns comentários, assinados por “Dr. Narcótico”, sôbre *As Farpas e Os Farpões*. No primeiro dêles, “Dr. Narcótico” decla-

rava que era de seu hábito “ler, pacificamente as notícias importadas do estrangeiro, pelo último paquête”. Certo dia, depois de “um almôço succulento no Hotel de França”, vestiu-se todo “*chic*” e, “acendendo um democrático cigarro, entrou na “*Librairie Française*”, com ar de escritor de monta”. Aí, perguntou ao caixeiro: “Que novidades há no mundo literário? Respondeu o caixeiro olhando-me de alto a baixo e parvamente: *As Farpas e Os Farpões*.”

Excitado por tão pomposos títulos — diz o crítico da *América Ilustrada* — “adquiri as duas obras, pois que obras são... e literárias”.

De suas impressões, dava conta “Dr. Narcótico” na ordem da leitura: “Principiei pelas *Farpas*, obra sobrepujada de *espavorosas* idéias extraídas de talentudas cacholas e devidas às nunca enferrujadas penas de dois enfatuados escritores portugueses, apelidados, um, Ramalho Ortigão, e o outro, Eça de Queiroz. Os senhores das *Farpas*, como andassem farpeados por alguma latente tísica metálica, que ameaçava reduzi-los lastimosamente à última extremidade de vareta, aproveitaram-se do ensejo da visita de S. M. o Imperador do Brasil ao velho Portugal, para fazer dinheiro.

Dirigiram ao Imperador, os tais meninos, escritores ladinos, um memorial exortando-o; e esperando da generosidade imperial uma favorável recompensa — ficaram burlados”.

Contava, então, “Dr. Narcótico” que Dom Pedro II, ao invés de fornecer-lhes dinheiro, “entregou-os a um memorável esquecimento”. Em face disso, “não gostando o Ortigão e a Eça, desta grata generosidade imperial, estimulados, trataram de escrever aquilo que lhes é familiar”.

Arrematando suas impressões, o crítico do jornal de Carneiro Vilela escrevia: “Srs. Ramalho e Eça, personagens inteiramente — um pastoral e outro fúnebre. Vossas

Senhorias. não passarão de dois cachorrinhos gosos, e os seus escritos — de latidos à lua. Tenho feito a apoteose das eminentes e sedijas capacidades — Ramalho e Eça. Para mim entendo que tais criancinhas querem mamar; estão sedentas, coitadas; mas não lhes é possível encontrar uma pujante têta. Senhores das *Farças*: eu dou-lhes em prêmio de seus feitos, unicamente, um sorriso de escárneo e um olhar de compaixão”.

No seguinte número da revista, analisava “Dr. Narcótico” o livrinho de José Soares Pinto Correia:

“Oh! isto é outra coisa; é um aluvião de riquíssimas belezas, admiráveis e altiloqüentes de frases; enfim, o primor da linguagem civilizadora e persuasiva do *quiri* e do *cipó-pau*. Os *Farpões*, mazelenta obra em resposta às *Farças*! A pena do Sr. Pinto Correia é fenomenal!... O Sr. Pinto Correia é um môço, pelo que parece, merecedor de encômios, não só pela sua inteligência, assim como pelas inefáveis maneiras que usa nos seus (para mim) decantados *Farpões*!

Desenvolvem-se Os *Farpões* com elegantes e pomposos retorneios de estilo, adornado com as mais seletas figuras de retórica. Não conheço S. S., mas não posso, francamente, deixar de lhe tecer um tosco elogio, favorecido pelas minhas amortecidas luzes de escrevinhador desvalido. Um voto de louvor endereço ao Sr. Pinto Correia, astro brilho-ofuscante que altaneiramente apontou e altaneiro se ergue sôbre o embuçado horizonte (pelo seu brilho) da literatura brasileira. Parabéns! Parabéns, escritor! Bonito, Camões!”

Examinadas as duas obras, “Dr. Narcótico” resumia, assim, seu julgamento:

“É noite. Procuo distrair as idéias, das tão horríveis impressões com que me anuviaram o *esclarecido* crânio As *Farças* e Os *Farpões*, monumentais obras de monumentais autores. Apre!...”

Tudo quanto se fêz e escreveu em Pernambuco contra Eça de Queiroz e Ramalho teve um caráter popular, de massa. Foi realmente o povo quem sustentou o pêso da discussão, tanto na imprensa, como nos debates acalorados das ruas. Foi o povo quem se extremou na luta contra os patricios dos “caluniadores”, defendendo os brios nacionais.

É bem possível que muito do que se publicou nos jornais, sob anonimato, inclusive as nótulas de redação, fôsse de autoria de conhecidos intelectuais, dos Sílvio, dos Távora, dos Aprígio Guimarães, dos Carneiro Vilela, dos Aníbal Falcão, dos José Mariano, dos Afonso de Albuquerque, dos José Maria, que dirigiram periódicos, fazendo as vêzes de redatores principais. De Sílvio Romero, por exemplo, talvez tenham sido os comentários do jornal literário *O Movimento* sôbre *As Farpas* e que tanta mozza provocaram em Eça de Queiroz. É isso por que o intellectual sergipano era, na prática, o maior produtor de matérias do *Movimento*, em cujas colunas divulgou ensaios de crítica literária e comentou a vida artística do Recife.

Nas páginas dos *Farpões*, José Soares, ao referir-se ao verdadeiro papel da imprensa, citou “um redator do jornal literário *O Movimento*, que é um jovem brasileiro, no princípio da sua carreira literária, e que felizmente está livre do pestilento contacto de portugueses”, dando, dêsse modo, tôdas as indicações no sentido de identificarmos Sílvio como autor dos editoriais do periódico que, na salvaguarda da dignidade dos brasileiros, chamou Eça e Ramalho de “moedeiros falsos”.

Afora essas hipóteses, a conclusão a que se pode chegar, ao manuseio dos documentos da época, é que o ônus da polêmica, de nossa parte, recaíu sôbre os ombros de cidadãos anônimos, de modestos intelectuais, como José Soares Pinto Correia, de jornalistas que os pósteros esqueceriam completamente, como Romualdo Alves de

Oliveira, de patriotas olvidados, como os liberais Manuel Tavares de Melo Barreto, Joaquim Carneiro, Trajano Medeiros e Albuquerque, etc. E o mais interessante é que a própria luta, em desenvolvimento, criou os líderes da reação contra *As Farpas*, improvisando polemistas e forjando a existência de uma imprensa periódica de combate.

A esses, aos populares representantes do civismo de Pernambuco, como Pinto Correia, é que se dirigiram *As Farpas*, num artigo intitulado "*Os Farpões, literatura de cipó*", por José Soares, o terrível pernambucano" (6), assinado pelo "pastoral" Ramalho, que assim começava a réplica:

"Acabamos de ler com sumo gôsto um opúsculo intitulado *Os Farpões* e publicado em Pernambuco por José Soares Pinto Correia. Analisa José o número das *Farpas* consagrado à viagem de Sua Majestade o Imperador do Brasil, e dizendo-nos coisas pesadas e gordurosas como avalanchas de sebo, tanto a nós ambos como a Sua Majestade D. Luís I, destrói finalmente pela base tôdas as nossas observações, todos os nossos ditos, tôdas as nossas gargalhadas com o seguinte argumento admirável de lógica, de gravidade e de concisão: Diz José que se algum de nós fôr a Pernambuco "nos há-de bater com um cipó". Em vista desta lúcida análise de José Soares, declaramos aos nossos compatriotas, aos nossos leitores e aos nossos amigos, que desistimos solenemente do projeto que tínhamos de ir amanhã pela manhã para Pernambuco.

E todavia sabe Deus, sabem todos os nossos amigos, que fôra sempre êsse prêmio que pedimos à glória, o galardão que esperávamos da fortuna, o ideal que sempre afagamos em nosso peito — irmos para Pernambuco !"

---

(6) *Obras Completas de Ramalho Ortigão — As Farpas*, vol. XI, pág. 181. Hoje, êsse artigo de Ramalho aparece com o seguinte título: "O que nos dizem de Pernambuco".



Contava, então, Ramalho que já estivera “entre outras pequenas partes do mundo”, em Paris, Londres, no Cairo e em Jerusalém. Valsara nas Tulherias, “na mesma sala em que o Sr. de Bismarck com o uniforme de dragão fazia a sua côrte a Madame de Meternich. Bebera vinho nas corridas de Épson. Visitara o túmulo de Jesus. Caçara chacal nas ruínas de Mênfis. “Mas, ó Deus ! como tudo isto nos parecia sensabor e mesquinho ! Pernambuco era o nosso apetite constante, o nosso desejo permanente ! Todos os partos da nossa imaginação vinham ao mundo com algum indício do desejo materno. Os nossos escritos nasciam de bôca aberta e com o sinal de um côco nas costas. Pernambuco ! Pernambuco ! — era o que nós queríamos”.

E dizia Ramalho que, ao lembrar-se de Pernambuco, desmaiava de júbilo só em pensar que, dentro de poucos dias, o sonho de tôda a sua vida seria realizado, “saltando sob o coqueiro pernambucano, e caindo para todo sempre nos braços de José Soares”. Agora, porém, a coisa mudava de rumo:

“Uma vez que nos tratam assim, uma vez que nos prometem isso — uma roda de cipó — não ! Nunca ! Espera por nós, José, que te fartarás de esperar ! Queria-nos lá para te regales de nos bater, maroto ? Não, mil vêzes não, sicário, não malharás nossas carnes ! Não, Pernambuco, não comerás nossos ossos !

Se Sua Majestade El-Rei quiser ir, que vá — lavamos daqui as nossas mãos — mas que vá só: não saciarás assim senão a terça parte da tua vingança, ó sangüinário Juca !”

E lastimava-se Ramalho Ortigão pelo desencanto de não mais vir a Pernambuco. Era como se a Província do Brasil não mais existisse “sôbre a bola terráquea”: “Pernambuco para nós morreu . . . Na carta geográfica, aqui onde diz *Pernambuco*, riscamos nós, e pusemos *Cipó de José*”.

Excedia-se Ramalho em imprecacões:

“Juca! fostes cruel, seqüestrando-nos Pernambuco, jurando cevares em nossos lombos a elasticidade dos cacetes, do teu mato virgem, do teu pátrio cipó. Por uns simples gra-cejos, por uns inocentes risos, propões-te tu descadeirar-nos a pau, e então ao pau mais rijo que há, ó víbora, ó milhafre, ó monstro dos monstros?”

Aí, as ameaças mudavam de orientação geográfica:

“Mas também deixa estar, Juca, que, se em vez de irmos nós a Pernambuco, como nos propúnhamos antes da tua ameaça, vieres tu a Lisboa, o Cais do Sodré verá o que nunca viu. Olá! Podes contar, José que ao pores o pé em terra, tens sôbre o teu corpo dois marmeleiros reais! Dois sômente, se El-Rei se não quiser associar conosco para te punir”.

Nesse ponto, Ramalho Ortigão colocava diante do Rei o seguinte problema:

“Quererá o Poder Moderador associar-se à nossa manifestação, desancando juntos José Soares? Este é o primeiro ponto. Segundo: No caso de sermos nós os sovados — o que a Divina Providência de modo algum permita! — quer igualmente El-Rei associar-se para chucharmos, ou prefere desistir para as urgências do Estado desta parte suplementar e extraordinária da sua dotação danadamente votada por José? Aguardamos as reais ordens.

E concluía Ramalho a deliciosa página de ironia:

“Em todo o caso, qualquer que venha a ser o resultado desta pendência, agradecemos a Juca o ter-nos proporcionado pela maneira brilhantemente delicada com que

a encetou, o ensejo de escrevermos êste profundo artigo, no qual, se nos não cega a vaidade, a questão se acha tratada a tôda a altura dos princípios.

Os nossos cordiais cumprimentos aos péssimos fígados de José Soares, e visitas a todo os cipós do Império do Brasil, com os quais desejamos ardentemente não estreitar relações. Respeitamo-los demasiado — os cipós — para que nos não seja em extremo doloroso que entre nós e êles uma demasiada intimidade gere o negro despeito”.

Era de causar espanto a celeridade com que as coisas do Brasil repercutiam em Portugal, e vice-versa. Anunciados, em princípios de julho, pela imprensa do Recife, como tendo sido expostos à venda nas livrarias, ainda neste mês *Os Farpões* mereciam, em Lisboa, como vimos, a contestação de Ramalho !

Apesar dos longos dias gastos pelos paquêtes na travessia do Atlântico, o intercâmbio cultural fazia-se eficiente e presto entre as duas nações.

## CAPÍTULO VII

**Nova resposta do autor dos *Farpões*. “Quem lhes comeu as carnes que lhes roa os ossos”. Eça e Ramalho, “pernósticos e hermafroditas”. A imundícia da língua de um português chamado Honório. A estupidez em forma cúbica.**

Mal se haviam esgotado de todo os números das *Farpas*, contendo a tréplica de Ramalho Ortigão, e eis que José Soares corria às oficinas da Tipografia Comercial para editar outro volume dos *Farpões*, um folhetim de 14 páginas, escrito em tom de irritação. A capacidade de polemista do Juca igualava-se à dos redatores das *Farpas*.

No frontispício dos *Farpões*, em sua segunda aparição, via-se o desenho de uma figura carnavalesca, a segurar um cartaz, onde se liam, no centro, o nome do livro, e, ao lado, os seguintes versos: “Não tenhas minha musa medo dêles. Vai batendo de rijo, fogo nêles” (1).

Reportando-se ao que lhe dissera Ramalho, começava José Soares Pinto Correia:

“Principio pedindo-lhes que não me admirem se os trato com mais política do que os senhores me trataram.

---

(1) No cabeçalho de inúmeros jornais de crítica e de combate, que circularam no Recife no século XIX, liam-se êstes versos, atribuídos por Alfredo de Carvalho a J. A. de Macedo.

Os senhores são homens que gostam da plena liberdade, não é? têm razão. Bem. Acabo de ler com grande entusiasmo o opúsculo intitulado *As Farpas*, de junho e julho próximos passados, publicado em Lisboa pelos senhores Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz, cidadãos portugueses às direitas; mas ainda por uma vez disseram coisas nauseabundas e repugnantes como as iscas e a fava-rica. Meu entusiasmo ainda foi tal, que não pude deixar de bater palmas, por me convencer que *Os Farpões* foi o escrito que mais prendeu a atenção dos tais cronistas. Valha-nos isto!"

Explicava, então, o Juca, as razões do aparecimento de sua obra:

"Ora aí está! *Os Farpões*, meus amigos, não tiveram outro fim senão repelir a injúria e gratuita descompostura, com a qual os senhores mimosearam aos brasileiros; e se os leram com atenção, como me convenço, hão de confessar que apenas me paguei na mesma moeda. Não é verdade? Pois não queriam assim? Os senhores são uns egoístas! São piores ainda: são uns malvados!"

Deliciava-se, em seguida, o polemista de Pernambuco com o mêdo que despertara nos farpeadores de Lisboa o seu "pátrio cipó":

"Ora, o meu *cipó* foi certamente o que mais lhes deu no goto! Paciência; mas tenho a dizer-lhes que não lhes posso servir a contento, visto que êle aqui não chega para as encomendas. Quando disse que o *cipó-pau* era recomendável aos insolentes, quis dizer que se deve castigar aos que erram, e não para lhes bater com êle; porém, a freqüência com que os senhores nêle falam, demonstra tácitamente o desejo irresistível que os senhores têm de experimentá-lo. Não, senhores, não lhes desejo nem nunca lhes desejarei êste mal; mas se

recalcitrarem por este gozo de mau gosto, aconselho-lhes: Ninguém melhor do que os garotos patricios dos senhores lhes podem aplicar uma dose conveniente, porque são mestres no exercicio do azorrague”.

Aqui, Soares lembrava os fatos da Revolução de 1817, quando o povo, nas ruas, espancara os portugueses, escrevendo na história das lutas emancipacionistas de Pernambuco a página que Oliveira Lima considerou “a única revolução digna -dêsse nome”. O autor dos *Farpões* refrescava a memória de Eça e Ramalho, recordando os excessos empregados pelos portugueses na repressão àquele movimento:

“Não devem os senhores ignorar que, em 1817, além dos brasileiros assassinados e escravizados, muitos outros foram açoitados à grade de cadeia. Já estão vendo os senhores quem são os verdadeiros e inimitáveis meneadores de qualquer látego!”

Aos planos de Eça e Ramalho, de virem “amanhã pela manhã para Pernambuco”, respondia José Soares:

“Não duvido que os senhores nutrissem o desejo de vir para Pernambuco — ou que fôsse esse o galardão que esperavam da fortuna ou o ideal que afagassem em seus peitos — não, não duvido; o que eu duvido, porém, é que enquanto um dos senhores valsava nas Tulherias ou bebia *claret-cap* nas corridas de Épson, o outro beijava o túmulo de Jesus (fortes jesuítas! fortes hipócritas!) ou caçava o chacal nas maravilhosas ruínas de Mênfis. Isto, sim, duvido; porque os pernósticos e os parlapatões costumam a vangloriar-se do que não gozam e nem serão capazes de gozar, pois a sociedade muito os conhece. E os portugueses, aqui residentes, dizem que os senhores estão neste caso”.

Ainda sôbre a projetada viagem a Pernambuco, comentavam *Os Farpões*:

“Ora, como é consentâneo, creio piamente que Pernambuco seja o apetite constante, e o desejo permanente dos senhores. Creio que todos os partos das suas imaginações venham ao mundo com algum indício do insaciável desejo materno. Creio que os seus escritos nasçam de bôca aberta (como tem sido sempre a sorte dêles) e com esta inscrição nas costas: *Aventurar fortuna no Brasil*. Pernambuco! Pernambuco — seja o que os senhores desejam! O que duvido, porém, é que, aportando os senhores às plagas pernambucanas com as suas inseparáveis companheiras — as caixas de pinho — desmaiassem de júbilo, ao convencerem-se que estava cumprido o voto de tôda a sua vida, arrastando os pés no pavimento térreo da Associação Comercial Beneficente de Pernambuco!”

Escrevera Ramalho que, “saltando sob o coqueiro pernambucano”, seu desejo, como o de Eça, era o de cair “para todo sempre nos braços de José Soares”. A isto, retrucava, fescenino, o Juca:

“Não duvido que os meus amigos, tal fôsse a fôrça de simpatia, andassem a cair nos meus braços ou nos braços de outros, não, não duvido; mas, o que não me parece de bom gôsto, é que eu ou os pernambucanos estivéssemos sempre de tão bons humores, que suportássemos nos nossos braços semelhantes lagartões!

Ora, esta só dos senhores! Eu sempre me persuadi que os senhores fôssem mais homens do que são! Pois creiam: se os senhores têm tais desejos, eu fervorosamente lhes peço que se deixem estar lá mesmo, pois — quem lhes comeu as carnes que lhes roa os ossos”.

Retomando, porém, a bonomia, José Soares exclamava:

“Caros amigos, podem vir! Venham quanto antes, que estamos desejosos por conhecê-los! Olhem: os senhores são dois portugueses que nos poderiam ser caríssimos, e ainda mais: a nossa maior preciosidade! Venham que não os daremos, não os venderemos, não os cedemos, não os deixaremos ir por dinheiro nenhum, porque os senhores são impagáveis, creiam!”

O fato é que ao Juca não apetecia a presença dos “pernósticos”:

“Não espero pelos senhores, porque não há razão para tanto. Se fôsem mais engraçados... mais novos... mais gentis... Sim: desejava-os cá, só para olhá-los e conferi-los com a estampa da capa das “Farpas”. Ah! Senhor Ramalho! aquela figura com aquêles cornos!!!...”

Prescrevia Soares como recomendação aos candidatos a visitar Portugal:

“Quem fôr a Portugal procure conhecer em Lisboa os rabiscadores das *Farpas*, os senhores Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz, dois portugueses que parecem hermafroditas, porque gostam de andar a cair nos braços dos outros homens... Que fatalidade! É pena!...”

Quase no fim do opúsculo, o escritor pernambucano mencionava, novamente, o *cipó-pau*, que tanto mal-estar provocara nos “parlapatões”:

“Os senhores que tanto falaram no meu *cipó* prometem-me cingir as vértebras com dois ou três *marmeleiros reais*! Que esperança! Bem digo que os senhores são excelentes



meneadores dos *cipós*. Escutem-me: Se algum dia puder, irei para Lisboa só para me convencer se a coragem dos senhores corresponde à coragem com que escrevem. Pois lhes garanto que faço votos para que os senhores existam até que eu lá possa ir. Desejava vê-los de *marmeleiros* em punho! Parecer-se-iam com a estampa das *Farpas*?

E terminava José Soares, já agora amável:

“Desculpem-me os senhores se ainda desta vez os incomodo. E portanto, podem aceitar as minhas manifestações de amizade, pelo modo especial porque os trato. Não posso deixar de admirar respeitosamente três coisas: os bigodes de fateixas do Sr. Ramalho; o físico e moral do Sr. Eça, e os três *marmeleiros reais*.

Se ainda estas linhas escrevo e dedico a tão imaculados, valorosíssimos e magníficos senhores, como os senhores mesmos, é para terem assunto para *As Farpas*, visto que já lhes faltou em junho e julho. Já vêem que não sou malévol. Adeus, amigos — *outro ofício*, que é melhor. A meu respeito, digam o que quiserem, que não me amuarei” (2).

O novo volume dos *Farpões* não foi reservado exclusivamente à resposta aos panfletários portugueses. José Soares, nas suas últimas páginas, tratou de rechaçar os insultos de outro indivíduo, “o danado português Honório Pinto Carreira, de linguagem torpe e escandalosa”.

É que, de Lisboa, o pernambucano recebera uma missiva, diante da qual se podia ver “até que ponto chega a imundícia da língua de um português”. A carta, assinada por um tal Honório Pinto Carreira, repercutiu

---

(2) O segundo número dos *Farpões* é tão raro como o primeiro. O exemplar que possuímos pertenceu também ao goianense Jerônimo Maranhão.

vivamente em Pernambuco, dando, por outro lado, a medida da ressonância, em Portugal, dos *Farpões*.

José Soares Pinto Correia não a pôde transcrever, no opúsculo, integralmente, tal a virulência das expressões. Era natural, portanto, que o Juca, tão dono de si mesmo nas discussões com Eça e Ramalho, perdesse as estribeiras diante da carta pornográfica do Honório:

"Recebi uma carta que me dirigiu o português Honório Pinto Carreira, datada de 26 de julho próximo passado, de Lisboa. No meio da leitura, já o estômago me dava voltas horríveis; porém quis acabar de lê-la para me convencer da realidade, isto é, para ver até que ponto chega a imundícia da língua de um português, como Honório! Passei pelo desprazer de acabar a leitura vomitando, é verdade!"

Pedindo vênias aos leitores pelo fato de não reproduzir todo o conteúdo da correspondência, "porque suponho que ninguém leria tanta torpeza", José Soares transplantava para o seu livrinho alguns tópicos, como pano de amostra do "mau cheiro" de Honório, "essa meretriz da Rua da Madragoa".

Dizendo como recebera, em Lisboa, *Os Farpões*, Honório traçava o seguinte quadro:

"No prosseguimento de sua leitura, começou a cheirar a bananas podres — nauseabundo cheiro, não é? Seguiu-se descarga de estômago e, ainda mais, uma lassa e fedorenta disenteria que, a bem ter corrido, terá chegado a Pernambuco..."

Intencionalmente, Honório aludia, aqui, às péssimas condições higiênico-sanitárias do Recife, onde os surtos de disenteria, de "febres perniciosas", de cólera-morbo

constituíam o quadro nosológico tão comum à Província de Pernambuco, até certa época do século XIX (3).

Do autor dos *Farpões*, fixava o missivista luso este perfil:

“Provavelmente, és cabra e, como tal, tens partículas de tôdas as raças de onde dimanas. Além de cabra, tens mescla de negro, que é a raça a que pertencem os brasileiros, e que, para vergonha dos portugêses, é em parte estas raças filha dos seus libidinosos prazeres”.

Enfurecido, depois de assacar duras ofensas à honrabilidade dos brasileiros — povo integrado de “prostitutas, maridos traídos e ladrões” — o português Honório menoscabava a guerra do Paraguai:

“Ainda há bem pouco tempo, se não fôsse o português e talvez lisboeta Barroso, a vitória nunca teria sido do Império Brasileiro, não lhe restariam fôrças para forçar o Humaitá, e, nas seguidas vitórias, os argentinos, os portugêses e o comando de um francês deram a derrota de Lopez”.

No fecho da carta, despejava o autor tôda a bília de sua idiossincrasia contra o Juca, classificando-o de “pobre diabo”, de “chocho”, de “banana”:

“Se homens fôras, e não macaco, e uma vez que te julgavas ofendido, vinhas procurar o teu inimigo aonde se encontrasse; mas não és homem, e não vens, porque sabes que os zambujeiros, os marmeleiros, os carrasqueiros, quebram e fazem em... não só os quiris, gameleiros e cipós da tua terra, como esfrangalhariam todos os foliculários infames como tu.

---

(3) GILBERTO OSÓRIO DE ANDRADE, no seu livro de pesquisa médico-social *A Cólera-Morbo, um Momento Crítico da História da Medicina em Pernambuco*, estudou um dos aspectos mais interessantes das famosas epidemias recifenses do século passado .

Esta terra é por excelência a terra dos heróis, em tôdas as vidas e gerações, e a ela deve o Brasil o sêr que tem, e se ela conheceu tarde os garfos, como tu ladras, sem ela, enfim, ainda os brasileiros comeriam em alguma celha”.

A missiva recebida por José Soares Pinto Correia excedia, na realidade, os limites até então seguidos, convencionalmente, pelos polemistas das *Farpas* e dos *Farpões*. Talvez produto de simples brincadeira, assinada, quem sabe, com pseudônimo, o objeto da carta era o de fazer o irrequieto Juca perder a “transmontana”, morrendo ou estourando de raiva, sensível, como era êle, às ofensas à sua terra e à sua gente. Não é de excluir-se a hipótese de ter sido o próprio Eça o autor da carta, cujo assunto, de resto, não fugia ao que êle próprio glosara em suas crônicas sôbre o brasileiro. Observe-se que o sobrenome de Honório — *Pinto Carreira* — aparecia como uma corrutela do *Pinto Correia*, do Juca, dando, assim, a idéia de intencional e ridícula contrafação.

*Os Farpões*, no entanto, reagiram à carta do lisboeta num diapasão de insolência, de orgulho ferido:

“Esse cão não pode deixar de ser tão nojento como uma lesma. A resposta a um garôto como êsse, só se dá suspendendo-o pelas orelhas e esfregando-se a dita carta naquele focinho, que há-de ser absolutamente desvernizado. A disenteria de que falas, corruto, não passou de teu nariz, nem de tua terra. Quando falares em Pernambuco, vê primeiro se estás limpo e a bôca pensada”.

Em desagravo às diatribes do Honório sôbre os brasileiros, José Soares exacerbava-se na agressão moral:

“Ora, o que julga ser êsse animal leproso à vista de um brasileiro? Eu suponho que êsse oitavado não sabe o que é

pudor! Tu, infame, causas compaixão pela tua miséria!  
Se tens a forma humana, no que eu vacilo, prosta-te e pede  
a Deus que te limpe, tihoso, devasso, selvagem, réptil!"

Honório diminuía o valor da raça negra, filha, em parte, como dissera, "dos libidinosos prazeres" dos portugueses. A defesa do Juca, nesse capítulo, revelava uma clara consciência emancipacionista, produto, sem dúvida, das grandes lutas desenvolvidas no Recife daquela época:

"Esta linguagem é de um homem que se presa e que tem sentimentos, relapso? Pois tu não sabes, estúpido em forma cúbica, a razão por que o Brasil tem os homens pretos e pardos? E te persuades que se eu fôsse um homem preto ou pardo me envergonharia disso? Me envergonharia, sim, e desapareceria da face social, se eu fôsse um homem branco tão safado e pusilânime como tu! Isto sim. Se tu fôsses suscetível de vergonha, nunca dirias que os brasileiros são mestiços.

Tu, jumento, deves saber que quando Diogo Alvares Cabral<sup>(4)</sup> veio para o Brasil, trouxe as fezes das prisões portuguesas, que eram os ladrões e assassinos, e soltou-os aqui para serem devorados pelos indígenas; porém, em lugar de serem devorados, foram recebidos humanamente por eles. E, depois, outros teus patrícios, ambiciosos, agiotas e desumanos, foram à África, cativaram os africanos, que nasceram livres, e os trouxeram para o Brasil, porque até então os índios, os brasileiros finalmente, não conheciam a escravidão. O que me dirás agora, perdido?"

À pecha de "maridos traídos" que Eça de Queiroz jogara às faces dos brasileiros, havia juntado Honório a

---

(4) JOSÉ SOARES faz confusão no nome. Ter-se-ia querido referir a Pedro Alvares Cabral, o descobridor do Brasil, ou a Diogo Alvares Correia, o "Caramuru"?

de “ladrões”, além de injuriar as nossas mulheres. José Soares, às raias da cólera, despejava contra o missivista de Lisboa estas objurgatórias tremendas:

“As frases proferidas por êsse biltre ofendem do modo mais cruel o que nós temos de mais sagrado e melindroso — as nossas mães, irmãs e mulheres!!! Olha: o que deixaste sair da tua praguejadora bôca, dêsse medonho inferno, deixa ver claramente que és o protótipo da lasciva, da libertinagem, da corrupção; finalmente és um bruto de instintos tão horripilantes que não se imagina! Diz-me, debochado: quando escreveste aquelas palavras, não sentiste o remorso morder-te? Não sentiste o menor vislumbre de pejo? Estou convencido de que não; porque carece estar-se completamente êbrio ou louco para escrever-se tanta immoralidade!!! És um ente chato, anômalo e híbrido! Os teus depravados sentimentos tocaram o seu apogeu! Descrever a negrura dêles julgo impossível: a mão treme e a pena estanca!”

Ao enaltecer as glórias nacionais na guerra paraguaia, o patriotismo do Juca incendiava-se de ardor cívico:

“Êste canalha é pior do que Satanás! Esta besta só levada a pedras como os cães hidrofóbicos! Petulante, diz-me, quem te encaixou esta mentira na tua escaldada cachola, de que, se não fôsse Portugal, não teríamos vencido a guerra? Quais foram os portugueses que nos ajudaram a colhêr os louros da vitória da guerra contra o Paraguai? Fala mentiroso! Quando foi que teus soldados, assim como os soldados brasileiros, quais massas movidas pelo amor da pátria, precipitavam-se sôbre o inimigo e voltavam vitoriosos?”

E, da exaltação patriótica, José Soares passava ao estado de pieguice:

“Quando, meu pateta das luminárias, português peba, quando os teus soldados, assim como os brasileiros, por uns

campos inóspitos, por terrenos selvagens e cobertos de pântanos, expostos aos rigores da intempérie, à peste, à sêde e à fome, êles diziam animados: *Oh! Brasil! Minha pátria!...*

Então, canibal, o que te parece isto?"

O autor dos *Farpões* desmentia, a seguir, a versão de ser Portugal a terra de "heróis, por excelência", rogando a Honório Pinto Carreira que consultasse "o venerando poeta Camões, que por miséria dêle foi teu patrício". E concluía José Soares, transcrevendo um trecho do discurso pronunciado por Clemente Pereira, por ocasião da abertura do Tribunal do Comércio da Côrte do Brasil, em 1851:

"Um número imenso de especuladores tão atrevidos como ignorantes, apoderou-se do comércio. Quem não acha meios de vida na terra que o viu nascer, e muitos até foragidos por crimes de *indústrias*, vêm procurar fortuna no hospitaleiro Brasil, e a encontra, e todos sem capital próprio para arriscar, e até sem precedentes que os abonem, levantam aparentes casas de comércio, giram com grandes fundos de créditos, empreendem especulações temerárias, ostentam opulento tratamento, dissipam, roubam e ninguém lhes toma contas..."

Divulgando grandes períodos da carta do português Honório, *Os Farpões* acenderam o estopim da rebelião contra os lusos. O nome de Honório, como os de Eça e Ramalho, passou a ser citado nos jornais — sinal de que o povo o decorara, indignando-se com as suas ofensas. *A América Ilustrada*, na sua "Galeria Popular", perfilando um sacerdote, publicava:

"Perfis esdrúxulos. XLI. Padre Estima. Filho ilustre do guerreiro Portugal, "*vencedor nunca vencido*", êste virtuoso

ministro do altar aclimatou-se à atmosfera pernambucana com uma facilidade espantosa. Irmão gêmeo, como está verificado, de Honório Pinto Carreira, ilhéu de *quilate quatorze* — o padre Estima tem feito nesta terra de Camarão as mais surpreendentes gentilezas. Entre elas, conta-se aquela em que predissera a uma sua confessada o aparecimento, a desoras, de um anjo *flamuloso*... resultando disso a aparição de... um *quiri*... !"

Em Goiana, município da Província de Pernambuco, situado a menos de 70 quilômetros do Recife, a polêmica assumia proporções aterradoras.



## CAPÍTULO VIII

**Goiana nos fins do século XIX. Tradição de luta nacionalista. *As Farpas*, causa imediata de grande conflito. Seis dias de espancamentos e depredações. Domínio do *Quiri* e *Cipó-Pau*.**

Econômica e socialmente, era Goiana, nos fins do século passado, a mais próspera cidade de Pernambuco, depois da capital. Ligada ao Recife por intenso tráfego de veículos, além de manter-se em contacto com todo o Nordeste do país através do seu pôrto, no rio Japomim, Goiana representava um dos esteios da economia da Província com a grande lavoura da cana a predominar, absorvente.

O latifúndio e a mão-de-obra escrava sustentavam a opulência da chamada aristocracia rural, que se alimentava, então, dos altos preços do açúcar nos mercados mundiais. Vivia-se o tempo em que os “senhores de engenho”, acompanhados de pajens, entravam na cidade escanchados em cavalos gordos e bem ajaezados, indo “às festas da igreja, às vereações, ao júri e às eleições” (1), exibindo o fastígio de uma situação privilegiada.

No “eito” dos canaviais, os trabalhadores negros, sob os açoites dos “cabos” e administradores dos engenhos, construíam, com as mãos rachadas pelas labutas de sol a sol, a riqueza de gerações inteiras de proprietários de terra.

(1) JOÃO ALFREDO, biografia do Barão de Goiana, in *Analecto Goianense*, de MÁRIO SANTIAGO (Alvaro Guerra) vol. IV, pág. 181.

Na cidade, o paludismo, a febre amarela, as anemias graves, dizimavam as populações das zonas encharcadas pelo transbordamento dos rios Tracunhaém e Capibaribe-mirim, criando o tipo do “amarelo de Goiana”, que o folclore incorporou à história de seu povo.

Situado a três léguas do mar, o pôrto de Goiana abrigava navios de médio calado, como os da *Companhia Pernambucana* (2), que, antes de receber os carregamentos de açúcar da cana plantada nos 94 engenhos do município, esvaziavam seus porões de gêneros de subsistência, de feijão, farinha, bacalhau e “carne sêca”, de fardos de tecidos, de especiais encomendas de baixelas, de finas louças, de perfumes, de custosos lustres de cristal, consignados aos grandes armazéns da cidade, às afreguesadas lojas da Rua Direita, sólidas de crédito e prestígio. Muitas dessas compras eram mandadas fazer na Europa pelas famílias dos proprietários rurais, os Cavalcanti, do Engenho Itaipirema, os Dourado, de Megaó de Baixo, os Maranhão, de Megaó de Cima, os Albuquerque Maranhão, de Mussumbu, os Rêgo Barros, de Bonito e Engenho Novo, os Pinheiro, de Itapessoca, os Coelho Catanho, de Massaranduba, os Pais Barreto, de Mariúna, os Rabelo, os Correia de Oliveira, de Miranda ou Uruaé, os Guedes, os Tavares — expressões daquele patriarcalismo que o conselheiro João Alfredo, Ministro do Império, e do ramo dos Correia de Oliveira, costumava recordar, enternecido, como um sinal da “poesia” e dos “encantos” de sua época.

Nos banquetes das “casas-grandes” e nas festas de “botadas” dos engenhos, ao início dos trabalhos de moenda da cana, não faltava o bom vinho português, e, em

---

(2) Havia vapores da *Companhia Pernambucana* nos dias 6, 16 e 26 de cada mês para Goiana. Segundo o *Almanak de Pernambuco*, cobravam-se para os passageiros, do Recife àquele município, os seguintes preços: “a ré, 8\$000; a proa, 3\$000”.

muitas salas de refeição, as frutas européias ou os célebres abacaxis “pico de rosa”, eram servidos em travessas e pratos de legítima porcelana chinesa, no fundo rebrilhante de seus desenhos de *pagodes*, *dragões* e *mandarins*.

As novenas e festas religiosas da cidade, que se continuavam, de janeiro a dezembro, no interior ou no pátio de suas nove igrejas<sup>(3)</sup>, emprestava-se um incomum esplendor, repartindo-se os dias da semana por entre os “senhores de engenho” e altos comerciantes, cada um vangloriando-se de suplantar o gasto do outro na ornamentação dos altares e no volume do foguetório. “Orquestras acompanhavam os cânticos. Vinham oradores sacros do Recife. Senhoras elegantes, de sapatinhos austríacos e luvas de pelica. Homens de sobrecasaca e chapéu alto”<sup>(4)</sup>. E os sinos das igrejas a repicar, de manhãzinha, ao meio-dia e à noite, uns sonoros e graves, outros rouquinhos, tristes, monótonos. “Não haverá remédio para se acabar com tanto badalar de sino? Não se acreditará, mas é verdade, que há sacristãos nesta terra que não saem de ao pé da corda do badalo, de noite e de dia, tocando ao ponto de incomodar a vizinhança. Será moda ou vício?”<sup>(5)</sup>

Por sua posição geográfica, Goiana tornara-se o foco das atividades econômicas de uma vasta região de Pernambuco, abrangendo os municípios de Nazaré e Timbaúba e interessando as províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. O comércio da cidade beneficia-se desse intercâmbio. “Era a época em que uma só loja de fazenda em grosso, a do Sr. Francisco Augusto Veloso da Silveira, vendia por ano perto de mil contos de réis; em que os armazéns de molhados dos srs. Barbosa, Andrade & Cia. e Viúva Sobrinho & Cia. vendiam, cada

(3) Há uma lenda de fundo religioso, em Goiana, a respeito da invencibilidade de seu povo: é que todas as igrejas têm as fachadas voltadas para dentro da cidade.

(4) AURÉLIO DOMINGUES, *Passado*, pág. 40.

(5) *Jornal do Recife*, 24 de agosto de 1871, correspondência de Goiana.

um, anualmente, nunca menos de oitocentos contos, ou sejam, sessenta e seis contos por mês; em que casas que negociavam com açúcar e algodão compravam, as mais fortes, 2.500.000 quilogramas do primeiro produto e 500.000 do segundo; em que nas ruas comerciais da cidade a grande aglomeração de cavalos e almocreves dificultava o trânsito; em que em vão a Paraíba criava os odiosos impostos chamados de barreira — que os matutos preferiam pagar, a deixar de abastecer-se em Goiana”<sup>(6)</sup>.

Dos trinta mil habitantes da Comarca, mais de cinco mil residiam na cidade, formando uma variada população de comerciantes, empregados de loja, alfaiates, ferreiros, caldeireiros, sapateiros, marceneiros, funcionários públicos, que participavam da vida social e política.

Aos súditos portugueses, entregues, de preferência, às atividades urbanas, pertenciam, de um modo geral, os melhores e mais acreditados estabelecimentos comerciais, as sortidas lojas de tecidos, os armazéns de secos e molhados, em concorrência com um pequeno grupo de negociantes nacionais, que tentava, inutilmente, quebrar as cadeias do asfixiante monopólio lusitano, no comércio a retalho.

Nas levas de imigrantes, que os paquetes europeus traziam, todo mês, de Portugal, muitos já desembarcavam na Província com endereços de parentes e amigos fixados em Goiana, enquanto outros, na impossibilidade de se estabelecer no Recife, para lá se encaminhavam, posteriormente, animados pela movimentação de seu comércio.

Eduardo de Lima Castro, que foi Prefeito da capital, falando de seu genitor, num livro de memórias recente, confirma a atração que o município de Goiana exercia sobre os imigrantes lusos:

---

(6) Retrospecto da vida de Goiana, numa “solicitada” do *Didrio de Pernambuco*, 29 de março de 1890.

“Chegou ao Recife, recomendado a um seu patrício de nome Pavão, que, não tendo podido encontrar-lhe colocação na capital, colocou-o em Goiana, a próspera Goiana daquele tempo, segunda cidade da então província de Pernambuco, pôrto de mar e empório de tôda a população daquela fertilíssima zona” (7).

Dispondo de imprensa, a primeira que se instalou no interior de Pernambuco, além de agremiações culturais, como o Instituto Histórico e o Gabinete Português de Leitura, de associações musicais, como a *Saboeira* e a *Curica* — de largo prestígio entre o povo — de sociedades de beneficência, como a Santa Casa de Misericórdia, de suntuosas igrejas, além de partidos políticos organizados, Goiana dava, assim, realmente, a idéia daquele “vasto laboratório, em que fermentam as paixões populares sem intermitência, ainda que fria serenidade pareça algumas vêzes indicar enfraquecimento ou sono da grande alma pernambucana que tem aí a sua sede” (8).

Na Rua do Meio, entre 1868 e 1873, funcionou a tipografia do Dr. Francisco Manuel Rapôso de Almeida, português, de cujas oficinas saíram os jornais “O Oriente”, “O Liberal Goianense”, “O Mercantil”, “A Gazeta de Goiana” e “A Grinalda”, além dos primeiros números da revista do Instituto Histórico.

A educação artística dava lugar notadamente na música, a emulações de exaltadas conseqüências, traduzidas nos renhidos desafios das *bandas*, divisor de águas, não sòmente musical, mas também político. Não raro, as “retretas” e festejos religiosos, onde se exibiam as orquestras, acabavam debaixo de correrias e tiros. O jornal goianense “O Mercantil”, numa crônica de 1871, registrava um dêsses incidentes do modo seguinte:

(7) *Memórias de um Político Pernambucano*, pág. 12.

(8) FRANKLIN TÁVORA, *O Matuto*, romance, pág. 249.

“Por ocasião da procissão saída da igreja da Soledade e quando a música levava a guarda de honra para o quartel, os moleques entusiasmados com vivas à Curica, morra a Saboeira e vice-versa, travaram-se de razões e houve cacete a valer, saindo alguns feridos. Foram recolhidos à cadeia dois ou três dos chefes desordeiros para serem castigados, visto serem escravos. Se se fizesse sempre assim com todos, bom seria porque só assim se acabava com os abusos que existem”<sup>(9)</sup>.

A difusão do gosto musical dera à cidade o título de “Milão pernambucana”. Além das famosas *bandas*, mantidas com o dinheiro do povo e de cujas massas de admiradores faziam parte, inclusive, os escravos, notava-se, ainda, a predileção pelo estudo de instrumentos musicais — o piano, o bandolim, etc. — mandados vir da Europa ou de centros adiantados do Império pelas famílias mais abastadas. “Passando-se em Goiana — testemunhava Franklin Távora — ouve-se daqui uma trompa, dali um baixo, adiante um piston, além um trombone, uma clarineta, uma flauta, um assobio, uma harmonia ou uma melodia qualquer, e não se vê nem sala nem corredor que não tenha nas paredes uma, duas ou três ordens de gaiolas com passarinhos cantores e chilreadores”<sup>(10)</sup>.

Politicamente, o município era dominado pelos “senhores de engenho”, através do Partido Conservador, embora a sede da Comarca, pela influência da pequena-burguesia urbana, se constituísse em reduto dos liberais. Contudo, os “vermelhos”<sup>(11)</sup> é que forneciam ao governo

(9) Transc. no *Jornal do Recife*, edição de 24 de agosto de 1871.

(10) *Ob. cit.*, pág. 2. Havia em Goiana alguns dos mais famosos pássaros canoros do Nordeste: os pintassilgos, papa-capins, patativas, caboclinhos, canários e os célebres *curiós de Goiana*.

(11) “Vermelho — denominação chula concorrente com a de *guabiru*, dada aos conservadores”. PEREIRA DA COSTA, *ob. cit.*, pág. 743.

do Império e da Província, aos corpos legislativos e às agremiações partidárias os barões, os conselheiros, os senadores e deputados.

Para os conservadores, como o ministro João Alfredo, "a eleição em Goiana era uma coisa honesta e leal; escolhiam-se para vereadores os grandes proprietários e os letrados de maior conceito".<sup>(12)</sup>

De uma dessas pugnas eleitorais, no entanto, fez "A Província", órgão do Partido Liberal, em 1872, o seguinte e curioso apanhado:

"As eleições correram em Goiana como em todos os lugares em que o Partido Liberal não se quis expor às baionetas da polícia e aos punhais dos capangas: ninguém votou. O Juiz de Paz e mais quatro figurantes, intitulados mesários, passaram, durante três dias, algumas horas na Matriz<sup>(13)</sup>, assentados defronte de uma velha canastra de madeira, para darem aparência de coisa séria à triste farsa do *voto livre*. Depois, escreveram-se as atas em casa do promotor Honório, distribuindo-se aos designados do barão de Goiana milheiros de votos. Foi assim que se fez a eleição de 18 de agosto e a de 7 de setembro. Nesta última, deu-se um risível incidente. O barão de Goiana, temendo que os liberais se apresentassem, e tomassem a Matriz, mandou-a ocupar de véspera, às 11 horas da noite, por um crescido número de capangas armados, a *flor da sua gente*; mas, convencendo-se que tinha totalmente tomado a sério gracejos de rapazes, licenciou os bravos, e foi então plena a... liberdade de não votar"<sup>(14)</sup>.

De tôdas as lutas históricas da Província, desde as mais remotas, participou Goiana, tomando posição, lide-

(12) JOÃO ALFREDO, *trab. cit.*, pág. 185.

(13) As mesas receptoras de votos funcionavam, então, nas igrejas.

(14) Edição de 4 de outubro de 1872.

rando movimentos ou aderindo às refregas, com entusiasmo e ardor cívico. Assim foi na expulsão dos holandeses, na Guerra dos Mascates, na Revolução Republicana, na Confederação do Equador, na insurreição Praieira, distinguindo-se o seu povo pela atuação de bravos combatentes como o Padre João Ribeiro e o desembargador Nunes Machado, chefes, respectivamente, dos republicanos de 1817 e dos praieiros de 1848.

Nem mesmo a impiedade dos régulos, mandando expor, como advertência aos goianenses, as mãos decepadas de revolucionários, em praça pública, como se fêz com as de Sousa Tenório, integrante da insurreição de 1817, tinha força para atemorizar o heroísmo de seu povo.

A deposição do general Luís do Rêgo, sangüinário presidente da Província de Pernambuco, em 1821, foi Goiana que a realizou sòzinha, marchando dos canaviais do interior para o Recife e instituindo aí a primeira Junta Constitucional que houve no Brasil.

Embora galardoado pelos ingleses, como vencedor de sete batalhas, o general Luís do Rêgo teve de ceder à pressão dos goianenses, entregando-lhes, sob terror, o govêrno.

Na memória dos habitantes do município, recolhidos pela tradição folclórica, ficaram êstes versos:

*“General Luís do Rêgo  
Sete batalhas venceu.  
Na oitava de Goiana,  
Deu o braço, esmoreceu !”*

Por seu passado, pelos sentimentos de amor à liberdade e de repulsa à dominação estrangeira, Goiana representaria papel saliente nas lutas dos nacionalistas contra os desaforos das *Farpas*, as pilhérias e as mofas de Eça de Queiroz.



Vivendo os acontecimentos do Recife, dadas as suas ligações com a capital, e dispondo de uma pequena-burguesia intelectualizada, em dia com os problemas da cultura e da política, ali repercutiram os episódios da discussão entre Eça de Queiroz e José Soares Pinto Correia. A circunstância de terem sido encontrados, em Goiana, tantos anos depois das ocorrências, exemplares da primeira edição do opúsculo *Os Farpões*, vem comprovar que a velha cidade pernambucana se identificou com a polêmica.

O próprio nome do autor dos *Farpões*, cuja naturalidade não foi possível apurar, dá a entender tratar-se de goianense ou de filho de goianenses, desde que os apelidos *Pinto* e *Corréa* (sem a letra *i* e com acento circunflexo) eram comuns, como o são, ainda, naquele município.

Segundo depoimento oral de contemporâneos, as coleções de livros de particulares e as que se alinhavam nas estantes do Gabinete Português de Leitura de Goiana, fundado a 7 de setembro de 1870, ou nas do Gabinete de Leitura Desembargador Francisco Luís, instalado, com outro nome, a 24 de dezembro de 1876, incluíam obras de autores portugueses, além de jornais, revistas e primeiras edições das *Farpas*.

Por outro lado, a atuação de goianenses, na imprensa do Recife, participando dos ataques às *Farpas* e a Eça de Queiroz, deve ter provocado o interesse também dos seus contrerrâneos, levando-os, decerto, a acompanhar todos os lances da questão.

O fato é que as discussões travadas entre os pernambucanos e os redatores da revista lisboeta, "despertaram e incitaram em Goiana, mais do que em qualquer parte, os velhos preconceitos de nacionalidade" (15).

Em fins de julho de 1872, o estado de incompatibilidade entre os portugueses, denominados vulgarmente

---

(15) *A Província*, edição de 4 de outubro de 1872.

de “galegos”, e os goianenses, chamados, depreciativamente, pelos lusos de “amarelos”, era de tal ordem que deixava prenunciar graves perturbações na cidade.

Quase todo dia se registravam debates acalorados entre uns e outros por causa das *Farpas* e dos *Farpões*. Impressos e distribuídos à larga, versinhos e quadras populares denegriam os portugueses, que revidavam com a mesma moeda, pilheriando e ofendendo aos brios dos nacionais. Enquanto os goianenses versejavam com o

“*Marinheiro, pé de chumbo*  
Calcanhar de frigideira,  
Quem te deu a ousadia  
De casar com brasileira?”

os portugueses respondiam, defendendo-se, com o

“Prá que secretos misteres,  
*Patriota* brasileiro,  
Dás as filhas por mulheres  
Ao burro do *marinheiro*?”

Ainda dos portugueses partia a iniciativa de versinhos de crítica à mulher goianense, como êstes:

“As môças desta terra,  
Quando saem a passear,  
Parecem animais magros,  
De cangalha e caçú!”

A 30 de julho, como sinal de desagravo dos moradores de goiana às *Farpas*, realizou-se, na cidade, um banquete. À sobremesa, cada convidado recebeu um ramallete composto de “sempre-vivas”, “perpétuas” e um tipo de cróton conhecido pelo nome de “Independência”, que era en-

tregue aos presentes com a seguinte quadra, de concitamento à luta contra os "marinheiros":

*"Sempre viva a Independência  
E perpétua a luta seja:  
Que o domínio português  
Nesta terra não se veja (16)".*

O facciosismo extremado dos grupos em litígio confundiu, nas crônicas da época, a versão exata das origens do banquete. Certos jornais do Recife deram-no como tendo sido promovido pelos portugueses; outros o atribuíram à iniciativa de brasileiros e portugueses, maçons, em regozijo pelo brilhantismo das comemorações, na capital, ao transcurso do aniversário da extinção da Companhia de Jesus.

A verdade, porém, é que foi o sentimento anti-lusitano, espicaçado pelos insultos das *Farpas*, o centro das manifestações dos goianos, naquela noite. E os mais insuspeitos depoimentos viriam, depois, confirmar essa versão.

Terminado o jantar, houve quem sugerisse a idéia de uma passeata pelas ruas principais, logo aceita por todos os convivas. Improvisou-se, então, o cortejo, a que se veio juntar uma banda de música, como era, aliás, dos hábitos em Goiana.

Desfilaram, pois, os patriotas<sup>(17)</sup> os fogosos nacionalistas do município, ao som de música, de discursos veementes e de canções guerreiras. Um dos oradores, para acirrar calculadamente a agitação, lembrou a ousadia

(16) AURÉLIO DOMINGUES, *ob. cit.*, pág. 56.

(17) Durante todo o curso dos acontecimentos de Goiana, os brasileiros se atribuíram o epíteto de *patriotas*, enquanto os portugueses os chamavam de "caceteiros". Aurélio Domingues, neto de português, apelidou esse movimento de "patriotada", denegrindo-o, por debíque.

dos “galegos”, ao parodiar a letra do Hino da Independência do Brasil, em versos que, não podendo ser transcritos integralmente, tais os seus palavrões, principiavam assim:

“Cabra gente, brasileira,  
Gente fina é a lusitana”...

.....

.....

Não puderam os manifestantes, por encontrar-se fechado o comércio, realizar seus sangüinários intentos contra os elementos portugueses. Mas, no dia seguinte, logo cedo, entusiasmados com os sucessos da noite anterior, voltaram à carga, armados de *quiri* e *cipó-pau*, com o que estabeleceram generalizado conflito, forçando o comércio a cerrar suas portas, sob coação. O ambiente em Goiana era de incontrolável efervescência. “Tiros, garrafadas, espancamentos, surgiam em vários pontos da cidade, quase sempre à noite e de surpresa” (18).

Pelas 22 horas do dia 31, o comerciante José da Silva Oliveira, “o primeiro negociante português dêste lugar, de conduta exemplar, e a primeira vítima imolada aos cacetes dos sicários” (19), é barbaramente espancado pelos goianenses. A agressão ao comerciante Oliveira, mção de 35 anos, mas de largo conceito no município, abalou tôda a cidade, estimulando os rebeldes a novos cometimentos, desde que a surra no mais importante dos portugueses justificava o corretivo das cacetadas nos demais.

No outro dia, 1.º de agosto, a confusão era maior. O português Belmiro José Gonçalves, amigo e compadre

(18) ANGELO JORDÃO, in *Almanak de Goiana*, pág. 207.

(19) *Jornal do Recife*, secção “Solicidades”, ed. de 28 de setembro de 1872.

do Barão de Goiana<sup>(20)</sup>, o todo-poderoso chefe político situacionista da Comarca, foi tremendamente sovado a golpes de *quiri*, em plena Rua Direita, defronte do quartel da polícia. Impressionado com a extensão das ocorrências, o Barão de Goiana, que se achava na cidade, rumou ao Engenho Novo, a poucos quilômetros da sede do município, a fim de, arregimentando seus “moradores” — “a flor da sua gente” — tentar restabelecer a ordem, garantindo a vida e a propriedade dos portugueses.

Nesse mesmo dia, à noite, os “caceteiros” invadiram a casa de comércio do português José Ramos e o bilhar, de que era caixeiro o português conhecido pelo nome de Joaquim Pequeno. “O primeiro escapou de apanhar, graças à proteção de um negociante brasileiro, que o tinha ido visitar; mas o outro sofreu tantas bordoadas, que foi conduzido em braços para casa”<sup>(21)</sup>.

Foram agredidos, ainda, os portugueses Antônio Pedro de Melo e Agostinho Lourenço da Silva Pôrto, caixeiro da casa comercial de Eustáquio Júnior & Cia.

A essa altura, o “mata-mata marinho” assumia proporções aterradoras. Tôda a cidade jazia entregue à violência e à insegurança. Refugiando-se nas casas de brasileiros amigos; trancando-se nos armazéns de secos e molhados, por trás de portas fortemente guarnecidas; asilando-se nas igrejas e nos conventos; buscando refúgio até nos canaviais; batidos, assim, pelas apreensões e pelo medo — os portugueses fugiam, por modos e meios a seu alcance.

No dia 2 de agosto, a situação permanecia tensa. Persistiam os espancamentos, seguidos de depredações de lojas e estabelecimentos outros de propriedade dos lusos.

---

(20) João Joaquim da Cunha Rêgo Barros, 1790-1874, 3.º Barão de Goiana, comandante superior da Guarda Nacional, chefe do Partido Conservador, sogro do Ministro João Alfredo Correia de Oliveira.

(21) *Jornal do Recife*, ed. cit.

Nem mesmo um pequeno grupo de italianos, residente na cidade e que se entregava à profissão de caldeireiros e soldadores, escapou da pancadaria.

Dirigindo-se ao presidente da Província, o Promotor Público da Comarca de Goiana, Dr. Honório Fiel de Sigmaringa Vaz Curado, informava, metuculoso:

"No dia 3, o estado é o mesmo; foi espancado defronte do mesmo quartel um italiano, pelas 11 horas da manhã; à noite, o estado é horrível: a casa do agente consular português (22) é cercada, a família passou por cruéis sobressaltos, receando que as portas fôsem forçadas; um grupo procura o maquinista da barca de excavação (23), o qual em sua própria casa seria espancado, se não fôsse a intervenção amigável do delegado. Outro grupo dirige-se às habitações de italianos, cobre-os de insultos e lhes impõe um prazo de 20 dias para mudança de todos!" (24).

O "mata-mata" evolvia, assim, para uma ação contra os estrangeiros, fôsse qual fôsse sua nacionalidade.

A 4 de agosto, segundo o depoimento circunstancioso do Promotor Sigmaringa, no ofício encaminhado ao desembargador Francisco de Faria Lemos, chefe do govêrno provincial, "o povo amanheceu ainda hoje no mesmo estado de insolência".

O pequeno destacamento policial, composto de 10 soldados, nada podia fazer no sentido de acalmar os espíritos. Pelo contrário, muitos soldados aderiram aos grupos de patriotas, largando fora suas armas de fogo

---

(22) Era agente consular o comerciante Antônio Domingues de Sousa, tio-avô de Aurélio Domingues e avô de Lima Castro, ex-prefeito do Recife.

(23) Construía-se, na época, o Canal de Goiana.

(24) Ofício de 4 de agosto de 1872, publicado no *Didrio de Pernambuco*, ed. de 7 do mesmo mês.

para munir-se do *quiri* e *cipó-pau*, que eram as armas, por excelência, dos amotinados. O suplente de delegado de polícia, em exercício, o capitão da Guarda Nacional João Gomes, “cabo-eleitoral” do Barão de Goiana e conhecido vulgarmente pela alcunha de João “Faca-Torta”, em conversa com “um distinto e ilustrado morador da cidade”, chegara a confessar:

“O que quer que lhe faça? Não confio no destacamento. Ontem, entrando no quartel, encontrei os soldados de cacete debaixo do braço, prontos para darem em *marinheiros!*” (25).

Seis dias depois de iniciadas as manifestações de hostilidade contra a colônia portuguesa, por causa das *Farpas*, o ambiente da cidade de Goiana era de desordem e abandono. O comércio, quase inteiramente controlado pelos lusos, encontrava-se com as atividades interrompidas. Contavam-se pelos dedos as casas de negócio abertas, mesmo as de nacionais. Era completo o reino do *quiri* e *cipó-pau*, como prometera o autor dos *Farpões* a Eça e Ramalho...

---

(25) *A Província*, ed. cit.

## CAPÍTULO IX

**Como repercutiram os fatos de Goiana. Onde se recorda um debate histórico em favor da emancipação da mulher. Pinheiro Chagas, “sempre êsse homem fatal”. A troca do belo pelo nauseante. Protesta o Corpo Consular Português. Severa reprimenda do Visconde do Rio Branco ao Presidente da Província de Pernambuco.**

Os graves acontecimentos de Goiana tiveram imediata repercussão em todo o Império. O desembargador Francisco de Faria Lemos, presidente da Província, logo que se pôs a par de tudo, comunicou os fatos aos membros do Gabinete Rio Branco, tendo o cuidado de usar uma correspondência reservada.

A imprensa do Recife, cada vez com maiores informações, estampou em suas páginas o relato dos sangrentos vexames por que passaram os portugueses domiciliados em Goiana, ajustando-o, todavia, à orientação política de cada jornal.

Foi na terça-feira, 6 de agosto, que a imprensa da capital começou a publicar as primeiras notícias do “mata-mata *marinheiro*”. Eis como o *Diário de Pernambuco* historiou o incidente: “Notícias da cidade de Goiana confirmam os boatos que, desde ante-ontem, correm por



esta cidade, referentes a desordens e espancamentos havidos nas ruas daquele povoado, em um dos dias d'êste mês.

Segundo essas notícias, deu-se o fato assim: um grupo de indivíduos da localidade fazia uma passeata, com música à frente, a propósito não sabemos de que. Alguns estrangeiros ali estabelecidos, entraram a largar-lhes chufas e doestos grosseiros; metendo a ridículo certas práticas brasileiras.

Êste proceder exacerbou alguns espíritos dos passeantes que, postos em brio, tomaram o negócio em ponto de honra e repostaram no mesmo tom aos pilheristas de mau gôsto. Houve uma longa disputa, e, afinal, passaram os pilheriados a vias de fato, esbordoando a alguns pilheristas, entre os quais derramou-se desde logo um certo terror pânico, ante a cólera indômita do povo amotinado".

Acrescia o *Diário*, no fim da matéria, que as autoridades da Província haviam determinado o envio, urgente, de uma "tropa de linha", a fim de que fôsse restabelecida a ordem pública na cidade.

A versão do *Jornal do Recife* aparecia um pouco diferente: "GOIANA. Acabam de passar-se nessa localidade cenas bem desagradáveis. Eis o que nos referiram: Tendo os maçons ali residentes dado um banquete em sinal de adesão às manifestações havidas nesta cidade contra os jesuítas, saíram, depois de terminada a festa, a passear pelas ruas com música à frente e dando *vivas* à liberdade, à civilização e *foras* aos jesuítas. Esta ostensiva demonstração causou viva espécie, e sendo mal interpretada, occasionou murmurações, que foram crescendo, e como a maioria dos que nela haviam tomado parte era portugêses, lembraram-se os mal intencionados de volver contra êles a corrente da má indisposição que começava a despertar, e o resultado foi no dia seguinte serem três ou quatro espancados por grupos de desordeiros, que apare-

ceram armados de cacetes, a percorrer a cidade impunemente. A presença desta gente aterrorizou a todos, e cada qual tratou de fechar-se em sua casa. Entre as pessoas espancadas cita-se o Sr. José Oliveira que nos dizem ser homem de idade avançada, honesto, ali estabelecido há muito tempo, e que nem parte tivera na festa maçônica, o que prova a sem razão com que o agrediram e maltrataram, ou por outra, que não foi aquêle o motivo.

Ainda no sábado durava ali um semelhante estado de coisas, mas é de crer que já hoje tenha de todo desaparecido. Consta-nos que só ontem teve a presidência participação do que tinha ocorrido e, sem perda de tempo, mandou seguir para ali um destacamento de linha, que não sabemos se partiu ontem mesmo”.

No dia 7, o *Diário de Pernambuco* tornava a veicular outras notícias a respeito das perturbações da ordem em Goiana, acolhendo, na secção de ineditoriais, um protesto contra o espancamento do português José da Silva Oliveira, assinado por A. G. Dizia-se, nesse documento, do testemunho de “pessoas dignas de todo o crédito”, a propósito dos “bárbaros e escandalosos espancamentos de portugueses”, insultados e agredidos “em suas próprias casas e nas ruas mais públicas daquela cidade”. O signatário do protesto lamentava o sucedido ao comerciante Oliveira, que não fôra morto graças ao fato de ter “com os sicários” entrado em luta, “tomando-lhes um enorme cacete”.

Na mesma edição, o *Diário* transcrevia, “para que melhor fique conhecida a natureza e o modo de ser do conflito havido ultimamente na cidade de Goiana”, o teor do officio enviado pelo Promotor Público da Comarca ao presidente da Província, datado de 4 de agosto. Ainda noutra local da edição, sob o título “Últimas Notícias de Goiana”, o órgão conservador informava: “Pessoa circumspecta, saída dessa cidade à noite de 5 do corrente, diz ter

ali cessado todo o movimento, logo que se apresentou o Exmo Sr. Barão de Goiana, vindo do seu Engenho, onde estava, acompanhado de crescido número de moradores seus, e que na tarde dêsse dia o comércio reatara seu giro”.

No mesmo caráter, de notícia de última hora, o *Jornal do Recife*, do dia 7, informava: “Pessoa chegada ontem pela manhã de Goiana, donde partira ante-ontem às 4 horas da tarde, disse-nos que continuava ainda ali o mesmo estado de coisas”.

A êsses dados, o *Jornal do Recife* juntava o de que a presidência da Província mandara para Goiana “uma fôrça de 50 praças do 2.º Batalhão de Infantaria de Linha, a qual devia seguir ontem no vapor “Parayba”.

Com efeito, o desembargador Faria Lemos determinara o embarque imediato de um refôrço de tropas regulares, “sob o comando de um oficial de confiança”, utilizando um dos navios da *Companhia Pernambucana*, que servia, de modo regular, ao pôrto daquela cidade.

As verdadeiras origens do movimento sedicioso é que não apareceram, de logo, bem delineadas na imprensa. O *Jornal do Recife*, deturpando-as, referira-se a prováveis desavenças entre maçons e jesuítas. Daí por que a redação do semanário *A Verdade*, órgão oficial da Maçonaria de Pernambuco, se apressou em dirigir àquele jornal uma carta explicativa, ressaltando a posição dos maçons nos acontecimentos. A missiva, que deve ter sido escrita por Franklin Távora, recriminava o que chamou de “canibalismo de Goiana” e, exigindo para os fatos “a mais eficaz punição”, apontava como inspiradores do movimento os preconceitos de nacionalidade. “Não admira — dizia a redação de *A Verdade* — que ainda hoje em dia se dêem cenas dessas, por si tão contristadoras em Goiana, quando nesta capital indisputavelmente mais culta e mais desabusada, tem-se pretendido explorar, felizmente embalde, igual pretexto; e o que é mais, quem o tem pretendido são

homens que, pela sua posição literária e científica, excluem toda presunção de preconceitos retrógados, e pelo contrário dão lugar a se presumir da sua parte a mais completa má fé”.

Depois de atacar o jesuitismo — “esse desnaturado pugilo de homens, no fundo menos brasileiros que romanos” — o jornal da Maçonaria censurava a posição de quantos se empenhavam, conscientemente, no sentido de apresentar o conflito de Goiana como produto da repulsa do povo aos maçons.

E a interpretação real dos distúrbios era colocada pela *Verdade*, em seus termos históricos:

“Ora, deixemo-nos disso! Se nos escandalizamos com essa publicação feita em Portugal com o título de *Farpas*, e que tem tanto lá como aqui merecido desaprovação dos homens sérios, como poderemos achar decente e digno de nós restaurar preconceitos dissolventes que o tempo e a elevação do nosso nível moral tem deixado à distância incommensurável?

Não se ufanem os nossos inimigos com o canibalismo de Goiana. Não se regozijem do bárbaro prazer com um fato, que só nos deve arrancar a mais formal e inequívoca reprovação.

Não fiquem satisfeitos os jesuítas supondo tirarem de tal fato argumentos capciosos para imbuir o público de que foi isso uma demonstração anti-maçônica. O público lhes não dará crédito.

Foram ainda *As Farpas* que deram lugar em Goiana a acontecimento igual ao que consta ter-se dado no Pará” (1).

Por influência dos portugueses, a cuja política serviam os conservadores e sua imprensa, o *Diário de Per-*

---

(1) *Jornal do Recife*, edição de 7 de agosto de 1872.

*nambuco* entrou a atacar os patriotas de Goiana, tachando-os de “desordeiros”, “sangüinários”, etc.

Tantos e tantos foram os ataques ao povo do município onde se desenrolaram as perturbações da ordem, que um jornalista goianense, Romualdo Alves de Oliveira, se viu impellido a assumir a defesa de seus conterrâneos, no Recife.

A figura de Romualdo, “fertilíssimo e irrequieto foli-culário”, como o denominou Alfredo de Carvalho, em seus *Anais da Imprensa Periódica Pernambucana*, reclama dos cronistas da história de Goiana um estudo biográfico. Tendo iniciado sua carreira de jornalista em 1854, dirigindo o *Artista Pernambucano*, Romualdo, no ano seguinte, lançava à rua *O Brado do Povo*, periódico de firme orientação nativista e republicana. Interrompida a existência do *Brado do Povo*, Romualdo fêz circular o jornal *O Democrata* que, em editorial, se chamava a si mesmo de “um dos órgãos do princípio republicano, e prometendo discutir os interesses industriais da província e ocupar-se muito particularmente com a agricultura e as obras públicas” (2).

Em 1872, editou, sozinho, o periódico *A República Federativa*, órgão do Clube Republicano do Recife. No ano seguinte, dirigiu *O Comércio a Retalho*, que circulou, com pequenas interrupções, até 1875. Esse jornal de Romualdo — conhecido pelo povo com este título: “O jornal de Romualdo” — exerceu enorme influência nas lutas contra o predomínio português no comércio interno. Foi, sem a menor dúvida, dos órgãos da imprensa periódica da década de 70, o mais vivo e interessante, do ponto de vista ideológico e doutrinário, no debate de temas de economia política, de comércio interno e externo e de questões de política nacional.

---

(2) V. ALFREDO DE CARVALHO, *ob. cit.*, pág. 260.

Como jurista, Romualdo escreveu, segundo Sebastião Galvão<sup>(3)</sup> as seguintes obras: *Livro do Povo* de análise da constituição dos povos, desde Adão até o século XIX; *A Honra da Mulher Perante o Direito Criminal*; *O Crime de Estupro e suas Conseqüências*; *O Dinheiro, a Sabe-doria e a Virtude* — romance brasileiro, “escrito para complemento da educação de seus filhos, a quem é oferecido”.

Tendo nascido em Goiana, a 9 de fevereiro de 1825, Romualdo faleceu no Rio, a 13 de Janeiro de 1895, depois de ter exercido a profissão de advogado em Minas Gerais.

O nome de Romualdo Alves de Oliveira está intimamente ligado ao momentoso debate parlamentar havido, na Assembléa Legislativa da Província de Pernambuco, nos anos de 1878 e 1879, em tórno dos direitos políticos e sociais da mulher e de que participaram, como deputados, Tobias Barreto de Menezes, os médicos Malaquias Antônio Gonçalves e Ermírio Coutinho, Filipe de Figueiroa, Antônio Clodoaldo de Sousa, Eudóxio de Brito e Silvino Guilherme de Barros, Barão de Nazaré.

Tôda a discussão se travara a propósito da entrada, na Assembléa, de uma petição de Romualdo, solicitando ao governo uma subvenção, na importância de 100\$000 mensais, a fim de que sua filha, de 14 anos incompletos, Josefa Águeda Felisbela de Oliveira, pudesse estudar medicina “nos Estados Unidos ou na Suíça”.

As leis do Brasil vedavam à mulher o direito de cursar as escolas de medicina. Permitia-se-lhe, tão somente, depois de freqüentar os referidos cursos, a entrega de um diploma de *parteira*. Mesmo assim, a legislação ainda proibia à mulher *parteira* fazer, no exercício de sua profissão, o chamado “parto artificial”, sendo-lhe

(3) SEBASTIÃO DE VASCONCELOS GALVÃO, *Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco*, vol. 4.º, pág. 440.

reconhecido o direito de assistir, unicamente, o “parto natural...”

Josefa Agueda, “preparada em português, francês, inglês, história e geografia, sendo de notar que fala o inglês e o francês admiravelmente”, como informava, nos debates, o Barão de Nazaré, realizara, no dia 21 de fevereiro de 1878, nos salões do Gabinete Português de Leitura, uma conferência sôbre assuntos literários, tendo obtido aplausos gerais.

A discussão em tórno do requerimento de Romualdo dividiu, inicialmente, a Assembléa em dois blocos: os que defendiam a emancipação da mulher, reconhecendo-lhe direitos sociais de que, até então, não gozava, e os que, estribados em falsas teorias científicas, como a da inferioridade orgânica, a do menor pêsso do cérebro, etc., lhe negavam o acesso a determinadas profissões, como a de medicina. No primeiro grupo, situaram-se Tobias e o Barão de Nazaré, que vivia, no Recife, da compra e venda de escravos. Contra os direitos da mulher, colocaram-se ostensivamente dois médicos: Malaquias Gonçalves da Rocha e Ermírio Coutinho.

O debate que se processou, então, na Assembléa apaixonou o povo do Recife, tornando-se o mais rumoroso da legislatura. Durante semanas inteiras, os lugares reservados a espectadores, no edifício do Poder Legislativo, se encheram de assistentes; e o corpo taquigráfico, fiel às ocorrências do plenário, deixou nos Anais, ao pé de cada discurso em favor da emancipação da mulher brasileira, os aplausos das galerias e a sua frenética e incisiva intervenção. Em seguida a muitos discursos de Tobias Barreto e do Barão de Nazaré, as notas taquigráficas registram: “As galerias jogam flôres sôbre o orador”, ou “o orador é muito aplaudido pelas galerias”.

O debate teve lances de grande emoção. A própria filha de Romualdo, num derradeiro apêlo, dirigiu-se aos

deputados que se insurgiam contra o requerimento de seu pai, implorando-lhes: "Dai-me uma subvenção que eu quero ser útil à minha Província!"

Diante do comovente pedido, o Barão de Nazaré exclamou, num dos vários discursos pronunciados a êsse respeito:

"Não consintamos que a filha do povo, que a pernambucana talentosa, saia de porta em porta pedindo uma esmola para levar a efeito sua educação, seus desejos louváveis de ser útil à sociedade em que nasceu" (4).

A posição de Tobias, na polémica, situou-se no terreno do cientificismo, como era, aliás, de seus hábitos. Vivendo para um mundo de especulação e teorias, não concluiu, jamais, por assumir um lugar, por escolher um caminho nos grandes choques das idéias sociais e políticas da época. O Recife de seu tempo caracterizou-se por uma série de movimentos em favor da liberdade e dos direitos do homem. Diante de tudo isso, Tobias reagiu como intelectual, sem descer à planície das agitações de massa, embora fôsse, na verdade, um homem de formação mental progressista.

Mulato, quase negro, não teve a menor participação, por exemplo, na campanha pela abolição da escravatura. Joaquim Nabuco, filho de "senhor de engenho" e branco, da brancura de um ariano, é que se constituiu em porta-bandeira das lutas emancipacionistas do Recife, glorificando-a com o seu verbo e a sua coragem cívica.

Embora focalizando o problema da mulher "sob três pontos de vista distintos — o ponto de vista político, civil e social", o deputado Tobias Barreto confessava que, "quanto ao primeiro, a emancipação política da mulher, não a julgava ainda necessária, "eu não a quero por

---

(4) *Anais da Assembléa Legislativa Provincial*, 1878.



ora" (6). E enquanto nas orações parlamentares perdia horas a fio, em tertúlias com o médico Malaquias Antônio Gonçalves, a discorrer sôbre o pêso do cérebro no homem e na mulher, a suas divagações se contrapunha o firme argumento de um político de poucas luzes como o Barão de Nazaré, que tinha o senso de chamar a polêmica para um terreno mais realístico, denunciando a servidão em que se encontrava a mulher, social e economicamente, nas zonas rurais da Província, "na estrada, à beira do caminho, com uma enxada na mão, a trabalhar de 6 da manhã às 6 da tarde, e isso no decurso de todos os meses". Aos argumentos do Dr. Malaquias, de que "o destino da mulher está traçado pela natureza", reservando-se-lhe, exclusivamente, as funções de "verdadeira mãe de família e hábil diretora de seus filhos", respondia o Barão, com objetividade:

"Se a mulher veio ao mundo para casar e criar os filhos e administrar a casa, não há quem possa dizer no século presente, no século das luzes, quando todos procuram ilustrar o seu espírito, que ela deva continuar a vida selvagem dos campos".

Quando a petição de Romualdo, transformada no Projeto n.º 61, foi levada, vitoriosa, à segunda discussão, Tobias logrou ver aceita u'a emenda, de sua autoria, estendendo os benefícios da subvenção a outra jovem pernambucana, que êle considerava talentosa: Maria Amélia Florentino Cavalcanti (6).

De Amélia Cavalcanti, sabe-se que, feito o curso na Bahia, quando o permitiu a legislação do país, se tornou a primeira mulher formada em medicina, em Pernambuco.

---

(5) *Idem.*

(6) O projeto n.º 61, aprovado pela assembléa, não foi sancionado pelo presidente da Província, Adolfo de Barros. Em 1882, Amélia Cavalcanti obteria uma pensão anual de 1.200\$000 para estudar medicina.

Quanto a Josefa Agueda, filha de Romualdo, a única informação que as pesquisas ensejaram foi a de que, em 1883, juntamente com Maria A. Generosa Estrêla, dirigiu, no Recife, o periódico de literatura, medicina e belas artes — “A Mulher” — “consagrado aos interesses e direitos da mulher brasileira”, publicação iniciada, segundo Alfredo de Carvalho, em Filadélfia, nos Estados Unidos, dois anos antes, e que teve prosseguimento no Rio de Janeiro (7).

O nome do goianista Romualdo Alves de Oliveira, hoje desconhecido completamente de seus conterrâneos, associou-se, como se vê, a inúmeros movimentos políticos, econômicos e culturais do Recife.

Pois foi êsse filho de Goiana quem, a 10 de agosto de 1872, em carta à redação do *Jornal do Recife*, justificou o procedimento de seus “irmãos, defendendo-os do injusto epíteto de Canibais”:

“Natural de Goiana, não posso deixar de dizer o que entendo em defesa do lugar onde pela primeira vez vi a luz. Ninguém aprovará certamente o espancamento dos estrangeiros que teve lugar em Goiana; mas não creio que o fato se desse tão sem causa, como aqui se conta. Os habitantes de Goiana, por sua moralidade, gênio hospitaleiro que é proverbial a todos os brasileiros, não podiam proceder bárbara e selvaticamente como se diz. Que houvesse excesso, creio; mas é preciso indagar, sem a impressão do momento, para poder-se falar.

Ninguém deve ser condenado, sem ser ouvido. As causas ocasionais que deram lugar ao infausto acontecimento devem ser verificadas”.

---

(7) ALFREDO DE CARVALHO, *ob. cit.*

E vinham, então, *As Farpas*, como nos outros depoimentos, a explicar, como causa imediata, os distúrbios de Goiana:

“Todos sabemos que temos sido insultados de uma maneira descomunal por diversas publicações de Portugal, e quem sabe se alguém, explorando esta mina de combustíveis, não procurasse lançar-lhe fogo? Todos não sabem discriminar os fatos, e é esta a razão dos grandes males da humanidade. Selvagens! Canibais, os goianenses! Uma imprudência, reflexão e má compreensão dos fatos, não devem ser julgadas como selvageria, canibalismo de um povo, ou dos habitantes de uma localidade. Antes de chamar-se canibais aos goianistas, e aos brasileiros, em geral, como chamam os Srs. Eça, Loureiro e Ramalho, escritores portugueses, é preciso não esquecer os fatos da civilização européia que desde muitos séculos ali se dão e agora na guerra franco-prussiana se deram. As conquistas dos portugueses no Brasil, Índia, das cruzadas, as da Inquisição e outras, são provas robustíssimas de não poderem falar dos brasileiros, que ainda não procederam nem ao menos com o arremêdo da decantada civilização européia, em algumas épocas.

Creio que o fato não poderá ser justificado, mas venço-me pode ser atenuado”.

A imprensa humorística do Recife não passou despercebido o “mata-mata” de Goiana. Na edição de 18 de agosto, *A América Ilustrada*, ao pilheriar sobre certo indivíduo, que, “bancando o valentão”, dera uma surra numa mulher, publicava:

“Offício ao Sr. Maurício *Ourives Agiota* — compra espada de Nossa Senhora. Uma viagem até Goiana ou mesmo até ao Colégio das Artes...

Sabe por que lhe aconselho isso? É porque aí se precisa de valentões. E quem dá na sua Eva, com mais forte razão passará o cacete nos Adões alheios”.

De outra feita, *A América Ilustrada* citava o “exemplo” de Goiana, como advertência a um cidadão que falara mal de outros:

“Recado ao Sr. Francisco A. Pereira — *Barão dos Bondes*. Meu amigo. Vossa Mercê está vendo os casos de Goiana? Portanto, esqueça-se de andar depondo de pessoas que estão muito acima de Vossa Mercê e muito menos pelos jornais, pois Vossa Mercê é muito incompetente para isso” (8).

Era ainda o jornal de Carneiro Vilela e Lima Penante que endereçava a um português residente no Recife o seguinte recado, com uma gostosa referência a Goiana:

“Meu *parrudo*, seja mais grato para com os protetores, e também tenha mais consciência com os pesos de sua taberna... Olhe bem! Veja que de Goiana ao Recife só dista o espaço de dezesseis léguas!... Depois não diga que Santo Antônio lhe enganou!” (9)

A figura do Promotor Público da Comarca, Honório Fiel de Sigmaringa Vaz Curado, tido como um dos protetores dos lusos em Goiana, não foi poupada pela *América Ilustrada*. Em o número de 18 de agosto, carregando sobre uns certos cacoetes de linguagem do Promotor, o jornal publicava a seguinte matéria, com o título “Coisas do Júri”, em que o Dr. Vaz Curado aparecia como advogado de defesa:

“Tem a palavra o advogado! Ergue-se o Sr. Vaz Curado: Srs. do Conselho do Júri dos Jurados. É esta a primeira vez, portanto, que tenho de falar perante vós; entretanto é esta, portanto, a primeira vez que tenho de erguer a minha insigni-

(8) Edição de 18 de agosto de 1872.

(9) *Idem*.

ficante voz, para entretanto advogar o meu réu; é esta, enfim, a primeira vez que eu portanto visto esta toga que só pertence entretanto aos que se chamam advogados.

Se vós supondes, Srs. do Júri do Conselho, se vós supondes... que o meu réu está criminoso, supondes uma coisa falsa, porque êle é inocente, por isso que no crime que êle cometeu falta, portanto, o elemento moral, que é entretanto a primeira das circunstâncias agravantes, que são portanto aquelas que agravam o crime, e portanto não há entretanto uma só justificativa para o fato. Porque, Srs. Jurados, quando há duas opiniões diversas, consultam-se entretanto a duas pessoas diversas, e portanto sendo o corpo de delicto e o auto de sanidade uma antítese, eu concluo portanto que o meu constituinte é inocente, porque, entretanto, não cometera o crime que êle fêz... E etc. etc. etc. Tal foi, pouco mais ou menos, a brilhante defesa que produziu o Sr. Vaz Curado.

Se desta vez êste animal, que é a única pessoa que tem importância em Goiana, quer entre os portugueses, quer entre os nacionais, não ficar curado, então é porque morrerá doído. Ora!"

No Rio de Janeiro, os jornais ocuparam-se largamente dos fatos. *A Nação*, de linha conservadora, em seus números de agôsto e setembro, veiculou notícias de Pernambuco, filtradas, evidentemente, pelo espírito de partido dos "vermelhos", como eram chamados os adeptos do Partido Conservador. Em seu n.º 40, de agôsto de 1872, *A Nação* deu guarida a uma correspondência procedente de Goiana, na base da versão adotada pelos portugueses.

Um habitante daquele município, não satisfeito com o noticiário do jornal do Rio, que reproduzira "as coisas de modo completamente inexato", escreveu à redação do

*Jornal do Recife* uma carta, respondendo *A Nação*. Entre outros tópicos, havia êstes:

“Diga-se que *As Farpas* exacerbaram velhos preconceitos de nacionalidade; diga-se que a concorrência do comerciante português desagrada à maioria dos comerciantes brasileiros de Goiana; diga-se que homens odientos e vingativos exploram a credulidade e exaltação de gente “pouco pensante”, para satisfazer, a salvo de qualquer responsabilidade, suas mesquinhas vinganças; diga-se tudo quanto se quiser, mas não se diga que a causa das violências exercidas contra os portugueses residentes em Goiana, o “casus belli”, foi a inofensiva passeata de 30 de julho” (10).

Também em Portugal ecoaram os sucessos havidos no interior de Pernambuco. Tôda a imprensa os comentou, sendo que o jornal *Brasil*, dirigido por Antônio M. Castilho, se excedeu em baldões contra os brasileiros de Goiana. Isso, mais tarde, custaria ao seu diretor sérios vexames.

O correspondente do *Jornal do Recife* em Lisboa, numa carta de 27 de agôsto, mandava dizer:

“Causaram aqui bastante sensação as notícias do que teria ocorrido nessa Província por causa das *Farpas* e dos *Farpões* (11).

Até na Inglaterra repercutiram os tumultos. Pelas colunas do *Eco Americano*, jornal que se editava em Londres, sob a direção, naqueles tempos, do brasileiro Melo Morais Filho, o escritor Pinheiro Chagas a êles se referiu, lastimando que as “belas e chistosas crônicas das *Farpas* tivessem sido respondidas no Brasil, principalmente

---

(10) *Jornal do Recife*, edição de 28 de setembro de 1872.

(11) Idem, edição de 9 de setembro do mesmo ano.

na Província de Pernambuco, “com pancadas nos portugêses ali residentes” (12).

Conspiravam os fados no sentido de agregar, nestas partes das Américas, ao nome de Eça de Queiroz o de Pinheiro Chagas, velho rival do autor da *Relíquia*. Não foram poucas as vêzes em que ambos se defrontaram, o que levou Eça a classificar Pinheiro Chagas, quando mais irritantes lhe pareciam as críticas do adversário, de “Sempre êsse homem fatal!”

Aqui no Brasil, Eça e Pinheiro se juntaram de novo, sendo, um e outro, chuchados pelos nacionalistas de Pernambuco.

Coube a Romualdo Alves de Oliveira, pelas páginas de *O Liberal*, tomar a defesa de seus patrícios, em face do artigo do *Eco Americano*:

“Não admira que o ilustrado escritor português, que nunca veio ao Brasil, nem tratou conosco, faça tão triste idéia de nossa civilização, em vista das calúnias de alguns seus patrícios ingratos, que têm sido recebidos aqui com tão bom acolhimento; o que admira porém, é quem se preza de ser literato, ornamento da civilização portugêsa, dizer que *As Farpas* contém uma crítica bela, civil e deleitável. Ou o Sr. Pinheiro Chagas não leu *As Farpas*, ou troca o belo pelo nauseante!” (13).

Refrescando a memória de Pinheiro Chagas, aduzia Romualdo:

---

(12) *Eco americano*, edição de 15 de outubro de 1872, Londres. Nesse artigo, Pinheiro Chagas condena, como escritor, o “roubo” da propriedade literária dos portugêses no Brasil. Queixava-se êle de Furtado Coelho, proprietário do Teatro S. Luiz, do Rio de Janeiro, que encenara 70 vêzes a “Morgadinha de Valfior”, sem lhe pagar, sequer, os 400 rs. do preço do volume...

(13) *O Liberal*, edição de 24 de janeiro de 1873.

“Não entrando numa análise do escrito *As Farças*, mas só das frases “os brasileiros são maridos traídos”, entendemos que não é uma crítica decente, porém aí só encontramos o insulto, a grosseria, a estupidez, a indecência, a imoralidade, e tudo quanto há de abjeto. Crítica *bela* em que alusivamente se lança às faces de tôdas as senhoras de uma nação o que há de mais asqueroso, vil e imoral! Esta *bela* e *chistosa* crítica repelem as brasileiras, em nome de suas patrícias casadas, solteiras e virgens, em nome da moral”.

E terminava, patético, o jornalista republicano:

“Na efusão do sangue que transborda em nosso coração, no auge da dor causada pela adaga do Sr. Pinheiro Chagas, o desculpamos, comparando-o à ave que, elevando-se muito alto, perde-se na imensidade do espaço, e, imersa nas cercanias, troca o branco pelo prêto, o belo pelo insípido, e, em vez de pousar em galho forte, arrima-se em um podre, que arremessa-se ao abismo, e só então conhece que estava nas trevas”.

A par do noticiário da imprensa, os acontecimentos de Goiana mereceram o pronunciamento do corpo diplomático português, tanto na Côrte, como na Província. O Consulado de Portugal em Pernambuco estava entregue, provisoriamente, a Domingos Maria Gonçalves, cônsul de 2.<sup>a</sup> classe, desde que o titular efetivo, Claudino de Araújo Guimarães, se encontrava em Lisboa, em viagem de férias.

Ao presidente da Província, pois, dirigiu-se Domingos Maria Gonçalves: “Tendo sido neste momento informado que na cidade de Goiana estão praticando violências contra os súditos portugueses, por parte da população, rogo a V. Excia. se digne providenciar com urgência a fim de que se suspendam tais atentados, e se proceda criminalmente contra os autores e cúmplices dêles.



Certo como estou de que V. Excia. empregará todos os meios ao seu alcance para evitar a continuação dêste estado anormal, fico tranqüilo aguardando as ordens de V. Excia" (14).

Do Rio, assinados pelas mais altas autoridades do Império, o desembargador Francisco de Faria Lemos recebia, a cada instante, ofícios, cartas e pedidos confidenciais de esclarecimentos, acêrca do grave conflito.

Foi com estas palavras que o Ministro do Império João Alfredo Correia de Oliveira, goianense e chefe político do Partido Conservador, registrou a comunicação dos fatos: "Acuso o recebimento da carta confidencial que com a data de 9 do corrente mês dirigiu-me V. Excia. a respeito dos fatos desagradáveis que últimamente ocorreram na cidade de Goiana. Inteirado do que expõe V. Excia. sôbre a origem dêles, e do modo por que procedeu a fim de ser restabelecida a ordem, bem como da circunstância de ter-se conseguido isto, antes de chegar ali a força que fôra expedida, conto que V. Excia. me transmitirá os esclarecimentos que obtiver, assim como me dirá que providências foram tomadas contra os autores do distúrbio, e quaisquer pessoas que de algum modo por êle sejam responsáveis" (15).

O Ministro do Exterior, Manuel Francisco Correia, acusou, com palavras semelhantes, a informação do governo de Pernambuco.

Contudo, o ofício do chefe do Gabinete do Império, José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, foi, de todos, o que se distanciou mais do protocolo e dos estilos. As ocorrências de Goiana afiguravam-se, ao Visconde, da maior gravidade, dados os precedentes his-

(14) MS. existente na *Biblioteca Pública do Estado*, datado de 5 de agosto de 1872.

(15) MS. existente no *Arquivo Público Estadual*, datado de 23 de agosto de 1872.

tóricos das revoltas e sublevações contra os portugueses, em Pernambuco. E a êle, presidente do Conselho de Ministros, é que caberia o ônus de explicar o novo fato ao govêrno da Nação irmã.

Com a nota de "confidencial", José Maria da Silva Paranhos endereçou, assim, ao presidente Faria Lemos o seguinte officio — conciso, severo, de indisfarçável reprimenda:

"Fui inteirado do que V. Excia. me comunica em sua carta de 9 do corrente, e muito lamento os sucessos occorridos em Goiana, que depõem contra a nossa civilização, e afastam os estrangeiros tímidos de nosso país, que aliás carece de braço. Noto que houvesse espancamento defronte do quartel, e devo crer que êste não tinha fôrça. Noto também que as occorrências não fôssem comunicadas com presteza, quando consta-me que Goiana está a 5 horas de viagem da capital, por terra.

Convém que os autores dêsse atentado não fiquem impunes, para que não volvamos aos tempos em que a plebe assanhava-se de quando em quando contra os portugueses, cometendo os maiores atentados" (16).

Numa época em que o cargo de presidente da Província era exercido por simples delegação da Côrte, sem nenhum critério eletivo, o officio do Visconde do Rio Branco ao desembargador Francisco de Faria Lemos encobria uma advertência enérgica, quase uma intimação.

Daí por diante, a pressão policial contra os "caceiteiros" de Goiana aumentaria de intensidade.

---

(16) Idem, datado de 18 de agosto de 1872.

## CAPÍTULO X

**Liberais e Conservadores tiram partido da situação. Processados os autores do conflito. Nova conspiração contra os portugueses. Chamado à polícia, José Soares Pinto Correia, autor dos *Farpões*. De como Eça de Queiroz impediu os festejos pela passagem do primeiro meio século da Independência do Brasil, no Recife...**

A sublevação de agosto, convulsionando a cidade durante dias e noites seguidos, impelira Goiana a uma situação de caos absoluto. Apesar de debelado o movimento, as atividades do município se ressentiram da falta de garantias; e todo o comércio, mesmo o de nacionais, teve de interromper seu giro, ocasionando sérios transtornos a uma extensa região de Pernambuco.

Quando os soldados do Batalhão de Infantaria desembarcaram no pôrto de Goiana, a sedição já se encontrava praticamente em declínio. A fuga, em massa, dos elementos estrangeiros e a ocupação da cidade pelos "moradores" do Barão de Goiana, contribuíram para a cessação das hostilidades.

Pessoas influentes na vida da Comarca, inclusive próceres do Partido Liberal, valendo-se de seu prestígio, entraram em entendimentos com os amotinados, no sentido de frear-lhe os ímpetos de agressividade. Francisco

Tavares da Cunha Melo, goianense ilustre, médico de grande popularidade em Goiana, dirigente do Partido Liberal, "talento exuberante, a quem sobrou modéstia e faltou um grande campo de ação", segundo o depoimento insuspeito de seu adversário político João Alfredo<sup>(1)</sup>, exercitara tôda a sua capacidade e todo o seu poder pessoal na obra de restabelecer a tranqüilidade pública. Nisso foi ajudado por outro correligionário, o bacharel Joaquim Tavares Barreto de Melo, irmão, aliás, do "senhor-de-engenho" Manuel Tavares Barreto de Melo, apontado como um dos principais cabeças do "mata-mata".

A atuação do Barão de Goiana é que desagradara ao povo, caracterizada que fôra pela arrogância, dando ordens às autoridades e tentando intimidar, pela fôrça, os grupos de patriotas mais recalcitrantes.

O *Diário de Pernambuco*, por suas íntimas ligações com o partido Conservador, não se cansava de repetir que ao sogro do Ministro João Alfredo devia o govêrno a manutenção da ordem e a proteção da vida dos estrangeiros em Goiana. Os "moradores" do Barão eram transformados pelo *Diário* em "salvadores" e "anjos da paz", quando não passavam aos olhos dos patriotas a não ser como "verdadeiros capangas" e "agentes da violência".

A insurreição de Goiana, naquele estado de acirramento das lutas político-partidárias, com eleições municipais à vista, servia de pretexto para alargar velhos ressentimentos, cada grupo procurando colocar-se da melhor maneira diante da população e do eleitorado.

Uma correspondência enviada ao jornal *A Nação*, no Rio de Janeiro, e tida pelos liberais como escrita do próprio punho do Barão de Goiana, retratava os acontecimentos de acôrdo com o sabor dos interêsses conservadores. Nela se dizia, entre outras coisas:

---

(1) JOÃO ALFREDO CORREIA DE OLIVEIRA, *trab. cit.*, pág. 184.

“Logo, porém, que o Barão de Goiana soube dos fatos, e da fraqueza da autoridade policial, reuniu os seus trabalhadores e, unindo-se a alguns de seus amigos, apresentou-se na cidade e imediatamente restabeleceu-se a ordem, e a confiança reapareceu” (2).

No Recife, os liberais desmentiam os termos do noticiário do jornal do Rio, e denunciavam o verdadeiro caráter do procedimento do Barão:

“O correspondente da *Nação*, não há negá-lo, propôs-se a emprestar o papel de *Anjo da Paz* ao excelso sogro do atual senhor Ministro do Império, que, isto não obstante, não é na comarca em que reside mais do que um preposto de quem, sendo no mundo oficial um dos subalternos de S. Excia., nos arranjos partidários cumpre-lhe religiosamente os *firmans*. Asseguram-nos, entretanto, daquela cidade, que o fato se passou ao invés do que relata o correspondente e que se não teria dado, se, como podera, e devera, em tempo procurasse evitá-lo, tolerando-o senão permitindo-o, só teve em mira, ao que parece, preparar uma cena em que tivesse a caber-lhe as glórias de *pacificador*, de *restaurador da ordem*” (3).

Para os adeptos do Partido Liberal, o proprietário do Engenho Novo e do Engenho Bonito nada fizera, de proveitoso. Chegou-se mesmo a veicular a notícia de que o sogro de João Alfredo, retirando-se da cidade em meio às ocorrências, lá ficara no seu feudo, “até que a paz se fêz” (4).

No entanto, a imprensa situacionista, no Recife como no Rio, exalçava a figura do Barão, louvando-lhe o gesto

---

(2) Cit. de *A Província*, edição de 4 de outubro de 1872.

(3) *A Província*, ed. cit.

(4) Idem.

humanitário de haver contribuído para o malôgro de uma grande chacina. A isso respondiam os liberais:

“Que escandalosa mentira! Podem afirmar que êsse Barão, homem antipatizado aqui pelos seus modos, nada fêz a bem da ordem, antes muito concorreu para a desordem com os seus ditos levianos” (5).

O fato é que o Barão voltara à cidade de Goiana no domingo, 4 de agosto. Mas, a essa altura, a calma já se apoderara de todos. Não havendo mais estrangeiro para expulsar, a rebelião se conteve à falta de objetivo. O papel do Barão fôra o de colocar à disposição da polícia os seus “moradores”. “É isto o que todos aqui sabem” (6).

Ao govêrno da Província, premido severamente pelas admoestações que lhe chegavam, confidencialmente, das altas esferas do Império, o que interessava não era a disputa dos partidos e dos chefetes municipais de Goiana, quanto ao saber-se a quem caberiam os louros da pacificação, mas, sim, a punição dos culpados e o completo restabelecimento da segurança na cidade.

Dando cumprimento às determinações da Presidência, o delegado de polícia de Goiana instaurou inquérito para apurar as causas do movimento e fixar a responsabilidade dos encontrados em culpa. A presença dos 50 soldados “de linha” garantia as diligências policiais. E foi por isso que o delegado João “Faca-Torta” se sentiu encorajado a proceder contra os implicados no conflito, chamando-os aos autos.

A despeito da ação de presença desempenhada pelas praças do Batalhão de Infantaria, a situação permanecia tumultuária. O Promotor Público Vaz Curado não

(5) *A Província*, ed. cit.

(6) *Jornal do Recife*, edição de 28 de setembro de 1872.

tinha por onde escondê-la do chefe do govêrno: "No estado de uma completa anarquia em que está esta cidade, onde não pode obrar a autoridade, porque não tem fôrça, uma vez como um pequeno destacamento com que lhe serve é tirado do povo, que comunga os mesmos sentimentos dos anárquicos; em que a autoridade, querendo intervir em qualquer conflito o deve fazer amigavelmente, sob pena de ficar desmoralizada; e criando-se conseqüências dêsse estado excepcional, que vai conduzindo o terror a tôdas as famílias; considerando a obrigação que me incorre, levo ao conhecimento de V. Excia., para pedir providências, no sentido de, se puder, faça respeitar a autoridade, chamando as coisas ao seu estado regular" (7).

Ao bom andamento do inquérito policial tornava-se necessária a continuidade das tropas armadas na cidade. E, de tal modo se preocupou o presidente da Província em que se apurassem os fatos, castigando-se os responsáveis, que o Dr. Vaz Curado recebeu ordens expressas no sentido de acompanhar, pessoalmente, no recinto da própria delegacia, a todos os atos do processo.

Em dezoito dias, apenas, concluíram-se as diligências policiais, embora o relatório do delegado João "Faca-Torta" não mencionasse, com segurança, os nomes dos culpados. As testemunhas arroladas e ouvidas, ou temerosas de represálias, ou coniventes e solidárias com os patriotas, perdiam-se nos depoimentos, dificultando a apuração da verdade. Até as vítimas, assustadas, contavam a história do incidente de modo impreciso, omitindo referências a nomes de pessoas.

O Promotor Honório Fiel de Sigmaringa Vaz Curado, em apuros, não sabia como explicar-se ao govêrno. Razão por que teve de prevenir o espírito do desembargador Faria Lemos, adiantando-se, em officio:

---

(7) MS. existente no *Arquivo Público*, datado de 4 de agosto de 1872.

“Acuso a recepção do officio de V. Excia. datado de 10 do presente mês, que me foi hoje entregue, pelo qual ordena, ou recomenda minha assistência ao inquérito que tivessem de fazer as autoridades policiaes sôbre os acontecimentos havidos nesta cidade.

Tendo considerado êsses acontecimentos, desde o comêço do seu desenvolvimento, como merecedores de severa punição, para, pelo menos, ser vedada, ou prevenida a sua reprodução; convidado pelo delegado para assistir ao inquérito, a que ia proceder sôbre os mesmos acontecimentos, não me neguei, e a êle assisti, até sua conclusão, ou últimas diligências, que tiveram lugar hoje e visto como outras obrigações mais positivas me não desviaram.

No inquérito não se nega a existência dos mencionados acontecimentos: é ela modificada a jeito, até mesmo pelos próprios pacientes; mas nega-se a autoria direta de sua animação, dando-se como causa de sua aparição sentimentos nacionais provocados. Tomam-se como estranhos às consequências dos referidos acontecimentos os espancamentos de quatro estrangeiros, que são attribuídos a fatos particulares. Há em tudo o propósito de se desviar a intervenção pública no processo para a respectiva punição.

O delegado, que vai a essa cidade, levará, como me disse, o inquérito, a que procedeu, para apresentar ao Sr. Dr. Chefe de Polícia.

Aguardo pois sua volta para concluir as ordens que convenientemente forem dadas.

Deus guarde a V. Excia” (8).

Se ao Promotor Vaz Curado a situação não era boa, muito pior se apresentava ela ao Juiz Municipal, Dr. Joaquim Cordeiro Coelho Cintra. Êsse, então, batia nos peitos, confessando ao govêrno sua inoperância em

---

(8) MS. existente no *Arquivo Público*, datado de 22 de agôsto de 1872.



face da intranqüilidade reinante na Comarca. Comunicando-se, reservadamente, com o desembargador Faria Lemos, em ofício datado de 7 de agosto, o Juiz Municipal declarava-lhe, sem reboços, que nada fizera durante os distúrbios, uma vez que “não era possível, e nem conveniente uma reação; por conseguinte, não podia, de momento, dispersar os pequenos grupos, e prevenir-se os desacatos havidos”. Mas, a partir daquele instante, quando se dirigia à Presidência, tudo seria feito, a fim de que a calma voltasse à cidade. E terminava o Dr. Cintra, em tom de humildade, implorando clemência ao desembargador Lemos: “Concluindo, permita-me V. Excia. que, com tôda reserva, me declare se não tem sido regular o meu procedimento, a fim de que não erre outra vez”.

A margem do ofício, o presidente da Província escreveu, a lápis, do próprio punho: “Tem sido regular”... (9)

Em todos os recantos de Pernambuco, com a notícia de que o governo mandara processar os patriotas, a indisposição contra os portugueses só fizera crescer. Dentro de Goiana, então, o estado de espírito do povo tornara-se incontrolável. Dos cinquenta portugueses que viviam do comércio, na cidade, poucos foram os que se decidiram a enfrentar os percalços da manutenção de seus negócios. Os negociantes lusos mais importantes, segundo o depoimento de Aurélio Domingues (10) eram: José e Antônio Domingues de Sousa, Joaquim e Antônio Garcia de Castro, Manuel Vieira Bernardes, João Ramos, José Ramos, João Braga, José Joaquim Barbosa, José da Silva Oliveira, Antônio Júlio de Sena, José Joaquim Pinheiro, Antônio Pedro de Melo, Antônio da Silva Loio, Antônio Bastos Pinto e José Mendes.

---

(9) *Idem*, datado de 7 de agosto do mesmo ano.

(10) *Ob. cit.*

No decorrer dos acontecimentos, que não terminariam tão cedo, "alguns saíram de Goiana e nunca mais voltaram; outros volveram, depois dos ardores patrióticos arrefecidos" (11). Entre os que abandonaram a cidade, com a liquidação de suas casas comerciais, contavam-se Antônio Domingues de Sousa, Joaquim Garcia de Castro, Antônio Garcia de Castro, José Ramos, João Braga, Antônio Júlio de Sena, João Ramos, José da Silva Oliveira, José Joaquim Barbosa, etc. Dos que regressaram, saídos de seus esconderijos, estavam Antônio da Silva Loio, Ernesto Moreira de Sousa, Bastos Pinto e uns poucos mais.

Joaquim Garcia de Castro saiu primeiro que seu irmão, e, ao deixar Goiana, retirando-se para o Recife, responsabilizou os chefes do "mata-mata" pelo que pudesse acontecer a Antônio Garcia de Castro, "que ficou incumbido de gerir a firma comercial, e que passou a morar no convento do Carmo, em companhia de Frei Joaquim do Amor Divino, frade alemão, "folgazão", dado a aventuras, muito popular entre os goianenses, a quem, devido ao destemor, puseram a alcunha de *Frei Pistola*" (12).

A debandada da colônia portuguesa não foi, todavia, bem recebida pelos goianenses, sobretudo da maneira como se processou. É que os lusos fugiam para o Recife e outras cidades, realizando como que uma política de "terra queimada", levando consigo todo o patrimônio — transferindo seus negócios ou liquidando-os. Com isso, entravam em colapso o comércio e as atividades sociais do município.

---

(11) AURÉLIO DOMINGUES, *ob. cit.*, pág. 54.

(12) EDUARDO DE LIMA CASTRO, *ob. cit.*, pág. 13. Logo depois de abandonar a cidade de Goiana, o comerciante Joaquim Garcia viu nascer, no Recife, o seu filho Eduardo, futuro prefeito da capital. Somente por causa de Eça e das *Farças*, Lima Castro deixou de ser goianense... Quanto ao nome verdadeiro de "Frei Pistola", engana-se Lima Castro. O frade chamava-se Joaquim da Santíssima Trindade Cordeiro.

No inquérito policial, o delegado João Gomes envolvera, de leve, como indigitados autores intelectuais da sublevação, o nome dos ilustres goianenses, quase todos comerciantes e liberais, tais como: Manuel Tavares Barreto de Melo, proprietário do Engenho Cumbe, Trajano Medeiros e Albuquerque, comerciante, Joaquim Carneiro de Mesquita e Melo, marchante, Cosme Damião da Silva, comerciante, além de José Lopes de Lima e Silva, José Henrique César de Albuquerque, José Domingues Antunes dos Reis, José Antônio de Albuquerque e Joaquim Leite, conhecido como Joaquim Piancó, êste apontado como executor dos espancamentos.

A conclusão do inquérito coincidia com os preparativos das grandes festas pelo transcurso do primeiro cinqüentenário da Independência do Brasil, a 7 de setembro. A data, por ser apropriada, estimulou os sentimentos nacionalistas, servindo de pretexto para um movimento de rearticulação dos patriotas, em Goiana como no Recife. O plano conspirativo foi bem urdido. Milhares de boletins clandestinos começaram a ser distribuídos nas duas cidades, incitando os brasileiros a revidar a perseguição contra os goianenses, surrando a "galegada". Em linguagem violenta, apontavam-se *As Farpas* e a carta do português Honório Pinto Carreira como merecedoras de uma resposta à altura dos brios nacionais.

No Recife, José Soares ameaçava mandar imprimir a carta de Honório, na íntegra, a fim de que os pernambucanos lessem os terríveis insultos dirigidos contra o povo brasileiro.

O ambiente era de grave expectativa, nas proximidades do 7 de setembro. E disso se apercebeu o cônsul português, na Província, quando resolveu denunciar ao governo a conspiração em marcha:

"Constando-me que os ânimos de alguns homens de ínfima posição social estão sobremodo excitados contra os

súditos portugueses, e que se prepara uma Manifestação hostil a estes no dia 7 de setembro próximo, servindo como pretexto a memória do fato sucedido no mesmo dia em 1822, bem como que alguns portugueses tomam parte na luta de eleições municipais que se vai dar; preveni vocalmente ao Sub-delegado do Recife, em cuja freguesia se diz existir um clube criado expressamente para este fim; e não obstante a boa vontade que sempre tenho encontrado naquele funcionário, a sua ação é limitada, e por isso julgo prudente chamar a energia e já bastante provada atenção de V. Excia. para este assunto, que se infelizmente fôr verdadeiro, é digno das providências que V. Excia. tão prontamente sabe dar.

Renovo a V. Excia, os protestos da minha gratidão e estima.

Deus guarde a V. Excia. (as) Domingos Maria Gonçalves, Cônsul de 2.<sup>a</sup> classe e chefe encarregado do Consulado" (18).

O Desembargador Faria Lemos via-se quase censurado por um representante de nação estrangeira. Mas, na realidade, a situação era aquela mesma. A preparação do movimento já alcançara outras partes do interior de Pernambuco. A disputa eleitoral, de renovação dos mandatos de vereadores e juizes de Paz para o quadriênio 1873/1876, era um campo fértil àquele tipo de agitação.

Na freguesia de Una, do município de Rio Formoso, onde o comércio também se concentrava nas mãos de portugueses, as coisas não andavam lá muito bem. O presidente da Província, a 31 de agosto, recebeu o seguinte telegrama, transmitido pela estação da Estrada de Ferro São Francisco:

---

(13) MS. existente no *Arquivo Público*, datado de 31 de agosto de 1872.

“Correm aqui boatos de que se pretende imitar as cenas de Goiana. Os portugueses armam-se para repelir Volto no trem de hoje. (as) Dr. Buarque” (14).

Ao Cônsul de Sua Majestade Fidelíssima Dom Luís I, um português, Antônio Leite de Magalhães Bastos, residente em Una, dirigiu um pedido de socorro, neste telegrama:

“Desde ontem que os súditos portugueses residentes neste povoado são assustados por boatos aterradores que a serem verídicos põem em perigo as vidas e propriedades dos mesmos. Eu, como português reclamo de V. S. as providências que o caso urge, atento à falta de segurança que presencio pela ausência que se vê da parte da Polícia com relação à força pública” (15).

Ciente desses avisos, e de notícias outras que provinham dos lugares mais diversos de Pernambuco, o cônsul voltou a exigir do governo medidas acauteladoras, uma vez que, segundo dizia, “pedir providências é só o que tenho a fazer”.

Em Goiana, com a ocupação da cidade pelo contingente das “tropas de linha”, a situação era mais ou menos garantida. Restava à Presidência conter as provocações em Una e no Recife.

Em sua edição de 2 de setembro, o *Jornal do Recife* informava que, “ante-ontem, à tarde, seguiu para o povoado de Una, estação terminal da Estrada de Ferro do São Francisco, o Sr. Dr. Chefe de Polícia, acompanhado de vinte praças do 2.º Batalhão de Infantaria, comandados por um oficial”. A ida do reforço militar, noticiava o

(14) Dr. Antônio Joaquim Buarque, Juiz Municipal.

(15) MS. citado.

jornal, justificava-se pelo fato “de alguns desordeiros dali tencionarem pôr em prática as desagradáveis cenas ocorridas últimamente em Goiana”.

Feito isso, teria o govêrno de concentrar suas atenções na capital, agindo com prudência.

Nos anos anteriores, as comemorações do Dia da Independência haviam sido festejadas sempre com um desfile militar pelas ruas da cidade, seguido de bandas de música (16). O povo, aglomerado, costumava assistir à solenidade, acorrendo às praças e ruas do Recife.

Ora, no cinquentenário do 7 de setembro de 1822 seria natural que as festas apresentassem maior cunho de brilhantismo.

Sob aquêlo clima de preparação revolucionária, o govêrno passou a temer o ajuntamento do povo. A ordem pública estava profundamente ameaçada. Ainda por cima, o jornalista José Soares Pinto Correia espalhava a todos que iria difundir, impressa aos milheiros, a carta que lhe fôra enviada de Lisboa, com o fito de provocar, sem dúvida, uma maior revolta na consciência dos pernambucanos — o que devia estar nos planos dos conspiradores.

O Chefe de Polícia de Pernambuco, Dr. Luís Correia de Queiroz Barros, encaminhou, então, em caráter reservado, o seguinte ofício ao desembargador Presidente:

“Propalando-se nesta cidade que, nos dias 6 e 7 do corrente, terão de ser esbordoados os portugueses, aqui residentes, como represália a uma publicação feita em Portugal com a denominação de *Farpas*, na qual se insulta e ridiculariza os brasileiros, ferindo-lhes os brios e espírito de nacionalidade; e tendo José Soares Pinto Correia recebido uma carta, vinda

---

(16) No calendário cívico da Província havia parada militar obrigatória nas seguintes datas: 25 de março — aniversário do juramento à Constituição; 7 de setembro — Dia da Independência — e 2 de dezembro — natalício do Imperador.

de Lisboa, datada de 26 de junho último, escrita por um português de nome Honório Pinto Carreira, com relação aos *Farpões*, aqui publicados, e na qual são os brasileiros tratados do modo mais torpe e infame, mandei chamar à minha presença o dito Soares, e pedi-lhe que não fizesse, como tencionava, publicar semelhante carta, visto como de sua publicação poderiam originar-se cenas desagradáveis e grande alteração da ordem pública, o que cumpria em todo caso evitar" (17).

E, aqui, o Chefe de Polícia entrava a sugerir medidas ao governo, dando uma idéia, bem vívida, da grande indignação que *As Farpas* de Eça de Queiroz e a missiva do português Honório, "estúpido em forma cúbica", fizeram irromper em Pernambuco:

"E porque, apesar de haver José Soares anuído a tal pedido, possa ter lugar algum movimento entre a população, rogo a V. Excia. que se digne a dar as providências que julgar acertadas, entre as quais o estar de prontidão nos quartéis, durante aquêles dias, tôda a fôrça disponível, a fim de que tenha o Govêrno meios de acorrer a qualquer emergência que porventura venha a dar-se".

O ofício não dissimulava a gravidade da situação criada pelo desenrolar da polêmica entre *As Farpas* e *Os Farpões* e diante da qual o próprio chefe de Polícia, como cidadão brasileiro, tomava partido, revoltado também com os termos da carta de Honório.

Ninguém seria capaz de imaginar que, de tão longe, Eça de Queiroz fôsse diretamente responsável pelo clima de insegurança, proclamado, sem a menor reserva, pelas

---

(17) MS. existente no Arquivo Público. Ofício n.º 1 379, de 4 de setembro de 1872.

autoridades encarregadas da manutenção da ordem pública, nas vésperas de uma data cívica, das mais caras à população recifense.

Outro caminho não restava ao governo, em face das ponderações do Dr. Luís Correia de Queiroz Barros, se não agir com rapidez, no sentido de fazer malograr a sublevação em marcha. Se o espetáculo desprimoroso de Goiana se repetisse em plena capital da Província, a sorte da Presidência estaria infalivelmente selada.

Quase na mesma hora em que se recebeu, no Palácio do Campo das Princesas, a correspondência da chefatura de Polícia, o desembargador Faria Lemos mandou consultar o Comandante das Armas, Coronel José Maria Ildefonso Jácome da Veiga Pessoa e Melo<sup>(18)</sup>, sôbre o número de tropas nos quartéis e qual o estado das mesmas, numa eventualidade de perturbação da ordem. A resposta, com a observação de “reservadíssima”, veio breve e concisa, como os avisos militares em tempo de guerra:

“Em resposta à pergunta ordenada por V. Excia. em officio, há pouco datado, tenho a informar a V. Excia. que podemos contar com cento e setenta praças prontas, comigo atentas, inclusive a Cavalaria; ficando tôdas as guardas guarnecidas”<sup>(19)</sup>.

Mas, tudo isso ainda era muito pouco. O principal não se podera demover: o ajuntamento do povo nas ruas do Recife, quando da passeata militar do Dia da Independência. E, com efeito, nas condições especiais em que se encontrava a cidade, ao governo a concentração de massas populares em qualquer ponto do Recife aparecia

(18) Um dos últimos sobreviventes, na época, das revoluções de 1817 e 1824, tendo participado ao lado das forças governistas.

(19) MS. existente no *Arquivo Público*, datado de 4 de setembro de 1872.



como deveras perigosa, mormente num dia que se prestava à evocação das lutas patrióticas contra o domínio português, como o 7 de setembro.

Valeu-se, então, o desembargador Faria Lemos do alibi de cancelar sumariamente a parada das forças aquarteladas no Recife — que já era uma tradição nos festejos cívicos da Independência — “em virtude de proceder-se, no dia 7, à eleição de juizes de Paz e vereadores”...

O Comando Superior da Guarda Nacional, devidamente instruído pela Presidência, fêz divulgar imediatamente pelos jornais do dia 4 de setembro a Ordem do Dia n.º 78, em que comunicava ao público o cancelamento da passeata, convidando a oficialidade daquela organização, no entanto, a celebrar o transcurso da efeméride no Palácio do Governo, em cerimônia interna, quando seriam prestadas homenagens a Dom Pedro II, Imperador do Brasil<sup>(20)</sup>.

O estratagema de que se valeram as autoridades logrou abortar, dêsse modo, em tempo hábil, o desencadeamento das violências planejadas contra os portugueses.

E foi assim que Eça de Queiroz e Honório Pinto Carneira impediram, na prática, as comemorações oficiais à passagem do primeiro meio século da Independência do Brasil, na cidade do Recife.

---

(20) *Jornal do Recife*, edição de 5 de setembro de 1872.

## CAPÍTULO XI

**Os acontecimentos de Pernambuco, segundo a interpretação de Eça de Queiroz. A influência do mar sobre as débeis notícias... Pernambuco, "cidade bárbara, sem inteligência e sem polícia". As qualidades do romancista no estilo do panfleatório. A que se deveu a demissão do Presidente Faria Lemos?**

Quanto mais se indispunham os brasileiros com os portugueses, mais aumentava a circulação das *Farpas* na Província. As remessas da revista, que os paquetes traziam da Europa regularmente, mal chegavam para os leitores do Recife. Em Goiana, o que aparecia, além dos comentários dos jornais, eram as sobras, exemplares já manuseados, vendidos em segunda mão, ou cedidos, por empréstimo, aos que não desejavam perder um episódio sequer da movimentada controvérsia entre os autores das "Farpas" e os nacionalistas.

Na história das polémicas de Eça de Queiroz, desde as que sustentou, no terreno político, através das colunas do *Distrito de Évora*, em 1867, aos vinte e dois anos de idade, até a que teve de enfrentar com Pinheiro Chagas, por causa do poeta Bulhão Pato, nenhuma apresenta, decididamente, lances de maior emoção como a que manteve, por intermédio das *Farpas*, com o povo de Pernam-

bucu. E é estranho que, nas centenas de livros e estudos biográficos, dedicados à sua arte e à sua vida, não se mencione, nem de leve, o abundante documentário que o incidente com os pernambucanos deixou na história. Para tanto contribuiu, sem dúvida, a não inclusão, em suas obras completas, de crônicas que documentavam a autenticidade e extensão da polêmica. Pelo menos dois artigos, dos mais vivos e palpitantes que escreveu em 1872, não constam, hoje, de seus livros, prejudicando, assim, os leitores, no conhecimento integral de sua arte literária.

A completa omissão dessas páginas e os cortes introduzidos em outras, mudando-lhes o conteúdo e o próprio sentido, tornaram difícil, por muitos anos, a reconstituição de uma das facetas mais curiosas nas relações dos brasileiros com o grande romancista do *Primo Basílio*.

Não fôssem a existência das edições originais da revista e o depoimento dos arquivos e bibliotecas, possibilitando a recapitulação dos fatos em suas côres genuínas, e nunca se teria o ensejo de escrever a história desse acontecimento, tão valioso para Portugal e para o Brasil.

Mais do que das vêzes anteriores, o número de julho e agosto das *Farpas* prendeu as atenções dos leitores, em Pernambuco. O *Jornal do Recife*, em princípio de outubro, recomendava, nos anúncios, a aquisição do n.º 12 da revista, saído em Lisboa em setembro — o que dá uma idéia da presteza com que se processava o intercâmbio cultural entre os dois países.

Nesse número das *Farpas*, Eça de Queiroz dirigia uma carta-aberta ao presidente da Província de Pernambuco sobre as ocorrências havidas, aqui, por causa de seus artigos. .

A revista, como se sabe, escrita de parceria, com a responsabilidade de Eça e Ramalho apenas fixada no frontispício, encimando a estampa de um diabo, com aquêles chifres que aproveitaram à ironia de José Soares

Pinto Correia, não deixava margem a que se soubesse, de imediato, a qual dos redatores pertenciam os artigos. Apenas o estilo poderia identificá-los.

De Eça, comprovadamente, foram a maioria das crônicas sobre Pedro II e o famigerado artigo a respeito do brasileiro, porque êle os abonou, transcrevendo-os nos volumes de *Uma Campanha Alegre*. Quanto aos dois outros — o de protesto pelo “roubo” da propriedade literária e a carta-aberta ao Presidente da Província de Pernambuco, que não foram recolhidos nem às obras completas de Eça, nem às de Ramalho — somente o estudo crítico comparativo, o exame das peculiaridades do estilo de cada um, seriam capazes de situá-los quanto à autoria.

Tôdas as características da linguagem e do modo de escrever, os vícios de forma, os “admiráveis defeitos” que Camilo Castelo Branco anotou em Eça de Queiroz, como novidade literária e elemento de mérito em sua obra de criação romanesca, estão presentes, no entanto, à missiva dirigida, pelas colunas das *Farpas*, ao chefe do governo pernambucano.

Quem estiver familiarizado com o estilo de Eça, não encontrará a menor dificuldade em apontá-lo como o verdadeiro autor da carta sobre os acontecimentos de Goiana. Os exemplos de galicismos, a cacofonia, as figuras de aliteração, de eco, de hipálage, o abuso das frases na ordem direta, os neologismos, a adjetivação forte e oportuna, o desprezo pelo supérfluo na frase, tudo isso que, depois, na busca incessante pelo domínio da perfeição estética, se constituiria nos estranhos segredos da arte de escrever do maior novelista da língua portuguesa, ali estava, a caracterizá-lo. O barbarismo de sua prosa, concebida “na pressa e no fragor da lide”, como êle mesmo reconheceu; a “forma desordenada e tumultuária, em que as palavras, as exclamações, as mesmas vírgulas, tudo é empurrado para avante, ao acaso, num tropel clamoroso, contra a coisa

detestada que urgia demolir" (1) patenteiam-se nessa página das *Farpas*, que o tempo e as conveniências políticas erradicaram da história literária oficial.

Pelo menos por seu ineditismo, valeria a pena a transcrição integral do documento, não fôsse a sua extensão. Trata-se, sem favor, de uma das mais alegres e saborosas crônicas de Eça, merecedora de incorporar-se, a partir de agora, às suas obras completas, como um instante insuperável de humor.

No sumário das *Farpas*, número 12, a carta era anunciada com os seguintes títulos:

*"Ao presidente da província de Pernambuco. As vésperas pernambucanas. As Farpas e a consciência brasileira. Nós, testas de ferro das degolações de inocentes. Se convird que tornemos a descobrir a Terra de Santa Cruz"* (2).

No texto, liam-se, como palavras iniciais:

"Exmo. Sr. Presidente da província de Pernambuco — Brasil.

Temos diante de nós um jornal de Lisboa — *O Diário de Notícias* que refere estranhos acontecimentos passados nessa província: diz-se que em Pernambuco, sobretudo na cidade de Goiana, as discussões travadas em tórno do volume das *Farpas*, relativo ao império e ao imperador, têm causado conflitos irritados, mortes, "e que os portugueses estão ameaçados na sua segurança".

E prevenia-se Eça de Queiroz, sardônico:

"Estas notícias atravessaram o mar, e o mar, Exmo. Er., faz às notícias débeis o que faz aos vinhos fracos — tolda-os e azeda-os.

---

(1) *Uma Campanha Alegre*, prefácio, pág. IX.

(2) Em apêndice, neste livro, leia-se a Carta, na íntegra.

O que aí seria simplesmente *questão* chega-nos aqui sob as influências salinas, avinagrado em morte. Queremos, no entanto, acreditar que a colônia portuguesa é aí repelida, aviltada, deteriorada, esfaqueada em detalhe e está sob o terror de umas *Vésperas pernambucanas*" (3).

Formulava, então, Eça, o seguinte problema, em indagações ao chefe do governo de Pernambuco:

"Ora o que nós pretendemos saber de V. Excia., que está aí, na perfeita ciência e consciência dos fatos e das suas origens — é se realmente o volume das *Farças*, cem páginas de prosa humorística, foi de repente, sem precedentes, de repelão — erguer num levantamento geral de vontades, com a força de uma insurreição — o espírito de uma província inteira? para que nós enfim, depois de quarenta séculos de história, possamos afirmar a possibilidade deste fato — três tiras de folhetim levantando um povo!"

Confessava Eça que, há muito, ouvira falar "das agitações de Pernambuco causadas pelas *Farças*". Nunca porém julgara dever levar a sério "a orgulhosa honra que nos atribuíam de ter lançado com algumas palavras distraídas — a perturbação num grande império!" No entanto, desde que se falava "em mortes"; desde que "Pernambuco faz às *Farças* uma *réclame* ensangüentada", pedia, nesse caso, permissão Eça de Queiroz ao Presidente da Província para dizer algumas verdades. Antes de tudo — recomendava — era necessário averiguar o que no volume da revista irritara a sensibilidade dos brasileiros: se as páginas sobre Dom Pedro II, se a mala do ilustre viajante, se o amor do Monarca às línguas orientais, se o seu chapéu de burguês na Sala dos Capelos. E juntava:

---

(3) Alusão às *Vésperas Sicilianas*, matança de franceses, no séc. XIII.

“Permita-nos V. Excia. que o não acreditemos: não é a V. Excia. que nós vamos ensinar que existe no Brasil um poderoso partido político, hostil ao imperador: que esse partido escreve, argumenta, ataca e atua: que nos seus jornais, nas suas *mofinas*, nos seus discursos, tem desconsiderado, demolido o imperador: que esse partido é essencialmente *brasileiro*, exclusivamente *brasileiro* porquanto os amigos mais sinceros do imperador, no Brasil, são Exmo. Sr., os portugueses. Concebe-se, portanto, que o partido brasileiro depois de ter durante vinte anos lançado sôbre o imperador todos os desdêns e tôdas as hostilidades — fôsse de repente escandalizar-se, assombrar-se, revoltar-se, por causa de páginas fugitivas sôbre o imperador — que estavam para certos artigos de jornais brasileiros ou para certos ataques do deputado Ottoni (4), como o contacto meigo de um cetim — está para a mordedura do ferro em brasa? Não se pode crer”.

E prosseguia Eça, satirizando, de passagem, os “amarelos de Goiana”:

“O que resta portanto nas *Farpas* de irritante para essa província tão suscetível, que se encarrega de representar, de rugas na testa, a vingança amarelada do império? As últimas páginas finais sôbre o brasileiro, o seu colête verde salsa, a sua voz donde escorre o melaço... (5) Pois é por isso que os brasileiros desembainharam os estoques? O que? Pois brasileiros e portugueses vivem há cinqüenta anos numa província, na comunhão de negócios e de interesses, com cruzamentos de famílias, na fraternidade inteira do trabalho, pacificamente, domesticamente — e de súbito, por três pá-

---

(4) Cristiano Benedito Ottoni, 1811-1906.

(5) Muitos anos depois, em Paris, Eça repetiria para Olavo Bilac, ouvindo-o declamar uma poesia, essa imagem: “O Bilac, tu falas um português com açúcar!”

ginas escritas em Portugal, a 1.000 léguas, sem fatos e sem acusações, mal risonhas e apenas malignas, os brasileiros arrancam-se a essa ligação, e esquecendo interesses, famílias, amizades, serviços, a união municipal e provincial de 50 anos, deitam a capa para trás e aperram a clavina?"

Passava Eça de Queiroz, nesse trecho da missiva, a argumentar:

"De duas uma: ou a amizade dos brasileiros era tão débil, tão tênue, tão *fio*, tão película que um epigrama bastou para a romper — e nesse caso não podemos deixar de notar que Pernambuco é hipócrita: ou a inteligência e a vontade de Pernambuco são de tal modo conformadas que basta uma fantasia de *folhetim* para as impelir aos excessos, e nesse caso Pernambuco é idiota.

No primeiro caso, sucede que durante 50 anos esconderam o seu ódio como uma arma proibida, — e então são indignos tanto são hipócritas. No segundo sucede que revelaram uma organização de sagüi, a quem o voar de uma môsca põe em assombro e ira — e então são irresponsáveis tanto são levianos.

Ora não se compreende uma população de milhares de almas — hipócrita ou doida".

O artigo de Eça, ao contrário dos outros sôbre o Imperador e o "brasileiro brasílico", vinha, dessa vez, revestido de uma ironia amarga, insolente e agressiva. O riso franco cedia lugar à avassaladora crítica. A ação dos pernambucanos contra os súditos de Portugal, por causa das Farpas, fizera-lhe perder o equilíbrio da *verve*, desandando-se em acusações.

Deixando de lado o humor para recorrer à séria interpretação dos fatos, chegou Eça de Queiroz a defender



a tese de que os acontecimentos se explicavam à vista de outros motivos, predominantemente econômicos, no que estava coberto de razão:

“Portanto, além da influência das Farpas *há outra coisa*. Há. E o que há, V. Excia. sabe-o supérfluamente. Há — que nessas províncias semi-bárbaras onde só há interesses e instintos, as relações entre os homens estão entregues ao acaso muscular da brutalidade: há que entre portugueses e pernambucanos sempre tem havido desordens regulares e periódicas; há que o comércio de Pernambuco está nas mãos e nos cofres dos portugueses que, mais ativos ou mais inteligentes, o arrancaram dos cofres e das mãos pernambucanas: há que Pernambuco não suporta esta colônia que se apossa, pela superioridade, da riqueza do país, enquanto os naturais caem em subserviência”.

Não tinha forças, no entanto, o argumentador para ir muito longe, sem a arma da ironia. Daí por que, no meio de tantas e sisudas considerações, voltava à chalaça, fazendo aflorar no leitor a gargalhada:

“Há que em Pernambuco, nos dias de regozijo, pela festa da Independência, sempre foi costume da parte dos Srs. brasileiros matar alguns portugueses — como aqui, para festejar o santo do arrabalde, se mata o leitão”...

Alinhava Eça, depois, outras facetas do problema, para explicar a “explosão dos ânimos brasileiros, educados nesta tradição hostil”, citando, inclusive, o que se passara em outras Províncias, como a do Pará, onde a notícia de que se constituíra uma empresa de navegação fluvial, de capitalistas portugueses, levava o povo “a desencadear uma grande efervescência contra a colônia, por questão de dinheiro e de interesses”. E citava Eça o exemplo do

jornal anti-lusitano *A Tribuna*, do Pará<sup>(6)</sup> — “jornal sem crédito e sem valor” — que, de tanto bradar contra os lusos, “ficou sem eco, como um som estéril”. Nenhum dos “seis jornais sérios de Pernambuco” acompanhou “*A Tribuna*”, nesta “carga a *marche-marche* contra a colônia”. E foi “num grande silêncio da opinião que *A Tribuna* continuou a floretear o seu ódio estipendiado”.

Voltava, então, o foliculário ao seu tom de amargura e ressaibo:

“Eis o que é, Exmo. Sr. É que Pernambuco, nas *Farpas*, não podia ver uma causa, mas encontrou um pretexto: teve vergonha de se bater com os portugueses por uma questão de agiotagem e de usura, e tomou por motivo de sua ira uma questão de nacionalidade; encobriu a questão de dinheiro sob a questão de brio!”

A verdade é que, segundo o redator das *Farpas*, o brasileiro detestava o português. “Detesta-o. Um pouco mais ainda talvez do que o americano detesta o inglês. E, se, amanhã — dizia Eça, profético — o Brasil, como é lógico, se desagregar numa confederação republicana, à americana, nós veremos estalar para os portugueses a mesma hostilidade que repele a Inglaterra dos Estados Unidos”.

Quanto às *Farpas*, ponderava com malícia:

“Cria V. Excia. que não são epigramas que dividem nações. Sobretudo o Brasil. Essa enorme massa plebéia só se agita sob a aguda solitação do juro e da agiotagem. Santo Deus! Seria sobrenatural, Pernambuco levantando-se por uma questão de espírito, de literatura, de frase! Seria indigno dos *sessenta por cento!*”

(6) *A Tribuna*, jornal chauvinista do Pará, dirigido pelo grande polemista Marcelino Néri.

Dando as razões pelas quais os pernambucanos não tinham motivos para empunhar seus cacetes por causa das *Farpas*, generalizava:

“Não está no espírito moderno e nos seus costumes que um povo, irritado por uma sátira, corra às armas. Sobretudo o povo brasileiro na sua insensibilidade monetária. Ele tem na consciência alguma coisa da dureza metálica do pinto (7) e da ferrugem do pataco: de balde a vespa dourada e faiscante morde o bloco de pedra”.

E reagia forte, Eça de Queiroz, à simples alegação de que *As Farpas* haviam sido o pretexto, a mola imediata dos incidentes de Goiana:

“Sr. presidente, nós não consentiremos que Pernambuco nos tome por pretexto. Nós somos sempre *causa*. Repelimos o emprêgo subalterno e humilhante de *pretexto*. Além disso, Sr. Presidente, que se massacre uma colônia de portugueses em virtude das *Farpas*, bem; mas que se atribuam às *Farpas* massacres que lhes não pertencem, que se não originam delas, de que elas são apenas o indistinto pretexto — isso não!... Nós não somos os *testas de ferro* da degolação dos inocentes”.

Após confessar que os portugueses admiravam alguns dos artistas, poetas e pintores do Brasil, reivindicava o missivista, apesar disso, o direito de rir “dos seus amarelos”, em nova indireta aos habitantes de Goiana. E se *As Farpas* glosaram a viagem do Imperador, era o caso de não esquecerem os brasileiros o que fôra dito em Pernambuco contra o Rei Dom Luís I, em “páginas que são pesadas e torpes como sebo derretido” — argumentava Eça, com enderêço ao livro de José Soares Pinto Correia...

---

(7) Antiga moeda portuguesa, do valor de 480 réis.

E assim terminava o artigo das Farpas, a respeito das ocorrências de Pernambuco:

“Essa província está bárbara, Sr. presidente. Esse ódio comercial a uma colônia, manifestado por agressões e pancadas, — não se vê na anarquia das repúblicas espanholas que orlam o golfo do México, não se vê já na instintiva e rude Califórnia, não se vê já no centro d’África, nas regiões do Ujiji. É necessário que a inteligência, o espírito, a consciência estejam muito afogadas na bestialidade nativa e sertaneja — para que se decidam questões comerciais — à faca. Teria que ver os Srs. brasileiros depois de serem célebres pela sua ridícula bonomia aspirarem a serem gloriosos pela sua ensangüentada ferocidade. E se êles, fartos de verem caricaturar os seus colêtes, de um amarelo de *candrio*, querem mostrar-nos, enfim, colêtes avermelhados de sangue.

Seja como fôr, Sr. presidente, o que é verdade é que Pernambuco está passando aos olhos portuguezes, sob a influência dos jornais — como uma cidade bárbara, sem inteligência, sem polficia, disputando sacos d’arroz à faca, e inteiramente entregue aos hábitos do sertão.

Entendemos, e é o fim desta carta — que V. Excia. deve dar um desmentido radical — a esta opinião que se forma e que se solidifica. De outro modo, Exmo. Sr., julgaremos que há verdade no que se diz de Pernambuco e de seus costumes — e então, vendo que nada fêz a Pernambuco a civilização que há três séculos lhe mandamos, e que o Brasil recaiu na selvageria de então, julgaremos dever recommear pacientemente a nossa obra, e tornar a mandar Pedro Alvares Cabral, para tornar a descobrir o Brasil.

Aceite, Sr. presidente, os protestos da nossa estima e não nos esfaqueie, Sr. — e não nos esfaqueie!”

Aí está, incontrastável, o estilo do “pobre homem da Póvoa de Varzim”, do iniciante escritor de 1872, que, retesado, ainda, no barbarismo da forma, já deixava

entrever, no fundamental, as suas grandes qualidades literárias.

O que, depois, no romancista, se apontaria como características de sua prosa, já a missiva de 1872 apresentava, tornando inconfundível a sua paternidade. Além do francesismo do *detalhe*, do *massacre*, da *réclame*, da *verve* que, hoje, não mais repugnam aos cultores do vernáculo, registram-se, na carta, outras peculiaridades de estilo.

Foi na redação das *Farpas* que Eça aprimorou a sua arte de escrever e de ironizar, rindo, com mestria, aquêlê “riso tumultuoso, lançado estridentemente através duma sociedade como seu comentário único e crítica suprema”<sup>(8)</sup>.

Nos seus recursos de embelezamento da forma, alterou Eça as normas clássicas da língua e deu sentido novo às palavras, impregnando-as de funções originais, sem que tivesse de sacrificar, ao arbitrário, o belo. Fugindo às sutilezas e ao pedantismo das convenções, Eça de Queiroz arrancou do idioma português, como ninguém o fizera até então, os efeitos e os sons mais engenhosos, na ânsia de amoldá-lo às necessidades de uma arte que tinha por objetivo retratar o homem, não estático e perplexo, diante de suas próprias fraquezas, mas — como êle mesmo dizia — abandonado à sua vontade inteligente e livre, “sem as peias sociais”.

O arroubo do temperamento, em Eça, a aspereza de seus impulsos haviam de ganhar, no aprendizado jornalístico das *Farpas*, os elementos formadores do estilo, levando o panfletário, mais tarde, ao aprumo da sensibilidade artística.

Sampaio Bruno, que viveu numa época muito próxima da de Eça, fixou, com exatidão, no seu livro *A Geração Nova*, o papel do companheiro de Ramalho na

---

(8) *Uma Campanha Alegre*, prefácio, pág. VI/VII.

literatura portuguesa: "Quanto ao estilo, foi uma renovação em nossa literatura; reaprendeu-se ali a fazer ondular o vocábulo, com tudo o que há de quiméricamente vago, e a definir o pensamento em lemas frios, corretos e cortantes; a enternecer-se sem declamar e a sorrir numa discreta malícia. Descobriu-se enfim que havia uma escala cromática na escrita; que se podia usar de meias tintas; que não era absurdo fechar na mão o fluido e o cismador enlêvo. Refez-se, apurou-se, cristalizou-se o gôsto. Um estilo específico surgiu como um encanto para o leitor inteligente, como o escolha da crítica, como uma glória suprema, como um marco de evolução histórica para a língua".

Na carta-aberta ao Presidente da Província de Pernambuco a semente da renovação artística começava a germinar muito mais promissora do que nas outras crônicas. O humor, é, ali, alegre e lancinante, ao mesmo tempo, como viria a ser, depois, nos livros que o consagraram, e diante dos quais o riso do leitor se mistura com um sentimento indefinido de comiseração e solidariedade, de afeto e desdém, na farfalhice das situações ridículas.

Um dos mais curiosos aspectos estudados no estilo de Eça é o que se refere à ousadia da adjetivação, ampliando os horizontes da frase, distorcendo o sentido da qualidade, transferindo-a do homem às coisas ou reparando-a singularmente. Esse fenômeno de desdobramento das funções gramaticais, observado por Ernesto Guerra da Cal e Aurélio Buarque de Holanda<sup>(9)</sup>, assumiu, no estilo de Eça de Queiroz, um papel inteiramente novo. Nos seus romances, como nas suas crônicas, o recurso a essa figura de hipálage foi utilizado com o melhor equilíbrio, dando às palavras, muitas vêzes frias e convencionais, um cunho de rara impressão subjetivista.

(9) V. *Lengua Y Estilo de Eça de Queiroz* e "Linguagem e Estilo de Eça de Queiroz", respectivamente.

Tomemos alguns exemplos recolhidos de sua obra e os confrontemos com a página escrita em 1872. O uso revolucionário das palavras impregnou o estilo de Eça, diferenciando-o dos clássicos da língua.

No *Primo Basílio*, pág. 532:

“...E passando o *braço concupiscente* pela cintura de Adelaide, exclamou”...

Na *Relíquia*, pág. 2:

“...era o afilhado carnal do seu velho Rufino da Conceição, camarada de estudos no bom seminário de S. José e nas *veredas teológicas* da Universidade”...

Ainda na *Relíquia*, pág. 11:

“à noite, na sala d’estudo, à mesa onde folheávamos os *sonolentos dicionários*, pág. 143:

Outra vez na *Relíquia*, pág. 143:

“Uma capa branca, que eu nunca lhe vira, envolvia-lhe a *douta magreza*”...

Na *Cidade e as Serras*, pág. 99:

“...Nos silenciosos corredores, onde me era doce fumar antes do almoço um *pensativo cigarro*”...

Nas *Cartas Familiares e Bilhetes de Paris*, pág. 75:

“...As tias fazendo as suas *meias sonolentas*”.

Esse processo original de dividir entre a pessoa e as coisas as qualidades do adjetivo, estabelecendo nexos

associativos psicológicos, deu à prosa de Eça características renovadoras.

Já ao tempo das *Farças* se observava essa particularidade. Aqui está, por exemplo, na carta ao Presidente da Província de Pernambuco, uma figura de hipálage:

“Há que nessas províncias semi-bárbaras, onde só há interesse e instintos, as relações entre os homens estão entregues ao *acaso muscular da brutalidade*”.

Vejamos, ainda, na mesma carta, outro caso de transposição de sentido, deslocando-se para um substantivo uma qualidade que, a rigor, devia pertencer a outro:

“E foi num *grande silêncio da opinião* que *A Tribuna* continuou a floretear o seu ódio”...

No romance *Alves & Cia.*, pág. 95, Eça de Queiroz tornaria a empregar essa mesma adjetivação fora do comum:

“O escritório dormia no grande silêncio do dia feriado”...

Não paremos, contudo, nestes exemplos. Relacionemos novas provas da analogia entre o estilista nervoso das *Farças* e, apurado escritor dos romances, que viria depois.

Nem sempre a preocupação de dar sonoridade à forma alcançou equilíbrio em Eça, que chegou a abusar de certas repetições, no afã de obter uma estrutura rítmica para a frase. Os estudiosos de sua obra estilística, como Ernesto Guerra da Cal, assinalaram-lhe uma tendência para o compasso binário e ternário, na composição. Em determinados instantes, porém, o gosto pela repetição tornava-se excessivo com o sacrifício, inclusive, da eufonia.



Comparemos alguns casos, recolhidos por nós, indistintamente, de seus livros:

Nas *Prosas Bárbaras*, pág. 157:

“Ela vinha, com os cabelos esguedelhados, *perseguida, mordida, retalhada*”...

Na *Reliquia* pág. IX:

“Ora a Burguesia Liberal *aprecia, recolhe, assimila*...”

Na *Cidade e as Serras*, pág. 10:

“...e tão habilidosa que *esmaltava, dourava, concertava*”...

Nos *Contos*, pág. 17:

“E a noite ia assim correndo, *literária, pachorrenta, erudita, requintada*”...

Na carta ao Presidente de Pernambuco já se observava um pouco essa tendência pela repetição, tão encontrada na obra do romancista:

“...a colônia portuguesa é aí *repelida, aviltada, deteriorada, esfaqueada*”...

Ou êste outro exemplo, com um vício de cacofonia, ainda que menos grave:

“...que êsse partido *escreve, argumenta, ataca e atua*”...

É curioso, em se falando de cacofonia, como Eça de Queiroz, mesmo depois de aprimorar-se na arte literária, se tornou insensível aos duros efeitos de sons na juxta-

posição das palavras, como naquele "ataca e atua" do estilo inseguro de 1872. Em quase todos os seus romances, a cada passo, há exemplos de feia dissonância, imperdoáveis num escritor de tanto senso de harmonia e sonoridade de expressão. No melhor de suas páginas, podem-se anotar, aqui e ali, reuniões insonoras de letras e de sílabas de palavras diferentes, como nestes casos, observados por nós: "primas Cunhas", "magnânimas mãos", "arcas góticas", "fusca colher", "rebrilho rico", "nunca dócil", "nunca quisera", "nunca andava", "bucólica banheira", "caliça suja", "brancas caliças", "magníficas garrafas", "Ega ia", "antiga amiga", "magra tijela", "fica agora", "bela lógica", "rica renda", "sôfregas pilhas", "por cada arquejante esforço", "estêrco vil", "decerto desceu", "nuvens vãs", "brancura crua", "esguio galho", além de exemplos outros de aliteração, tais como: "com o focinho pendido para a poeira onde pisam, em fila, as pegadas pisadas" (*A Cidade e as Serras*, pág. 125); "com as suas bochechas balofas e brancas, o chapelinho de casemira sôbre o cabelo encarapichado, o beijo sensível de comilão" (*A Capital*, pág. 9); "carência completa e cômica" (*A Cidade e as Serras*, pág. 132); etc.

No texto do documento público endereçado ao chefe do govêrno pernambucano, Eça de Queiroz, ao declarar que a Província onde se desenrolavam os acontecimentos contra os portugueses era "bárbara", manifestando seu ódio comercial a uma colônia estrangeira "por agressões e pancadas", sublinhou que êsse estado de anarquia não podia mais ser visto em parte nenhuma do mundo, nem mesmo nas "*repúblicas espanholas que orlam o golfo do México*". Muitos anos depois, Eça de Queiros recorreria aos mesmos elementos geográficos no livro *O Mandarin*, pág. 51: "Fiz empréstimos aos Reis, subsidiei guerras civis e fui caloteado por tôdas as *Repúblicas latinas que orlam o golfo do México*. Nas *Carta Familiares*, pág. 113, repete-

se a mesma figura: "O homem da Venezuela, como geralmente os homens das Repúblicas latinas que cercam o golfo do México". . .

Até os feios vícios do eco, apontados por alguns críticos, em sua obra, assinalavam-se também na carta de 1872, nestes dois tópicos:

"...educados nesta *tradição* hostil, tiveram uma grande *ocasião* de *explosão*, por causa da Companhia de *Navegação*"...;

"...e *então* são irresponsáveis tanto *são levianos*."

Outro hábito do romancista, o de utilizar duplamente os advérbios de modo, quase sinônimos, o último completando, com mais propriedade, o sentido do primeiro, num recurso de embelezamento da frase, observa-se igualmente na carta das *Farpas*. Recordemos alguns casos, de muitos de seus livros, para confrontá-los com o da página escrita ao tempo da discussão com os pernambucanos:

Nos *Maias*, pág. 369, vol. 2.º:

"De resto não poderia êle juntar em si bastante coragem para contar tudo a Carlos, logo, nessa manhã, *claramente, virilmente?*"

Ainda nos *Maias*, pág. 217, *idem*:

"...e ela, só com a mãe, *insensivelmente, fatalmente*, fôra-se misturando a essa vida tresnoitada de *groggs* e de *baccarat*".

Na *Cidade e as Serras*, pág. 25:

"E quando fechou sôbre mim a portinhola, *gravemente, supremamente*, como se cerra uma grade de *sepultura*..."

*Idem*, pág. 148:

“...Jacinto começou a mostrar *claramente, escancaradamente*, ao seu Zé Fernandes”...

Nos *Maias*, de novo, pág. 146, vol. 1.º:

“...o relógio Luiz XV foi ferindo *alegremente, vivamente*, a meia noite”.

Na *Relíquia*, pág. 315:

...eu, Teodorico Rapôso, achava-me *fatalmente providencialmente*, estabelecido de vendilhão de relíquias !”

Pois bem, no artigo das *Farças* contra os pernambucanos registra-se um desses fenômenos de duplicidade de advérbio de modo:

“...Pois brasileiros e portugueses vivem há cinquenta anos numa província, na comunhão de negócios e de interesses, com cruzamento de famílias, na fraternidade inteira do trabalho, *pacíficamente, domesticamente* e, de súbito”...

Como nos romances, a pontuação na carta é arbitrária e indisciplinada, com o abuso dos hifens, os dois-pontos em lugar do ponto-e-vírgula, e as exclamações a qualquer preço.

E se mais não restasse, para indigitar Eça de Queiroz como autor incontestável da carta-aberta ao Presidente da Província de Pernambuco, ainda valeria a observação de que a êle, exclusivamente a êle, é que interessaram os acontecimentos do Brasil, provocados pelas *Farças*, aliás de todo ajustáveis ao seu espírito de ironista e panfle-

tário. Tanto isso é verdade que, ao deixar a redação da revista, quando teve de assumir o Consulado português em Havana, morreu a discussão com os pernambucanos, à falta de quem a sustentasse.

A carta-aberta ao govêrno de Pernambuco foi, sem dúvida, o estopim, o centro, o grande "pretexto" para inflamar o nativismo. Eça agitava socialmente o Brasil, com a sua longa missiva.

No Recife, o número 12 das *Farpas*, com a carta de Eça, esgotou-se rapidamente. O prestígio do mensário crescia, tanto em Portugal como no Brasil. Por essa época, Ramalho Ortigão, escrevendo ao correspondente da revista na cidade do Pôrto, informava-lhe: "A extração dos nossos livrinhos tem aqui aumentado muito. Tiramos uma edição de 1.500 exemplares<sup>(10)</sup> e esgotamos tudo de um mês para o outro. Em Portugal não se pode exigir mais, e ninguém conseguiu tanto cá. No Rio de Janeiro têm ganho contos de réis aquêles que nos roubam. Ainda ontem mo confirmou um adido vindo no último paquete para a embaixada brasileira. Apesar das sovas nos brasileiros, o ministro do Brasil visitou-me"<sup>(11)</sup>.

A carta de Eça mal teve tempo de ser lida por seu destinatário. O desembargador Francisco de Faria Lemos, pretextando doença, exonerou-se de chefe do govêrno de Pernambuco a 25 de novembro de 1872, passando o exercício do cargo ao novo Presidente, Henrique Pereira de Lucena, futuro Barão de Lucena.

As causas reais do inesperado afastamento de Faria Lemos deviam estar jungidas ao clima de agitação em Pernambuco, que sua polícia só fizera agravar, na prática

---

(10) *A América Ilustrada*, no Recife, alcançou uma tiragem de 1.200, o que dá uma idéia do movimento cultural da Província.

(11) JÚLIO DE OLIVEIRA, *Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz*, pág. 84.

da violência e da parcialidade, em prol dos lusitanos. De Goiana, as notícias que chegavam comprometiam a serena atuação das autoridades policiais, que se exigia como fator de manutenção da ordem.

O próprio desembargador Faria Lemos, de maneira honesta e corajosa, proclamou o facciosismo da polícia, no relatório com que transmitiu o govêrno a Henrique Pereira de Lucena:

“Entre nós, a polícia não é ainda o que deve ser. Se uma boa polícia moraliza e dá garantias à sociedade, ela a corrompe e prostitui se limita sua missão a lutar com os partidos políticos e espiar e perseguir aos que supõe inimigos do govêrno. Para mim — adiantava o chefe do Executivo — o mérito de uma boa administração se revela mais em saber prevenir os males, do que em castigá-los; êste é o objeto da instituição de polícia, e sôbre êle não cessei de chamar a atenção das respectivas autoridades” (12).

É bem certo que, na primeira oportunidade de falar oficialmente, na Mensagem que dirigiu à Assembléa Legislativa Provincial três meses depois, Henrique Pereira de Lucena tratou de retificar êsses conceitos de Faria Lemos, fazendo-o da maneira mais acintosa e direta possível:

“Não conheço uma classe de funcionários mais digna de louvor e de gratidão nacional. Quem sabe o como se acha constituída a polícia entre nós; os mil embaraços com que ela luta, sendo dentre todos o menor — a falta de fôrça pública, não pode deixar de pensar do mesmo modo” (13).

---

(12) Relatório de 25 de novembro de 1872 à Assembléa Provincial.

(13) Mensagem de 1.º de março de 1873 à Assembléa Provincial.

As palavras do desembargador Faria Lemos denotavam, evidentemente, absoluta incompatibilidade com os órgãos de coação de que se achava dotado o govêrno para reprimir os "caceteiros" de Goiana. É possível que, somados a outras questões, que ganharam corpo e se desenvolveram durante a administração do Desembargador, os graves incidentes provocados pelas *Farpas* tivessem influído para o seu afastamento da Presidência.

De qualquer modo, para um cronista que se não apegasse à realidade dos subsídios históricos, bem que seria encantadora a versão da queda de um govêrno, numa Província do Brasil, por causa das *Farpas* e de Eça de Queiroz. . .

## C A P Í T U L O   X I I

**A “Questão Religiosa”, outro problema para o  
Governo. Reforçado o armamento das Tropas  
de Linha. Nomeação de Eça para o Consulado  
de Havana. Tobias Barreto e a proibição das  
Conferências Democráticas do Cassino Lisbo-  
nense. Eça, a diplomacia e o “chorado poeta  
Soares de Passos”.**

O ano de 1872 ficaria na história de Pernambuco como uma quadra de grandes alvoroços políticos e sociais. Nada menos de três presidentes — Manuel do Nascimento Machado Portela, Francisco de Faria Lemos e Henrique Pereira de Lucena<sup>(1)</sup> ocuparam, como chefes do Executivo, o Palácio do Campo das Princesas, tendo de enfrentar as aceras lutas, inclusive religiosas, de que foi teatro a Província.

Duas campanhas eleitorais se verificaram naquele período: a de 18 de agosto, para renovação dos mandatos da Câmara de Deputados, no Rio, dissolvida pelo decreto imperial de 22 de maio, e a de 7 de setembro, para escolha de vereadores e juizes de Paz em vários muni-

---

(1) Manuel do Nascimento Machado Portela governou, de 26 de abril a 10 de junho; Francisco de Faria Lemos, dessa data a 25 de novembro; Pereira de Lucena, daí a 10 de maio de 1875.



cípios de Pernambuco. De ambas omitiu-se, como protesto, o Partido Liberal, alegando os processos de fraude, violência e suborno, exercidos pelos conservadores. A linha de abstenção eleitoral, adotada pelos liberais, nesses pleitos, foi baixada através do seguinte Manifesto, publicado pela imprensa do Recife no dia 3 de julho de 1872:

“Qualificação, mesas paroquiais, conselhos de recurso, guarda nacional, polícia, magistratura, e todo o funcionalismo, com raras exceções, tudo tem sido no nefasto decurso dos últimos quatro anos pela mais desabalada derrubada, convertido em instrumento de predomínio exclusivo de um partido. Em semelhantes condições, a abstenção não é um desaire, é antes um dever. Desonra-se e suicida-se o partido que não luta; mas isto unicamente nos países em que a luta legal é possível, onde o cidadão tem garantias para o seu voto livre, naqueles em que pelas urnas lhe é dado conquistar a suprema direção dos negócios públicos. Nos mais, naqueles em que as urnas são trancadas pelas baionetas, e violadas pela fraude; naqueles em que os partidos sobem ou descem a bel-prazer do poder moderador, se a luta é indispensável é em outro campo” (2).

O documento do Partido Liberal, negando-se a participar das eleições, era assinado pelo Barão de Vila-Bela, Dr. José Antônio de Figueiredo, Luís Cesário do Rêgo, Barão de Palmares, Luís José Pereira Simões, Antônio José da Costa Ribeiro e João Francisco Teixeira.

Depois de realizados os pleitos, o desembargador Faria Lemos, em Mensagem enviada à Assembléia Provincial, a 25 de novembro, com a maior sem-cerimônia possível, alardeou que “nunca eleição se fez com mais liberdade: o povo exerceu o seu direito de soberania com amplitude;

---

(2) *Jornal do Recife*, edição de 3 de julho de 1872.

independência e espontaneidade; e os novos representantes somente a si e à cooperação de seus amigos devem suas eleições”.

Todos os fatos da época apareciam sempre aos olhos do público sob duas versões: a dos liberais, oposicionistas, e a dos “vermelhos”, conservadores. E os jornais, e o parlamento, e as discussões políticas obedeciam a êsse ou aquêle aspecto da realidade ou da contrafacção, dependendo do ângulo em que se colocasse o indivíduo, ou o grupo partidário.

Além do incidente de Eça e Ramalho com os pernambucanos, que culminara com o conflito de Goiana, o govêrno teve de enfrentar, ainda, a célebre “Questão Religiosa”, que assinalaria um largo período de agitação e de disputas sociais na vida de Pernambuco.

Formalmente, as raízes da luta entre maçons e católicos, na Província, vinham do ano de 1858, quando o presidente Benvenuto Augusto de Magalhães Taques, dando execução à Lei provincial n.º 425, de 2 de junho de 1858, que alterava os limites da freguesia de Bonito, foi contestado pelo Bispo Diocesano, D. João da Purificação Marques Perdigão, que exigia ser ouvido, previamente, tôda a vez que pretendesse o govêrno modificar a divisão territorial da Província. “Semelhante condição — contra-argumentava Magalhães Taques — não tem fundamento em direito. A jurisdição dos bispos na divisão das paróquias de suas Dioceses é da mesma natureza que a do Sumo Pontífice na criação das Dioceses e alteração dos seus limites, para o que, entretanto, se adotam e promulgam leis sem audiência prévia de sua santidade”<sup>(3)</sup>.

Dada a resistência do govêrno, o Bispo entrou a hostilizá-lo, e aos maçons que o inspiravam, fazendo

---

(3) Mensagem à Assembléa Provincial, em 1858.

publicar, através da imprensa, inúmeras pastorais contra as autoridades executivas de Pernambuco.

Em 1867, vivera o Recife a famosa polêmica entre o general José Inácio de Abreu e Lima, herói das lutas emancipacionistas de Simão Bolívar, e o Cônego Joaquim Pinto de Campos, a respeito das versões falsificadas da Bíblia — polêmica que apaixonou a cidade e contribuiu, em 1869, quando da morte do *General das Massas*, para que a Igreja lhe negasse sepultura, por decisão do Bispo Cardoso Aires. Dessa atitude do clero, tiraram os maçons grande partido, tentando impopularizar a Igreja, acoimando-a de intransigente. O cadáver do general Abreu e Lima foi inumado no Cemitério dos Ingêleses, no Recife, por deferência e homenagem da colônia britânica.

Com a chegada, a 24 de maio de 1872, de Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, vindo de São Paulo para dirigir, como pernambucano de nascimento que era, os destinos da Igreja Católica, no Bispado de Olinda, construíram os jesuítas o primeiro fôssô de combate na cidadela da Maçonaria, cuja influência na vida política e social da Província era das mais poderosas. Ao ortodoxismo de Frei Vital deveu-se o início da “Questão Religiosa”.

A força dos maçons, em Pernambuco, já se fizera sentir nas campanhas pela Independência, e, inclusive, nos movimentos armados que a antecederam, como a Revolução Republicana de 1817.

Milhares de católicos encontravam-se filiados à Maçonaria, dividindo o seu tempo entre o “sacrifício da Missa”, pela manhã, e as secretas reuniões das “veneráveis Lojas”, à noite.

No dia 29 de junho, como demonstração de seu prestígio entre o povo do Recife, quase num desafio a Frei Vital, os maçons anunciaram a realização de uma ceri-

mônia religiosa na Igreja de São Pedro, em regozijo à fundação de uma nova Loja. O Bispo, jovem de pouco mais de trinta anos, voluntarioso e sectário, ergueu-se contra a missa, expedindo ordens severas no sentido de evitá-la.

Em julho, nos dias 20 e 21, valendo-se do transcurso do 99.º aniversário da extinção da Companhia de Jesus, pelo Papa Clemente XIV, os maçons do Recife organizaram grande festa popular, arregimentando, de propósito, todo o seu poder. “A América Ilustrada”, o Liceu de Artes e Ofícios e a “Sociedade Luso-Brasileira”, aderindo às comemorações, iluminaram a fachada de seus edifícios. A “Sociedade dos Guarda-Livros”, na Rua da Cruz, e a “Loja Maçônica, de Rito Especial Brasileiro”, na Rua da Penha, ornamentaram suas sedes, franqueando-as à visitação pública. A “Loja Segrêdo e Amor da Ordem”, na Rua Barão da Vitória, a “Seis de Março de 1817” e a “Restauração Pernambucana”, na Rua das Trincheiras, a “União e Beneficência”, na Rua Marcílio Dias, além de outras, abriram seus salões ao povo.

“Onde, porém, o sentimento público trajou com verdadeiro aparato as suas melhores galas, e expressou-se da maneira mais inequívoca — comentava o *Jornal do Recife*, dias depois — foi nas ruas do Barão da Vitória, de Marcílio Dias, do Marquês de Olinda, do Imperador e dos Guararapes, nas quais a iluminação foi profusa, constante e de variados gostos.” Havia, ali, segundo o jornal, “coretos armados na praça pública, onde bandas musicais tocavam formosos pedaços de ópera”.

Falando ao povo, um orador dissera, em plena praça, que todo aquêlé “regozijo era, com efeito, um regozijo de religião, e um regozijo de humanidade; de religião por solenizar o ato mais elevado de um dos mais elevados pontífices do cristianismo; de humanidade, porque festejar a queda do ódio, da fraude, da ambição e do crime,

importava festejar a restauração do amor, da lealdade, da abnegação e da virtude" (4).

O periódico *A Verdade*, órgão oficial da Maçonaria, dirigido por Franklin Távora, e cujo primeiro número saíra a 22 de junho daquele ano, noticiava os festejos, embandeirando-se em arco:

"Esplêndido Triunfo Alcançado pela Maçonaria Pernambucana Sobre o Jesuitismo. Magnificante Regozijo Público no Recife e Arrabaldes. Para Cima de 25 Mil Pessoas Visitando os Templos Maçônicos. A População em Pêso Não Quer Jesuítas!"

Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira respondeu a tudo isso mandando eliminar sumariamente, por uma pastoral, das irmandades católicas os que fôssem adeptos da Maçonaria, sob o fundamento de que a dupla aceitação das idéias, de acôrdo com os postulados da Igreja, era incompatível.

"A Maçonaria se havia iluminado no aniversário da extinção da companhia de Loyolla: era preciso vingança!" — escrevia Aprígio Guimarães, sob o pseudônimo de Fábio Rústico. E acrescentava: "E, por astuto que seja o jesuíta, é patente o engenho e arte com que êle se fêz o general da batalha" (5).

Sob o fôgo das campanhas de difamação e pelas páginas do jornalismo de combate, os maçons eram apontados pelos jesuítas como sendo os "continuadores da Internacional Comunista", como os remanescentes da Comuna de Paris. Durante a dominação da Comuna de Paris — dizia "um católico", num dos muitos opúsculos editados no Recife — o povo da França não distinguia os maçons

(4) *Jornal do Recife*, ed. cit.

(5) *Jesuitismo em Pernambuco (Apontamentos Históricos e Filosóficos)*, pág. 61.

dos revolucionários. E, então era comum as turbas gritarem: "Viva a Comuna! Viva a Maçonaria! Viva a República Universal!" (6).

Contra essas provocações opunha Fábio Rústico a virulência da linguagem:

"A calúnia, a moléstia endêmica das quadras clericais, não será barreira aos apóstolos da liberdade. Avante! O jesuitismo é uma cadeia elétrica de escravidões. O jesuíta entrega aos reis os corpos, se os reis lhe entregam as almas; o jesuíta faz da mulher a pura máquina do gôzo material do homem, se o homem lhe passa papel de venda da alma da mulher.

Em suma, o jesuíta faz da Igreja um regimento, e do papa o mais déspota dos coronéis, se o papa se faz escravo do jesuíta; e então temos, o que estamos vendo: o papa senhor dos bispos; o bispo senhor do padre; o padre senhor do simples fiel e o jesuíta, o *papa negro*, senhor do papa, do bispo, do padre, de todos" (7).

Eis a que ponto de clericalismo e irreverência chegou a vida do Recife, ao tempo em que *As Farpas* assanharam a suscetibilidade patriótica dos pernambucanos.

A "Questão Religiosa" não ficou adstrita aos limites da discussão literária ou jornalística, ou à superioridade da troca de opinião entre José Soriano de Sousa, pelas colunas da *União*, e Aprígio Guimarães, Franklin Távora, José Mariano, Joaquim Nabuco e outros, nos comícios de praça pública, ou na tribuna da imprensa. "A Questão Religiosa" transformou-se na grande luta de ruas, numa das maiores contendidas sociais que a história registra em Pernambuco, nos anos de 1872 e 1873.

(6) *A Igreja e a Maçonaria (Razões que Impedem um Católico Sincero de Ser Maçon)*, por *Um Católico*, pág. 66.

(7) *Cartas sôbre a Companhia de Jesus*, prefácio, pág. V.

Tudo o que havia de desarmônico, no terreno da religião e da crença, como no da política partidária, desembocou na "Questão Religiosa", durante a qual o racionalismo investiu contra o dogma, o ridículo suplantou o beatério, o panfleto amesquinhou as bulas, e, muitas vezes, a fôrça física tentou aniquilar a razão.

Da gravidade do problema e de suas conseqüências na estabilidade do govêrno, apercebeu-se o presidente Pereira de Lucena, ao confessar:

"Melindrosa é por certo a questão que ora se debate e embaraçosa a posição do govêrno em semelhante conjuntura" (8).

O Recife, naqueles dias tumultuosos de 1872, prendia as atenções da Côrte. A seqüência de fatos perturbadores da ordem pública não podia deixar de impressionar o Gabinete do Visconde do Rio Branco. Tornava-se necessário, a todo custo, do ponto de vista da segurança do Império, evitar que as controvérsias políticas, travestidas de polêmicas literárias ou mesmo religiosas, evoluíssem para outras formas de movimentos perigosamente sediciosos, comprometendo o regime. Daí, as providências tomadas pela Côrte e comunicadas, em officio estritamente confidencial, à presidência de Pernambuco, pelo Ministro da Guerra: "Em aditamento à minha confidencial de 8 do corrente, declaro a V. Excia. para ter conhecimento e fins convenientes, que pelo vapor "Paraná", saído para os portos do Norte no referido dia 8, foram pelo Arsenal de Guerra da Côrte remetidas para o 2.º Batalhão de Infantaria cento e cinqüenta espingardas raiadas com tôdas as suas pertenças" (9).

(8) Mensagem à *Assembléia Legislativa*, 1873.

(9) MS. existente no *Arquivo Público*, datado de 10 de outubro de 1872.

Na mesma época, o Ministro dos Negócios da Justiça, João José de Oliveira Junqueira, que fôra chefe do governo em Pernambuco, em officio também confidencial, aludia ao clima revolucionário que se espraiava pelo Brasil, ameaçando “acabar com o regime constituído”. E advertia: “Chamando para êste objeto a atenção de V. Excia. tenho por fim recomendar-lhe que trate de verificar, com as precauções e reservas necessárias, se existe nessa província alguma associação secreta para promover a revolução em bem da idéia republicana, e me informe a tal respeito. O Governo Imperial confia que V. Excia. dará acertadas providências no sentido de evitar alteração da ordem pública, empregando constante vigilância sôbre os indivíduos, ou grupos suspeitos de pertencerem a organizações secretas” (10).

Enquanto isso, *As Farpas*, em Lisboa, prosseguiam em sua campanha alegre. E, estimulado pelo aumento do seu prestígio, Ramalho Ortigão pensou em dar à revista “uma feição mais larga”. O objetivo das *Farpas*, que já então circulava em edições de dois mil exemplares, interessando a cinco ou seis mil leitores, exigia, segundo Ramalho, não pròpriamente seriedade aos redatores, mas uma certa preocupação em educar e ensinar o povo. Quando Ramalho propôs a Eça de Queiroz a mudança na orientação do mensário, com aquêles objetivos, o homem estrilou, numa reação incontida:

“Fiquei aterrado: ensinar! Eu era, sou ainda, em filosofia, um *touriste* fàcilmente cansado, em ciências um diletante de coxia. Converter a alegre catapultazinha numa austera cadeira de professor!...

Fui prudentemente para Havana” (11).

---

(10) Idem, datado de 16 de outubro de 1872.

(11) *Notas Contemporâneas*, pág. 39.



O concurso para a carreira diplomática, a que se submetera Eça de Queiroz, em fins de setembro de 1870, e no qual se colocara em primeiro lugar, proporcionava-lhe, naquele momento, uma nomeação para Cônsul em Havana, a êle que já havia perdido o ensejo, em 1871, de vir ser Cônsul na Bahia, por causa de sua atuação nas conferências democráticas do Cassino Lisbonense, proibidas pelo govêrno português.

Aliás, o caso que se formou em Lisboa, quanto à decisão do Marquês d'Ávila e Bolama, mandando impedir o prosseguimento da série de palestras organizadas por Quental, Adolfo Coelho, Augusto Soromenho, Eça de Queiroz, Salomão Sáraga, Oliveira Martins, Teófilo Braga e outros intelectuais, teve também ressonância no Recife. Fôra objetivo dêsse grupo de escritores, com a programação das conferências, a realizarem-se no antigo Café Concêrto, do Largo da Abegoaria, próximo ao Chiado, "abrir uma tribuna, onde tenham voz as idéias e os trabalhos que caracterizam êste momento do século, preocupando-nos sobretudo com a transformação social, moral e política dos povos" (12).

Depois de proferidas as primeiras palestras, a cargo de Antero de Quental, Soromenho e Eça de Queiroz, que falara sôbre "O Realismo, como nova expressão da Arte", o govêrno português, ao se anunciar a conferência de Salomão Sáraga — "Os Historiadores Críticos de Jesus" — mandou proibí-las, sob a alegação de que atentavam contra "a religião e as instituições políticas do Estado".

O primeiro grito de protesto contra a atitude do Marquês d'Ávila foi o que se lavrou sôbre as mesas do Café Central, do próprio punho de Antero, na presença mesma de numerosas pessoas que tinham tido seu ingresso obstado no Cassino Lisbonense, naquele 26 de junho de

---

(12) V. ANTÔNIO SALGADO JÚNIOR, *História das Conferências do Cassino*, pág. 20.

1871. O documento fazia jus às pregações libertárias do seu autor:

“Em nome da liberdade do pensamento, da liberdade da palavra, da liberdade de reunião, bases de todo o direito público, únicas garantias da justiça social, protestamos, ainda mais contristados que indignados, contra a portaria que manda arbitrariamente fechar a sala das Conferências democráticas. Apelamos para a opinião pública, para a consciência liberal do país, reservando a plena liberdade de respondermos a este ato de brutal violência como nos manda a nossa consciência de homens e de cidadãos” (13).

Ali, onde então se realizou parte do programa das conferências, funcionara um Café Concérto, com mulheres “decotadas até ao estômago” cantando “um repertório de cantigas impuras, obscenas, imundas!” (14).

Agora, quando as conferências democráticas do Casino procuravam ilustrar o povo, o governo, que anuíra às “conferências do deboche” impedia, pela força, a educação cultural do público lisboeta.

Por isso, Eça de Queiroz, nas *Farças*, estabelecia o chocante paralelo:

“Homens refestelados, bebendo cognac, gritando, apupando desgraçadas criaturas que se deslocam em trejeitos vis para fazer rir — isso é permitido por tôdas as leis!

Homens que escutam gravemente uma voz que fala de justiça, de moral, de arte, de civilização — isso é proibido com tanta violência que se salta por cima da *Carla* para o proibir! A isso manda-se um polícia dar duas voltas à chave! Miserere! Miserere!” (15).

---

(13) ANTÔNIO SALGADO JÚNIOR, *ob. cit.*, pág. 107.

(14) EÇA DE QUEIROZ, *Uma Campanha Alegre*, vol. 1.º, pág. 115.

(15) *Idem*, pág. 116.

A supressão das palestras foi acicamente condenada pelos jornais de Lisboa. Alexandre Herculano escreveu um folheto dedicado à matéria, solidarizando-se com o protesto e discordando da atitude do govêrno. A êsse pronunciamento de Herculano respondeu, no Recife, pelas colunas da *Verdade*, em princípios de 1873, Tobias Barreto (16).

A conduta de Tobias, em face do problema da proibição das conferências, representa uma verdadeira negação à sua consciência democrática. Defendendo a tese de que o ato do Marquês d'Ávila não atingira "a liberdade da palavra", Tobias Barreto procurava desenvolver o seguinte raciocínio:

"É evidente, repito, que qualquer govêrno onde haja religião legalmente instituída, não exorbita em procurar defendê-la. Pode ser, com suas medidas de higiene moral, anti-político, inconveniente, porém sempre no terreno da legalidade".

E, sôbre as conferências, em si mesmas, zombava Tobias, menosprezando a capacidade intelectual da geração de Eça de Queiroz:

"Portugal não tem um filósofo, não tem um teólogo, não tem um crítico investido das verdadeiras idéias e tendências do mundo atual. Onde achou, pois, aquela meia dúzia de jovens pretensiosos fôrça bastante e bastante consciência para prosseguir em seus cometimentos?"

Não é mais do que ler algumas páginas de Renan, e ir depois ao Cassino *conferenciar* sôbre os historiadores críticos de Jesus! ?...

---

(16) Os artigos de TOBIAS sôbre Herculano, publicados originariamente na *Verdade*, órgão da Maçonaria, no Recife, em princípios de 1873, foram incluídos na sua obra *Ensaio e Estudos de Filosofia e Crítica*.

Não é mais do que pedir ao arsenal de Michelet algumas frases mais percucientes, mais retemperadas de voltairianismo, e apresentar-se em público, atacando a religião do Estado, por meio de discursos mal concebidos!"

Negando à iniciativa dos homens de pensamento lusitanos "um profundo trabalho de reflexão e método científico", Tobias responsabilizava pelo "mau estado de cultura em Portugal" as poucas "e estéreis tentativas intellectuais, que a mocidade ali comete".

Depois de classificar os organizadores das conferências, injustamente, de "rapazes pouco escrupulosos", Tobias Barreto menoscabava da geração de Eça e, em particular, do público leitor do Brasil e de Portugal, de quem dizia que "ainda voa muito rasteiro". E figurava, com despeito:

"A maioria absoluta é dos que gostam de ir à beira-mar, não para imergir o pensamento na profundidade e majestade do abismo, mas tão somente para contemplar as bôlhas da superfície, as inflexões poéticas das vagas.

São êsses que não tiram o seu chapéu à lógica das idéias e dos fatos; mas se curvam diante da metáfora.

Aguardam ansiosos o fraseado que vem de longe, marulhento, insinuante; — tomam no rosto a pancada da onda que os entontece, e gritam convencidos: — muito bem! — Isto é que é raciocinar!"

Há que fazer, quanto ao talentoso mulato de Sergipe, um reexame das atitudes que assumiu na vida e de algumas das posições que adotou na literatura. O homem que blasfemou contra Deus e estabeleceu combate tenaz ao reacionarismo de Tomás de Aquino, deixou, sem protesto, que se explorasse a raça negra no Brasil e se espezinhasse a liberdade de reunião, de crítica e de pensamento em Lisboa, solidarizando-se com os seus algozes. Vivendo numa cidade onde as batalhas contra a opressão e o

obscurantismo eram ganhas em praça pública, encastelou-se, de um modo geral, na “tôrre-de-marfim” da especulação científica, ligando-se ao povo, via de regra, através de formas de identificação bastardas: cantando modinhas e tocando violão nas tabernas do Recife.

Mais de dois anos levara Eça de Queiroz a esperar a sua nomeação para a carreira diplomática. E o que se dizia em Lisboa é que fôra prejudicado, até então, pelas idéias que propagara na palestra do Cassino, sôbre arte. “Mas eu não acreditava” — escrevia êle nas *Farças*, tomo VII, novembro de 1871, numa página que não mereceu, tal como as outras já mencionadas aqui, incorporação aos dois volumes de *Uma Campanha Alegre*:

“Porque enfim eu na minha conferência condenara a arte pela arte, o romantismo, a arte sensual e idealista, — e apresentara a idéia de uma restauração literária, pela arte moral, pelo realismo, pela arte experimental e racional. O que ! pensava eu, será por isto que os senhores ministros me julgam um inimigo da ordem ?

Julgarão êles que o fim do *realismo* é declarar em greve os fabricantes de Oeiras ? Pensarão êles, por acaso, que a ocupação logicamente favorita de um crítico de arte é queimar a casa da câmara ? Estarão êles na idéia que foi Boileau que matou Henrique IV ? Suporão êles que o fim exclusivo da Internacional é extinguir o romantismo ? Viverão êles na crença que os esforços dos 17.000.000 de operários filiados na Internacional, convergem para êste fim: serem desagradáveis à Lamartine ? Oh, míseros !

Porque enfim — se eu não posso ser cônsul por ter feito uma conferência — se essa conferência foi a condenação do romantismo, segue-se que eu não posso ser cônsul por ter condenado o romantismo ! !

Ora, realmente, eu não sabia que para ser cônsul — era necessário ser romântico ! Eu não vira entre as habilitações que o programa requeria esta: Certidão do regedor

de que o concorrente recita tôdas as noites, ao luar, o *Noivado do Sepulcro*, do chorado Soares de Passos. Eu não sabia disto! Porque então também declaro à secretaria dos estrangeiros: perdeu os dois cônsules que melhor lhe poderiam convir: Antony e Werther. Ah, agora vejo, infeliz realismo, que me obstruis uma carreira! Ah! para ir ser cônsul para Pernambuco, (17) quem tivera o coração de Romero.

Mas então deviam-me ter prevenido! Sim, porque eu então não concorria! Não, minha pátria, não, ser obrigado para ter a honra de te servir, a recitar e a amar as odes do Sr. Vidal, não, minha pátria, não! Agradeço-te, mas desisto. Olha, vê se *Lélia*, por George Sand, aceita o consulado de Vigo!"

O pouco tempo de sua passagem pela redação das *Farpas*, de junho de 1871 a novembro de 1872, fôra o bastante para conturbar a vida numa Província do Brasil. Seguindo para as Antilhas, o mensário, à sua falta, encerraria a polêmica com os pernambucanos — outro argumento a favor da tese de que, na revista, quase tudo quanto se escrevera contra os brasileiros fôra de autoria de Eça. O fato é que os leitores do Brasil sempre souberam distinguir os artigos de Eça dos de Ramalho. O nome preferido, nas críticas e atos de represálias contra as *Farpas*, era o de Eça. Em Goiana, os boletins clandestinos referiam-no, sem aludir, sequer, ao de Ramalho.

Não cessariam, porém, de produzir efeitos em Pernambuco os artigos do diplomata, nos passados números da revista. Os *brios nacionais* reagiriam ainda por muito tempo, a despeito da paralização da "catapulta"...

Despedindo-se do companheiro, Ramalho escreveu nas *Farpas* comovidas palavras de separação:

---

(17) Engano de Eça. O consulado português vago no Brasil era o da Bahia. E' que o nome de Pernambuco não saía da cabeça do foliculário.

“Seria indigno, no momento cerimonioso em que a jurisprudência consular se aproxima grave e solene dos umbrais da literatura, procurando-te, meu querido amigo, para te levar consigo, que não descesse a escada para te conduzir até a porta e para te dizer adeus o teu fiel e inseparável companheiro” (18).

Evocava, em seguida, Ramalho, a jornada de ambos pelos caminhos das letras, detendo-se no esforço que *As Farpas* empreenderam para resistir ao despeito e à intriga:

“A proporção que famós aparecendo espalhou-se: primeiro que se nos tinha esgotado a prosa e que nos retirávamos à vida privada; depois que estávamos requerendo do Estado pingues emprêgos e rendosas colocações; em seguida que nada havia para nós de sagrado e que éramos as mais venenosas víboras que a sociedade tinha acalentado no seu seio”.

E lembrava os incidentes provocados no Brasil, inclusive o epíteto de *falsários* que *O Movimento*, jornal recifense, em cuja redação pontificara Silvío Romero, lhes havia pesgado:

“A este tempo um publicista brasileiro, explicou que a secreta verdade a nosso respeito é que éramos *moedeiros falsos*. Deram-nos mais tarde descomposturas, disseram-nos insolências, escreveram-nos panfletos — são já sete ou oito panfletos com que nos têm distinguido — dirigiram-nos cartas anônimas; ameaçaram-nos de morte no continente, e prometeram-nos pauladas no novo mundo”.

Tudo no entanto, não passara de coisas naturais, numa revista do gênero das *Farpas*. A contrastadora ver-

---

(18) *As Farpas*, número de novembro de 1872, 1.<sup>a</sup> edição.

dade, para Ramalho, porém, era o definitivo afastamento de Eça:

“Eu cá fico para ver o destino que Melcício, o mui amado, dará a tôdas as coisas que esperam graves e interrogativas nas brumas do horizonte: a ruína da aristocracia, o pauperismo dos funcionários públicos, a ignorância palavrosa e arrogante dos burgueses, a revolução dos proletários, a guerra dos Bembos, a pateada do Rabagas, e as galinhas de D. Antónia.

Se um dia voltares, cá encontrarás guardadas por mim, em troféu, as tuas delicadas bandarilhas, e sôbre a nossa porta, para sinal, o teu nome encruzado com o meu — como duas espadas num muro. Na tua ausência uma idéia me consola: se por um lado perco aquilo que mais se ama — um elevado companheiro de espírito, por outro lado lucro aquilo que mais se deseja — um leitor honrado e benigno”.

O embarque de Eça para Havana foi objeto de um curioso registro do correspondente do *Jornal do Recife*, em Lisboa. Escrevendo no dia 13 de novembro de 1872, mandava dizer êle para os pernambucanos:

“Partiu ante-ontem para Havana o novo cônsul português naquela cidade, Sr. José Maria Eça de Queiroz, um dos redatores das *Farças*, publicação aí muito conhecida e que tem feito certo barulho” (19).

---

(19) Edição do dia 26 de novembro. Observe-se que o correspondente do *Jornal do Recife* fixava a data do embarque em 11 de novembro. JOÃO GASPARETTO SIMÕES (*Eça de Queiroz, o Homem e o Artista*) anotou-a como sendo 9 de novembro; e ÁLVARO LINS, o dia 9 de dezembro. (*História Literária de Eça de Queiroz*).



## CAPÍTULO XIII

**O que foi, no Recife, a campanha pela nacionalização do comércio a retalho. “Comércio com tôdas as nações, condição da riqueza de um povo”. Ramalho Ortigão condecorado pelo govêrno brasileiro?**

A imprensa política do Recife não escapou a visão dos males fundamentais de Pernambuco, de que o açambarcamento do comércio interno, pelos portugueses, era, apenas, um capítulo. Já ao tempo da revista “O Progresso”, dirigida, na Província, por Antônio Pedro de Figueiredo (1), o mulato socialista de Igarassu, proclamava-se aos quatro ventos que “a maior parte do território da nossa província está dividida em grandes propriedades, fragmentos das antigas sesmarias, das quais mui poucas hão sido sub-divididas. O proprietário ou rendeiro ocupa uma parte delas, e abandona, mediante pequena paga, o direito de permanecer noutra e de cultivá-la, a cem, duzentas, e algumas vêzes, a quatrocentas famílias de pardos ou pretos livres, dos quais êle se torna protetor natural; mas dêles também exige obediência absoluta e sôbre êles exerce o mais completo despotismo. Daí resulta, que as garantias da lei não são para êstes mal-aventurados, que entretanto compõem a maior parte da população da província, mas para êstes proprietários, dos quais 3 ou

---

(1) Antônio Pedro de Figueiredo, 1814-1859.

4, reunidos pelos laços de sangue, da amizade, ou da ambição, bastam para aniquilar, numa vasta extensão de terreno, as forças e influência do governo" (2).

Completando o quadro da realidade social de Pernambuco — numa página escrita em 1846, mas que não perdeu, com o tempo, a oportunidade de suas cores — dizia Antônio Pedro de Figueiredo:

“Assim, êstes novos barões feudais, quando as suas propriedades se acham mui distantes da capital da província, vivem numa independência quase completa, fazendo justiça a si próprios, e algumas vêzes, armando os seus *vassallos*, e em guerra aberta entre si, a despeito das ordens do govêrno e das sentenças dos juizes”.

Noutra página de penetrante análise das questões básicas da economia provincial, escrevia o “Cousin Fusco”, como era chamado Figueiredo, por suas afinidades ideológicas com Victor Cousin:

“Hoje mais de  $\frac{3}{4}$  da população da nossa província se acha concentrada à beira do mar e numa profundeza de 10 a 15 léguas; mas lá, quase com poucas exceções tôdas as terras pertencem a um pequeno número de grandes proprietários que delas mal cultívam uma mínima parte e recusam vender o resto.

Daí vem que 200 ou 300.000 dos nossos concidadãos, mais porventura, vivem em terras de que podem ser despedidos dentro de poucas horas; humildes vassallos do proprietário, cujos ódios, partido político, & C., são obrigados a esposar.

Neste fato da grande propriedade territorial, nestes novos *Latifundia* deparamos nós a base desta feudalidade que mantém diretamente, sob jugo terrível, metade da população

---

(2) *O Progresso* — Revista Social, Literária e Científica, reedição de 1950. prefácio de Amaro Quintas, Recife.

da província, e oprime a outra metade por meio de imenso poder que lhe dá esta massa de vassallos obedientes”.

O desajustamento econômico e social de Pernambuco, sob o regime político da monarquia escravista, provinha, segundo o redator do *Progresso*, notadamente, “da organização atual da propriedade no interior” e do “despotismo na pessoa do grande proprietário territorial”.

A inexistência de uma “classe média”, entre o pequeno número de latifundiários e a grande massa da população, impedia, na opinião do “Cousin Fusco”, o desenvolvimento da economia de Pernambuco:

“Ora, para que a agricultura possa dar lugar à criação rápida de uma classe média, é mister que indivíduos pouco abastados possam obter terras e cultivá-las com certeza de gozar dos produtos, condições que hoje não existem, porque os senhores de engenhos ou de fazendas se recusam obstinadamente a vender qualquer porção destas terras, fonte e garantia do seu poder feudal, e porque o desgraçado morador que se arrisca a plantar fica à mercê do proprietário, que o pode despedir de suas terras dentro de vinte e quatro horas”.

A solução para tão ingentes problemas, que, mais tarde, o abolicionista Joaquim Nabuco incluiria em sua campanha como sendo a da “democratização terra”, Antônio Pedro de Figueiredo a conceituava assim:

“Para derribar o poder da oligarquia de proprietários territoriais que, sem embargo do que possam fazer os presidentes, sempre reinará despoticamente no interior, não há senão um meio, que é obrigá-los a vender ao povo as terras, que lhes são inúteis; e para conciliar semelhante necessidade com o direito absoluto de propriedade, tal como se acha estabelecido por lei, não há outro meio senão o estabelecimento de um imposto territorial, proporcional à superfície possuída

por cada um. Em primeiro lugar, êste impôsto teria a vantagem de ministrar ao govêrno o dinheiro que lhe é indispensável para criar as vias de comunicação, que são as veias e artérias do país, e pode ser calculado de tal sorte que, sendo mui pouco oneroso aos proprietários de terras cultivadas, obriga todavia, aos que possuem vastas extensões de terras incultas, a vendê-las ou restituí-las ao govêrno”.

Durante o incidente criado pelas *Farpas*, a imprensa do Recife debatia vivamente o problema do monopólio da terra e do comércio interno, êste nas mãos dos portugueses. Cinquenta anos depois da Independência, o Império português, que havia perdido para os ingleses o contrôlo do comércio exterior do Brasil, ainda conservava o predomínio sôbre o abastecimento dos grandes centros urbanos.

E êsses fatos objetivos é que se constituíam no caldo de cultura para acirrar a luta contra as *Farpas* e os portugueses.

Na capital, como nas cidades do interior de Pernambuco, desinteressados pelos labôres da terra que produzia os bens de exportação, como o açúcar, o algodão, etc., os lusos concentravam suas atividades no comércio de subsistência. “Êles se conservam — dizia o republicano Afonso de Albuquerque Melo — os verdadeiros senhores do país, locupletando-se de todo o fruto do trabalho do povo nesta terra tão fértil”. E explicava:

“Porque êles são os senhores do comércio, e das mais rendosas emprêsas, com monopólio e exclusão acintosa de todos os Brasileiros, com rara exceção de alguns que acham o jeito e raríssimo meio de se associarem a êles. E como no Brasil tudo se pratica com torpeza ou com mesquinhez e miséria, e nada há que seja mais torpe e mesquinho aqui, e ainda mais que a política, do que o comércio, esta torpeza

do comércio, e mais ainda do alto comércio, é tão grande, que produz ao comércio a absorção de todo o trabalho dos Brasileiros que ficam por isto na miséria" (3).

Pelos cálculos de um jornalista (4) havia na Província mais de dez mil casas de comércio a retalho em mãos de estrangeiros, sendo que, no Recife, o número ia além de quatro mil. Os portugueses representavam, como nacionalidade, a maior proporção.

O problema da nacionalização do comércio a retalho passou a ser ardentemente debatido pelos setores mais extremados do povo; tão debatido que, a 22 de abril de 1873, começou a circular no Recife, impresso na Tipografia Comercial, um semanário com este nome — *O Comércio a Retalho* — dirigido pelo goianista Romualdo Alves de Oliveira".

Em editorial de 6 de maio, ventilando a questão da "manutenção da vida e a independência do povo", doutrinava aquêle semanário: "Em todos os países do mundo, o que preocupa mais atenção dos governos, é que os povos vivam garantidos da fome; porque um povo cheio de misérias, incontestavelmente não pode deixar de revolucionar-se contra seus opressores".

Advogando a abertura dos portos nacionais ao livre comércio com todos os países do mundo, como recurso para desenvolver a economia do povo brasileiro, o jornal de Romualdo advertia: "O comércio com tôdas as nações constitui a primeira condição da riqueza do povo: e quando uma nação não tem comércio, seus habitantes vivem na miséria, vivem como semi-selvagens, sem cômodos sendo a vida uma completa consternação: não é mais nem menos do que um povo de escravos, que vive vegeta-

(3) *A Liberdade no Brasil — Seu Nascimento, Vida, Morte e Sepultura*, pág. 102.

(4) Romualdo Alves de Oliveira, em abaixo-assinado remetido à Assembléa Provincial, em 25 de abril de 1873.

tivamente. Se no Brasil o primeiro ramo para manter-se a vida é o comércio, não pertencendo êle aos brasileiros, é matemático que êles vivem na miséria”.

Nesse mesmo número do periódico, o sr. João Cândio Gomes da Silva, colaborador assiduo do *Comércio a Retalho* e companheiro de luta de Romualdo, pregava a necessidade da união “de tôdas as classes da sociedade brasileira” para, “em trâmites legais”, exigir a nacionalização do comércio, “único bálsamo capaz de curar-se as chagas que sangram, que nos matam, a fim de salvar-nos da dependência governativa e do poder estrangeiro, que esgota nossos metais sem aproveitamento para nós”.

E argumentava o articulista: “Nenhum povo se pode constituir livre e independente, quando o comércio não é seu, quando os capitais produzidos em sua nação vão levantar pedestais d'ouros em outro país”.

Em Lisboa, a gazeta *Brasil* refutava as teses defendidas pelos pernambucanos. Em os números 10, 11 e 12, de julho de 1873, Pinheiro Chagas e Antônio M. Castilho, particularizando o que se desenrolava em Pernambuco, demonstravam que a nacionalização do comércio não interessava à expansão da economia brasileira, sendo mais uma incompreensível atitude de xenofobia, do que mesmo uma necessidade.

A 18 de setembro, *O Comércio a Retalho* replicava à opinião do jornal português, acusando Pinheiro Chagas de “insultar veementemente os brasileiros que falam em comércio nacionalizado”.

Quanto a Castilho, dizia o semanário de Romualdo: “O melhor, sr. Castilho, é que defendais vossos patrícios por outro meio, ganhai vossos *cobritos* sem insultar-nos; bastam *As Farpas*, *Um punhado de Verdades*, *O Asmodeu* e outras publicações saídas dos prelos portugueses contra nós; não pelos portugueses sensatos e honestos, mas pelos farpeadores de touros, pelos moradores da *Cava do Caco*”.

E recordava, então, *O Comércio a Retalho* os recentes episódios de Goiana: "Na cidade de Goiana, o ano passado, os portugueses ali residentes escreveram um hino insultuoso contra nossa nacionalidade, contra a honra de nossas famílias... Qual o povo que sofre estrangeiros amarrarem o símbolo de sua nacionalidade, a bandeira, em caudas de cães para arrastarem pelas ruas, como aconteceu no Pará com a bandeira nacional, insultada, pisada pelos estrangeiros!"

Os editoriais e artigos do *Brasil* encontraram pela frente, do mesmo modo, o periódico *A Luz*, de orientação republicana: "E por isto, por haveremos querer um dia sair desta abjeção indigna e vergonhosa de um povo que se preza e que ainda deve conservar intactos alguns vislumbres de patriotismo para arrancar-se de um viver tão miserável em seu país natal; que incorremos porventura em censura alguma, ou mereceremos o ódio do Sr. Pí-nheiro Chagas, e de quaisquer portugueses, que até entenderá impossível êste nosso "tentamen" em vista de se acharem aqui os portugueses enraizados e senhores de fortunas colossais que lhes asseguram meios de obstar essa aspiração nobre e generosa que deve ter assento nos corações incorrutíveis dos brasileiros?"<sup>(5)</sup>.

A campanha em favor da nacionalização do comércio foi vivida ardentemente pela imprensa do Recife, nessa época. Em setembro de 1873, fundou-se na capital a "Sociedade Auxiliadora da Nacionalização do Comércio", de cuja primeira reunião, no Palácio do Cais do Ramos, participaram mais de trezentas pessoas.

A Assembléia Legislativa Provincial e à Câmara Municipal do Recife, em circunstanciado "abaixo-assinado", dirigiram-se Romualdo Alves de Oliveira e João Cândio Gomes da Silva, reclamando "uma medida que habilite os brasileiros a poderem, com vantagens, comer-

(5) Edição de 9 de agosto de 1873.

ciarem a retalho". Nesse interessante documento, cujos originais se encontram nos arquivos do Palácio Joaquim Nabuco, os redatores do *Comércio a Retalho* faziam aos legisladores a observação de que, aos brasileiros, só se reservavam os empregos públicos, além do trabalho de servente e do recrutamento militar. "É impossível que os empregos, assentar praça, trabalhar alugado, possam estas ocupações satisfazerem as necessidades de tantos moços distintos e habilitados, e de milhares de pais de família"<sup>(6)</sup>.

Chamava o "abaixo-assinado" as atenções da Assembléia Provincial, "dos doutos e retos legisladores", para o fato de encontrar-se o comércio interno em poder de estrangeiros:

"Desde séculos que os estrangeiros estão no comércio a retalho e, apossados dêste abundante meio de enricar, estendem as mãos aos seus patrícios, fazendo vir para o Brasil, empregando-os também no comércio, para mais tarde serem estabelecidos, contando certa a proteção como com freqüência não contam os brasileiros".

Na verdade, o sentimento chauvinista aparecia diluído no documento. O que se pretendia, no entanto, com mais clareza, era uma política de amparo e proteção ao capital nacional:

"Negar aos estrangeiros negociarem a retalho é contra o princípio de confraternização humana, mas dêz que êles se unem para intra-ajudarem-se contra os brasileiros, é de imperiosa necessidade que êstes se unam também para operar-se um movimento sem transgressão do direito de liberdade de comércio, a fim de serem admitidos no comércio a retalho".

---

(6) Documento existente no Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado, Palácio Joaquim Nabuco.



Diante da situação privilegiada dos estrangeiros, no comércio, assemelhava-se à de párias, ou marginais, a do elemento nacional:

“O brasileiro é soldado de linha, é guarda nacional, vai para a guerra; está por consequência sujeito ao inumano impôsto de sangue; entretanto quem os estrangula gozam a liberdade de comerciarem a retalho, e protegidos por seus patrícios, já entronizados nêles enricam sem que todavia estejam sujeitos ao terrível impôsto de sangue!

Enquanto o estrangeiro aufere todos os lucros e goza da vida em nossa terra, os brasileiros no seu próprio lar lutam com o infortúnio e com os horrores da adversidade!

Os brasileiros ao sol e à chuva guardam o tesouro dos estrangeiros, vão para a guerra, sofrem imensas privações, e, finalmente, morrem, ficando suas famílias entregues à miséria e à dor e à saudade de que era o lenitivo nas agonias do pauperismo!

Sofrem assim os brasileiros, ao passo que os estrangeiros, no remanço da paz, folgam e riem-se da imbecilidade de um povo digno de melhor sorte”.

Após mencionarem o número provável de estabelecimentos comerciais estrangeiros existentes na Província e, em especial, no Recife, os jornalistas do *Comércio a Retalho* solicitavam dos membros da Assembléia Legislativa uma política de proteção aos negociantes nacionais, citando o exemplo de outras nações, “onde a idéia do comércio a retalho é garantida pelos poderes do Estado”. Maliciosos, Romualdo e João Cândia transcreviam, então, no documento, para que “vejam os ilustrados e independentes legisladores como procederam os portuguezes na questão do comércio a retalho”, a seguinte postura da Câmara Municipal de Lisboa, datada de 30 de dezembro de 1834:

"Sendo uma verdade infelizmente confirmada por uma triste experiência, que uma grande parte de estrangeiros neste Reino de Portugal, ao mesmo tempo que procura ansiosamente e sem poupar até a legalidade de meios, tirar dêste país o maior partido possível, se esquivam por outro lado a prestar-lhe o mais pequeno auxílio inculcando-se alternativamente, ora nacionais, ora estrangeiros, segundo os seus particulares interêsses lhes aconselham.

A Câmara Municipal de Lisboa, em benefício dos naturais dêste Reino e autorizada pela pragmática de 24 de maio de 1749 e Alvará de 1857 determinou por Acórdão em vereação lavrado no livro respectivo em sessão de 22 do corrente não mais conceder nem reformar licença a estrangeiros para venderem pelo miúdo (a retalho) pelas ruas e tendas estáveis (venda, lojas, boticas, padarias, armazéns de carne sêca) ou volantes (mascates que vendem pelas ruas) ou em quaisquer outras fazendas concedendo não obstante para efeito da resolução tomada em sessão de 29 também do corrente aos que tiverem licença o prazo de três meses a contar da publicação para concluir as transações que houverem a fazer em virtude do determinado no dito Acórdão: devendo contudo serem indenizados aquêles que tiverem licença de maior prazo, ficando sujeitos às penas das posturas os que contravierem ao aqui determinado. E para que chegue ao conhecimento de todos se mandou afixar o presente".

Numa cidade como o Recife, em que os portugueses exerciam o mais axfixiante monopólio do comércio, não se podia desejar melhor dose de perfídia. . . Os próprios autores do memorial sublinhavam que "os portugueses aqui residentes não devem estranhar nossa exigência, dêz que o exemplo vem de sua pátria. . ."

Afinal de contas, Romualdo e João Cânciao, interpretando, aliás os reclamos "de mais de cem mil famílias brasileiras, que vivem no mais pungente pauperismo", não

advogam a adoção, linha por linha, da postura da Câmara Municipal de Lisboa:

“Para justa compreensão, entendem os abaixo assinados que os estrangeiros que quiserem negociar a retalho paguem seis contos de réis de imposto provincial por ano, ou admitam caixeiros brasileiros nos seus estabelecimentos, e nesse caso pagando somente o imposto razoável na razão de seu capital, não podendo admitir caixeiros estrangeiros, sob pena de pagarem os mesmos seis contos.

Aquêlê, porém, que não quizer sujeitar-se a tão insignificante ônus, que vá para a agricultura rotear a ubertosa terra, onde também achará abundante retribuição de seu suor; retribuição aliás, que não é fácil encontrar na sua pátria natal”.

Os anais da Assembléia Provincial não registram a menor discussão em torno da matéria suscitada no “abaixo-assinado”. A maioria parlamentar, conservadora e dócil aos interesses da força econômica representada pela colônia portuguesa, não sensibilizaram as palavras dos periodistas do *Comércio a Retalho*, embora se tivesse dito no documento que “a questão do comércio a retalho no Brasil é uma das mais importantes, é a questão social por excelência”.

A despeito do recrudescimento das campanhas populares contra os lusos, sua penetração na Província só fazia crescer. Durante o mês de setembro de 1873, os paquetes trouxeram de Lisboa seiscentos imigrantes, cinquenta e seis dos quais desceram no pôrto do Recife, “sendo imediatamente empregados no comércio a retalho”. Um mês antes, outros seiscentos portugueses haviam passado pelo Recife “e todos foram empregados no comércio do país.”(7).

---

(7) *O Comércio a Retalho*, edição de 9 de setembro de 1873.

Dêse estado de coisas é que se aproveitaram os nacionais para, com o pretexto das *Farpas*, animar os sentimentos nativistas.

No auge das denúncias formuladas pela imprensa anti-lusitana contra o monopólio do comércio interno e de permeio com as incessantes tentativas de perturbação da ordem no Recife e em Goiana, por causa das *Farpas*, eis que toma o govêrno do Império a decisão de condecorar, com o título de *Oficial da Rosa*, um cidadão português de nome tristemente célebre, no momento: Ramalho Ortigão!

O ato de Pedro II, conferindo tão importante comenda a um estrangeiro, cujas atitudes, ao que se dizia, tinham estado, havia pouco, associadas a artigos e crônicas de debique aos brasileiros e à pessoa do próprio Imperador, foi recebido desfavoravelmente no Recife.

O jornal de Romualdo, na edição de 9 de setembro, investiu contra o govêrno, por tal desacêrto. E era estranho que assim se comportasse o Imperador, agraciando um foliculário de Portugal, bem na hora em que o Conselheiro Silveira Lôbo, da tribuna do Senado, confirmava o predomínio da economia nacional pelos filhos da Nação irmã, dizendo: "Ora, os portugueses são senhores da melhor parte da fortuna do país; são os donos quase exclusivos de todos os capitais mercantis entre nós".

Pela amplitude dêses pronunciamentos em favor da tese nacionalista é que o jornal de Romualdo se sentia encorajado a declarar, quanto à condecoração de Ramalho:

"Veja o povo brasileiro como procede o govêrno, com aquêles que insultam a nacionalidade brasileira. Foi agraciado com o oficialato da Rosa, dos escritores das *Farpas* — Ramalho Ortigão!

Se com efeito é, como nos afirmam, o Ramalho Ortigão autor das *Farpas*, é porque o governo do Brasil está convicto de que é uma verdade o que disseram os redatores das *Farpas* do imperador e de seus ministros”.

E, possesso de raiva, recordava o periodista:

“Fomos vilmente injuriados pelos escritores das *Farpas*, e em paga de tanta injúria, de tanta calúnia, de tanto doesto, os autores são recompensados pelo governo de Sua Magestade!...

Quando dizemos que os portugueses dominam o Brasil e os brasileiros, há quem conteste; entretanto o fato da condecoração põe em relêvo a subserviência do governo aos portugueses!

Quem acreditaria, a não ser o *Diário de Pernambuco* de 25 do mês próximo passado<sup>(8)</sup>, onde se lê a condecoração de Ramalho Ortigão, que houvesse brasileiro a se aviltar a ponto de lisonjear os redatores das *Farpas*, que insultaram a todos os brasileiros! Se o tal Ramalho Ortigão condecorado é certamente um dos redatores das “*Farpas*”, não poderiam os homens do poder dar mais triste e miserável espetáculo do que deram! Garante-se-nos não haver em Portugal outro Ramalho Ortigão, senão o redator das *Farpas*”.

E melancólico, mas ainda esperançoso, concluía Romualdo:

“Aprenda o povo brasileiro esta boa lição e continue a suportar os portugueses no comércio, e votar nos zangões políticos que o sacrificam. Como não estarão regorgitando

---

(8) Datado de 9 de setembro de 1873, o editorial, ao referir-se ao *Diário de Pernambuco* de “25 do mês próximo passado”, comete um equívoco. No dia 25 de agosto daquele ano, por ser segunda-feira, não circulou o *Diário*.

de contentes os portuguezes, vendo condecorado quem injuriou  
nossa nacionalidade !

Um dia virá, que seremos um povo respeitado !'

Tudo muito justo, tudo muito correto, do ângulo em  
que se colocavam os jornalistas do *Comércio a Retalho*.  
Num terrível engano, todavia, incorriam os foliculários:  
o cidadão português agraciado com o título de *Oficial da  
Rosa* pelo govérno brasileiro, fôra, tão sòmente, o sr.  
Joaquim da Costa Ramalho Ortigão, presidente da Caixa  
de Socorros de Dom Pedro V, no Rio de Janeiro — por-  
tuguês, é verdade, mas, apenas, irmão do outro Ra-  
malho...

## CAPÍTULO XIV

**Reforçadas as posições dos Conservadores. Plano para encarcerar os patriotas. Deságua na luta contra os portugueses a “Questão Religiosa”. Goiana derrotou Frei Vital. O Padre Cid, um “parrudo de batina”.**

Em Goiana, o ano de 1872 terminou seus dias sob uma atmosfera de progressiva malquerença entre brasileiros e portugueses. O Ministro João Alfredo Correia de Oliveira, que obtivera do Imperador a nomeação do Dr. Henrique Pereira de Lucena para o cargo de presidente da Província de Pernambuco, sentiu-se com fôrça para exigir do novo govêrno o revigoramento das posições ocupadas pelos conservadores no município de sua influência política.

O prestígio do Ministro estivera sensivelmente abalado em consequência da falta de contrôle que se verificara, de sua parte, em Goiana, por ocasião das cenas de “canibalismo”.

Preocupado sèriamente em restabelecer a autoridade de seus parentes e correligionários, João Alfredo conseguiu a nomeação do Dr. Abel Graça para o cargo de Juiz de Direito, pessoa muito ligada às hostes do Partido Conservador e à própria família Correia de Oliveira. Antes, no desempenho das funções de Juiz, estiveram o Dr. Francisco Gonçalves da Rocha e o Dr. Hermógenes Sócrates Tavares de Vasconcelos. Este, não querendo “sujeitar-se

às imposições de tropelias” do Barão de Goiana, pouco trabalhara na Comarca, “tratando de pôr-se ao fresco” (1).

O Dr. Abel Graça, “longe de proceder como o Dr. Hermógenes, que procurou para sua residência, nos poucos dias que esteve entre nós, um hotel, não obstante os reiterados oferecimentos dos potentados vermelhos, veio do Recife acompanhado do Quinquim Correia, irmão do Alfredo, que o conduziu para a casa do Dr. Belarmino (2), também irmão do Alfredo”.

No lugar de João Gomes, ou João “Faca-Torta”, acusado de viver, displicentemente, na casa do Juiz Municipal, Dr. Coelho Cintra, “a jogar gamão”, enquanto a crise política se acirrava, o Ministro mandou nomear para o cargo de Delegado de Polícia o seu cunhado Tenente-Coronel da Guarda Nacional Valentiniano do Rêgo Barros, filho do Barão. Valentiniano, homenzarrão de boa aparência, era conhecido como um temperamento violento, afeito às lutas políticas.

Com essas medidas, tornava-se evidente a manobra dos elementos chegados aos portugueses, de envolver em processo e encarcerar, no mais breve tempo possível, os cabeças da insurreição de 1872, levando de cambulhada, nas malhas da Justiça, os próceres do Partido Liberal.

Apesar de concluído pela polícia, o inquérito não tivera andamento, admitindo-se, inclusive, que a demora da formação de culpa, na Justiça, obedecia a um plano dos conservadores, no sentido de manter os liberais sob a constante ameaça de um enérgico procedimento judicial, tolhendo-lhes a ação política, ou impedindo-os pela intimação, de qualquer iniciativa em favor dos patriotas.

O comércio de Goiana reduzira-se sensivelmente. Muitas casas de negócio, pertencentes aos portugueses,

---

(1) *A Província*, edição de 1.º de novembro de 1872.

(2) Dr. Belarmino Correia de Oliveira, primeiro prefeito, nomeado, de Goiana, irmão do Ministro João Alfredo.



entraram em liquidação. Outras, de nacionais, tiveram seus movimentos diminuídos em virtude da premeditada retração que encontraram na praça do Recife por parte de firmas "grossistas", de portugueses. E, ainda, com a perseguição policial, inúmeros brasileiros, ligados ao comércio, mudaram-se para outras cidades, temendo a mesma sorte dos compatriotas envolvidos diretamente no processo.

Os soldados do 2.<sup>o</sup> Batalhão de Linha continuavam aquartelados na cidade, em número de 80, já agora.

Em princípios de 1873, novos fatos influíram no sentido de complicar a situação de Goiana. As determinações de Frei Vital, mandando afastar das irmandades os católicos que pertencessem à Maçonaria e suspendendo de ordens, pelos mesmos motivos, os sacerdotes, fôsem quais fôsem os seus títulos e hierarquia na Igreja, atingiram Goiana de cheio. O prior do Convento do Carmo, Frei Antônio de Santa Rosa de Lima, figura muito respeitada na cidade e orador sacro de grandes recursos tribunícios, o padre Brito e o padre Assis foram sumariamente suspensos de ordens pelo fato de militarem nas hostes maçônicas. Por coincidência, os sacerdotes punidos em virtude da política ortodoxa de Frei Vital gozavam de enorme prestígio entre a população, notadamente o Viário Dias da Costa e o frade do Carmo.

No dia 16 de fevereiro, às 10 horas da noite, chegou a Goiana um carmelita, Frei José, que, tempos antes, lá estivera desempenhando o cargo de Prior do mesmo Convento do Carmo. Sua missão na cidade, dessa vez, era draconiana: convencer Frei Antônio de que devia abjurar a Maçonaria publicamente, e, no caso de não se prestar a isso, "expulsá-lo do convento e tomar posse dêste" (8).

---

(8) *A Verdade*, edição de 22 de fevereiro de 1873.

Imediatamente, tôda Goiana se viu dominada pela eletrizante notícia: Frei Antônio de Santa Rosa de Lima seria deposto por ordem de Dom Vital!

Ainda durante a noite da chegada do emissário dos carmelitas, comissões de goianenses andaram, de porta em porta, convidando o povo para concentrar-se no dia seguinte, pela manhã, no Pátio do Carmo, a fim de impedir, de qualquer maneira, o afastamento de Frei Antônio.

Na grande praça do Convento, aí por volta das 10 horas, centenas de pessoas já se comprimiam. Perto das 11, o povo abriu alas, defronte do pórtico de entrada do Convento, dando passagem a Frei José, que se fazia acompanhar pelo Delegado de Polícia e pelo Juiz Municipal. Antevendo o que se iria desenrolar no interior do Convento, a massa prorrompeu em gritos, vaiando: "Fora o Frade! Só queremos Frei Antônio!"<sup>(4)</sup>. E foi plena a excitação da turba.

Trepados no cruzeiro da praça, vários oradores se dirigiram aos manifestantes, todos, em cólera, para reprovar o atrevimento dos jesuítas. Uns diziam que Frei José devia voltar para o Recife imediatamente, "mesmo a pé". Outros oradores pilheriando, gritavam que o enviado de Dom Vital devia regressar "em cavalos de Frade". E um, mais irreverente, insistia "que até mesmo em uma porca, êle devia voltar"<sup>(5)</sup>.

No meio da multidão, por suas atitudes extremadas, destacavam-se Joaquim Manuel Aranha da Fonseca, Tenente-Coronel da Guarda Nacional, Pedro Alves de Carvalho, o orador que lembrara uma porca para *veículo* do Frade, Francisco Alves de Sousa, Joaquim Gomes,

---

(4) MS. de inquérito policial. *Arquivo Público*, códice *Promotores de Justiça* — 1873. MSS. PJ-8.

(5) As citações dêste capítulo, desacompanhadas de referência constam dos autos de inquérito policial existentes no *Arquivo Público*.

cunhado do major César, Domingos Tertuliano Soares, “que consta ter muito se influído” na praça, Teodoro Alves de Vasconcelos, “que queria que o frade voltasse até mesmo a pé”, José do Carmo de Castro Correia de Oliveira, um tal de Mendes, “cunhado de Crístopinho, que até pretendeu dar *fora* ao delegado e ao juiz municipal”, Juvenal Antônio de Albuquerque, escrivão do Cartório do Júri, Manuel Joaquim da Silva e “um indivíduo baixo e barbado, o qual estava bastante furioso”.

Frei José, “cheio de terror, por se ver ameaçado por muitas pessoas”, teve de retirar-se do Convento, sendo colocado, à fôrça, numa carruagem, das que faziam a linha Goiana-Recife. Ao passar a comitiva pela porta da residência do delegado Valentiniano do Rêgo Barros, êste mandou parar os cavalos, retirando do coche o novo Prior do Convento, que o povo de Goiana enxotara de seu seio. Eram quase três horas da tarde. Frei José, garantido por soldados do destacamento, voltou para a cidade, ficando na casa do filho do Barão, onde jantou, pois desde pela manhã “estava sem algum alimento”.

À noitinha, o Delegado de Polícia, acompanhado de um grupo de praças, tornou a conduzir o Frade ao Convento do Carmo, auxiliando-o a cumprir as determinações de Dom Vital. Horas depois, com a retirada do destacamento, “voltaram os desordeiros ao Carmo, e o tornaram a embarcar no carro para regressar ao Recife”.

De novo sabedor do segundo ato de seqüestro, Valentiniano teve tempo de, a cavalo, alcançar a carruagem “a pouca distância da cidade”, forçando-a mais uma vez a retornar ao Convento, onde deu entrada Frei José, “o qual por ora aí se conserva apesar de muito timorato”. À porta do velho edifício, soldados armados, montando guarda, passaram tôda a noite, entrando pelo dia seguinte.

Até o dia 19 permaneceu o carmelita sem poder sair à rua e sem ter meios de investir-se nas funções então

exercidas pelo maçon Frei Antônio de Santa Rosa de Lima. "Ficou tão amedrontado" o sacerdote vindo do Recife, ante a perspectiva de outras manifestações de represália do povo à sua pessoa, "que entendeu de retirar-se" definitivamente para a capital.

O embarque de Frei José foi festejado com girândolas e foguetes, além de canções alegres tocadas, nas ruas, por uma banda de música.

No mesmo dia em que o carmelita voltou ao Recife, a população de Goiana prestou uma comovente demonstração de solidariedade a Frei Antônio, no recinto do Convento. Uma comissão de maçons foi cumprimentá-lo, "pela atitude honrosa e digna que tomou, não abjurando a Maçonaria" (6). Apesar de enfêrmo, foi orador da manifestação o Dr. Joaquim Tavares de Melo Barreto.

O inquérito policial, mandado instaurar pelo delegado Valentiniano, contra os autores dos acontecimentos, de nada valeu, como subsídio para investigar a autoria dos distúrbios. O Promotor Público Honório Fiel de Sigma-rianga Vaz Curado, em offício ao Presidente Pereira de Lucena, confessou as dificuldades em que se achava para denunciar os responsáveis. As testemunhas ouvidas pelo escrivão Joaquim José Moreira de Aguiar, na Delegacia, orientaram calculadamente o seu depoimento com o objetivo de frustrar qualquer ação judicial contra os verdadeiros cabeças do motim em favor da permanência de Frei Antônio no Priorado do Convento do Carmo. Do que disseram ao Delegado os srs. Francisco de Paula Castilho Curado, Abdon Gomes Carneiro, Herculano Freire do Amaral e Trajano Medeiros e Albuquerque, êste envolvido no processo de 1872, pouco adiantou às autoridades.

Por isso é que o Promotor Vaz Curado dizia ao govêrno:

---

(6) *A Verdade*, ed. cit.

“Estudo o fato tal como se passou e leio o inquérito, e não vejo lei alguma, ou disposição do nosso Código em que firme essa denúncia. O povo reunido não estava em parte, ou todo armado, para se qualificar o crime de sedição, previsto no Art. 111 do referido Código; e nem reuniu-se em desordem para representar contra algum empregado público, na hipótese do Art. 112.

Poderia ser um ajuntamento ilícito, mas o povo se dispersou com a presença do Delegado e Juiz Municipal antes do exercício de algum ato de violência; embora depois se retirasse, efetivamente o Frade por persuasão de alguém, que ainda não foi conhecido da Polícia, ou por efeito do terror pânico de que se deixou dominar, apesar da garantia que lhe prestou a Autoridade policial.

No cipoal de tantas conjecturas jurídicas, o Dr. Sigma-  
ringa explicava-se, modestamente:

“No embaraço em que me vejo, levando ao conhecimento de V. Excia. e tal como se descreve no referido inquérito o fato, peço a V. Excia. esclarecimento ao modo como devo obrar” (7).

Pesadas e medidas as provas do inquérito, em que até ameaças físicas às pessoas do Delegado e do Juiz Municipal se registraram, é de admitir-se certa dose de simpatia do Promotor Público pela causa dos adeptos da Maçonaria. Seu ofício, no fundo, é mais de advogado, habilidoso e chicanista, do que mesmo de acusador oficial.

Logo depois do incidente com Frei José, o povo de Goiana tornou a ganhar as ruas e praças da cidade, em ruidosos pronunciamentos. Tudo parecia viver, no município, sob a inspiração da rebeldia. O estado de sublevação era quase permanente.

---

(7) Ofício capeando o inquérito policial citado.

O Padre Assis<sup>(8)</sup> que também fôra suspenso de ordens, por ser membro da Maçonaria, tentou, indo ao Recife, em março de 1873, anular a decisão de seus superiores. Malgrado nesse desejo, o sacerdote anunciou seu regresso a Goiania, sendo-lhe preparada, então, um grande festejo, de apôio moral. No dia de sua chegada, mais de 400 pessoas o esperavam a uma certa distância da cidade. Organizou-se logo uma passeata, que entrou em Goiana sob aclamações gerais, dada a popularidade do padre Assis. "Durante o trajeto, procedeu a êste numeroso cortejo uma banda de música, e incessantemente subiam ao ar girândolas de foguetes"<sup>(9)</sup>.

Nas ruas por onde desfilou a passeata falaram vários oradores, como Joaquim Cardoso de Almeida e o jovem goianista e intelectual Parísio de Valadares, "que proferiu um eloqüente discurso"<sup>(10)</sup>.

Fôsse literário, político ou religioso o pretexto, o povo de Goiana, naqueles anos de agitação, não cansava de lutar em nome da liberdade e do patriotismo. Quando um movimento ia decrescendo de animação, eis que outro o sucedia, contanto que os habitantes da cidade conservassem em ebulição o seu espírito revolucionário.

Em princípios de maio, a Igreja desfechou novo golpe contra os transviados de seus rebanhos. Dom Vital, môço e intransigente em questões de dogma, suspendeu de ordens o padre Antônio Dias da Costa, Vigário de Goiana, que se encontrava no seu pôsto desde 1868. Não demonstrando agastar-se com o recrudesimento da luta, nem temendo perder terreno dentro do próprio Clero, Dom Vital comportava-se à altura de quem, adotando princípios de rigidez e ortodoxia, não deixava perder um palmo da caminhada que se traçara a si mesmo de defender as suas convicções.

(8) Padre Dr. Manuel Cavalcanti de Assis Bezerra de Menezes.

(9) *A Verdade*, edição de 8 de março de 1873.

(10) *Idem*.

Do ponto de vista das leis civis, conseqüentes eram, as posições assumidas, todavia, por seus opositores. E dessa justeza se compenetrrou o povo de Goiana, salvaguardando a incolumidade de opinião e de crença dos seus padres e frades mais queridos.

Suspensão de ordens o Vigário, ansiava a população por saber quem o iria substituir; qual o sacerdote, em Goiana, que se prestaria ao papel de ocupar o lugar do padre Antônio Dias da Costa, na chefia espiritual da paróquia.

No dia 9 de maio estava anunciado um casamento na Matriz. O ensejo era aquêle, para se conhecer o sucessor do Vigário. Por isso, centenas de pessoas aglomeraram-se no interior e na calçada da Igreja da Rua Direita, à espera da celebração da cerimônia. As horas se passaram e nenhum padre apareceu para realizar o casamento.

Nesse mesmo dia, pela bôca da noite, outro casamento fôra marcado na Igreja de Nossa Senhora do Amparo, dessa vez tendo como testemunha o Juiz Municipal. O número de curiosos era maior. Cêrca de 600 pessoas acotovelavam-se às portas do templo, esperando a chegada do padre celebrante. Seria Padre Antônio? Quem teria a coragem de substituir o velho sacerdote suspenso de ordens? Era voz corrente na cidade que nenhum eclesiástico tencionava assumir a Vigairaria, como protesto diante da punição imposta a Padre Antônio.

Eram 9 horas da noite, e nubentes, e testemunhas e povo ainda esperavam a presença de quem, Padre Antônio ou outro qualquer, tivesse competência ou atribuições para celebrar o casamento. Foi quando apareceu, soturno, o Padre João Serapião da Cruz, coadjutor da Paróquia de Goiana, acompanhado de um "croinha". Aí, então, as suspeitas do povo se confirmaram: Padre Antônio Dias da Costa havia sido afastado, positivamente,

do cargo de Vigário de Goiana. A consternação, que foi geral, transformou-se, de logo, em revolta.

E a surpresa da noite, na hora mesma em que o coadjutor Serapião oficiava a cerimônia do casamento, quem a proporcionou foram os assistentes, já então em número superior a mil — na nave da Igreja, ao lado do altar-mor, na calçada e no pátio do Amparo. Quando o Padre celebrante perguntou, nos estilos, se havia algum impedimento à consumação do enlace, mil bôcas se abriram, gritando, quase enfurecidas: “Sim, existe!”<sup>(11)</sup> E o povo perguntou se êle era o novo Vigário; se estava de acôrdo com o que acontecera a Padre Antônio; não teve outra saída, Padre João Serapião da Cruz, senão confessar que “não aceitou, nem aceitava a Vigairaria de Goiana”; que ali se achava contra a sua vontade, cumprindo ordens superiores. E só diante dessas palavras é que o povo consentiu na realização do casamento, por volta das 10 horas da noite.

A notícia, espalhada, fêz com que o outro casal de nubentes, cuja cerimônia se não realizara na Matriz, acorresse à Igreja de Nossa Senhora do Amparo, com padrinhos, testemunhas e tudo, a fim de aproveitar a investidura ocasional do Coadjutor nas funções de Vigário da Paróquia. E foi assim que a população de Goiana assistiu a um casamento religioso à meia-noite...

O jornal *A Verdade*, órgão da Maçonaria, historiando a singularidade de um contrato nupcial fora de hora, expeliu, na base de cartas recebidas diretamente de Goiana, o veneno do comentário: “Eis aí estranhas inovações devidas a Frei Vital, que não tem a idade da reflexão”<sup>(12)</sup>.

Mas os habitantes de Goiana não se sentiam dispostos a receber passivamente a destituição do Vigário, como não haviam permitido no afastamento de Frei An-

(11) *A Verdade*, edição de 21 de maio de 1873.

(12) *Idem*.



tônio, do Priorado do Carmo. E, no dia 13 de maio, a cidade amanheceu inundada de boletins anônimos, pregados nas paredes, espalhados nas ruas, introduzidos sorrateiramente por debaixo das portas. Concitava-se o povo a impedir que, a partir daquele momento, o Padre Serapião continuasse as solenidades do "Mês de Maio". "Nesse dia, indo êle para o mês mariano no Convento da Soledade, não o pôde acabar, visto as provocações do povo indignado, fechando-se na Igreja, onde ficou trancado com as freiras" (13).

Em virtude da insegurança reinante na cidade, Padre Serapião fugiu, pela manhã seguinte, para o distrito de Ponta de Pedras, mantendo-se ali durante várias semanas.

Dois fatos vieram, nesse meio-tempo, aumentar o clima de agitação em Goiana: o ato de Frei Vital, suspendendo de ordens, por não se sujeitar a abjurar a Maçonaria o conhecido e ilustrado goianense Dr. Joaquim Francisco de Faria, Deão da Sé de Olinda, cônego honorário da antiga Capela Imperial, governador do Bispado várias vêzes, tendo exercido o mandato de deputado provincial em mais de uma legislatura e o de deputado geral; e a notícia de que o cargo vago de Vigário de Goiana seria preenchido por um padre português, Manuel da Silva Cid, que havia sido coadjutor da cidade um ano antes.

Confluíam, assim, para desaguar na mesma torrente de confusão e tropelias, o sentimento anti-lusitano, reavivado pelo incidente das *Farpas* e dos *Farpões*, e a crise de natureza religiosa, provocada pelo sectarismo do Bispo de Olinda.

Para Goiana, naquelas horas de excitação popular, o ato de Frei Vital, despachando um "parrudo de batina", (como se dizia, em boletins) para ocupar as funções antes

---

(13) *A Verdade*, ed. cit.

exercidas pelo Padre Dias da Costa, teve o efeito de atizar a indignação geral dos moradores da cidade.

No dia 16 de maio, sob grande entusiasmo, realizou-se, então, uma passeata de solidariedade aos padres suspensos de ordem e de protesto contra a anunciada designação do sacerdote lusitano. "Mais de 2 mil pessoas, às 7 da noite, saíram às ruas" (14). Uma banda de música puxou o desfile do povo. De quando em quando, erguiam-se, do seio da massa, *vivas* ao Padre Antônio, ao Prior do Convento, ao Deão Faria, e *mortas* ao Coadjutor Serapião, aos portugueses, ao Padre Cid.

Infiltrados na turba, os patriotas faziam discursos, condenando os "marinheiros", relembrando o heroísmo dos participantes do "mata-mata" de 1872.

À porta da residência de cada sacerdote punido por Frei Vital, estacionava a multidão, falando os tribunus. E a banda de música tocava freneticamente, "subindo ao ar grande quantidade de fogos" (15). Na casa do Padre Dias da Costa, as manifestações atingiram o máximo. O povo não se continha, querendo entrar, às centenas, na moradia do Vigário. "E todos a porfia lhe queriam beijar a mão, o que, não sendo possível por ser o número considerável, abraçavam-lhe as pernas, os braços, beijavam-lhe os pés e o hábito, de que se achava revestido" (16).

Em dado momento, a multidão fez silêncio e a banda de música executou, com o câro de milhares de vozes, o "Hino ao Padre Antônio Dias da Costa", letra e música de um compositor anônimo de Goiana. De tôdas as bôcas ressoavam os versos da canção:

"Contra o pároco exemplar  
O raio da suspensão  
da Soledade o maldito  
Lá vibrou com ímpia mão!

(14) *Idem*, edição de 21 de maio de 1873.

(15) *A Verdade*, edição de 21 de maio de 1873.

(16) *Idem*.

Ato tal, tão violento,  
Que tão grande mal produz...  
Fêz secar mais uma fonte  
Donde o bem corria à flux.

Mal rebenta a triste nova,  
Logo o sol a face empana,  
Trajando luto pesado,  
Como um protesto, Goiana.

Eia! Sus! brioso povo!  
Convém resistência opor.  
Guerra, sim, guerra de morte  
"Ao lóbo feito pastor!"

E, entre um e outro quarteto, ao compasso rítmico da banda, o povo alteava o estribilho:

"Ao jesuitismo  
Sê sempre esquiva  
Não dê abrigo,  
Goiana altiva!" (17).

De um balanço, que se quizer fazer, das contendas político-religiosas de Goiana, no tempo de Frei Vital, ao povo caberão os saldos do movimento. A despeito das severas recomendações do Bispo, nem Frei José conseguiu substituir, à força, o Prior do Convento do Carmo, que se conservou no pôsto até a morte, nem o Padre Cid, o "parrudo de batina", foi investido nas funções de Vigário.

A Paróquia permaneceu acéfala, na prática, por mais de um ano. Sòmente em 1874 foi possível ao Bispado de Olinda enviar para dirigir o irrequieto "rebanho" goiense o Padre João do Rêgo Moura.

(17) *Idem*, edição de 24 de maio de 1873.

## CAPÍTULO XV

### **Graves acontecimentos no Recife. A luta contra a aplicação do sistema métrico. Fase crítica na economia e na vida da Província. Malograda nova chacina de portugueses em Goiana.**

A disputa entre jesuítas e maçons dominou tóda a vida social e política da Província de Pernambuco, em 1873. Nessa fase, registraram-se no Recife acontecimentos de suma importância. No dia 14 de maio, após um comício realizado pelos adeptos da Maçonaria na Praça Conde d'Eu (hoje Maciel Pinheiro) ao qual haviam comparecido mais de três mil pessoas, grupos numerosos de manifestantes se dirigiram ao Colégio dos Jesuítas, localizado à Rua do Hospício, n.º 32, depredando suas instalações e espancando os padres que lá estavam. Um velho sacerdote, já enfêrmo, não suportando a emoção causada pelos desatinos, faleceu.

Quase ao mesmo tempo, outros grupos de amotinados invadem, na Rua da União, a tipografia do jornal católico "A União", dirigido por José Soriano de Sousa, empastelando-a completamente. Estoques de papel e uma edição, pronta, do periódico, são incendiados, enquanto caixas de tipo e materiais gráficos eram jogados nas águas próximas do rio Capibaribe.

Conta-se que, diante de outro grupo de manifestantes, que tentara assaltar o Palácio Episcopal, na Soledade, ergueu sua voz de protesto o próprio Dom Vital,

dirigindo a palavra “àquela massa de gente infrene, que estacou e emudeceu em sua selvagem vozeria” (1).

A 16 de maio, dois dias após, reuniram-se os adversários dos jesuítas no Campo das Princesas, nas imediações do Teatro Ginásio Dramático. De mil e quinhentas a duas mil pessoas atenderam à convocação para o “meeting”, feita através de boletins jogados, na véspera, pelas ruas.

No instante em que, da varanda do Ginásio Dramático, improvisada em tribuna, falava José Mariano, a cavalaria, sob as ordens do Brigadeiro Vanderlei, Comandante das Armas, entrou violentamente em ação, espancando o povo e forçando-o a abandonar a praça. Muita gente saiu ferida na confusão, sendo que o próprio José Mariano estava incluído entre as pessoas espaldejadas pelos cavalarianos.

Diante desses choques de rua, com a massa popular exercitando, infrene, a sua liberdade de crítica, um conservador da época, ao escrever suas memórias, concluía: “O costume estabelecido pelo Partido Liberal de reunir-se nas praças públicas para tratar de negócios políticos tem oferecido espetáculos bem desagradáveis.

O povo exalta-se por tudo quanto apresenta as côres da anarquia, a que dão o nome de Liberdade e o Partido Liberal alimenta êstes prejuízos da classe menos ilustrada da sociedade, supondo daí tirar vantagens” (2).

Dos acontecimentos, o que mais chocou a opinião pública foi o ato de depredação contra o jornal dos jesuítas. José Mariano, já no fim da vida, teria confessado a seus amigos que, assumindo a responsabilidade pelos desatinos levados a efeito contra o Colégio da Rua do Hospício, se isentava de qualquer participação no assalto ao periódico dirigido por Soriano de Sousa. Aos liberais,

(1) SEBASTIÃO DE VASCONCELOS GALVÃO, *ob. cit.*, vol. , pág. .

(2) FÉLIX CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE MELO, *Memórias de um Cavalcanti*, pág. 99.

e patriotas pernambucanos, como José Mariano, repugnava um atentado à liberdade de imprensa.

Tendo começado a circular no Recife a 7 de agosto de 1872, *A União* ainda teve tempo de comentar as ocorrências de Goiana. E, no processo da luta contra os portugueses, naquela cidade, tomou o partido dos conservadores, criticando os patriotas. Por isso é que, certa feita, *A América Ilustrada* publicou uma "charge", retratando a subserviência do jornal de Soriano aos negociantes portugueses: uma gorda mulher, cheia de terços e "bentinhos" pelo pescoço, com um turíbulo na mão, a incensar uma grotesca figura de português, de mangas de camisa e tamancos, em cima de uma caixa de pinho. Sob a caricatura, esta inscrição:

"Incenso e Mais Incenso !

Eis o que diz a *União* aos negócios de Goiana:

"Tampouco se poderá esquecer a atitude franca e enérgica que o *Diário* há sempre tomado em favor dos nossos irmãos portugueses, quando acometidos por condenáveis excessos de um mal entendido espírito de nacionalidade.

E se hoje cubiçosos agitadores exploram o comércio português contra tão importante órgão de nossa imprensa, e a favor de uma sociedade detestável e condenada pela igreja, descancemos que tão interessantes esforços não produzirão efeitos, porquanto a colônia portuguesa de Pernambuco tem bastantes sentimentos de gratidão e dignidade para repelir tão grosseira astúcia" (3).

A "Questão Religiosa", com os incidentes de maio, entrava na sua fase extrema. O jornalismo de crítica e de combate ganhava novos órgãos, como *A Liberdade*, periódico político, noticioso e comercial, *O Jesuíta*, dirigido pelo anti-jesuíta Aprígio Guimarães (Fábio Rústico), *O Excomungado*, periódico satírico, *O Liberal Pernam-*

(3) V. reprodução fotográfica no texto.

*bucano*, *A Luz*, de orientação republicana, *O Trabalho*, defendendo, como epígrafe, “plena liberdade de imprensa no terreno das idéias, responsabilizando-se cada um pelo que escrever”, *O Verdadeiro Católico*, *A Lanterna*, jornal contra a tirania, *O Postilhão*, jornal satírico e “jocosério”, etc.

Dividindo entre si as preferências do público, êses jornais, com os outros que já existiam, atuaram na obra de desenvolvimento e compreensão das liberdades democráticas, mesmo quando, no exagêro de suas pregações, deturpavam os fatos, tangenciando a verdade.

Proibida de existir durante todo o tempo da dominação portuguêsã, no Brasil-colônia, quando “uma legislação, severa até à crueldade, regulava em suas mais insignificantes funções tôda a vida econômica e industrial, e à introdução de quaisquer melhoramentos nela imprevisitos vinham prontamente embargar novas disposições condenatórias” (4), a imprensa expandiu-se e cresceu no período que se seguiu à Independência, contribuindo para o florescimento da consciência democrática do povo brasileiro.

Em Pernambuco, depois do Decreto de 13 de maio de 1808, que liberou a impressão de trabalhos gráficos, a história da imprensa fundiu-se com a própria história do desenvolvimento das idéias, de que foi um reflexo, em tôdas as horas.

No Recife de 1873, o quadro geral, vivido pelo povo, era de debate e civismo. Mesmo jornaizinhos como *A Rosa*, dedicado à literatura de salão, publicava versos populares, como êstes, de puro sabor nacionalista:

“Brasileiro e patriota  
Hoje em trovas verdadeiras  
Vou cantar minhas patrícias  
As morenas brasileiras.

---

(4) ALFREDO DE CARVALHO, *ob. cit.*, pág. 27.

Quem quiser que adore as alvas  
E rosadas estrangeiras  
Cá, por mim, mais aprecio  
As morenas brasileiras”.

A “Questão Religiosa” pode-se dizer, em última análise, que foi uma batalha antes de tudo jornalística, refletida nas polêmicas de Soriano, Franklin Távora, Aprígio Guimarães, José Mariano e outros, quando não incitada através dos pasquins e de efêmeras publicações, que quase toda semana deixavam os prelos das tipografias do Recife.

Do ponto de vista ideológico, a imprensa pernambucana da década de 70 apresentava o espetáculo do descompasso e da versatilidade. Nela, o problema religioso, como a questão da luta contra o monopólio português do comércio, confundia-se com o movimento abolicionista, com a propaganda republicana e até com a chamada “revolução dos quebra-quilos”, que os adeptos de Dom Vital, no interior, utilizaram como arma de intimidação ao governo.

Em Goiana, por exemplo, a Maçonaria se instituiu em poderoso reduto da “portuguesada”, que a ela assistiu e financiou durante os anos de perseguição. Foi a “Loja Maçônica Fraternidade e Progresso”, de maneira organizada, que, depois de constituída pela carta de 27 de fevereiro de 1874, protegeu os interesses dos “marinheiros”, tomando “a defesa dos seus associados, garantindo-lhes as propriedades e negócios que estavam ameaçados de incêndio e promovendo ação criminal contra os patriotas” (5).

No Recife, ao contrário, quem defendia os portugueses de Goiana eram os jesuítas, por intermédio do jornal *A União*.

(5) ANGELO JORDÃO, *trab. cit.*, pág. 209.



De modo que a imprensa, espelhando essas contra-facções, chegava a oferecer um quadro de aparentes incongruências. Jornais que se omitiam das discussões sobre o abolicionismo, combatiam tenazmente a opressão do governo. Outros, mantidos pelos conservadores, exigiam a expulsão dos jesuítas.

A mesma falta de rígidos princípios políticos observava-se nas agremiações partidárias, ou entre seus componentes. Havia liberais que se insurgiam contra a Monarquia, mas defendiam a escravidão. Outros que, sendo anti-republicanos, lutavam pela liberdade da raça negra. O grupo de políticos que compunha a redação da *Lanterna*, *jornal contra a tirania*, queixava-se do Clube Republicano do Recife nestes termos:

“Quando pensávamos que a nossa grandiosa missão na imprensa fôsse louvada por todos os brasileiros amantes da liberdade, somos infelizmente tachados por alguns liberais disfarçados do Clube Republicano do Recife — de comunistas! E por que? Não lhes convém declarar para o povo não ficar conhecendo quem são os vis e transigentes com as santas idéias republicanas!”

E, corajosamente, inflavam os peitos os redatores da *Lanterna*, sem se amedrontar com o terrível epíteto lançado ao seu programa de salvaguarda das liberdades públicas, naquele Recife do século passado:

“Sim, somos comunistas porque não queremos de maneira alguma a ilusão e a mentira vil desses ganhadores a serviço da realeza corrupta e amaldiçoada.

Queremos a República com tôdas as suas regalias, queremos de uma vez a extinção dessa cáfila maldita que se chama rei. Queremos a firmeza dos princípios e convicções de idéias; queremos tudo quanto fôr de coração, e nada de hipocrisia e nem de má fé. Tachem-nos os senhores monarquistas dis-

farçados, de comunistas, porque só teremos que nos explicar ao povo e a mais ninguém" (6).

De certo modo, somente um alvo fazia convergir sobre si a quase unanimidade dos jornais recifenses: o Bispo Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira:

*"O Didrio de Pernambuco, é contra o bispo, o Jornal do Recife, é contra o bispo, A Província, é contra o bispo, O Liberal, é contra o bispo, O Excomungado, é contra o bispo, O Jesuita, é contra o bispo, os pincéis da América Ilustrada e Ilustração Pernambucana, são contra o bispo, a oficina de músicas do Sr. Azevedo, é contra o bispo; e dela têm saído as seguintes composições: Jesuitas a Trote, Excomungada, W, Os Jesuitas de Casaca, e As Irmandades Interditas.*

*Letras e Belas-Artes, são contra o bispo, e a favor A União, paga pelo mesmo" (7).*

Esse homem, sozinho, todavia, carregou sobre os ombros o peso de uma das lutas mais apaixonadas do século, em Pernambuco.

Quando Dom Vital expediu ordens a fim de que fossem expulsos das irmandades os católicos ostensivamente filiados à Maçonaria, um deles, o Dr. Costa Ribeiro, pertencente à Irmandade do Santíssimo Sacramento, da freguesia de Santo Antônio, no Recife, interpôs recurso do ato do Bispo para o govêrno do Império, alegando violação de preceitos constitucionais, na parte atinente à liberdade de crença. A Coroa deu provimento ao recurso, mandando reinvestir o maçom no seu devido lugar, como irmão do Santíssimo Sacramento. Dom Vital, negando-se a cumprir a decisão do Conselho, foi, então, pronun-

(6) Edição de 13 de agosto de 1873.

(7) *O Excomungado*, edição de 23 de fevereiro de 1873.

ciado pelo Supremo Tribunal de Justiça, sendo prêso a 2 de janeiro de 1874. Em seguida, applicou-se-lhe, como sentença, a pena de 4 anos de prisão, com trabalho, comutada, posteriormente, em prisão simples. Na Província do Pará, por motivos idênticos, outro Bispo, Dom Antônio de Macedo Costa, foi também condenado<sup>(8)</sup>.

Dom Pedro II, na abertura de uma sessão da Assembléia Geral, comentou assim o incidente:

“O procedimento dos bispos de Olinda e do Pará sujeitou-os ao julgamento do Supremo Tribunal de Justiça. Muito me penaliza êste fato, mas cumpria que não ficasse impune tão grave ofensa à Constituição e às leis. Firme no propósito de manter ilesa a soberania nacional, e de resguardar os direitos dos cidadãos contra os excessos da autoridade eclesiástica, o govêrno conta com o vosso apóio e, sem apartar-se da moderação até hoje empregada, há de conseguir pôr têrmo a um conflito tão prejudicial à ordem social, como aos verdadeiros interêsses da religião”<sup>(9)</sup>.

O senador Silveira da Mota, discorrendo, da tribuna do parlamento, sôbre as origens do processo movido contra Dom Vital, chacoteou o pernambucano Costa Ribeiro que, sendo maçom, queria ter o seu nome, ao mesmo tempo, inscrito nas listas de filiação da Irmandade de Santo Antônio:

“Que balda é esta dêste homem? É tão carola que quer ser irmão da opa e irmão do avental; quer ser irmão de tôdas as irmandades. Pois, senhores, o govêrno que lhe dissesse: “Ora, isto também é carolice demais; você não se contenta com o avental e quer opa? Pois passe sem opa!”

---

(8) Pelo Decreto 5.993, de 17 de setembro de 1874, foram os Bispos anistiados, voltando Dom Vital para o Recife, indo primeiro à Europa.

(9) Sessão de 5 de maio de 1874.

Ora, que grande desgraça para um homem o não ter opa ! E o govêrno tomou a peito o negócio e disse: "Não, senhor, o homem há de ter opa !" (10).

Para Henrique Pereira de Lucena, presidente da Província de Pernambuco, o problema de enfrentar Dom Vital não era fácil. Além dos cuidados com que procurava orientar-se, evitando derramamento de sangue entre os católicos, Pereira de Lucena ainda por cima era aconselhado pelo Ministro João Alfredo a comportar-se com prudência. "Nunca pensei — dizia João Alfredo a Lucena, em carta reservada — que o Bispo nos causasse tão grandes dificuldades. Penso contigo que êle abandonou a tarefa útil, eficaz e gloriosa por essa triste luta, que perturba a ordem pública e dá fôrças ao inimigo, se assim pode ser chamada a Maçonaria" (11).

Na esperança de desviar Dom Vital dos impulsos de seus gestos, ponderava João Alfredo, mais adiante da carta: "Voltando ao Bispo: não se poderá obter dêle que se humanize ? que tenha prudência ? que considere que é cidadão brasileiro e que deve obedecer as leis do estado ?"

Mas o Bispo, amparado na massa de fiéis e nas imunidades sociais que a própria religião lhe proporcionava, resistia a todos e a tudo, intransigente na luta contra a Maçonaria.

José Maria da Silva Paranhos, presidente do Gabinete Imperial, apontado como aliado dos maçons, apercebia-se das origens da coragem do Bispo, melhor do que ninguém. "Nas atuais circunstâncias — recomendava êle ao presidente Lucena, de Pernambuco — as relações de V. Excia. com o Prelado devem evitar tudo quanto pareça officioso

---

(10) Anais do Senado do Império do Brasil, sessão de 26 de junho de 1874.

(11) Carta datada de 14 de junho de 1873, existente no *Arquivo Público*.

e timidez, no intuito de não aumentar-lhe a fôrça moral que êle tira do seu caráter eclesiástico e de sua autoridade espiritual" (12).

No interior da Província, naquela época, além dos reflexos inevitáveis do problema religioso, a população foi abalada, meses seguidos, da maneira mais alarmante possível, pelos efeitos da sedição popular denominada de "Quebra-Quilos", organizada nos sertões da Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, inicialmente.

A Lei n.º 1.157, de 26 de junho de 1862, que mandava executar no país a convenção internacional a respeito do sistema métrico, só veio a ser efetivamente posta em prática a partir de 1.º de julho de 1873.

Nos meios rurais, o sistema métrico decimal, aplicado sem o menor preparo psicológico, foi recebido com desconfiança pelo povo, ao mesmo tempo que aproveitado pelos proprietários de terras e comerciantes, notadamente nas feiras públicas, como *alibi* para lesar os direitos do consumidor, ainda não habituado à conversão das medidas.

Com tal providência do govêrno coincidia o ato da Assembléia Legislativa de Pernambuco, aprovando um aumento escorchante e desmesurado de impostos sôbre os gêneros de primeira necessidade, como o bacalhau, a carne sêca, a farinha de trigo, etc., elevando, assim, rapidamente o custo de vida.

O jornal *A Província*, de 4 de agôsto de 1874, noticiando a forte tributação decretada pela Assembléia, abria colunas para desancar os deputados, tachando-os de ininigos do povo. E, à vista de outros irregulares cometimentos dos legisladores, bradava o jornal: "Êsses deputados provinciais, que votaram o impôsto do bacalhau, apresentaram agora um projeto aumentando o seu próprio subsídio!"

---

(12) Carta datada de 12 de agôsto de 1873, *idem*.

A êsse estado de geral deploração juntou-se, ainda, a revolta do povo contra a Lei do Recrutamento Militar, orientada socialmente no sentido de isentar as classes abastadas de defender o país em caso de guerra. O presidente Henrique Pereira de Lucena, em circular de 17 de dezembro de 1874, às autoridades policiais e judiciárias da Província, era o primeiro a reconhecer o sentido discriminatório da Lei de Recrutamento: "Enquanto à lei de recrutamento, de todos os ângulos do Império partiam queixas e alegações de que ela só existia para o homem do povo, cujos filhos eram constantemente vítimas expiatórias de caprichos mal entendidos e de mesquinhas vinganças. Ele só, o homem do povo, diziam, cansado de viver foragido pelas matas, via-se de momento prêso e algemado, a fim de pagar o duro impôsto de sangue, sentando praça no exército e na marinha. As camadas média e superior da sociedade brasileira estavam a salvo dêsse pesado ônus" (13).

A repulsa do povo contra a Lei Militar foi de tal ordem que levou a Côrte a recomendar à Assembléa Geral, na primeira oportunidade, a sua modificação. Até que isso fôsse realizado, grandes agitações ocorreram na zona rural do Brasil, as populações amotinando-se para não cumprir as ordens do govêrno.

Sob a incidência de tanta exploração e sofrimento, ergueu-se o homem do campo, na luta organizada contra o govêrno e suas formas de opressão; luta de guerrilhas, de inesperados ataques, depredando-se Prefeituras e Câmaras Municipais, incendiando-se Cartórios e Coletorias, escolhendo-se os dias de feira para a invasão das cidades, destruindo-se, em arruído, as medidas decimais, quebrando-se os quilos, deixando-se de pagar impôsto, espâncando-se comerciantes e autoridades — numa rebelião tipicamente popular, de massas andarilhas.

(13) *Fala do Presidente da Província à Assembléa Legislativa Provincial*, em 1.º de março de 1875.

Dos quarenta e três municípios de Pernambuco, apenas o Recife, Olinda, o Cabo, Escada, Santo Antônio, Água Preta, Barreiros, Rio Formoso, Serinhaém, Pau-D'Alho, Tacaratu, Boa Vista e Cabrobó ficaram a salvo da "guerra dos quebra-quilos"; "todos os outros foram, mais ou menos, agitados pelos grupos sediciosos, já nas respectivas sedes, já em seus povoados" (14).

Bandos de duzentas, trezentas pessoas — assalariados agrícolas, escravos, pequenos proprietários de terra, etc. — armados e municidados, penetravam os sertões da Paraíba e Pernambuco, irrompendo de surpresa no centro das cidades, aproveitadas as horas de maior movimento das feiras da semana, e, incontinenti, despedaçavam as medidas do sistema métrico, após o que, cumpridas outras tarefas — o incêndio de estabelecimentos oficiais, etc. — passavam a agir em nova localidade.

Os "Quebra-Quilos" chegaram a fazer perigar a estabilidade de governos. "O qualificativo de "Quebra-Quilos" tornou-se tão popular, apareceram músicas, canções e marcas de cigarros assim chamados", que o que era antigamente defluxo, diz pitorescamente Pereira da Costa, é hoje "Qubra-Quilos" (15).

*A América Ilustrada* recolheu os seguintes versos, que o folclore incorporou à história das lutas contra a aplicação do sistema decimal:

"Toca, toca minha gente!  
Toca, toca a reunir,  
Que os matutos "quebra-quilos"  
Por aí não tardam vir"(16).

Esse movimento popular, de reação contra o govêrno, foi aproveitado pelos padres, no interior, como tentativa

(14) *Fala do Presidente da Província*, 1.º de março de 1875.

(15) *Ob. cit.*

(16) V. PEREIRA DA COSTA, *ob. cit.*, pág. 618.

de aliciamento de massas para jogá-las contra os inimigos dos jesuítas. “Convencendo-me de que os padres jesuítas fomentavam a questão religiosa, e não eram estranhos aos movimentos que agitavam esta Província e a da Paraíba — escreveu o presidente Henrique Pereira de Lucena — resolvi, em observância às leis e em virtude da ordem do govêrno imperial, mandar pôr em custódia os ditos padres, que fôsem estrangeiros, a fim de serem, como foram, deportados” (17).

Tomando como pretexto os “Quebra-Quilos” é que se expulsaram do território de Pernambuco os jesuítas.

A crise de estrutura, que lavrava em tôda a Província, era um campo fértil às controvérsias políticas e sociais.

O fato é que as populações da Província passavam fome, sendo o govêrno forçado a reconhecer que “grande tem sido o clamor da população pela carestia de vida”.

Não arrefeceu, porém, em meio à crise econômica e à luta contra os jesuítas e o sistema decimal, a indisposição dos pernambucanos contra os portugueses. Quando, em meado de 1873, a multidão invadiu as oficinas do jornal católico *A União*, houve uma tentativa de fazer-se o mesmo com a tipografia do português Domingos Ferreira das Neves Guimarães, “comerciante honradíssimo”, segundo o depoimento do Cônsul de Sua Majestade Fidelíssima ao presidente da Província.

Em Goiana, a situação não se modificara. Os patriotas, em revide à nomeação do turbulento Valentimiano para o cargo de Delegado de Polícia, planejaram nova chacina de portugueses, “comemorando” o 1.º aniversário dos acontecimentos de 1872. Boletins clandestinos distribuídos à larga pela cidade concitavam o povo a reproduzir as cenas do ano anterior.

Houve, então, um apêlo da colônia portuguesa de Goiana ao Cônsul, no sentido de interferir junto ao go-

---

(17) HENRIQUE PEREIRA DE LUCENA, Mensagem de 1874.



vêrno, contanto que se não repetissem os fatos de 1872. A essa altura, o consulado estava nas mãos do titular efetivo, Claudino de Araújo Guimarães, recém-chegado de Portugal, onde estivera em gôzo de licença. E foi êle que assinou, dirigido do chefe do govêrno provincial, o seguinte officio:

“Sendo-me participado, que, em Goiana, alguns individuos têm agitado a opinião pública contra os súditos de Sua Majestade Fidelíssima, ali residentes, resultando dessas incitações o receio de que a ordem pública naquela cidade seja perturbada, em detrimento da segurança pessoal dos mesmos, cumpre-me rogar a V. Excia. que tendo em consideração o exposto, digne-se V. Excia. providenciar de modo conveniente a frustrar as conseqüências de tais agitações, de modo que possa evitar a reprodução dos atentados à segurança pessoal dos súditos portugueses domiciliados em Goiana, atentados de que já foram vítimas uma vez, pelas mesmas instigações, que de novo são postas em ação” (18).

Avisado a tempo, o govêrno diligenciou a fim de realmente garantir a vida e a propriedade dos estrangeiros em Goiana. A tropa do 2.º Batalhão, que lá estivera durante muitos meses, teve ordens de voltar à cidade. O destacamento policial foi reforçado, com a incorporação de inúmeros “moradores” — dos engenhos do Barão de Goiana, a quem se davam armas e credenciais.

Fortemente garantida, a cidade não pôde curvar-se outra vez ao domínio dos amotinados.

Levaram a efeito, no entanto, os “caceteiros” o plano de assinalar, pela madrugada, entre 31 de julho e 1.º de agosto de 1873, a passagem do aniversário do “mata-mata”, fazendo explodir, nos céus de Goiana, ensurdece-

---

(18) MS. existentes na *Biblioteca Pública*, datado de 26 de julho de 1873.

dores foguetões, acordando, em sobressalto, os moradores, desafiando as autoridades e, o que era importante, assustando a “portuguesada”, que deve ter tremido sob os lençóis...

Daí por diante, e pelo espaço de vinte anos, nunca mais deixaram os goianosenses de comemorar o aniversário da expulsão dos portugueses por causa das *Farpas*, com fogos e girândolas, somente deixando de fazê-lo “no terceiro ano da República” (19).

---

(19) ANGELO JORDÃO, *trab. cit.*, pág. 209.

## CAPÍTULO XVI

**Nova resposta às *Farpas*. Polêmica de Ramalho com “um brasileiro” da Ilha da Madeira. O *Correio de Pedras de Fogo*, boletim clandestino dos patriotas, em Goiana. “Os desaforados escritos de Eça de Queiroz”.**

No volume das *Farpas* relativo a dezembro de 1872, Ramalho Ortigão publicara um longo e movimentado artigo — “O Brasil a vôo de pássaro” — em que estudava a natureza do nosso país, a civilização do povo e o problema da imigração.

Logo de partida, Ramalho apontava o Brasil como um país de escravos, “e não um país de colonos”. Embora reconhecendo a vigência de leis emancipacionistas, Ramalho observava que “para que o escravo deixe de ser escravo é preciso que primeiro lhe ensinem a ser livre, isto é: que lhe dêem a faculdade de sustentar a independência pelo trabalho”.

Enquanto o Brasil não sofresse uma profunda transformação econômica e social — sustentava o companheiro de Eça — a independência pelo trabalho seria inteiramente impossível ao pequeno cultivador nacional e ao próprio colono.

Ao tomar conhecimento dos problemas da agricultura em nosso país, Ramalho horrorizava-se com a “assombrosa

onda de sangue escravo com que têm sido regadas até hoje as abundantes searas brasileiras”.

O artigo do redator das *Farpas* escapava ao sentido de ironia com que havia sido escrita a maior parte das crônicas sobre o Brasil, ao tempo de Eça de Queiroz.

De um modo geral, Ramalho exagerava as debilidades nacionais: o Brasil não tem estradas; a raça indo-latina é desleixada e fraca, “não tem pulso para o machado com que o ianque rasga o seu caminho através da aspereza emaranhada e hostil do mato virgem”; o Brasil não tem indústria; a iniciativa e a ação da ciência são quase nulas; não se publica um livro didático, experimental, científico; na Escola de Belas-Artes do Rio de Janeiro havia nove professôres para três alunos; a concupiscência do elemento servil compromete o vínculo moral da família; a catequese dos missionários cristãos, nas diferentes regiões do Brasil, se reduz a oferecer cachaça aos homens e lenços encarnados às mulheres; o negro da América brasileira não reage contra a escravidão; de todos os emigrados europeus, o mais desprotegido no país é o português, pesando sobre êle o velho ódio da raça; o colono português não tem os direitos dos nacionais, nem os privilégios do estrangeiro; os emigrados vivem, de resto, em *cortiços*, que é a mais afrontosa de tôdas as vergonhas; se os transportes da marinha portuguesa percorressem o litoral brasileiro e concedesse passagem aos emigrados arrependidos, êsses navios voltariam ao Reino carregados de gente. . .

Se bem que admitisse para o Brasil as perspectivas de um “radioso futuro”, no fundo pecava o artigo pela falta de veracidade, carregando nas côres de alguns de seus problemas.

A reação dos brasileiros não se fêz esperar. Em março de 1873, editado no distrito do Funchal, na Ilha da Madeira, “um Brasileiro” escreveu um opúsculo de 88 pá-

ginas — *Duas Palavras aos Leitores das Farpas* (1) — resposta de fôlego às considerações elaboradas pelas *Farpas*.

Nenhuma outra publicação estrangeira, exceto a revista de Eça e Ramalho, mereceu tantos reparos e provocou tantas polêmicas no Brasil. Dessa vez, o direito de rebate às *Farpas*, embora escrito por um brasileiro, exercia-se dentro da jurisdição do Reino português, em linguagem e estilo que se distanciavam dos destemperos de José Soares Pinto Correia, revestindo-se, todavia, do mesmo e ardente civismo.

As primeiras palavras do brasileiro do Funchal lembravam os precedentes das *Farpas*, ao tempo da polêmica com os pernambucanos:

“Em fevereiro de 1872 publicavam *As Farpas* uma diatribe extensa e mal cabida contra os brasileiros, em geral, e o Augusto Chefe do Estado, em especial. Agora, em dezembro, lembram-se de publicar um artigo, também extenso, contra o Império, mas em que, como no primeiro, com pouco critério, avançam fatos que não poderão provar”.

Naturalmente sabedor do afastamento de Eça dos quadros redacionais da revista, o brasileiro do Funchal indigitava Ramalho como responsável pelo artigo:

“Não sabemos o que tem movido o Sr. Ramalho Ortigão, distinto redator das *Farpas* a fazer ao Brasil uma contínua guerra, procurando, quanto em suas valiosas forças caiba, torná-lo ridículo e apresentá-lo aos seus numerosos lei-

---

(1) Tipografia Sousa & Filhos, Rua do Norte, 145, Lisboa, 1873. Possuímos um exemplar da 1.<sup>a</sup> edição desse livro, adquirido em Lisboa e apresentado pelo historiador José Antônio Gonsalves de Melo Neto. Segundo ELOY DO AMARAL e M. CARDOSO MARTHA (*Eça de Queiroz, in Memoriam*, Coimbra, 1947, 2.<sup>a</sup> edição) circulou no Rio de Janeiro, em 1872, um livro com este título: *As Farpas Brasileiras*, escrito por ‘Um Patriota’. Teria havido dessa obra uma segunda edição correta. Desconhecemos inteiramente o fato, digno, no entanto, de ser pesquisado.

tores como uma terra de escravos e botocudos, onde a civilização ainda não penetrou, em que não há comércio — a não ser o do café — nem indústria e vida intelectual!...”

Daí por diante, o autor do opúsculo entrava a referir os falsos conceitos emitidos pelos portugueses contra o nosso país:

“Ainda hoje a idéia que voga em Portugal acêrca do Brasil é a de uma terra de botocudos e macacos, em que nada mais se faz senão espreguiçar-se em redes, “enquanto a araponga corta no seu vôo silencioso o infinito azul do deserto”, e que de nada mais se cuida senão de comer bananas e côcos, de caçar onças e veados!...”

E o brasileiro da Ilha da Madeira enumerava, então, o que existia de positivo na sua pátria — no comércio, na instrução, na sociedade, na cultura — acentuando:

“Não somos como o Sr. Ortigão, que fantasia; nós apresentamos fatos e os provamos com documentos na mão. Notaremos apenas que o ilustre redator das *Farpas* está tão pouco informado do que é o Brasil, que, nem sequer, conhece a sua geografia. Mucury não pertence à Província de Pôrto-Seguro, como S. S. diz, pela simples razão de que não há nenhuma Província dêsse nome no Império. Há, sim, um pequeno pôrto onde desembarcou Álvares Cabral. Nem tampouco Nova-Friburgo está perto de uma grande cidade. As que lhe ficam mais próximas são as de Niterói e Rio de Janeiro, que dela distam pelo menos dezesseis léguas. Procure informar-se melhor, é o conselho que ousamos oferecer-lhe”.

Na defesa de sua terra, o brasileiro do Funchal caía no mesmo diapasão exagerado de Ramalho: negava a existência da fome entre os negros cativos — “antes, bem pelo contrário, vimos em tôdas ou quase tôdas as plantações os escravos tratados o mais humanamente, tendo

boa habitação e excelente alimento — farto e substancial — pois é do próprio interêsse do dono cuidar bem dos seus escravos, e, cuidando-se até já bastante da educação das crianças escravas, pois que em algumas fazendas vimos o capelão dar-lhes lição de leitura e catecismo”; afirmava que “não há plantação, em que se não cultive a mandioca, o feijão e o milho”; alardeava que os trabalhadores rurais são tratados “com cuidado e até desvêlo”; defendia a opinião segundo a qual a instrução pública, no Brasil, é orientada pelo govêrno “com interêsse acrisolado”; sustentava a tese de que a indústria têxtil vem estabelecendo “vantajosa concorrência com as similares da Europa e dos Estados Unidos”; contestava que os habitantes dos *cortiços* sejam miseráveis, sendo falsa ainda a alegação de que, nessas habitações coletivas, haja promiscuidade de sexos — embora o que exista seja, sim, uma “promiscuidade de espécie”, porque o português, que ali reside, “é tão miserável que aluga o quarto para si e para o — burro; dorme o burro em baixo e êle ao lado ou em cima em uma pequena tarimba; e isto por que? Não é de certo porque a isso o obriguem. É, sim, pela sua sórdida avareza, porque quer juntar muito em pouco tempo”...

E concluía o seu livro, explicando-se, o brasileiro do Funchal:

“Esta resposta foi escrita rapidamente. Lemos o artigo das *Farpas* há poucos dias, e, como por acaso, tínhamos em nosso poder alguns documentos officiaes, lembramo-nos de nos servir dêles para os levar ao conhecimento do Sr. Ramalho e dos seus leitores.

É esta a razão por que êste ensaio de resposta não foi há mais tempo publicado. É provável que o não seja tão breve quanto desejávamos. Já tivemos ocasião de dizer que estamos no Funchal, e temos de esperar um vapor, que leve êste manuscrito para Lisboa”.

Quem seria o ilustrado e sensível brasileiro das *Duas Palavras aos Leitores das Farpas*?

Ramalho, ao lê-lo, não pôde deixar de recordar-se dos *Farpões*, dado o contraste do comportamento dos dois autores — um, patrioticamente irritado, a vergastar, com o ridículo, os homens e as coisas de Portugal; o outro, equilibrado na forma, a brandir as armas do argumento:

“O folheto brasileiro intitulado *Duas Palavras aos Leitores das Farpas*, últimamente publicado e distribuído em Lisboa a milhares de exemplares, tem por objeto contestar, por meio dos processos aliás mais urbanos e mais comedidos, a verdade dos fatos que asseveramos acêrca da sociedade e da civilização do Brasil em um artigo consagrado à emigração portuguesa para aquêlê Império” (2).

Na sua réplica, *As Farpas* insistiam em tudo quanto fôra dito sôbre o Brasil. “Nem um só, nem um único fato asseveramos a respeito do Brasil, que antes de nós não tivesse sido clara e positivamente afirmado na imprensa da Alemanha, da Suíça e da França”.

Por fim, Ramalho Ortigão teimava em declarar que não estava disposto a subordinar a sua opinião de escritor às ameaças de ninguém, nem ao *syllabus* do bairro do Catete, nem às *bulas* da Rua do Ouvidor:

“Se, porém, apesar de tudo isto, a jovem América brasileira se parece tanto com a rainha Fúlvia que lhe seja absolutamente preciso para a sua felicidade varar-nos a língua com o seu prego de ouro, como fêz a Cícero a mulher de Marco Antônio, que a América se não incomode a escrever para isso mais folhetos. Venha o prego”.

Por essa mesma época, Ramalho escreveu ainda outros artigos sôbre o Brasil, nas *Farpas*. Num, comentou a “Questão Religiosa”, no Pará e em Pernambuco, ado-

(2) *As Farpas*, n.º de março de 1873.



tando a tese de que as perseguições feitas aos portugueses, no Brasil, primeiramente disfarçadas num conflito mercantil, não tinham senão esta causa: a hostilidade da reação religiosa dos naturais contra o espírito liberal dos colonos lusitanos. E conjecturava: "Apesar disso, o Brasil acha bom, sob o pretexto de nos corrigir pela exploração que lhe fazemos, acrescentar a soma dos seus benefícios com alguns espancamentos e alguns assassinios especiais".

Ao tempo da discussão entre Ramalho e o brasileiro do Funchal, Eça de Queiroz atribulava-se com a luta em defesa dos colonos chineses, nas plantações de açúcar de Cuba. Num documento diplomático, da mais nítida compreensão de seu espírito libertário, dizia o Cônsul português de Havana à Secretaria de Estrangeiros, em Lisboa: "Em todos os exemplos da servidão humana, eu não conheço, a não ser o *fellah* no Egito, e na Núbia, ninguém mais infeliz do que o *coolie*. E se a justiça não é uma mera categoria de razão, a condição dos colonos na América central não é compatível com a dignidade desta época" (3).

Em Goiana, porém, os patriotas desconheciam as novas preocupações de Eça de Queiroz; e dêle só se recordavam dos tempos de sua atuação das *Farpas*. Seu nome, em Pernambuco, ligava-se ainda à campanha de calúnias e difamações contra os elementos nacionais, enquanto que nas vastas plantações dos latifundiários das Antilhas sua voz se levantava, inconformada, contra a exploração desumana de pobres imigrantes, reduzidos à condição de escravos pelos sofrimentos físicos e pelo desamparo moral.

Dois anos depois das anormalidades de Goiana, quando a violência se abatera sôbre os estrangeiros, afugentando-os da cidade, o clima que se respirava era, como dantes, o de insegurança.

---

(3) ARCHER DE LIMA, *Eça de Queiroz, Diplomata*, pág. 66.

Em conseqüência das medidas repressivas do govêrno provincial e da política de "mão forte" dada aos portugueses pelos conservadores, grande parte dos comerciantes foragidos voltou ao município, reinstalando-se, ao mesmo tempo que novos imigrantes, chegados ao Recife, se sentiam encorajados para tentar a vida em Goiana.

Por essa época, um fato, dos mais significativos para os destinos de uma comunidade, abalou o povo do município. O ramal da estrada de ferro Recife-Limoeiro, que estava sendo planejado para alcançar a cidade de Goiana, foi desviado para Nazaré como castigo á população de Goiana, por suas lutas contra os portugueses.

Desde 1868, quando o govêrno da Província, pela Lei n.º 856, de 5 de junho, deliberara contratar uma via férrea ligando a capital à vila de Limoeiro, passando por São Lourenço e Pau-d'Alho, que os habitantes de Goiana reivindicavam a extensão da estrada, em forma de ramal, até o seu município. A importância da ferrovia era sentida por todos, como fator de progresso e como veículo de escoamento da produção agrícola. "A estrada do Limoeiro — dizia o presidente Pereira de Lucena — além da zona açucareira, vai também estimular a produção do algodão e tabaco em nossa Província e no centro da Paraíba, se nessa Província se realizar antes a construção de sua projetada estrada de ferro" (4).

A Lei provincial n.º 1.115, de 17 de junho de 1873, que adotava o Orçamento de Pernambuco para o exercício financeiro seguinte, veio atender as aspirações dos goiannenses. No Art. 31, das Disposições Gerais, ficara o presidente da Província autorizado (§ 1.º) "a conceder privilégio, cuja duração não exceda de 60 anos, a qualquer companhia ou pessoas que oferecerem-se com melhores garantias e maiores vantagens públicas a construir uma estrada de ferro de — Goiana e Timbaúba — e outras

(4) "Fala do Presidente da Província à Assembléa Legislativa", ano de 1873.

econômicas que partindo das vilas e cidades litorais, ou da zona da estrada de ferro de São Francisco, as ponha em comunicações com esta cidade e o interior da Província”.

Com os sucessos nativistas de Goiana, porém, começou a nascer e ampliar-se determinada pressão junto ao govêrno, no sentido de privar o município de uma estação de estrada de ferro. Era natural que outras cidades, como Nazaré e Timbaúba, quisessem aproveitar-se do estado de anormalidade social e econômica existente em Goiana para progredir, ainda que fôsse à custa de seu sacrifício, como se fazia norma naqueles tempos de absoluto domínio dos “coronéis” e dos grandes proprietários de terra.

Os adversários do Ministro João Alfredo, aliados aos adeptos da influente colônia lusitana, valeram-se da situação e iniciaram um movimento de larga envergadura, a fim de substituir, nos planos rodoviários, o ramal Goiana-Timbaúba pelo ramal Nazaré-Timbaúba.

Dirigindo-se à Assembléia Legislativa Provincial, a 1.º de março de 1874, Henrique Pereira de Lucena confirmou a existência da trama contra os interesses do povo goianense. “Diversos proprietários — dizia êle — residentes na freguesia de Timbaúba, representaram a esta Presidência contra o ponto de partida desta linha. Está consignado na lei provincial n.º 1.115 que a estrada ligará a cidade de Goiana a Timbaúba; aquêles proprietários pediram, porém, que êsse ponto fôsse a cidade de Nazaré. Nenhuma decisão proferi quanto ao objeto dessa representação, aguardando-me para submeter o assunto à vossa esclarecida apreciação”.

O fato, todavia, é que, por portaria de 26 de novembro de 1873, Pereira de Lucena mandara tornar sem efeito as propostas dos bacharéis Miguel de Figueiroa Faria e Gervásio Rodrigues Campelo, incumbidos da construção da estrada Goiana-Timbaúba. Êsse ato do govêrno significava, na prática, u’a ameaça aos planos dos goianenses.

Diante de todos os sinais de que a via férrea que ligaria o município à cidade de Timbaúba se achava seriamente comprometida pela ação dos que desejavam reduzir Goiana, como castigo por suas atitudes nativistas contra os portugueses, a uma posição social e econômica de segunda ordem, o povo reagiu, aumentando o rancor, que o tempo já ia diminuindo, contra os “parrudos”.

O Ministro João Alfredo, justiça se lhe faça, foi dos que mais se indignaram ante a ameaça de privar-se a sua terra natal dos trilhos de ferro. Em carta “particular e confidencial”, enviada ao presidente Henrique Pereira de Lucena, no dia 6 de abril de 1874, o Ministro do Império assim falou:

“Lucena:

Sei por uma carta do Dr. Gervásio que se pretende fazer passar por Nazaré a estrada de Timbaúba. Dêste modo Goiana, ameaçada em seu comércio pela estrada da Paraíba, perderá o que lhe resta em favor de Nazaré, e a que ficará reduzida?

Oponho-me com a maior decisão a tal projeto, e peço-te que te entendas com os nossos amigos, para que não o adotem. Estimarei que Nazaré aproveite todos os seus elementos de riqueza, mas não posso sacrificar a prosperidade de Goiana. O que se pretende é absurdo por muitas outras razões, que não posso expor agora.

Talvez meu irmão (5), por atenção a pessoa que pretende desviar a estrada de sua direção natural, se incline a isto, ou evite pronunciar-se. É preciso dizer-lhe que ele assumirá uma grave responsabilidade, na qual não o acompanharei. Sei que houve uma representação dos moradores — de alguns moradores de Timbaúba. Sabemos todos o que isto vale. Os matutos cederam a quem pediu-lhes assinaturas.

---

(5) Dos irmãos de João Alfredo, o mais autorizado para falar em seu nome era o médico Belarmino Correia de Oliveira.

Não, meu caro Dr. Lucena, é preciso, — é indispensável, que tal projeto não seja aceito.

Recomendo-te tôdas as possíveis reservas, a respeito de minha intervenção, que seria logo aproveitada para intrigas.

Adeus. Meus respeitos à Exma. Comadre. Disponha do

Colega e adm.

J. Alfredo" (6).

A 10 de abril, escrevendo novamente a Pereira Lucena a propósito de outros assuntos, João Alfredo tornava a insistir, num "post scriptum": "A estrada de Timbaúba não deve ser desviada de Goiana para Nazaré. É um absurdo. Não consintas nisto" (7).

Os anos, porém, decidiram a favor de Nazaré. A estrada Recife-Limoeiro, contratada inicialmente pelo pernambucano José Pereira Viana, Barão da Soledade, passou a pertencer, em virtude do Decreto imperial n.º 6.009, de 20 de outubro de 1875, à companhia inglesa "The Great Western of Brazil Railway Company Limited". Os contratos paralelos, de construção dos ramais, foram incorporados à nova empresa. E Goiana jamais foi lembrada pelos concessionários.

De julho para agosto de 1874, com a notícia da retirada do município dos planos de extensão da ferrovia Recife-Limoeiro e, sobretudo, com a evacuação dos soldados do Batalhão de Infantaria, que tiveram ordens de abandonar Goiana, fomentou-se nova onda de perseguições aos portugueses. Boletins subversivos, distribuídos pela cidade, incitavam o povo a redobrar a vigilância na defesa "dos brios nacionais", em face da propalada volta, em massa dos comerciantes lusos. Um panfleto anônimo, editado em forma de boletim, com o título *Correio de*

(6) MS. existente no *Arquivo Público*.

(7) *Idem*.

*Pedras de Fogo*, foi recebido pelos patriotas entre aclamações de entusiasmo. Pedras de Fogo, lugarejo da Província da Paraíba, era conhecido na redondeza por sua excelente feira de gado, para onde convergiam, semanalmente, os pecuaristas e marchantes de vários municípios pernambucanos. As fronteiras entre as províncias de Pernambuco e Paraíba dividiam a rua principal de Pedras de Fogo em duas jurisdições administrativas diferentes.

O *Correio de Pedras de Fogo*, por isso mesmo, aparecia como o símbolo do conagraçamento de duas províncias nordestinas contra a dominação portuguêsã no comércio; como o exemplo da disposição de luta e da bravura dos homens do interior, dos boiadeiros, dos tangerinos, dos vaqueiros, etc.

Outros fatos em Goiana, que não pròpriamente os de natureza econômica, atiçavam a luta intestina. Liberais e conservadores disputavam as preferências do povo, acirrando as dissensões entre nacionalistas e portuguêsês, isto numa terra em que as menores causas funcionavam como fatôres de luta e desagregaçãõ; até as bandas de música serviam de pretexto para as mais acesas contendas. A *Saboeira* tocava exclusivamente nas festas organizadas pelo pessoal "vermelho", do Partido Conservador; nas solenidades e passeatas dos liberais, atuava a *Cuica*.

A constância de um clima de insubordinaçãõ, anos e anos, na cidade, denunciava a existênciã, contudo, de um centro diretor. Ativa ou simuladamente, o Partido Liberal é que estimulava êsse clima, reunindo em suas hostes os republicanos, os abolicionistas, os anti-jesuítas, os adeptos da nacionalizaçãõ do comércio e até chauvinistas exaltados. A experiênciã da luta demonstrava porém, que sòmente a uniãõ de tôdas as correntes sociais de Goiana, incluindo os conservadores e seus amigos, poderia fazer frente à tentativa de rearticulaçãõ da "por-

tuguesada". Se o número de "galegos" aumentava na cidade, apesar de tanta luta, é que algo de falho existia na tática dos nativistas.

Visando à formação de uma frente única contra os portugueses é que os patriotas lançaram o *Correio de Pedras de Fogo*.

Um desses boletins, apreendido pela polícia, dizia:

"O *Correio de Pedras de Fogo*, que destemido e invulnerável estaciona nesta cidade, não tem em mira distinguir os maçons dos ultramontanos, os republicanos dos liberais, nem êstes dos conservadores. Não. Medindo incessantemente com seus passos graves, o diâmetro desta comarca, êle vê, transido da mais profunda mágoa, deplora o estado de abatimento em que jazem as gloriosas aspirações dos denodados patriotas do 2 de agosto de 1872, comprimidas pelo servilismo de meia dúzia de sévandijas que, para afronta dos filhos da Santa Cruz, se dizem cidadãos brasileiros. Então, o honrado peão, talvez mais nosso comarcão do que coprovinciano, sentindo ferver-lhe nas veias o sangue daqueles patriotas que, com sacrifício das suas vidas, nos legaram nomes selados com o cunho da imortalidade, não pode ver com indiferença êste estado de opressão em que vivem os goianistas, causado pela vergonhosa preponderância que aqui estão exercendo os lusos-marotos, escudados por aquêles homens desnaturados, que não trepidam ante a maldição da posteridade.

Foi isto, e só isto, o que o impressionou vivamente, e, descansando a mala, e arrimando-se ao seu bordão de *quiri*, dirige aos goianistas as seguintes palavras:

— Goianistas! despertai dessa letargia! O santuário das vossas tradições está sendo devassado e escarnecido pelos imundos histriões do caduco Portugal!" (8).

---

(8) Boletim clandestino, impresso, existente no *Arquivo Público*, apenso ao officio de 1.º de agosto de 1874, do Promotor ao Presidente da Província. Vide reprodução fotográfica no texto.

O apêlo à unidade dos goianos era, como se vê, ardoroso e tocante. O *quiri*, como símbolo das lutas nativistas, ressurgia, na incitadora linguagem do panfleto.

O desânimo, a apatia, o medo — a tudo isso o *Correio de Pedras de Fogo* criticava:

“Atirai para bem longe essa inação, que tanto tem abatido o espírito nacionalista! Nem mais um momento nesse estado tão humilhante quão prejudicial! Os vossos direitos estão sendo conculcados por um govêrno desprestigiado, que, entretendo relações de ascendência com a metrópole, nos comprime sob o jugo esmagador dela!

Goianistas! não desampareis os arraiais dos verdadeiros patriotas! É tempo!”

Atacando o govêrno da Província, o *Correio de Pedras de Fogo* perdia os rumos da orientação de frente única a que se propusera antes, dificultando o apôio dos conservadores. Esse êrro de tática, porém, diluía-se de certo modo em face da veemência do concitamento do boletim, no denunciar a realidade da dominação comercial dos portugueses:

“Os parrudos zombam dos nossos esforços! — sugam o nosso amor; e, reunindo ao espólio a afronta, o escárneo, mandam pedir aos seus sebentos patricios de além mar os escritos mais injuriosos e infamantes para nos atirar à face.

Despertai, goianista, despertai! Vêde que em agôsto de 1872 só haviam aqui 49 inimigos do nosso progresso, da nossa honra, da nossa vida, isto é, 49 labregos e hoje temos (oh! indesculpável inação dêsse povo!) 68; da confrontação dêste número com aquêle, resulta uma diferença de 19, tantos são os parrudos aqui introduzidos sutilmente pelos seus patricios que reconhecem em alguns brasileiros degenerados, seus apologistas, a necessária fôrça para manter-lhes o predomfínio”.



E, muito tempo depois dos escritos de Eça nas *Farpas*, seu nome vinha a ser mencionado no boletim sedicioso, espalhado clandestinamente pelos patriotas de Goiana:

“Se naquele tempo êles, como dantes, espancavam brasileiros, liam com ênfase os desaforados escritos de Eça de Queiroz, e depois de encarraspanados no *binho*, safam em grupos pelas ruas cantarolando o hino da nossa independência parodiado em quadras tão obscenas como injuriosas para nós; o que não farão daqui por diante em mais crescido número, ao verem que os sentimentos dos verdadeiros patriotas estão sendo sufocados pelo incenso podre da cobardia daqueles aderentes servis, que pretendem legar à sua descendência o estigma da prostituição?

Goianistas!... o tempo urge!

Despertaí dessa espécie de modorra!

Os labregos defraudam os nossos direitos!

Vamos reivindicá-los!...

É tempo de pôr o termo de data à sentença de banimento, tão solenemente proferida no memorável 2 de agosto.

Bravos patriotas daquele dia! A campo!

Não deixará de ajudar-vos o braço musculoso do —  
*Correio de Pedras de Fogo*”.

No mesmo panfleto, oculto sob o pseudônimo de “O Timbyra”, um goianense chamava os portugueses de “corja de galegos infames que tem infestado a nossa bela e heróica terra”. E, em termos candentes, concitava o povo a enxotar os súditos de Portugal, a ferro e a fogo, a fim de que os brasileiros ficassem livres da “horda de saltadores lusitanos” que usurpava “os nossos sagrados direitos, e a riqueza que nos proporciona o comércio a retalho, que infelizmente se acha nas garras dêsses esfaimados vampiros, que sugam-nos até a última gôta de sangue, cuspiendo a saliva do escárneo sôbre os nossos cadáveres”.

O centro da agitação, no documento anônimo, era um novo chamamento à iniciativa das massas contra os súditos de Portugal.

E o dia marcado para o desencadeamento da sedição — 3 de agosto de 1874 — não se dissimulava, no documento:

“Se nos faltam os cofres do govêrno para provisão de armas e meios de defesa, existem em nossas matas o QUIRI e a sacrossanta *batinga*, além disso as tascas dêsses brejeiros são providas de utensílios hábeis para a emprêsa — fundos de garrafas e pesos, e no extertor da agonia jamais será vencido o colosso. Não está longe o memorável dia 3 de agosto, essa lembrança deve inspirar os ânimos brasileiros, e a vingança contra êsses vampiros portuguezêses será a maneira por que se deve festejar tão majestoso dia; se a idéia não é sensata, a inação do govêrno assim o exige.

Avante brasileiros !”

Tudo estava a indicar a gravidade da situação em Goiana. As tenebrosas ocorrências de 1872, prestes a se reproduzir, requeriam medidas enérgicas das autoridades. Mas, nenhuma destas se considerava segura e bastante prestigiada para agir contra os patriotas. Em maio de 1874, o Promotor Sigmaringa solicitara demissão do cargo, por ter sido nomeado Juiz de Direito noutra Comarca. Antes, pretextando doenças, afastara-se de Goiana repetidas vêzes. Numa dessas interinidades, funcionara como Promotor o Dr. Lídio Mariano de Albuquerque. No momento, porém, das novas ameaças de pancadaria, o cargo se achava nas mãos do bacharel Sebastião Cordeiro Coelho Cintra, que já exercera o Juizado Municipal.

Na qualidade de Promotor efetivo é que o Dr. Coelho Cintra estabeleceu contacto com a presidência da Província, prevenindo-a quanto aos insistentes rumores de perturbação da ordem:

“Apresso-me em transmitir a V. Excia. o avulso, que em grande número foi distribuído nesta cidade, na madrugada de hoje, o qual coincidindo com os rumores que até hoje têm vagado aqui, deixa antever a probabilidade de uma grave perturbação d’ordem pública.

Cumpre-me revelar a V. Excia. que a mesma conciliação ali contida, precedeu em agosto de 1872 às violências e espancamentos de que foram vítimas os súditos portugueses residentes nesta cidade, e sobre essa circunstância, que confirma o receio da reprodução do mesmo atentado, outras têm desenvolvido-se, que tornando mais robusta a sua confirmação, fazem urgentes os reclamos de providências enérgicas, principalmente pela insuficiência da força pública estacionada neste ponto.

Tanto é, o que julgo conveniente levar ao conhecimento de V. Excia. para o fim de serem predispostas as medidas contra qualquer atentado que chegue a precipitar-se na ordem dos acontecimentos” (9).

Pôsto a par de tantas apreensões, o Comendador Carvalho de Moraes ordenou rapidamente o retorno a Goiana das tropas de linha, sob o comando de um oficial superior. A cidade voltava a ser ocupada militarmente. Como refôrço, collocaram-se à disposição do Delegado de Polícia dezenas de “moradores” de engenhos pertencentes a situacionistas.

Na manhã do dia 3, a cidade levantava-se em pé de guerra. O comércio cerrou suas portas, sendo geral a expectativa pelo que pudesse acontecer.

Proibidos os ajuntamentos nas ruas da cidade e varejadas, de antemão, as casas dos patriotas mais suspeitos de ação contra os portugueses, a ordem pôde ser mantida mais uma vez.

Vingaram-se, contudo, os goianistas. À noite, o foguetório e as girândolas foram em maior número do que no ano anterior.

(9) MS. existente no *Arquivo Público*, datado de 1.º de agosto de 1874.

## C A P Í T U L O X V I I

**Incidente entre o Govêrno e o Juiz de Direito. Evacuação das Tropas de Linha. Agredido a tiro o português Oliveira. Sentença de pronúncia contra os patriotas. Manuel Aprígio, delegado de Polícia e plantador de abacaxi. . . O Tribunal da Relação do Carrapicho.**

Já nos fins de 1874, Goiana padeceu de nova convulsão. “Quebra-quilos” vindos da Paraíba tomaram de assalto o vilarejo de Goianinha, causando grande terror entre os moradores e negociantes. A feira foi dissolvida à fôrça, os pesos e medidas decimais, quebrados, e as autoridades corridas a cacete.

A 4 de janeiro de 1875, em officio à Presidência, o Promotor Coelho Cintra relatava que, “tendo prosseguido nas diligências suscitadas pelas suspeitas que indigitaram chefe do movimento sedicioso que teve lugar no povoado de Goianinha, o individuo Francisco Alexandrino Roma, conforme comuniquei a V. Excia. por officio de 17 do mês próximo passado, consegui prova que bem autoriza o procedimento criminal contra o mesmo” (1).

Em consequência, é Francisco Alexandrino Roma denunciado pela Promotoria perante o Juízo da Comarca, classificado o seu delicto no Art. 111, do Código

---

(1) MS. existente no *Arquivo Público*.

Criminal do Império, requerendo-se contra o autor do "Quebra-Quilos" a prisão preventiva. Houve, nesse meio tempo, um pedido de *habeas-corpus* em favor do chefe das ocorrências em Goianinha. O Dr. Francisco Teixeira de Sá, juiz de Goiana, despachou favoravelmente a ordem de *habeas-corpus*, cessando contra o acusado as medidas coercitivas planejadas pelas autoridades policiais e judiciárias.

A decisão do juiz Teixeira de Sá desagradou particularmente ao presidente da Província, Henrique Pereira de Lucena, que, naquela hora, se esforçava no sentido de reprimir, com severidade, as manifestações de "Quebra-Quilos" no interior de Pernambuco. O movimento contra a aplicação do sistema métrico foi tido pelo chefe do governo pernambucano como obra de "agentes do fanatismo e da anarquia, semeando cizânias e dando circulação a falsos e perniciosos boatos", de que se aproveitavam os adversários dos situacionistas, conseguindo "embaír pessoas menos sensatas do povo, e levá-las à prática de atos sediciosos" (2). A famosa "revolução do "Quebra-Quilos", em Pernambuco, encontrou na repulsa do povo à decretação de novos impostos sôbre os gêneros de primeira necessidade o seu caldo de cultura. Calaram tanto no espírito da população os argumentos de que os novos tributos representavam a asfixia dos consumidores, que o presidente Lucena teve de defender-se exaustivamente, sustentando a tese de que "negar ao Estado a pequena quota que exige, na proporção dos haveres de cada um de seus membros, para assim acumular a receita, que tem de ser aplicada a imensos e variados encargos de manutenção da ordem, garantia da liberdade e outros muitos misteres, que asseguram o exercício regular das instituições políticas e civis, de que resultam os princípios salvadores dos direitos pessoais e de propriedade,

---

(2) "Fala do Presidente da Província à Assembléa Legislativa", 1875.

é privar o corpo social do seu indispensável e único elemento de vida, promover sua completa destruição" (3).

Em face disso, o govêrno de Pernambuco estava disposto a não compactuar com o "Quebra-Quilos", tanto que proclamou, pela voz de Henrique Pereira de Lucena, ser motivo de traição aos seus deveres mais comezinhos "deixar correr à revelia a causa nacional".

Ora, a concessão de um pedido de *habeas-corpus* ao chefe da sedição em Goianinha só poderia desgostar imensamente a Presidência, dado o seu empenho em "conter os desordeiros", capturar os criminosos e processar os cabeças do movimento.

Contra o juiz Teixeira de Sá arquitetou Henrique Pereira de Lucena um ato de represália, obtendo, quanto antes, fôsem recolhidos ao Recife os 80 soldados do 2.º Batalhão de Infantaria, que se achavam em Goiana para garantir a ordem pública, sob o comando de um oficial. A evacuação militar da cidade, processada sem o menor aviso prévio, nem acêrto com as autoridades da Comarca, pôs em sobressalto os responsáveis pela garantia da ordem e da propriedade individual, magoando profundamente o Dr. Teixeira, que tinha em suas mãos o processo contra os autores do "mata-mata marinho" de 1872, cujos espíritos se achavam sempre na espreita para reacender a chama nativista, a qualquer pretexto.

O Chefe de Polícia do Recife, Dr. Antônio Francisco Correia de Araújo, no relatório anual que enviou ao Executivo, na pessoa de Lucena, apontava como um "dos principais motores da criminalidade", em Pernambuco, "a facilidade com que alguns magistrados concedem *habeas-corpus*, e permitem aos criminosos prestar uma fiança provisória" (4).

(3) Idem.

(4) Relatório do Chefe de Polícia, ano de 1875. Arquivo da *Assembléa Legislativa do Estado*.

O Juiz de Direito de Goiana, cioso de suas funções e deveres de magistrado, era quase nivelado aos prevariadores pelo Chefe de Polícia do governo de Lucena.

A imprensa do Recife não deixou escapar a mesquinha atitude da Presidência contra as autoridades de Goiana, entregue, nessa hora, com a saída das 80 praças do Batalhão de Linha, "a sete soldados bisonhos" (5).

Da ausência da tropa militar, aproveitaram-se os patriotas, imediatamente. As 9 horas da noite de 25 de março, quando se encontrava à janela de sua casa, no Pátio do Carmo, foi vítima de um tiro no rosto o comerciante português Oliveira. Ou porque tivesse mesmo fugido à ação da polícia, ou porque houvesse, da parte das autoridades, uma certa complacência com os nativistas, com o objetivo de revidar o gesto de Pereira de Lucena, o fato é que o autor do atentado se evadiu, ninguém sabendo dar notícias de sua identidade.

Comunicando o novo incidente ao governo, o Promotor Público relembra que, "em diversas épocas, se há manifestado certa indisposição de alguns nacionais contra portugueses aqui residentes. E esta indisposição, que outrora revelava-se por proclamações em avulsos e agitações de um pequeno grupo, bem pode ser assinalada como causa dos diversos atentados de que têm sido vítimas alguns daqueles portugueses. Mas, ao passo que, por uma suspeita assim motivada, patenteia-se esta relação, torna-se impossível fazer efetiva a repercussão que tais atentados reclamam, pela ausência absoluta de indícios dos seus autores, apesar das investigações que tenho feito e por sua vez também o Delegado de Polícia".

Verdade é que os poucos indivíduos processados na Comarca, como espancadores ou agressores de portugueses, se beneficiavam da condescendência do Tribunal do Júri,

---

(5) *A Província*, edição de 13 de março de 1875.

que os absolvía invariavelmente. “Dentre êles — dizia o Promotor, num ofício ao chefe do govêrno, referindo-se aos que se valiam do regime de impunidade — pôde ser perseguido pela competente ação que promovi até ao Tribunal do Júri, o indivíduo de nome Manuel Vieira de Sousa Martins, indigitado autor das ofensas físicas que em dia do mês de setembro próximo passado, sofreu o súdito português — José Fausto Marinho. Naquele Tribunal, porém, conseguiu êle plena absolvição, sendo como foi, respondido negativamente por unanimidade de votos, o quesito sôbre a autoria” (6).

Uma testemunha ocular da grande tensão existente, nesses dias, em Goiana, contra os portugueses, em virtude da retirada das tropas do 2.º Batalhão, foi o comerciante luso Antônio Francisco Corga, figura muito popular no Recife. Tendo ido àquela cidade, a trato de negócios, no dia 7 de março, Antônio Corga confessou, em carta à imprensa da capital, que ali “chegara em má ocasião, por estarem os ânimos exaltados contra os portugueses, que na véspera daquela mesma noite tinham dado um tiro no português Oliveira” (7). A êle, Corga, fôra dito, ao chegar em Goiana, que “depois que tinham retirado a fôrça de linha, continuavam as perseguições”, razão pela qual tivesse o visitante “muita cautela para não sofrer alguma despeita”.

De nada valeram, porém, as admoestações dos patrióticos, nem as medidas acauteladoras tomadas pelo próprio Corga, cuja presença em Goiana se espalhou em poucos minutos. “Soube-se logo da minha chegada — diz o comerciante luso, na carta citada — e alguns dos primeiros negociantes nacionais foram visitar-me, sendo por êstes informado do perigo em que se achavam os por-

---

(6) MS. existente no *Arquivo Público*, datado de 29 de março de 1875.

(7) *Diário de Pernambuco*, edição de 15 de março de 1875.



tuguêses ali residentes, acrescentando que os nacionais que falassem a favor ou os protegessem, seriam denominados “marinheiros pretos” — e ameaçados”.

Em companhia do comerciante português José Pires Vergueiro e do Capitão da Guarda Nacional Luís Cavalcanti de Albuquerque Sousa, vereador municipal, passeou Corga pelas ruas da cidade, notando que os lusos não lhe apareciam, enquanto os nacionais se agrupavam, de esquina em esquina, em atitudes suspeitas.

Logo que desembarcou em Goiana, Antônio Corga soube que os religiosos da Igreja do Amparo andavam em comissão, pela cidade, com o fito de obter dinheiro para a compra de umas grades de ferro para aquêlo templo católico. Mais que depressa, Corga desembolsa quinhentos mil réis — uma pequena fortuna, naquela época — e faz entrega do óbolo aos componentes da comissão. A *esmola* do português, no entanto, não condeou os duros corações dos patriotas de Goiana... E, no mesmo dia de sua chegada, foi avisado o caritativo “galego” de que os goianenses se preparavam para um atentado à sua pessoa.

De noite, do Hotel Trovador, onde se achava hospedado, Corga fugiu desabaladamente para o Recife, a cavalo, mal tendo tido o ensejo de despedir-se dos amigos e frêgueses, levando as malas em desalinho. De Goiana a Igarassu, gastou o “parrudo”, apenas, 3 horas e 1/2 de viagem, o que era um “record” naqueles tempos de morosas diligências. Na carta à imprensa, o súdito lusitano disse mesmo que teve tanta pressa de abandonar a cidade “que não houve tempo de concluir nenhum negócio em Goiana”.

O Juiz Teixeira de Sá é que, desprestigiado, não se inclinava em permanecer na Comarca. Alegando doença, afastou-se de Goiana, rumo ao Recife. O filho do Barão, o austero delegado Valentiniano do Rêgo Barros,

por causa da morte de seu pai, ocorrida a 30 de novembro de 1874, teve de pedir exoneração do cargo, dada a necessidade de dirigir os destinos do Engenho Bonito, que lhe coubera por herança. Foi nomeado, então, para substituí-lo o alferes da 4.<sup>a</sup> Companhia da Polícia, Manuel Aprígio de Moraes, conhecido na cidade por ser um grande plantador de abacaxis.

A tentativa de morte no português Oliveira suscitara um grande estardalhaço entre a colônia lusa, no Recife. O cônsul Claudino, a 22 de março, rogou ao presidente da Província que “procedidas as averiguações necessárias”, se dignasse de informar-lhe “se pela autoridade competente foram tomadas as providências que o caso exigia, e se foi instaurado processo criminal contra o autor, ou autores do crime”<sup>(8)</sup>.

“Constando também, extra-oficialmente — dizia o Cônsul — que na dita cidade de Goiana, há certa indisposição latente contra os súditos portugueses, ali domiciliados, e estabelecidos com casas de negócio, tenho a honra de rogar a V. Excia. que digne-se atender a essa disposição d’ânimos desfavorável, de modo a evitar suas manifestações, por atos atentatórios da segurança pessoal dos mesmos súditos portugueses”.

Ausente o Dr. Teixeira de Sá, a pressão exercida contra os patriotas começou a ser feita pelo Juiz Municipal, Dr. Alfredo Ernesto Vaz de Oliveira, que se escorava, para tanto, no delegado Manuel Aprígio.

O processo instaurado contra os autores do “mata-mata” dormia a sono sólto, em cartório. Um fato contribuiria, decisivamente, para despertar os autos dessa cômoda sonolência. A 28 de novembro de 1875, em toda a Província, realizar-se-iam eleições para deputados regionais, quando seriam renovados os mandatos da Assem-

(8) MS. existente no *Arquivo Público*.

bléia Legislativa de Pernambuco. Goiana, no mapa das disputas político-partidárias, era considerada um forte reduto do Partido Liberal.

Ao govêrno, o que interessava no momento podia ser resumido em dois itens: manter, sob ameaça, todo o eleitorado dos grupos adversos, em Goiana, e, ao mesmo tempo, imobilizar politicamente os liberais de maior influência, como Manuel Tavares de Melo Barreto, um dos dirigentes das lutas nativistas do município, tornando-se, dêsse modo, as eleições de deputados um simples *passaio cívico*.

As côres da situação política de Goiana eram pintadas assim por um jornal do Recife:

“É sabido que a heróica cidade de Goiana é um dos pontos da Província em que o elemento liberal exerce mais decidida preponderância. Ali parece que cada menino que nasce é um soldado a mais que se alista nas fileiras da liberdade” (9).

Em face de tais perspectivas, os “vermelhos” trataram de utilizar o processo contra os nacionalistas como instrumento de intimidação. Manuel Barreto era o “fantasma negro dos homens do govêrno naquela localidade, por causa da popularidade que lhe têm merecido suas idéias democráticas” (10). Barreto, para os conservadores, não passava de “chefe de uma sociedade de cem homens, que tinha por fim matar os portugueses, expulsar a polícia e governar a cidade por meio do punhal” (11). Daí, na opinião dos correligionários do Ministro João Alfredo, a necessidade de isolar do pleito eleitoral êsse homem tão prestigiado pelas massas.

---

(9) *A Província*, edição de 2 de junho de 1875.

(10) *Idem*.

(11) *Idem*.

Em Juízo, nas audiências do processo contra os agressores dos portugueses, tudo se fizera para envolver Manuel Barreto como figura principal do "crime". Inúmeras testemunhas tiveram a coragem, porém, de rebelar-se contra esses planos. O caixeiro Gomes, empregado na loja do português Antônio da Silva Loio, declarou, no seu depoimento, "que, nada sabendo contra o Sr. Manuel Barreto, não podia jurar falso, pois que é pai de família e não queria dar tão negro exemplo a seus filhos" (12).

Para se ter uma idéia do facciosismo com que atuavam as autoridades na Comarca, basta que se diga que foram arroladas no sumário de culpa dos patriotas, como testemunhas, pessoas notoriamente inimigas dos nacionalistas, como o irmão de João Alfredo, o Dr. Belarmino Correia de Oliveira, e o famigerado João Gomes, vulgo João "Faca-Torta", delegado de Polícia ao tempo dos incidentes de 1872.

Além desses, foi ouvido, ainda, como depoente contra os lusófobos um individuo de nome Olinto Vasconcelos, que os liberais de Goiana, escrevendo à imprensa da capital, apontaram, de logo, como conhecido "ladrão de cavalo". E como Olinto Vasconcelos comparecesse às colunas dos jornais para se defender, um goianense tomou-lhe a dianteira nas provas, circunstanciando: "A prisão do Sr. Olinto efetuou-se publicamente na farmácia do Sr. Leocádio (13); foram testemunhas dela um sem número de pessoas, como o Sr. Dr. Nascimento, Dr. Cunha Melo, o próprio Sr. Leocádio, e outros muitos" (14).

Com todo esse tremedal de provas testemunhais, o juiz Alfredo Ernesto Vaz de Oliveira sentiu-se em terreno seguro para decretar a prisão preventiva dos acusados, dentro dos planos conservadores. A sentença de pro-

---

(12) *A Província*, edição de 2 de junho de 1875.

(13) Leocádio José de Figueiredo, farmacêutico em Goiana, bisavô do autor deste livro.

(14) *A Província*, edição de 21 de junho de 1875.

núncia, que foi lavrada, recaía sôbre os seguintes patriotas e liberais: Manuel Barreto, Cosme Damião da Silva, José Lopes de Lima e Silva, José Henrique César de Albuquerque, José Domingues Antunes dos Reis, José Antônio de Albuquerque, Joaquim Carneiro de Mesquita e Melo e Trajano Medeiros e Albuquerque. Estes, os autores intelectuais das tentativas de morte contra os lusos. Como mandatário, ou executor do crime, a sentença se abateu sôbre o popular Joaquim Leite, vulgo Joaquim "Piancó".

Não teve tempo a Polícia de deter os nativistas, em cumprimento do mandado de prisão preventiva. Avisados com antecipação, os patriotas evadiram-se, exceção, apenas, de Joaquim Carneiro e Trajano Medeiros e Albuquerque, que foram detidos pelas autoridades policiais em suas casas de residência.

A pronúncia contra os inimigos dos portugueses, com o recolhimento à cadeia pública de dois dêles, ressoou como uma bomba. As medidas protelatórias, intentadas pelos liberais, com o escopo de impedir o término do processo, haviam fracassado.

Um movimento de solidariedade às vítimas do Juiz Alfredo Vaz organizou-se imediatamente em Goiana, tendo sido requerida em favor de Joaquim Carneiro e Trajano Medeiros e Albuquerque uma ordem de *habeas-corpus* junto ao Tribunal de Relação da Província. Tomando conhecimento da medida judicial, a Côrte de Justiça decidiu, antes de julgá-la, fôsem recambiados para o Recife os dois presos, para serem ouvidos a respeito do *habeas-corpus*.

No dia 30 de maio, pela manhã, Joaquim Carneiro e Trajano deixaram Goiana, sob escolta. Acompanhavam-nos o carcereiro da Cadeia Pública e um pelotão de soldados. Nem de longe desconfiavam, uns e outros, da surpresa que lhes estava reservada no meio do caminho. Quando a escolta passava no lugar denominado Carrapicho, próximo a Ponta de Pedras, na velha estrada de

rodagem entre Goiana e o Recife, assaltaram-na diversas pessoas armadas de rifle, que fizeram disparos a torto e a direito, afugentando os soldados e o carcereiro (15). No meio da confusão, Trajano e Carneiro trataram de fugir, embrenhando-se nas matas.

A libertação de Carneiro e seu amigo, nas condições em que se verificou, pôs em completa desmoralização a Justiça de Goiana. O processo “quebra-marinheiro” — denominação nova, dada pelo povo, na época do “Quebra-Quilos”, à ação judiciária contra os nativistas — voltava à estaca zero.

Em vão, tentaram as autoridades da Comarca recapturar os fugitivos, naquelas horas. Desesperançado de qualquer reabilitação da Justiça, o promotor Coelho Cintra oficia ao presidente da Província, comunicando a vergonhosa ocorrência:

“Havendo sido remetidos no dia 30 do mês próximo para essa Capital, os indivíduos Joaquim Carneiro de Mesquita Melo e Trajano de Medeiros e Albuquerque, presos à ordem do Dr. Juiz Municipal por indiciamento bem veemente que logo manifestou-se sobre os mesmos, nos atentados contra os portugueses, a fim de responderem a uma ordem de *habeas-corpus* que lhes foi concedida pelo superior Tribunal da Relação, evadiram-se em caminho, do poder duma escolta de praças de linha e do carcereiro que os devia apresentar ao referido Tribunal.

Sendo como é, de lamentar semelhante acontecimento, porque a prova já existente contra eles, tirava a limpo sua participação nos atentados que motivaram o processo, resta-me proceder aos termos legais, a fim de fazer efetiva a responsabilidade daquele funcionário” (16).

(15) Há em Goiana, entre algumas pessoas mais idosas, a versão de que o assalto à escolta, no Carrapicho, não passou de simulação. Os soldados do destacamento e o carcereiro da Cadeia Pública, confraternizando com os dois liberais, deram-lhes a oportunidade de fuga.

(16) MS. existente no *Arquivo Público*, datado de 1.º de junho de 1875.

A fuga dos liberais e nacionalistas foi, de certo modo, abafada pela imprensa do Recife. Antes, pelo contrário, os jornais simpáticos aos goianenses o que faziam era bradar contra as arbitrariedades do Juiz Municipal e do Delegado de Polícia, “homem inepto e imbecil”, cujo primeiro ato, logo depois de haver assumido suas funções, como autoridade, foi o de “pregar na porta do teatro uma portaria, proibindo que dentro dêle se cuspiisse” (17).

Queixas amargas convergiam sôbre o novo govêrno da Província, presidido pelo Comendador João Pedro de Carvalho Morais. Um morador de Goiana, com o pseudônimo de “O Camponês”, teceu uma série de recriminações pela imprensa a respeito da conduta de Carvalho Morais, no caso daquele município, expendendo curiosas opiniões. “Como V. S. não ignora que a grande novidade desta terra é um processo intitulado “Quebra-marinheiro”, clandestinamente forçado pelo celebérrimo delegado Aprígio de Morais, tenho a dizer a V. S. que êsse monstruoso processo acha-se concluído, tendo sido pronunciados pelo Alfredo Judas, como lhe chamava o venerando Barão de Goiana (de saudosa memória) como autores de tentativa de morte na pessoa de portuguezes cidadãos pacíficos e honestos, sem dúvida alguma incapazes de tirar ou mandarem tirar a vida de seus semelhantes. São naufragos que antes querem lutar com a morte porque amam a vida, do que pedirem socorro à barca conservadora desta cidade, cuja tripulação é composta dos Teixeira de Sá (capitão), Alfredo Judas (imediate), Lídio, conhecido por Dr. Vamba (gagueiro) e o João Gomes, “Faca-Torta” (cozinheiro)” (18).

---

(17) *A Província*, edição de 18 de junho de 1875.

(18) *A Província*, edição de 20 de junho de 1875. O Lídio, citado aí é o Dr. Lídio Mariano de Albuquerque, que funcionou no processo como Promotor, eventualmente.

Contra o Juiz Municipal — *Alfredo Judas* — recaíam as maiores diatribes do “Camponês”: “Que faz o Sr. Juiz Alfredo, que se inculca tão zeloso e cumpridor de seus deveres? É que o Sr. Alfredo só é zeloso e cumpridor de deveres para processar dos liberais, metê-los na cadeia por crime de “quebra-marinheiro”, negando-lhes até pão e água, porque seu sogro é português! Caminhe desassombrado, Sr. Alfredo, leve ao patíbulo os liberais desta cidade, porque a vara de direito lhe encandeia e o fantasma com o qual V. S. se assombrava tôdas as vêzes que lhe aparecia, já não existe”.

Não podia suportar, por muito tempo, o Juiz Municipal o ambiente de odiosidade que a sentença de pronúncia desencadeara na Comarca. No dia 16 de junho, desculpando-se por se achar adoentado, o Dr. Alfredo Vaz de Oliveira afastou-se das funções.

É curioso observar a circunstância da falta de assiduidade e permanência das autoridades principais de Goiana em seus postos, naqueles anos de crise social e política. Os arquivos que se referem aos fatos ligados à Comarca estão cheios de solicitações, vindas uma atrás da outra, de licença, de demissão, de transferência, em que Juizes, Promotores, Delegados, Suplentes, etc., comunicavam ou requeriam medidas que justificassem a sua ausência de Goiana — num sinal de que o pânico se apoderava de todos.

Logo que o processo “quebra-marinheiro” alcançou a fase da pronúncia, o presidente da Província oficiou ao cônsul português, dando-lhe a alvissareira notícia. Em resposta, o diplomata escreveu:

“Tenho a honra de acusar a recepção do officio de V. Excia., datado de 9 do corrente, acompanhando a cópia do officio que a V. Excia. dirigiu o Dr. Juiz Municipal do Têrmo de Goiana, com referência ao resultado das providências tomadas contra a injusta agressão que ali sofreram diversos súditos portugueses.



Constando do officio do mencionado Dr. Juiz Municipal terem sido pronunciados, como incursos nas penas do Art. 192, combinado com o Art. 34 do Código Criminal, os negociantes brasileiros Joaquim Carneiro de Mesquita e Melo, Cosme Damião da Silva, Manuel Tavares Barreto, Trajano de Medeiros e Albuquerque, José Lopes de Lima e Silva, José Henrique César de Albuquerque, José Domingues Antunes dos Reis e José Antônio d'Albuquerque, como mandantes, e Joaquim Leite, como mandatário das tentativas de morte praticadas nas pessoas dos súditos portugueses João da Silva Oliveira, Antônio Pedro de Melo, e bem assim na pessoa de Agostinho Lourenço da Silva Pôrto, caixeiro da casa comercial de Eustáquio Júnior & Cia., que, apesar de ser brasileiro, sofrera um tiro, que era destinado ao já citado Antônio Pedro de Melo, cabe-me a satisfação de congratular-me com V. Excia. pelo bom resultado que a bem da causa da Justiça foi alcançado com as diligências, de que muito há a louvar o digno Magistrado que presidiu à formação do processo; sendo para desejar-se, que o seu resultado (o qual, desde já, peço a V. Excia. que em tempo competente digne-se comunicar-m'o) seja um triunfo completo para a causa da Justiça, da moralidade e dos foros que justamente devem pertencer a êste Império de ser um país hospitaleiro para todos os estrangeiros, que nêle fixam seu domicilio" (19).

Havia muitos anos que o cônsul português no Recife não usava de expressões tão otimistas... Duraria pouco, infelizmente, a satisfação do diplomata.

A polícia, em Goiana, longe de arrefecer o seu arbítrio, desregrava-se em violências. Pessoas das mais conhecidas da cidade, como Sinfrônio Olímpio Tavares de Melo, "ancião de caráter e reputação ilibada, venerado e acatado por todos", e Ludovico Nunes da Cunha Machado, outro goianista prestigiado e que tinha contra si a imputação de

---

(19) MS. existente no *Arquivo Público*, datado de 18 de junho de 1875.

“amigo dos liberais”, foram presos pelo delegado Aprígio, cujas “façanhas” corriam por todos os recantos do município, dos engenhos de açúcar às tabernas da cidade.

Não perdiam os goianenses, apesar da crueza da luta contra os “marinheiros”, o seu bom humor. O anedotário crescia minuto a minuto, espicaçando de ridicularia e mofa as pessoas e as coisas da cidade. A figura do delegado Aprígio de Moraes — *beleguim a serviço dos conservadores*, como se dizia, e, ao mesmo passo, plantador de saborosos abacaxis “pico de Rosa”, dos mais afamados da Província — não era poupada pelos nacionalistas. Um jornal de Goiana, impresso na tipografia da Rua do Meio, glosou a dupla personalidade de Manuel Aprígio nestes versos populares:

“Entra Goiana em seus eixos,  
Nova era nos sorri  
Temos polfícia bem doce,  
Polfícia de abacaxi!

Tudo respira doçura!  
Todo o povo alegre ri!  
Não há quem não aprecie  
Polfícia de abacaxi!

Abolido fica o sabre,  
Agora reina o *quiri*!  
É polfícia *patriótica*,  
Polfícia de abacaxi!

Aqui por tôda a cidade  
Tão festivo brinde ouvi!  
Viva! Viva! Viva! Viva!  
Polfícia de abacaxi!” (20)

(20) *O Democrata*, edição de 3 de julho de 1875, cit. pela *Província*. Não nos foi possível, infelizmente, manusear nenhum jornal de Goiana, da época. As bibliotecas e os arquivos do Estado não registram em seus catálogos um único exemplar desses periódicos.

O incidente da evasão dos “caceteiros”, no lugar Carrapicho, de tão pitoresco, entrou no anedotário do Recife. Quando qualquer indivíduo se livrava das “malhas da Justiça”, por artimanha do advogado de defesa, prevaricação do Juiz ou em consequência de alguma falha do processo — logo se dizia, com malícia, que havia sido “absolvido” pelo *Tribunal da Relação do Carrapicho*. . . (21).

Ficou célebre, nos meios judiciais da capital da Província, o modo pelo qual os “magistrados” de Goiana *absolviam* os seus correligionários.

---

(21) Conf. Aurélio Domingues, ob. cit., págs. 58/59.

## C A P Í T U L O   X V I I I

**Aumenta o número de prisões de Liberais. Invasão de casas de residência e engenhos. A toga de Goiana “transformada em verdadeira tarrafa”. Suspensão por 60 dias o Tabelião Vasconcelos, amigo dos Patriotas.**

A perspectiva de condenação dos patriotas pelo Tribunal do Júri, começaram os dissabores contra os lusos e seus amigos, aumentando a tensão na cidade. Tomando a ofensiva, os liberais desfecharam sobre a polícia, a Justiça e a colônia portuguesa uma campanha sem quartel. O alvo a que mais visavam as críticas era o delegado Manuel Aprígio, “façanhudo e subserviente aos elementos portugueses” (1).

Certa feita, Manuel Aprígio, não suportando as ameaças dos patriotas, teve de passar alguns dias no Recife, o que levou um correspondente da *Província* a dizer que, com a fuga do Delegado, o povo de Goiana experimentara “o mesmo alívio que sente o corpo humano quando desperta de um pesadelo” (2).

Além de “andar correndo do modo mais grosseiro e acintoso as pessoas mais moralizadas e inofensivas da cidade”, o Delegado de Polícia era acoimado, além do

---

(1) *A Província*, edição de 7 de julho de 1875.

(2) *Idem*.

mais, de representar o papel de “acólito da galegada”. E, em defesa dos portugueses, ia a extremos, na ânsia de protegê-los:

“Seu marido é português — dizia êle a uma senhora. Eu me encarrego de sua defesa. Noite e dia rondarei sua casa, ninguém se atreverá a surrá-lo, a senhora conte comigo, sou seu guarda vigilante!” (3)

Utilizando o pseudônimo de “O Taverneiro”, o negociante português conhecido pelo nome de Joaquim da Cêra, residente em Goiana, escreveu várias cartas à redação de jornais da capital, atacando os liberais e patriotas, principalmente os Drs. Cunha Melo e Joaquim Tavares, êste irmão de Manuel Barreto. No auge de suas objurgatórias, Joaquim da Cêra dizia que “todos os habitantes de Goiana eram ruins, exceto o virtuosíssimo padre Antônio Dias, por ser velho!” (4)

Contra o negociante luso levantaram-se protestos pela imprensa. Sua atitude foi classificada de “fascinação pelo ouro de alguns seus patrícios”.

Enquanto isso, o Delegado se desmandava em truculência, não respeitando nem as figuras mais conhecidas da cidade. Até o jovem Luís Cavalcanti de Albuquerque Lima, mção de vinte e três anos, casado e com filhos, foi prso arbitrariamente pela polícia. “Querem ver quem é Luís Cavalcanti? Luís Cavalcanti é genro do capitão Lulu, presidente da Câmara, sub-delegado, eleitor do Sr. João Alfredo e compadre do finado Barão de Goiana, o qual sempre o tratou com muita consideração e distinção” (5).

Uma carta enviada à *Província*, edição de 24 de julho, implorava a atenção do Comendador Carvalho de

(3) *A Província*, edição de 7 de julho de 1875.

(4) *Idem*.

(5) *Idem*, de 10 de julho de 1875.

Morais para o que se estava desenrolando em Goiana e pedia ao govêrno tomasse “prontas e enérgicas providências que nos garantam do bando de salteadores e assassinos fardados, que aqui se acha às ordens da polícia, cometendo tôda a sorte de tropelias e atentados”. Denunciava-se, ainda, que o delegado Aprígio estava invadindo casas de comerciantes e engenhos <sup>(6)</sup>, em verdadeiras expedições punitivas. O Engenho Boa Vista, propriedade de “liberais influentes”, foi saqueado pela polícia. Até “gaiolas de passarinho” — diziam os protestos pela imprensa — eram roubadas dos engenhos, pelos “capangas” de Aprígio de Moraes.

No centro da cidade, a polícia espancou o octogênio Manuel Vieira, que ficou em perigo de vida. No dia 16 de julho, foram presos Sabino Antônio Francisco, Manuel Virgínio e José Virgínio, só pelo fato de residirem em terras de engenhos pertencentes a liberais. Removidos à fôrça para a cidade, viram-se amarrados por uma corda, “como caranguejos”, após o que foram espancados. “Os soldados, ao entrarem na cidade carregados com os despojos do saque, forçaram os presos a sentarem-se dentro de uma poça de lama, e cantaram e dançaram ao redor, ao som de violas que haviam roubado. Isto é original e característico! É o escárneo pungente, pondo em relêvo a mais afrontosa opressão” <sup>(7)</sup>.

Se o chefe do govêrno — proclamavam, resolutos, os goianenses — não der as necessárias ordens para sanar tal estado de desrespeito à garantia e à segurança dos cidadãos — “trataremos de adotar e pôr em prática a lei de *Lynch*”.

Do Recife, Romualdo Alves de Oliveira continuava a defender, como jornalista, o povo de sua terra. *O Co-*

(6) Pertenciam aos liberais, entre outros, os seguintes engenhos de Goiana: *Boa Vista, Jacaré, Goiana, Mereré, Mirandinha, Pau Amarelo, Diamante, Tabatinga, Mussumbu*, etc.

(7) *A Província*, edição de 24 de julho de 1875.

*mércio a Retalho*, com algumas interrupções, mantinha-se na mesma linha de conduta, advogando a tese da nacionalização do comércio. O jornal de Romualdo de Oliveira, feroso quando profligava os portugueses, entrou na liça para explicar os acontecimentos de Goiana, desde 1872:

“Goiana é o lugar desta província em que o sentimento patriótico mais se desenvolve. Em todos os tempos Goiana tem dado provas de ardentemente advogar a causa nacional.

Os portugueses vendo que os habitantes de Goiana sentem o pêso esmagador do elemento estrangeiro no comércio, causando-lhes males irreparáveis, entenderam concertar um meio de arrefecer o nobre sentimento patriótico... Escolhido o meio, arranjaram-se testemunhas para deporem...

Apresentada a denúncia, oferecidas a dedo as testemunhas, eis que foram pronunciados nove distintos goianistas como autores de tentativa de morte nas pessoas de diversos portugueses! É crível que dez homens se houvessem reunido para tentar matar, espancar portugueses? Quem não vê neste fato um concôrto do comércio português, para ausentar do comércio de Goiana Manuel Tavares Barreto, Joaquim Carneiro e outros, que têm muita freguesia e importância na comarca?

Puderam os portugueses obter a pronúncia de nove distintos goianistas, sujeitando-os a prisão e livramento; mas não poderão obter condenação no ilustrado e patriótico tribunal do Júri, que não sabe curvar-se aos governos do país, para perseguir seus desafetos, quanto mais a hóspedes ingratos que se supõem donos ainda do Brasil para serem os únicos senhores do comércio” (8).

Nessa mesma edição, Romualdo, depois de admoestar os portugueses de que “nunca conseguirão a subservi-

---

(8) *O Comércio a Retalho*, edição de 10 de julho de 1875.

ência dos goianistas para sacrificar a dignidade nacional”, dava a notícia, procedente da Província do Pará, segundo a qual o jornalista Marcelino Néri, diretor da “Tribuna”, órgão que comandava, ali, a campanha pela nacionalização do comércio, fôra processado e condenado, “por influência dos galegos”.

Solidarizando-se com os correligionários do Pará, Romualdo transcrevia, na edição de 10 de julho, para conhecimento dos pernambucanos, a circular reservada do Chefe de Polícia daquela Província, Samuel Filipe de Sousa, orientando as autoridades no sentido de manter sob suspeita qualquer pessoa que contribuísse, financeiramente, para a *Tribuna*, semanário que Eça de Queiroz, em 1872, já classificara de “jornal sem crédito e sem valor”, na famosa carta-aberta ao presidente da Província de Pernambuco.

Eis a cópia da circular do Chefe de Polícia, datada de 15 de abril de 1875:

“Em cumprimento das ordens da presidência, recomendo-lhe que tenha certa vigilância aos seus jurisdicionados, que, por qualquer forma, prestarem seu auxílio ao periódico “Tribuna” que criminosamente aconselha o extermínio dos estrangeiros, devendo informar-se com as provas que colhêr, quais os vigários, professôres, coletores provinciais e gerais, que adiram a tão nefasta propaganda.

Esta Chefatura espera que VMC. com lealdade e critério cumpra o que acaba de recomendar-lhe”.

Dos periódicos de natureza política que circularam no Recife na década de 70 do passado século, *O Comércio a Retalho* foi um dos mais interessantes. Alfredo de Carvalho, na sua grande obra sôbre a história da imprensa periódica de Pernambuco, não revelou conhecimento pleno do *Comércio a Retalho*, a que atribuiu a existência, apenas, de cinco números, de 22 de abril a



23 de julho de 1873. A verdade é bem outra. O jornal do republicano de Goiana circulou até fins de 1875, chegando a possuir oficinas próprias, onde se imprimiram *O Linguarudo*, *A Marquesa do Linguarudo*, etc., periódicos de crítica e humorismo que, talvez pelo fato de sair dos prelos da tipografia de Romualdo, foram a êle atribuídos, erradamente, como de sua autoria, por Sebastião de Vasconcelos Galvão, em seu Dicionário.

Por coincidência, *O Comércio a Retalho* deixou de circular algumas semanas, em 1875, quando a luta em Goiana parecia mais aguda. Não faltou, então, quem explicasse a ausência do semanário, relacionando-a, maliciosamente, à política de suborno dos portugueses.

Um leitor de Goiana escreveu, nesse sentido:

“Apareceu aqui a notícia que os redatores do “Comércio a Retalho” tinham suspenso a publicação por haverem sido peitados pelo comércio português dessa praça. Mas, à exceção de infames brasileiros e dos degenerados hóspedes *galegos*, esta praga que infesta esta cidade para sua desgraça, ninguém acreditou na notícia espalhada”<sup>(9)</sup>.

O missivista adiantava-se na defesa do jornal, acrescentando que “bem sabia avaliar as grandes despesas e dificuldades duma publicação contra a concentração do capital”. E, aproveitando o ensejo, dava informações da cidade:

“Como alguns brasileiros serviam de obstáculos ao modo escandaloso de negociar os portugueses aqui estabelecidos, e falavam, instruíam aos pobres matutos das ladroeiras nos pesos e medidas, fazendo calar no espírito dos concorrentes que a razão de enriquecerem os portugueses com tanta rapidez é devida unicamente ao furto, causando-lhe sérios embaraços,

---

(9) “O Comércio a Retalho”, edição de 10 de julho de 1875.

foi mister consertar e pôr em prática um plano horroroso, qual o de perseguir a 9 brasileiros distintos. Com efeito, consertado o plano e pôsto em prática, produziu o efeito desejado pela *galegada*: eis que foram processados os nove apontados pelo comércio português, como mandantes, e um desgraçado como mandatário.

Processados todos sem provas plenas, apenas por ditos vagos e obtidos à custa de insinuações e peitas, foram pronunciados todos nove por tentativa de crime de morte nos portugueses aqui negociantes”.

Ainda informava o correspondente do *Comércio a Retalho* que a Maçonaria de Goiana dirigira “um pranchão à do Rio de Janeiro, pedindo que fôsse ao govêrno pedir providências contra os que falam na nacionalização do comércio a retalho, obtendo do ministro da Justiça recomendações para as autoridades desta cidade a fim de proceder contra os influentes da idéia da nacionalização do comércio”.

Sôbre a conduta do Juiz Municipal, autor da sentença de pronúncia, o correspondente se excedia em baldões, adiantando que, logo que o Dr. Alfredo Vaz de Oliveira prolatou a decisão contra os patriotas, desceu ao Recife, para comunicar o fato ao presidente da Província, respondendo êste: “Ainda me faltam três, que os quero pronunciados !”

Aí, o correspondente zangava-se:

“Ah ! a que estado chegamos, que meia dúzia de anal-fabetos *galegos* já tem importância para obter meios de perseguir-nos nesta livre e denodada Goiana ! A que estado de subserviência chegou a Justiça do país !

É verdade que alguns portugueses aqui sofreram pancadas; mas, com exceção daqueles que cantaram obscenidade pelas ruas contra os brasileiros e brasileiras, nem um mais

sofreu senão por intrigas particulares e mesmo de patrícios com patrícios. Por exemplo: Antônio Pedro de Melo, galego audacioso, que maltrata não só os brasileiros como aos seus patrícios; Antônio Pedro de Melo, que quebrou nesta praça fraudulentamente em 200 contos numa venda, e que propôs aos credores o abate de 50 por cento, que não foi aceito, êste ladrão, êste criminoso sofreu umas pancadas mandadas dar por um seu patrício — que maltratara brusca e horrivelmente. O galego Oliveira sofreu umas pancadinhas devidas ao seu modo estúpido, pelo qual tratava aos patrícios e aos nacionais”.

No dia 31 de julho, o jornal de Romualdo reafirmava os seus protestos contra as perseguições, insuflando os nacionais à resistência. O fim de tudo isso — dizia — “é para que todos amedrontados entreguem a ela, a colônia portuguesa, os recursos comerciais da cidade, como outra, que raro era o brasileiro que ali negociava, sendo o comércio exercido pelos portugueses”. Mas — prosseguia — “é impossível que a terra que em todos os tempos soube afrontar a tirania do govêrno, a tirania dos infames governadores portugueses, acobarde-se a tal ponto de entregar-se aos interêsses da colônia portuguesa, para esquecer as gloriosas tradições dos venerandos livres que souberam morrer antes do que acobardarem-se a inimigos da pátria”.

A Justiça da Comarca via-se, de repelão, num pelourinho, atassalhada por todos. A toga, em Goiana — comentava um leitor do *Comércio a Retalho* — tornou-se uma “verdadeira tarrafa, que envolve em suas funestas dobras, ou melhor, malhas, tôdas as pessoas, sem distinção de classe, e hierarquia social, apontadas a dedo pela má fé lusitana”<sup>(10)</sup>. E bem se podia compreender — na opinião do leitor — “que raros têm a precisa coragem

(10) O *Comércio a Retalho*, edição de 31 de julho de 1875.

para se verem processados e pronunciados em crime inafiançável, com manifesto atropêlo da Lei, e coagido assim a fugir, para longe ir esperar pelo julgamento do Tribunal do Júri lá do estreito âmbito de uma imunda enxovia”.

Dizia-se também que os comerciantes estrangeiros andavam cotizando-se para resistir ao desgaste de uma campanha mais duradoura.

Tudo o que acontecia contra os portugueses, era, de logo, jogado à responsabilidade dos patriotas. Até incêndios dolosos, em casas comerciais, ateados para encobrir falências ou prejuízos financeiros, apontavam-se como sendo obra dos lusófbos. A um dêses incêndios reportava-se o correspondente do *Comércio a Retalho*, edição de 31 de julho:

“O Sr. Antônio Garcia, português, “quand même”, que está sôfrego para ver aberta aqui uma segunda devassa, fêz aparecer *premeditadamente* em sua casa de negócio um ligeiro indício de incêndio, com o fim altamente criminoso de o lançar em conta dos patriotas, como realmente praticou, conferindo-lhes também agora a patente de petroleiros!”

Na versão dos portugueses, os incêndios resultavam de atos de terror dos goianistas, com o fito de expulsar os estrangeiros da cidade.

Nessa época, fechada pela ausência involuntária de seu proprietário, a casa comercial do patriota Cosme Damião da Silva, um dos “nove goianistas distintos”, amanheceu arrombada, notando-se a falta de grande parte de mercadorias. Não se tendo interessado em apurar o assalto, foi a polícia tachada de cúmplice do arrombamento, pela população.

Além das prisões e medidas outras de vexame, tomadas pelo delegado Aprígio, as autoridades dificultavam, de mil maneiras, a circulação de certos jornais do Recife.

“Faz portanto receio ser-se aqui patriota e ler-se jornais liberais, e com especialidade o jornal de Romualdo, que advoga desassombradamente a causa do comércio a retalho. Para as autoridades desta terra é êle contrabando severamente punido”, informava um morador de Goiana<sup>(11)</sup>.

O mês de agosto, aproximando-se, incentivava novas demonstrações de cólera dos nacionais contra a “galegada”. Muitos portugueses, que resistiram ao “mata-mata” de 1872, convenciavam-se de que era impossível permanecer na cidade. As possibilidades comerciais minguavam. Indivíduos de projeção na colônia, como Antônio Garcia de Castro, que ficara em Goiana com acervo de negócios de seu irmão Joaquim; outros, como Ernesto Moreira de Sousa, José Domingues de Sousa, Antônio da Silva Loio, etc. tinham sua vida íntima esmiuçada pelo povo e eram chamados, publicamente, de “ladrões” e “moedeiros falsos”.

Com a cidade dividida em dois blocos, nada se passava em Goiana que não fôsse entendido como favorável ou desfavorável a êsse ou aquêle grupo. Quando o Dr. Teixeira de Sá, num provimento de correição, datado de julho, elogiou a todos os serventuários da Justiça da Comarca, “com exceção do tabelião Francisco Ribeiro Costa Vasconcelos”, por ter verificado que êle, no exercício de suas funções, “não costuma guardar a necessária gravidade, discrição e zêlo pelos interesses da Justiça, qualidades estas que devem ser inseparáveis de um funcionário público de sua ordem”, logo se disse que o Juiz de Direito estava perseguindo o tabelião, “por ser amigo dos liberais”.

Em virtude de demorar processos crimes em suas mãos e praticar atos impróprios da confiança de que era deposi-

---

(11) *O Comércio a Retalho*, ed. cit.

tário e porque, “além disso, tem escriturado muito mal o livro de notas que tem a seu cargo”, conforme se apurou na correição, o Dr. Teixeira de Sá aplicou ao serventuário Costa Vasconcelos a pena disciplinar de suspensão por sessenta dias<sup>(12)</sup>.

Um goianense contestou o ato do Juiz, pelas páginas do *Jornal do Recife*: “Atarefado com as minhas plantações e em vésperas de moer algumas canas que plantei o ano passado, não me tem sido possível ir à cidade ouvir a santa missa do nosso bom e virtuosíssimo padre Dias<sup>(13)</sup>, e por isso não julgava empunhar a pena já tão depressa a fim de dar a VV. SS. notícias desta localidade”<sup>(14)</sup>.

Informava ainda o agricultor, antes de comentar o documento do Juiz Teixeira de Sá, que a situação do município se agravava, com a polícia “prendendo gente a torto e a direito”, invadindo casa dos patriotas foragidos, como acontecera com a do comerciante José Henrique César de Albuquerque, “cuja residência foi violada pelo delegado”.

Quanto ao assunto da correição, lá estava: “Da leitura minuciosa que fiz, vi que o Sr. Teixeira de Sá nada mais fez do que elogiar os seus adeptos. Em o mesmo provimento disse o sr. Teixeira de Sá que nenhum processo de responsabilidade instaurou contra escrivão algum, exceto o escrivão Vasconcelos, que suspendeu por sessenta dias, visto que não tinha a precisa discrição nos segredos de Justiça. É muita imoralidade, até mesmo uma imoralidade de parte da autoridade. Não é sabido que o Sr. Sá suspendeu aquêle escrivão por ter êle mostrado ao Dr. Cunha Melo o horroroso inquérito que, por sua ordem, foi procedido contra alguns liberais com o fim

(12) Provimento de Correição, publicado no *Jornal do Recife*, edição de 31 de julho de 1875.

(13) Oficiando missa, o padre Antônio Dias da Costa, suspenso de ordens por Dom Vital, em 1873, voltava, assim, ao seio da Igreja.

(14) Edição de 19 de agosto de 1875.

de arredá-los do próximo pleito eleitoral? Não é sabido que foi dada tal suspensão por ter aquêlê escrivão de passar uma certidão, e sendo-lhe ordenado que certificasse em sentido contrário, êle declarou que tinha dignidade e que só certificava a verdade?"

A carta do agricultor desvendava, de certo modo, as origens da severa penalidade imposta ao tabelião Vasconcelos. Mas não era sòmente Vasconcelos o único responsável pela quebra da "necessária gravidade, discrição e zêlo pelos interêsses da Justiça". Em todos os lugares, no *forum*, como na polícia, na Prefeitura, como na Câmara Municipal, os liberais dispunham de amigos e informantes. Nos cartórios criminaes da Comarca, por exemplo, cêrca de dezessete processos — como se comentava — "dormiam, a sono sôlto", desde fevereiro de 1875. De quando em quando, lá vinham officios do Recife exigindo o andamento dos autos.

O Promotor respondia, nos estílos, mas o "sono" continuava.

## C A P Í T U L O X I X

**Incêndio de casas comerciais de portugueses. “O estado desta cidade é assustador!” Fuga, em massa, das autoridades da Comarca. Golpe de suprema audácia dos patriotas. As façanhas do “Tenente Pirão”.**

Não tivera fôrças o govêrno para fazer cessar, até então, os contínuos distúrbios que a exacerbação dos sentimentos nacionalistas originara. Nem Francisco de Faria Lemos, nem Henrique Pereira de Lucena, nem João Pedro Carvalho de Moraes, como presidentes da Província, puderam evitar, cada um a seu tempo, o clima de terror e sobressaltos vivido pela população da cidade, ano após ano. Nenhum registro de imprensa sôbre Goiana, entre 1872 e 1875, deixou de comentar espancamentos ou protestos contra as violências policiais e o estado de anormalidade ali reinante. De outra coisa não se fala nesse período, tôda a vez que o nome de Goiana vem a lume nos jornais e nos offícios trocados entre os diversos setores da administração pública.

Os recursos usados pelo govêrno, a fim de afastar de Goiana o espectro da fôrça bruta e do arbítrio, malograram. O fortalecimento das autoridades policiais, a ocupação militar da cidade, a mudança de Juizes de Direito e Promotores Públicos, a perseguição política aos dirigentes do Partido Liberal, a cuja sombra se agasa-



lhavam os patriotas — tudo se reduzira a paliativos, desde que a onda de arbitrariedade, de lado a lado, aumentava. E, com isso, declinava econômica e socialmente o velho município, pôrto de mar e celeiro da produção açucareira de Pernambuco.

A passagem do terceiro aniversário das lutas antilusitanas transcorreu, em 1875, sob a mesma inspiração de ódio contra os portugueses. Nos dois primeiros dias de agosto, o povo acordara, cedo, debaixo de estrepitoso foguetório — comemoração que se ia fazendo tradicional ao transcurso dos aniversários do “mata-mata marinho”. Boletins conclamando os nacionalistas ao uso do *quiri* contra os portugueses espalharam-se, amiúde, pela cidade. O *Jornal do Recife*, edição de 4 daquele mês, estampava estas informações de Goiana:

“Hoje chega-nos a notícia de que nos dias 1.º e 2.º deste mês, soltaram fogos, distribuíram um Manifesto chamando os goianenses às armas para expelir os portugueses, querendo repetir as bárbaras cenas de 1872. Triste Estado!”

Era assombroso, sem dúvida, o caráter de que se revestiam os fatos em Goiana — os súditos estrangeiros sob constantes ameaças, suas famílias intranquias, as atividades comerciais do município prejudicadas, a vida social em desalinho. “Já não é o cacete, nem o punhal, nem o chumbo, nem a garrafa, as armas com que tentam saquear os estabelecimentos” — sublinhava o *Jornal do Recife*, numa correspondência de Goiana. E aditava: “São ainda mais incendiários, incendiários, sim, porque assim o fizeram no estabelecimento do português Antônio Garcia, trazendo deste modo a perturbação e a confusão ao seio das famílias” (1).

Relatava, em seguida, aterrorizado, o correspondente de Goiana: “Tudo anuncia funestas conseqüências e

(1) Edição de 4 de agosto de 1875.

êstes brasileiros, vis algozes da honra e esbanjadores da fortuna alheia, nem ao menos respeitam as suas patrícias, a quem êles portuguezês juraram perante o Altar de Deus ser seus esposos, nem aos filhos de seus esposos e pais, vítimas da mais horrenda atrocidade.

Em breve armarão na praça pública o patíbulo para onde, se o govêrno não der prontamente enérgicas providências, têm de subir os pacatos portuguezês ali residentes, tornando-se isto delícias para os seus inimigos”.

Era longa, no entanto, a queixa do missivista, que devia ser portuguezês: “Há bem pouco, foram pronunciados os autores de tais atentados e êstes mesmos que se acham foragidos, cruzam as ruas ao meio dia em ponto, porque assim o govêrno quer. O próprio jornal “Democrata”, que dantes defendia a causa portuguezêsa, hoje à imposição de homens a quem o povo considera como principais chefes dêstes motins, se converteu em pasquim, para, dilacerando as vestes da Deusa de Guttemberg, injuriar àqueles portuguezês”.

As ponderações dos elementos mais equilibrados de Goiana, respondiam os patriotas com desafôros e achincalhes. Pelas colunas do jornal humorístico *O Linguarudo*, gritava-se: “A influência dos galegos naquela cidade tocou o extremo! Cebosos e fedorentos caixeiros, e muitos amos grosseiros e insolentes, dão o espetáculo da mais horrorosa imoralidade!” (2).

Era ainda *O Linguarudo* que, em editorial sob o título “O Govêrno é Nacional ou Portuguezês?”, denunciava estarem a serviço dos portuguezês — “Ministro da Justiça, Chefe de Polícia, Delegados, Sub-Delegados, Inspectores, Beleguins” (3).

Tal era, na cidade, o ambiente de insegurança que o Cônsul de Portugal se dispôs, mais uma vez, a escrever

(2) Edição de 20 de agosto de 1875.

(3) Idem.

ao governo de Pernambuco, reiterando-lhe a confiança de que a vida dos súditos do Reino não viesse a sofrer novos atentados:

“Já por diversas vèzes, êste Consulado tem tido a honra de pedir a atenção desta Presidência, durante a administração do antecessor de V. Excia. para a situação em que se acham os súditos portuguezes, residentes na Cidade de Goiana, tendo também tido já a satisfação de congratular-se com V. Excia. em officio de data de 18 do mês de junho p. p., pelas providências tomadas para que não fiquem impunes os autores de diversos atentados, os mais criminosos, praticados contra as pessoas de diversos portuguezes domiciliados naquela Cidade.

E tendo agora notícia pelo que publica o “Jornal do Recife”, n.º 175, de data de ontem, sob a epígrafe — Goiana — de que a situação dos súditos portuguezes, ali residentes, é em extremo precária, e sobremodo arriscada, pela animadversão latente que existe em parte dos habitantes daquela Cidade, contra os portuguezes ali domiciliados, é de meu dever pedir, com a maior instância e empenho, que exige a segurança pessoal e de propriedade dos súditos de minha Nação, ali residentes, as providências mais adequadas a restabelecer naquela Cidade a confiança no poder da lei, e da ordem, confiança esta, que, infelizmente, e por muitas vèzes, tem sido abalada, com detrimento gravíssimo para os interesses dos portuguezes ali residentes” (4).

Dava conta, em prosseguimento, o Cônsul, além dos fatos noticiados pelos jornais, da “situação grave” existente em Goiana, “da qual podem, de momento, surgir conseqüências as mais deploráveis, em ofensa das vidas e fortunas dos portuguezes que habitam aquela Cidade”. Chamava o diplomata, ainda, a atenção do governo para

---

(4) MS. existente na *Biblioteca Pública*, datado de 5 de agosto de 1875.

o depoimento de membros do corpo comercial português do Recife, "dos mais considerados por títulos valiosos", a respeito dos acontecimentos. De acôrdo com o testemunho dessas pessoas, o intercâmbio comercial entre o Recife e aquêlê município se achava estremeado, sendo "consideráveis os prejuízos que têm havido, pela liquidação precipitada, a que muitos são forçados, para retirarem-se dali, e não ficarem expostos às tentativas, já por diversas vêzes postas em prática, de serem assassinados".

Insistindo pela adoção imediata de providências em favor "da segurança de vida e de propriedade de estrangeiros pacíficos, e laboriosos, e respeitadores das leis do país, como são em geral os portugueses que residem neste Império", concluía o Cônsul:

"É portanto de meu dever, pedir a atenção de V. Excia., sempre solícito para tudo quanto possa contribuir para a manutenção da ordem pública, e para a segurança individual dos estrangeiros que residem neste país, sem a qual não poderão exercer suas actividades em proveito do país de que são hóspedes; e no próprio; que digno-se V. Excia., penetrado da situação arriscadíssima em que se encontram os súditos portugueses, residentes em Goiana, a qual tem sido traduzida em tentativas de assassinatos d'alguns daqueles, em tentativas d'incêndios, nos estabelecimentos comerciais d'outros, e no terror que tem-se estabelecido, a ponto tal, que nenhum dos portugueses que ali residem ousa sair de suas casas depois das 6 horas da tarde; providências do modo mais conveniente a conseguir o restabelecimento da tranquillidade pública, e extinguir a perseguição sistemática e permanente que naquella Cidade tem-se desenvolvido contra os súditos de minha Nação, que ali residem, e comerciam.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Excia. as expressões de minha perfeita estima e distinta consideração".

Nesse documento, de inequívoca demonstração de mal estar diplomático, o presidente da Província, do próprio punho, escreveu, à margem, um despacho, recomendando fazer ciência dos têrnos do ofício ao Chefe de Polícia, no sentido de que se procedesse da maneira conveniente, “de modo a cessar o mal a que alega o Cônsul”.

Não podia o govêrno dispor de mobilidade para atender à situação de Goiana, no que se referia ao envio de tropas. Qualquer refôrço militar de urgência, ou teria de se processar pelo oceano, nos transportes da *Companhia Pernambucana*, ou por terra, nas carruagens de linha, morosas e irritantes. Nessa época, o trajeto do Recife a Goiana era coberto, ordinariamente, em mais de seis horas. As viagens, de ida ou de volta, interrompiam-se, vez por outra, em Tabatinga, povoado de Igarassu, onde pernoitavam os passageiros. Até o município de Olinda, fazia-se, do Recife, o percurso a trem.

A emprêsa mais conceituada, que servia aos passageiros de Goiana, era a de Aranha & Cia., “que tem melhor satisfeito tôda comodidade dos Srs. Passageiros, pela boa ordem, pontualidade nas suas partidas, e chegadas”, como se dizia em anúncio publicado na *Província* (5).

Pelos carros da emprêsa, saía-se de Goiana às três horas da tarde de tôdas as quintas-feiras, chegando-se a Olinda às nove da noite. Nas viagens de ida, partia-se de Olinda todos os sábados às seis horas da tarde, chegando-se em Goiana à meia noite. As passagens “redondas”, do início ao término da viagem, custavam 16\$000. As avulsas, 10\$000.

Havia, também, carros extraordinários tôdas as semanas, “podendo os Srs. pretendentes darem seus nomes e moradia para serem procurados, no Arco da Conceição, loja de joias n.º 2, aonde se vende os bilhetes de passagem”.

(5) Edição de 18 de setembro de 1875.

O mais prático, no sentido de assegurar, em qualquer emergência, a ordem em Goiana, era, pois, o que vinha fazendo a Presidência: manter a cidade guarnecida de tropas, permanentemente.

A fuga de dois pronunciados, a afronta de outros, passeando pelas ruas principais, de maneira acintosa, desmoralizavam as autoridades. E estas, sem apoio moral e ajuda material do povo de Goiana, viam diminuído, à cada instante, o seu poder de ação.

Daí por que, não raro, se afastavam da Comarca, de uma só vez, por coincidência, Juizes, Promotores e serventuários da Justiça, sob os mais variados argumentos ou pretextos. A 11 de agosto, *A Província*, particularizando êsse estado de coisas, criticava o govêrno: "Chamamos a atenção do Sr. Carvalho de Moraes para o seguinte, que nos remeteram de Goiana, dando o devido desconto a qualquer exageração que porventura contenha: "O estado desta cidade é assustador! A comarca, em pleno abandono! O Juiz de Direito, o Promotor e o Delegado de Polícia, no Recife! Não há juizes de Paz, nem Presidente de Câmara, nem Sub-Delegado ou suplentes em exercício! Roubos, assassinatos, incêndios! Corre que o Dr. Juiz Municipal, em vista do estado de anarquia em que se acha a cidade, fizera ante-ontem retirar sua família para o Recife".

Na edição do dia seguinte, *A Província* ventilava o mesmo problema:

"As autoridades judiciárias de Goiana abandonaram a comarca; umas com licença, sem motivo plausível; outras, sem licença, e por motivo ridículo.

Os delegados e sub-delegados e seus respectivos suplentes, juizes de Paz, vereadores, abandonaram também, uns os seus cargos e os outros recusam-se a exercê-los. Não foi

possível ainda reunir a Junta de qualificação dos escravos, porque não há vereador algum que queira servir, incorrendo assim tôda a comarca em crime de responsabilidade.

Os soldados do destacamento ou de polícia, insubordinados, sem disciplina alguma, são os motores de todos os distúrbios e desordens na cidade de Goiana”.

A crise atingia o seu ponto culminante, como se observa dêsse noticiário, com o relaxamento quase completo do princípio de autoridade.

E foi exatamente nessa hora que os patriotas planejaram levar a efeito um golpe de suprema audácia, o mais sensacional de tôda a história das lutas goianistas contra os portugueses. Estava-se em agosto de 1875. O escrivão do Júri, Juvenal Antônio de Albuquerque, mantinha em seu cartório, sob a vigilância das autoridades judiciárias, o processo-crime contra Manuel Tavares Barreto, Joaquim Carneiro e os demais pronunciados, aguardando a convocação do Tribunal do Júri, desde que os réus se apresentassem para julgamento. Nem era disposição dos patriotas recolherem-se à cadeia, passando recibo da trama de indignidade que, para êles, representava o processo, nem, conseqüentemente, poderia funcionar o Tribunal do Júri sem a presença dos “criminosos”. O impasse, de qualquer modo, ia ao encontro dos interesses dos conservadores, desde que aos nacionalistas só restava o esconderijo permanente, a fuga à ação da Justiça, as catacumbas da ilegalidade. Ou, então — o que lhes parecia humilhante — o banco dos réus e os percalços de um *verdictum* judicial.

Como auxiliar do cartório de Juvenal Antônio de Albuquerque, trabalhava uma jovem, talvez sua parenta, tida como uma das môças mais bonitas da cidade. Em tôrno dela é que se iniciaram os primeiros passos à execução do ato de suprema audácia dos nativistas.

José Henrique César de Albuquerque, apesar de incluído na sentença de pronúncia do Juiz Municipal, vez por outra aparecia na cidade, pernoitando em casa. Ninguém sabe se por afeição, ou, ao contrário, atendendo, simplesmente, às tarefas de um plano diabólico, José Henrique César de Albuquerque enamorou-se da serventuária do cartório do Júri. “E, como o caminho do amor é, às vèzes, o mesmo da perdição e do mal, cortado dos atalhos do ciúme e de outras maldições do inferno e enganos d’alma — conta-nos Aurélio Domingues, valendo-se da tradição oral — não tardou que a justiça viesse a sentir seus alicerces abalados e sua obra derruída”<sup>(6)</sup>.

Assim é que, doida de amor pelo foragido da Justiça, a jovem escrevente “trepou-se, uma noite, na prateleira ou meteu a mãozinha ardilosa dentro da gaveta — e zás: “Toma lá os papéis, meu querido!”

O escândalo reboou pela cidade inteira; roubaram o processo dos patriotas!

O escrivão Juvenal, mais que depressa, simulou, no edifício do cartório, um arrombamento, derrubando com suas próprias mãos uma porta, a fim de livrar-se, e a jovem escrevente, das malhas da Justiça. E a versão que dominou a cidade foi a de que a casa de Juvenal Antônio de Albuquerque havia sido violada por ladrões.

O Promotor Coelho Cintra, já um tanto experimentado com as proezas dos nacionalistas, é que não acreditou piamente no relato da história e preferiu dirigir-se ao chefe do govêrno de modo um pouco diferente:

“Apresso-me em levar ao conhecimento de V. Excia. que, hoje, por volta de cinco horas da manhã, foi subtraído do Cartório do Escrivão do Júri, na casa de sua residência, por meio de arrombamento de uma porta, o processo, no qual

---

(6) *Ob. cit.*, pág. 57.



se achavam pronunciados diversos indivíduos criminosos de tentativa de morte, contra alguns súditos portugueses aqui residentes.

Das circunstâncias que cercam o fato, sobressai a criminalidade do referido Escrivão, por negligência ou conivência e oportunamente comunicarei a V. Excia. o resultado das diligências a que se vai proceder" (7).

A cada golpe de força dos patriotas, respondia a polícia de Goiana com redobrada violência. Fôra assim quando da fuga, no lugar Carrapicho, dos dois presos que se destinavam ao Recife. E seria assim, naquela hora, em contra-partida à atitude desafiadora dos inimigos dos portugueses. Uma série de buscas, de casa em casa, começou a efetuar a polícia, onde quer que suspeitasse da existência do processo roubado. Nenhum liberal ou amigo dos patriotas teve respeitada a inviolabilidade de domicílio.

Tão desumano se revelou o procedimento das autoridades de Goiana contra os nacionalistas, que *A Província*, em nota redacional de 19 de agosto de 1875, teve de protestar com estas palavras: "S. Excia., o Sr. Dr. Carvalho de Moraes não pode ficar indiferente e impassível diante das algumas façanhas ultimamente praticadas em Goiana pela força pública. Entendemos que o governo deve dar garantias aos seus habitantes, deve salvaguardar os negociantes ali estabelecidos de qualquer atentado que nós também condenamos; mas não deve consentir que, sob o pretexto de proteger-se alguns negociantes, abram-se as mais rigorosas devassas, seja violado o lar doméstico, e atacados os cidadãos em sua liberdade".

A crise política e social de Goiana constituía-se num elo da grave conjuntura do país, denunciada pelos adver-

---

(7) MS. existente no *Arquivo Público*, datado de 15 de agosto de 1875.

sários do Trono e pela imprensa independente. Não é que a luta, de caráter local, contra os portugueses, influísse no aprofundamento das dificuldades do Império; quando muito, impediria o governo da Província, criando-lhe obstáculos no interior, de fazer aumentar o prestígio dos conservadores. Mas, no fundo, das agitações gerais lucravam os patriotas de Goiana, que aproveitavam todos os motivos — políticos, sociais, econômicos, religiosos — para sustentar a chama da rebeldia contra os lusos.

O jornal *A Luta*, periódico “científico e literário”, que circulava no Recife, em seu número de 30 de setembro de 1875, oferecia, num editorial, uma pequena amostra da intranquilidade do povo e dos erros do Poder Público e do regime:

“O Brasil atravessa uma crise assustadora: a agricultura definha, morre o comércio, a miséria invade-nos de todos os lados. A estas questões econômicas, questões de vida para o país, reúnem-se as questões políticas que trazem os ânimos em completa e vertiginosa agitação. O Governo cava com as suas próprias mãos o abismo em que há de sepultar-se. Divorcia-se do povo, resistindo às suas mais generosas aspirações. Sofisma a reforma eleitoral, cria a odiosa lei da conscrição, militariza o país, anistia os bispos a despeito dos clamores da opinião, em suma, exerce em toda a sua amplitude o sistema da reação”.

De nenhum modo, porém, as arbitrariedades policiais fizeram cessar o desapontamento do governo pelo roubo do processo na Comarca de Goiana. Muito ao contrário, o emprêgo da força, além de desmoralizar as autoridades públicas, incrementava a repulsa de todos, mesmo daqueles que, a princípio, se haviam colocado a favor dos portugueses.

Se, para os conservadores, o surrupiamento dos autos se devera à atrevida ação dos patriotas, estes, por sua conta e risco, procuravam convencer o povo de que a

ocorrência fôra provocada pelos próprios conservadores, com o objetivo de, em novo processo, incluírem mais alguns liberais de nomeada no município. “Há quem impute a escamoteação aos conservadores descontentes com o primeiro processo, que fôra *preparado* de afogadilho, por não ter êle abrangido todos os criminosos”, dizia um leitor da *Província*, em carta à redação.

O Juiz Municipal Alfredo Vaz, autor do despacho de pronúncia contra os patriotas, chegou a ser, nesses dias, desacatado em plena via pública — o que dá uma idéia da exaltação do povo e do mais indissimulável estado de relaxamento do princípio de autoridade.

Ao Juiz, no entanto, pouco significavam as ameaças. Segundo *A Província*, o Dr. Alfredo Vaz teria dito, no momento da tentativa de agressão à sua pessoa, “que a canalha de Goiana não conseguiria desmoralizá-lo; que estava à espera de um capitão de *linha* para fazer muita gente grande *dançar*”.

Dias após, na verdade, chegou à Comarca um oficial do Batalhão de Infantaria; não um capitão, como pensara e desejara o Juiz, mas um tenente, que o povo, de logo, apelidou de “Tenente Pirão”. A seus atos de violência, imediatamente dirigidos contra os liberais, a população goianense deu resposta, cobrindo o “Tenente Pirão” de um imenso ridículo. A êle, por exemplo, ofereceram-se, pelas colunas da *Província*, os seguintes versos, em forma de sonêto:

“Rival de Scipião, algoz cruento !  
Modera o teu furor, furor tigrino,  
Não sejas tão perverso, tão ferino,  
Nem de sangue humano tão sedento.

Dando couces e patadas, qual jumento,  
Tão torpe, tão audaz, quanto mofino,  
Quer homem, quer mulher, velho ou menino,  
Todos fogem de ti, verme nojento !

És o cão mais voraz da vil matilha  
Que um Régulo soltou, por ser matreiro,  
Contra a gente liberal, que não se humilha.

Esse çbirro que ruge, qual pampeiro,  
Roubando à espósa o marido, o pai à filha,  
Merece a maldição do mundo inteiro”.

O povo de Goiana, que se indignara com os motejos de Eça de Queiroz, fazia uso das mesmas armas contra os seus adversários, ainda que o momento não parecesse muito próprio às coisas do espírito.

## CAPÍTULO XX

**Chegada ao Recife de Antônio Castilho, diretor do jornal *Brasil*, de Lisboa. Relembrados os insultos das *Farpas*. “Castilho, Corga e Cardoso, três dentes de uma queixada” . . .**

Infeliz, pode-se dizer, foi a oportunidade escolhida por Antônio M. Castilho, português, redator do jornal *Brasil*, que se editava em Lisboa, para visitar Pernambuco. Desde 1872, conheciam os brasileiros do Recife e Goiana o periódico do sobrinho de Antônio Feliciano de Castilho. Quando do conflito dos goianenses com os “parrudos”, o jornal tomara a defesa dos patrícios, desme-dindo-se em críticas aos brasileiros. Através de suas páginas, outro escritor luso, Pinheiro Chagas, amesquinvara a luta desenvolvida no Brasil pela abolição do monopólio do comércio interno.

A nenhum nacionalista de Pernambuco passara despercebida, pois, a campanha do periódico de Lisboa contra os interesses da causa nacional. E o *Brasil*, dos órgãos da imprensa estrangeira, era um dos mais lidos pela colônia de Portugal, no Recife. Chegou-se mesmo a veicular a notícia de que o jornal de Castilho se mantinha à custa do dinheiro dos comerciantes lusos de Pernambuco e do Pará.

Na ocasião em que o litígio entre nacionais e portugueses, com o roubo do processo em Goiana, alcançava a sua fase mais dramática, eis que, de um paquete europeu, desce no pôrto do Recife, de espírito desprevenido, o

jornalista Castilho. Entre festas e regabofes, acolheu-o a "portuguesada", muitos por gratidão aos seus escritos, outros com o intuito de desagradar aos nacionalistas.

Como não podia deixar de acontecer a um itinerante de seu porte, abriu o Gabinete Português de Leitura os seus salões a uma conferência de Antônio Castilho, previamente anunciada por quase tôda a imprensa da capital da Província. No dia marcado, falou o periodista de Lisboa sôbre os fatos históricos da vida de seu país, relacionando-os às questões americanas, ao descobrimento, à colonização. Por último, fêz propaganda de seu jornal, apresentando-o como órgão defensor, por excelência, da "fraternidade entre portugueses e brasileiros".

*O Diabo a Quatro, revista infernal*, que circulava, então, aos domingos, registrando a conferência, observou:

"O Sr. Castilho dividiu o seu "speech" em três partes. Na primeira, celebrou as glórias lusitanas; na segunda, demonstrou a necessidade de sua fôlha, para a segurança dos interesses portugueses no Brasil; na última, saudou com entusiasmo a fraternidade, que, no dizer de S. S., une estreitamente os filhos dêste Império aos de Portugal" (1).

O orador do Gabinete Português de Leitura havia omitido, cautelosamente, qualquer palavra sôbre os conflitos de Goiana. Pelo contrário, desconhecendo-os intencionalmente, enaltecera o espírito de cordialidade entre nacionais e estrangeiros, reinante em Pernambuco. Só mesmo por cálculo, um português deixaria de comentar, naqueles dias de exaltação nacionalista, a seqüência de atentados aos membros da colônia lusa.

Ao *Diabo a Quatro*, todavia, a insensibilidade do conferencista não convenceu:

---

(1) Edição de 17 de outubro de 1875.

“Se os nossos hóspedes e nós desfrutamos as venturas da paz e os deleites da fraternidade; se Goiana é uma mentira e o Pará uma invenção; se a *Tribuna* é um idílio e o *Brasil* uma cantata, nesse caso o jornal do Sr. Castilho não tem a menor utilidade para os portugueses residentes neste Império”.

O comerciante Antônio Francisco Corga, patricio de Castilho, entendeu de fazer restrições à sua palestra, lembrando-lhe, pelo *Diário de Pernambuco* de 11 de outubro, que a conduta dos portugueses, com relação aos brasileiros, não podia ser, assim, objeto de tantos panegíricos. Que se recordasse o conferencista, dizia Corga, das *Farpas*, de Eça e Ramalho sobre a pessoa do Imperador do Brasil e sobre seu povo. Corga fôra o autor da viagem, em três horas e meia, de Goiana a Igarassu, num cavalo desembestado, para fugir à ação dos patriotas. Conhecia, pois, a sua fúria, mas não podia negar-lhes, sinceramente uma certa dose de razão.

Nesse tempo, circulava no Recife *A Marquesa do Linguarudo*, que sucedera ao *Linguarudo* e à *Mãe do Linguarudo* e que, depois, se transmudaria na *Duquesa do Linguarudo* e na *Princesa do Linguarudo*. Impresso na tipografia do *Comércio a Retalho*, de Romualdo Alves de Oliveira, *A Marquesa do Linguarudo*, dirigido por João Ciríaco da Rocha Lôbo, caracterizou-se pela crítica de costumes, disputando as preferências dos habitantes do Recife aos domingos, no mesmo dia em que circulava *O Diabo a Quatro*.

A guisa de expediente, *A Marquesa* trazia no cabeçalho:

“Saio todos os domingos,  
Nesta terra a passear  
Visitando os meus leitores  
Para os *cobres* embolsar.

Quinhentos réis por dois meses,  
Sempre pagos adiantados  
Custa minha assinatura  
Logo a vista e não fiados.

Também retalho-me avulsa  
Por quatro vinténs sòmente;  
Sou uma velha dos diabos,  
Já fui fria, hoje sou quente.

Quem me quiser assinar  
Venha à rua Imperador  
Na casa número doze  
Onde assisto com primor.

Accito correspondência  
De interêsse particular,  
Conforme o meu ajuste  
Para quem quiser publicar.

Todo negócio comigo  
Será nesta tipografia  
Onde tenho meu caixeiro  
Tôda noite e todo dia”.

Em sua edição de 17 de outubro, *A Marquesa do Linguarudo*, comentando a palestra de Castilho no Gabinete, descobria-lhe as seguintes intenções na viagem ao Brasil, tentando imitar o sotaque dos portugueses:

“Meus xinhôris! Bejam lá que S. Excia. o senhôri Castilho beio ao Vrasli pedfri dinheiro para nos defendêri dos cáivras e dos vódes vrasileiros!”

Em face das críticas do *Diabo a Quatro*, das restrições de Antônio Francisco Corga e das patacoadas do jornal de João Ciríaco, a colônia lusitana mobilizou-se para



assumir, resoluto, a defesa de Castilho. Assinando-se Fausto Cunha, um cidadão português, pelas colunas do *Jornal do Recife*, respondeu aos ataques contra o redator do *Brasil*, explicando que os fatos do Pará e de Goiana "são fatos isolados", não devendo e não podendo influir na tradicional amizade luso-brasileira.

*A Marquesa*, *O Diabo* e outros jornais do Recife revelaram, depois, que o tal Fausto Cunha não era outro senão "um dos comerciantes mais conhecidos desta praça", sendo, inclusive, um dos "eminentes membros da diretoria do Gabinete Português de Leitura".

Na edição de 21 de outubro, do *Jornal do Recife*, outro lusitano, Antônio Lopes Cardoso, da redação do *Diabo a Quatro*, investiu sobre Castilho, confessando, insuspeitamente, que, como português, não podia deixar de reconhecer a verdade de que muitos patrícios chegavam ao Brasil para enriquecer de maneira desonesta. E, reavivando o episódio das *Farpas*, prestava justiça a seus redatores, dizendo:

"Quando acusaram Ramalho Ortigão da ingratição com que nas suas *Farpas* ridicularizava os brasileiros, êle apressou-se me declarar que os brasileiros sobre quem descarregava o açoite dos seus sarcasmos eram os portugueses que do Brasil voltavam para Portugal, isto é, aquêles pobres diabos que levam aqui a mourejar para remeter-lhes as bagas do seu suor transformadas em boas libras esterlinas para os seus asilos, para os seus hospitais, para as suas escolas, para as suas emprêsas de todos os gêneros inclusive as literárias!

Só depois que surgiu de todos os ângulos de Portugal uma chusma de advogados literários de todos os gêneros a pugnar pelos nossos direitos em gazetas e livros, que nos mandam por preço, é que a colônia portuguesa no Brasil principiou a padecer.

Antes dessas *filantrópicas* e *patrióticas* defesas, nunca se registraram fatos como os de Macapá, Goiana e outros".

Equivocava-se ligeiramente Lopes Cardoso, ao atribuir a Ramalho uma explicação que deveria ter sido de Eça; e, do mesmo modo, se enganava quando aludia a ocorrências *patrióticas* em Macapá. Talvez confundisse *Pará* com *Macapá*, o português não familiarizado com as coisas do Brasil.

A ousadia de Lopes Cardoso não foi perdoada pela colônia. Que os brasileiros chamassem os portugueses de ladrões, vá lá! Mas que um súdito lusitano, discordando da conferência de Castilho, e “fazendo perna com os nacionais em seus atrevimentos”, insultasse a dignidade dos comerciantes lusos, lá isso não!

Antônio Lopes Cardoso, de profissão era fotógrafo, colaborando no *Diabo a Quatro*. Nas horas vagas, dava-se, enternecido, ao belo-canto, entoando a voz de tenor nas festas sociais do Recife. Daí porque “um anônimo”, pelo *Jornal do Recife* de 20 de outubro, interpretou a zanga de Cardoso contra Castilho como uma atitude de mero despeito, uma vez que, até aquêlê dia, o tenor não tivera ocasião de ser convidado para ir ao Gabinete Português de Leitura, a fim de “exibir seu canto”: “O Sr. Lopes Cardoso julga-se com o mesmo direito por ir ao mesmo Gabinete dar dois desentoados berros, que mais se parecem com o rinchar do macho, que de um presunçoso tenor”.

Atendendo, ao que parece, a uma ordem geral, a colônia, de rijo, caiu sôbre os dois tresmalhados patrícios — Corga e Cardoso — mandando publicar nas páginas de ineditoriais do *Jornal do Recife* e do *Diário de Pernambuco* versos, quadrinhas, recados humorísticos e paródias em que o “escritor, tenor e fotógrafo Lopes Cardoso” e o “renegado Corga” eram xingados impiedosamente. O mais atingido pelos ataques foi Cardoso.

A 22 de outubro, publicava-se no *Jornal do Recife*, como matéria paga:

"Hom'essa é boa ! A Colônia portuguesa de Pernambuco acha-se absorta contemplando a inteligência e ilustração do patrício Lopes Cardoso ! Oh ! cães, cachorros, cachorrinhos, não ladreis à porta do Lopes Cardoso. Vêde que a Gramática Portuguesa pode ser por vós estropiada !"

O tenor não se dava por achado em meio a tanta ridicularia. E, auto-suficiente, compareceu às páginas do mesmo jornal para declarar aos compatriícios que haveria de "sobrepujá-los com a sua superioridade moral e intellectual". Em sua arrogância, Cardoso empregou várias vezes o verbo *sobrepujar*. Por isso, um português, aproveitando a coincidência, acentuou no outro dia:

"O *non plus ultra* de todos os literatos, o imortal cantor do "Judeu", o fotógrafo imperial, o rabiscador do *Diabo a Quatro*, enfim, o Lopes Cardoso, está atacado da pior de tôdas as moléstias: a *sobrepujança* ! É pena, tão môço !" (2).

Dedicado ainda a Cardoso, escreveram-se, no *Jornal do Recife* de 23 de outubro, êstes versos:

"Hom'essa, histrião *fotografado*,  
Farsista imoral ! Oh, Dom Quixote !  
Quero dar-te uma surra de chicote  
E deixar-te êsse lombo escalavrado !

Quero ver-te pigmeu estonteado  
Da arena sair corrido a trote !  
Embora tu me dês algum pinote  
E me deixes no caminho estatalado !

Colaborar nesses antros de averno  
Vais bradando, bradando, furibundo...  
Dizer podes que Deus não é eterno...

---

(2) *Jornal do Recife*, edição de 23 de outubro de 1875.

Eu bem sei que da *ilha* és oriundo...  
 Tens de dar muito couce no inferno  
*Empurra* logo as patas neste mundo!"

Dois dias depois, assinado por Veríssimo Pessoa de Matos Brito, o mesmo jornal publicou longos versos, de elogio a Lopes Cardoso. Veríssimo Pessoa de Matos Brito foi denunciado como sendo pseudônimo do próprio Cardoso. Eis alguns versos:

"Escreve; e que eles escrevam;  
 Pois tua vitória aí está:  
 Tu, com a linguagem correta  
 Eles, só com o patuá.

Tu, co'a idéia, o raciocínio;  
 Eles co'o insulto vilão;  
 Tu, sorrindo; eles zurrando;  
 Tu, voando; eles, no chão.

Hom'essa! Quem no diria...  
 Que pessoas tão de bem,  
 Quisessem comprar louvores  
 No "Brasil" com vil *xenxém* (3).

Nada de tréguas Cardoso;  
 Escreve e deixa-os berrar.  
 Recomenda-os ao Ramalho,  
 Que é quem os sabe *Ortigar*..."

Lopes Cardoso, sentindo-se acuado pela onda de ridicularia, volta à imprensa, também em matéria paga, para dizer que muitos portugueses honestos, residentes no Recife, estavam de acôrdo com êle. E exemplificou,

(3) *Xenxém* — Moedas de cobre, de 10, 20 e 40 réis, que circularam a partir de 1829.

armando, sem querer, as chaves metrificadas de um mote: "Antônio de Sousa Pinto é da minha opinião". Sousa Pinto, grande poeta, era, juntamente com Aníbal Falcão e Generino dos Santos, um dos redatores do famoso *O Diabo a Quatro*.

A "portuguesada" inspirando-se, aproveitou a frase de Lopes Cardoso e completou o mote, glosando:

*"Antônio de Sousa Pinto  
É da minha opinião.*

Um fotógrafo *distinto*  
Falando em coisa adversa  
Trouxe logo na conversa  
"Antônio de Sousa Pinto".  
Eu prá dizer o que sinto  
A esse tal maganão  
Seria dar-lhe atenção...  
Direi somente (é forçoso)  
Que quem fôr contra o Cardoso  
"É da minha opinião" (4).

E surgiram também as paródias, naquela verdadeira batalha de riso e moxinifadas, tão ao gosto das tertúlias do Recife, na segunda metade do século passado:

"Cardoso, bom rapaz, que te partiste,  
Tão cedo da contenda descontente  
Descansa lá no *inferno* eternamente  
E viva eu só na imprensa agora triste.

Se em casa do *diabo* onde subiste  
Memórias da *pujança* se consente,  
Não te esqueças daquele empenho ardente  
Que em mim de rebaixar-te sempre viste.

---

(4) *Jornal do Recife*, edição de 25 de outubro de 1875.

E se vires que pode merecer-te  
Um "Hom'essa" o prazer que me ficou  
De no conceito público perder-te;  
Roga ao *demo* que a vida te encurtou  
Que tão cedo o bom senso chegue a ver-te  
Quão tarde o pedantismo te deixou!"

O sonêto acima, divulgado pelo *Jornal do Recife* no dia 25, era assinado, numa indireta à gabolice do Cardoso, por "Dona Superioridade Intelectual".

A *Marquesa do Linguarudo*, em face das "bordoadas literárias" recebidas por Lopes Cardoso, correu em seu auxílio. E, no mesmo editorial em que o defendeu, repeliu as posições assumidas pelo *Jornal da Tarde*, do Recife, que criticava os portugueses, notadamente os jornais *O Comércio a Retalho*, *Tribuna*, *Voz do Brasil*, etc. órgãos conhecidos como porta-vozes da campanha anti-lusitana, de condenação ao monopólio do comércio interno. No seu pronunciamento, *A Marquesa do Linguarudo* citava como exemplo da "covardia portuguesa" a revista de Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão:

"Quanto aos insultos que o pasquineiro do *Jornal da Tarde* lançou ao *Comércio a Retalho*, *Tribuna*, *Voz do Brasil* e outros aí estão seus redatores a quem não falta dignidade para vergalhar-lhe as faces. Que os brasileiros têm sido infamemente insultados, aí estão *As Farpas*, *Asmodeu*, *Tribuna* (de Portugal), *Punhado de Verdades* e outros, não reservando-se o chefe da Nação e sua virtuose consorte. Para prova plena do que dizemos, apareceram os justos e imparciais portugueses Corga Cardoso e outros que, com ferro em brasa, desmascararam Castilho e os seus defensores.

O último número do *Brasil* português, estando Castilho aqui, trás insultos revoltantes contra os dignos goianistas, paraenses e todos os brasileiros" (5).

(5) Edição de 31 de outubro de 1875.

Até então, a polêmica que se originara da presença de Antônio Castilho no Recife e de sua palestra no Gabinete Português de Leitura não interessa aos pernambucanos. Os versos, as chacotas, as quadrinhas de mofa, as paródias eram usadas por portugueses contra portugueses. Aos nacionalistas do Recife, aos que aproveitavam tôdas as situações para indigitar os súditos de Portugal como causa de nossos males, a polêmica aparecia monótona e sensaborona, "parrudo" falando de "parrudo". E foi para reagir contra isso que se levantaram os leitores recifenses da *Província*, sem distinguir Corga de Castilho, ou êste de Cardoso. Eram todos portugueses, "três dentes de uma queixada", como dizia um leitor escrevendo para a imprensa.

Um versejador popular valeu-se dessas expressões, desenvolvendo-as do modo que se segue:

"Mote:

*Três dentes de uma queixada:  
Castilho, Corga e Cardoso.*

Glosa:

Três tipos que não são nada,  
Nem em verso, nem em prosa,  
Literatos duma só coisa...  
"Três dentes de uma queixada".  
Três porcos de uma manada  
De Olimpo são três vasos  
Que as Musas em certos casos  
Têm pra sua servidão;  
Três pomadistas que são:  
"Castilho, Corga e Cardoso" (6).

---

(6) Edição de 29 de outubro de 1875.

Outro colaborador da *Provincia*, nas páginas de ineditórias, publicou, a seu modo, êstes versos, dentro da mesma inspiração do mote:

“O *Diabo* encafifou  
Com uma certa Excelência  
Que fazendo conferência  
Muita asneira borrifou;  
Mas o Fausto já explicou —  
Ser causa da bostalhada  
Ter ela a bôca invejada  
Em razão de ter tirado  
Por ordem do tio letrado  
“Três dentes duma queixada”.

O Lopes, logo que a viu  
Pretendeu aproveitá-la,  
Propôs-se a fotografá-la;  
O Corga que isto ouviu  
Requeriu um desafio  
Pra mostrar que era verboso  
Houve então pleito ruidoso  
Entre o povo dos gaiatos  
Por causa dos literatos  
“Castilho, Corga e Cardoso”.

O Recife não cabia em si de tanta versalhada. Páginas inteiras dos jornais mais circunspectos da capital eram gastas quase exclusivamente para expressar as manifestações dos portugueses a favor ou contra o jornalista do *Brasil*, Antônio M. Castilho. Dias e dias, de matérias locais, o que se podia ler na imprensa outra coisa não era senão os versinhos e as quadras contra uns e contra outros, por causa da conferência do Gabinete Português. Do meio para o fim, a discussão enveredou para o terreno dos ataques pessoais, com acusações à honra de Lopes



Cardoso, de Corga, de Castilho, dizendo-se do primeiro que cumprira, há tempos, sentença condenatória na Província da Bahia, por crime de tentativa de morte contra um enteado. Lopes Cardoso, vai daí, e manda buscar certidões das autoridades judiciárias, divulgando-as pela imprensa, fazendo prova, não da inexactidão dos ataques, mas de que, como presidiário, tivera boa conduta carcerária, sendo um homem de bons predicados...

O que é fato é que, afora a conferência do Gabinete, não pôde Castilho apresentar-se de público em outro qualquer local do Recife. Durante sua estada, foi-lhe indiferente o povo de Pernambuco. E mesmo depois de sua chegada ao Rio de Janeiro, de onde escreveu à redacção do *Jornal do Recife*, lamentando o incidente, mas aproveitando o ensejo para tornar a dirigir pesados insultos a Lopes Cardoso e ao *Diabo a Quatro*, não pararam as manifestações de desagrado à sua pessoa.

Tanto e tanto se escreveu sôbre Castilho, Corga e Cardoso, nesses dias, que um leitor da *Província*, interpretando, na certa, a irritação geral dos pernambucanos, versejou êste desabafo:

“Ora sêbo! Isto é maçada!  
Então não há que fazer?  
Todo o dia levo a ler:  
“Três dentes de uma queixada”!  
Deixemos essa cambada  
Ir vivendo em santo gôzo  
Deixem êles no seu pouso  
De milho e mel se fartarem  
Até por si se acabarem —  
“Castilho, Corga e Cardoso” (7).

---

(7) Edição de 30 de outubro de 1875.

## CAPÍTULO XXI

**Vigorosa demonstração de apoio popular aos patriotas. Exigência ao Govêrno para sustar o “excessivo rigor” contra os goianenses. A última vingança contra o Juiz de Direito.**

O misterioso sumiço do processo, até então cuidadosamente mantido sob a guarda das autoridades judiciais veio mostrar o poderio dos patriotas, a sua crescente popularidade no seio dos habitantes de Goiana.

Se a fuga de Joaquim Carneiro e Trajano Medeiros e Albuquerque, pelas circunstâncias em que se consumou, já patenteara a fôrça dos adversários dos portugueses, agora, com o desaparecimento dos autos, tôda uma obra de resistência se coroava de êxito, com uma série de atos de presália a tudo quanto se fizera e continuava a fazer para comprometer a liberdade de um punhado de jovens goianistas, dos mais ilustres e representativos.

Com o “arrombamento” da casa de Juvenal Antônio de Albuquerque, não descansaram os nacionalistas na tarefa de agitar a opinião pública, através de boletins anônimos. Em Lisboa, um desses boletins mereceu transcrição na imprensa, tais os insultos e as gravíssimas ameaças que continha.

A 9 de outubro de 1875, o cônsul Claudino de Araújo Guimarães, impressionado com os planos revelados naqueles documentos, voltava à presença do govêrno

de Pernambuco, solicitando-lhe medidas de imediata proteção para os súditos de Portugal. O officio do representante diplomático era longo, dizendo coisas pouco ou quase nada protocolares:

“Tendo o jornal “Brasil”, um dos mais considerados da imprensa periódica de Lisboa, transcrito últimamente uma proclamação, feita nos termos mais violentos e inconvenientes, que consta ter sido distribuída nesta cidade, e na de Goiana, com grande profusão, e na qual, a par das maiores injúrias, e vituperios lançados à Nação Portuguesa, é incitada a animadversão dos cidadãos brasileiros, contra os portuguezes, residentes em Goiana, aconselhando àqueles o emprêgo de violências, para seu extermínio, e para obrigá-los a abandonar o exercício do comércio, a que se entregam, é do meu dever solicitar a atenção de V. Excia. para êste incidente, altamente lamentável, a fim de que V. Excia. digno-se adotar as medidas que forem a bem de descobrir-se qual o autor de semelhante proclamação subversiva da ordem pública, e da tranquillidade, que as leis do Império garantem a todos os estrangeiros, que vêm exercer a sua atividade neste país, para que seja punido com todo o rigor da lei” (1).

Valendo-se da ocasião, o cônsul pedia, em nome do govêrno de Sua Majestade Fidelíssima, informações sôbre as providências tendentes a garantir a vida e os bens da colônia, particularizando o rumoroso caso do desaparecimento do processo:

“Tenho a honra de solicitar a V. Excia. que digno-se declarar-me se foi instaurado novo processo criminal contra os autores de diversos crimes perpetrados contra alguns súditos portuguezes, residentes em Goiana, que haviam sido pronun-

---

(1) MS. existente na *Biblioteca Pública*.

ciados em outro processo crime, que contra êles tinha sido anteriormente intentado, e que, infelizmente para a causa da justiça, foi subtraído do cartório do escrivão respectivo”.

No fecho da correspondência, o cônsul Claudino reafirmava sua confiança no restabelecimento da ordem e na proteção dos interesses de seus compatriotas:

“Certo da solicitude que V. Excia. tem por tudo que diz respeito à administração pública desta província, ousou esperar, com tôda a confiança, que a causa da ordem pública, na cidade de Goiana, em tudo quanto ela possa ter relação com os interesses da vida, da honra e da propriedade dos súditos portugueses, ali domiciliados, merecerá de V. Excia. tôda a consideração que tão valiosos interesses demandam”.

Ao presidente da Província já se tornara incômodo, decerto, o recebimento de officios dêsse teor, expedidos com a mesma regularidade com que, em Goiana, os patriotas infringiam as leis e violentavam os cidadãos estrangeiros. Anos e anos de perturbações e anormalidades naquele município, e ao govêrno restava um dos dois caminhos: ou exigir das autoridades locais um paradeiro à insubordinação dos nacionalistas, afogando em sangue aquela avalanche de rebeldia; ou, do contrário, assistir, de braços cruzados, à desmoralização da Presidência ante os olhos de uma Nação irmã, deixando Goiana entregue ao regime das selvas.

A 18 de outubro, o comendador João Pedro Carvalho de Moraes, optando por uma das soluções, comunicou-se com o promotor Coelho Cintra, fazendo-lhe severas censuras. De maneira ríspida, o chefe do govêrno pedia esclarecimentos acêrca de todos os fatos ocorridos na Comarca, a partir de 1872, expedindo ordens terminantes no sentido de que prosseguissem, de qualquer modo, as diligências contra os patriotas.

Quatro dias depois, o Dr. Coelho Cintra respondeu ao comendador Carvalho de Moraes, cientificando-o das “medidas que têm sido tomadas a respeito dos ultrajes e atentados praticados nesta cidade contra a Nação portuguesa e alguns súditos dela” (2).

Querendo parecer diligente, o Promotor referia-se aos boletins distribuídos na cidade, adiantando que promovera “em sentido consentâneo, não só a repressão do crime consistente nela (proclamação), mas também a predisposição de medidas contra qualquer atentado que por fôrça da mesma se precipitasse na ordem dos acontecimentos”.

Reconhecia-se, no entanto, o Dr. Coelho Cintra incapaz de executar a menor providência contra os autores dos boletins subversivos, apesar da ajuda material do govêrno, mantendo Goiana sob ocupação militar: “Nesse intuito, porém, tive de lamentar por um lado a improficuidade do esforço consagrado a descoberta dos seus autores, por ter sido ela distribuída à maneira de pasquim — sem autor, editor ou impressor responsável, ao passo que por outro lado me foi grato aplaudir a solicitude desta Presidência, que, em virtude de representação desta Promotoria datada do referido mês, socorreu de pronto com um contingente de fôrça, a ordem pública ameaçada. Essa medida não fálhou a eficácia, máxime encontrando valioso auxílio na adesão que a maioria da população desta cidade prestou à causa da Lei e da Justiça. E os facciosos não podendo realizar seu plano de ostensiva reação contra os portugueses, retraíram-se aos esconderijos, empreendendo-a depois por meio de espancamentos e tiros em alguns dêles”.

Discriminava, então, o Promotor a conduta da Justiça Pública: “Promovi minuciosas diligências sôbre cada

---

(2) MS. existente no *Arquivo Público*, datado de 22 de outubro de 1875.

um dêsses atentados, porém foi sempre impossível coligir a mais frágil base para a conseqüente punição dos respectivos autores. A vista disso requeri à Delegacia que continuando as investigações providenciasse no sentido de impedir a reprodução de tais atentados por meio da ação policial preventiva mais solícita e enérgica. Achavam-se as coisas neste estado quando um indivíduo denunciou ao Delegado alguns dos criminosos indicando os meios de prova que podiam ser enviados”.

Dava conta, aí, o Promotor da instauração do processo, a cujos atos principais assistira e que culminara com a decretação da prisão preventiva dos patriotas: “Sôbre êsse inquérito interpus denúncia contra um dêles como mandatário e contra os outros como mandantes do crime previsto no Art. 192 combinado com o Art. 34 do Código Criminal, assisti aos têrmos da formação da culpa e requeri a pronúncia dos sumariados, nos citados artigos, a qual foi decretada”.

Nesta parte de seu officio, o Dr. Cintra externava a sua convicção de que o carcereiro da cadeia de Goiana, de cuja guarda fugiram os dois patriotas, ao longo da estrada de rodagem, no povoado Carrapicho, agira “por negligência, facilitando a fuga de dois sumariados que se achavam presos, quando os conduzia para apresentá-los ao Superior Tribunal da Relação, em virtude da ordem de *habeas-corpus* que impetraram ao mesmo Superior Tribunal”. Por isso, o carcereiro fôra denunciado pela Promotoria.

Quanto ao roubo dos autos do processo do cartório do escrivão Juvenal, informava o Dr. Coelho Cintra: “Havendo também desaparecido por meio de arrombamento da casa do Escrivão do Júri, o processo em que se achavam pronunciados aquêles indivíduos para logo empreguei os meios ao meu alcance no sentido de verificar se tal desaparecimento relacionava-se por qualquer modo com a responsabilidade do referido Escrivão.

Coligidos alguns indícios disto, denunciei o fato perante o Dr. Juiz de Direito e procedeu-se a instauração do competente sumário”.

No fundamental, todavia, a ação das autoridades não pudera ter encaminhamento, em virtude da inexistência do processo contra os nacionalistas. O Promotor expunha ao govêrno o que andaram fazendo êle e o Juiz de Direito para solucionar o *impasse*: “Agitava-se entretanto a necessidade de tratar da reforma do processo desaparecido. Cumprindo-me porém instruir o iniciamento dela com diversos documentos relativos aos fatos que motivaram o primeiro processo e aos nomes dos indiciados autores, assim como aos das testemunhas que depuseram, promovi a aquisição de tais documentos alguns dos quais já se acham em poder desta Promotoria. Além disso havia sido requisitado ao Dr. Chefe de Polícia da Paraíba um inquérito a alguns dos ofendidos que ali se acham residindo, e constando-me que, por êle seriam indigitados outros criminosos, julguei de acêrto esperá-lo para emprender um procedimento regular sôbre bases mais amplas e seguras. Esse alvitre mereceu a aquiescência do Dr. Juiz de Direito com quem procurei sempre entender-me sôbre aquêle assunto por considerá-lo grave e por isso digno das mais sérias cogitações das autoridades”.

No fim de sua correspondência, o Promotor oferecia ao comendador Carvalho Pais a novidade de Goiana: “Acaba de chegar a esta cidade o inquérito a que aludo, efetivamente indiciando mais outros autores dos atentados contra os súditos portuguezes e sôbre êle vou proceder a instauração do competente processo. Com tais informações dos atos que por esta Promotoria têm sido enviados em prol da causa da Lei e da Justiça julgo haver satisfeito a ordem de V. Excia. transmitida no officio a que assim respondo.

Deus Guarde a V. Excia.”

O fiel da balança, nos acontecimentos de Goiana, inclinava-se, mais uma vez, para o lado dos portugueses, que impavam de satisfação à simples possibilidade de refazimento do processo. Era preciso agir, da parte dos nacionalistas, como das oportunidades anteriores, paralisando no ar a mão implacável da Justiça. Se todos os instrumentos e recursos de luta haviam sido insuficientes para abolir a prolongada onda de truculência contra os patriotas, impunha-se, agora, o manejo de novas armas de intimidação contra a “galegada” e seus protetores.

A restauração do processo significaria a eternização daquele estado de coisas — os patriotas enfiados em seus esconderijos, a sociedade goianense sobressaltada, a polícia a cometer brutalidades contra os liberais, o comércio em declínio, a cidade transformada numa praça de guerra, enfim, tôda Goiana a abrir-se em feridas, vendo extinguir-se as derradeiras reservas de seu organismo.

Contra as novas medidas judiciais, pois, levantaram-se as vozes do povo, do pequeno comerciante e artesão ao proprietário de terra, do médico ao funcionário público, do oficial da Guarda Nacional ao boticário, do padre ao “livre-pensador”, do caixeiro de loja ao advogado. Um *abaixo-assinado* monstro, contendo o nome de mais de quatrocentas pessoas, das mais representativas e categorizadas dos setores profissionais e sociais de Goiana, foi a resposta da população às ameaças da Justiça, de recomençar a marcha do processo. Nunca se vira, até aquela hora, maior sinal de revolta dos goianistas, desde o tempo em que *As Farpas*, no depoimento de um jornal da época, “despertaram e incitaram em Goiana, mais do que em qualquer parte, os velhos preconceitos de nacionalidade” (3).

---

(3) *A Província*, edição de 4 de outubro de 1872.



Inúmeros cidadãos, que se haviam mantido fora das disputas políticas; outros, que se conservaram neutros na luta entre brasileiros e portugueses; outros, ainda, que, sendo amigos dos lusos, tudo fizeram no sentido de apaziguar o clima de exaltação — aderiram, solícitos, ao abaixo-assinado, dando-lhe uma amplitude e ressonância invulgares.

O memorável documento do povo de Goiana, divulgado nas edições de 12 e 14 de outubro de 1875, do *Jornal do Recife* e da *Provincia*, respectivamente, estava assim redigido:

“Os abaixo assinados, nada podendo no sentido de fazer cessar o excessivo rigor com que têm sido tratados pelas autoridades desta comarca os negociantes que foram injustamente envolvidos no processo a que deram lugar diversas violências que sofreram alguns portugueses residentes na cidade de Goiana, julgam do seu dever dar um público testemunho em favor daqueles seus concidadãos, que por falsas aparências, e por efeito de intrigas vis, de mesquinhas calúnias, acham-se foragidos e sob o pêso da infamante imputação de crimes, que não cometeram, e que são incapazes de cometer. Sirva-lhes ao menos esta espontânea manifestação de lenitivo aos desgostos e sofrimentos por que estão passando sem que ainda lhes tenha sido possível obter justiça; o que por certo alcançarão, logo que as autoridades, sob cuja jurisdição se acham, convencidas da falsidade de apreciações precipitadas, quiserem examinar os fatos com calma e imparcialidade.

Estejam certos os Srs. Manuel Tavares Barreto, Cosme Damião da Silva, José Henrique César, José Domingues Antunes dos Reis, José Lopes de Lima, Trajano Medeiros e Albuquerque, Joaquim Carneiro de Mesquita Melo, José Antônio de Albuquerque, que apesar do infundado processo que lhes foi instaurado, e do roubo dêste processo, fato praticado por inimigos seus para mais comprometê-los aos olhos das auto-

ridades, não perderam coisa alguma no conceito dos abaixo assinados e do público em geral, que continuam a fazer justiça aos seus sentimentos, e lhes conservam o aprêço e estima a que têm direito por muitos e honrosos títulos”.

Encabeçando o memorial, via-se o nome do Dr. Ludovico Correia de Oliveira, primo do conselheiro João Alfredo e figura das mais conceituadas na vida social do município, onde exercia a profissão de médico. A êle seguiam-se centenas de outros vultos de destacados goianistas, como Miguel Pessoa de Araújo Tavares, Manuel Henrique Alves da Silva, Frederico Augusto Veloso da Silveira, próspero comerciante, Matias Pinto de Abreu, Manuel Inácio Pessoa de Melo, Major José César de Albuquerque, Alferes Manuel Antônio César de Albuquerque, Capitão Antônio Gonçalves de Oliveira, João Antônio de Oliveira, Manuel Francisco do Nascimento Sobreira, Francisco Sérgio do Rêgo, José Pinheiro de Mendonça, Luís Cavalcanti de Albuquerque Sousa, João Batista de Aguiar Coutinho, Jerônimo Estanislau da Costa Gadelha, Antônio de Holanda Cavalcanti de Albuquerque, Epifânio dos Santos Barros, João de Caldas Ribeiro Campos, Alferes Ursíssimo Quaresma de Menezes, Henrique de Moraes Coutinho, Eustáquio Constâncio Rodovico Júnior, Antônio Corlet, Antônio Ildefonso de Albuquerque Melo, Antônio Carneiro Tavares de Melo, Inácio Gomes de Paula Vaz Curado, José Joaquim de Oliveira Andrade, Antônio de Albuquerque Melo Toto, Teodoro Alves de Vasconcelos, Belizário Ambrósio da Silva Machado, Dr. Manuel Vicente Ribeiro de Lira, médico, Tenente Manuel Moreira da Costa Passo, Tenente João Gonçalves Bastos, Tenente-Coronel Feliciano Cavalcanti da Cunha Rêgo, depois Barão de Timbaúba e deputado liberal, Dr. Francisco Tavares da Cunha Melo, José Rodrigues Peixoto Júnior, depois um dos fundadores da Fábrica de Tecidos de Goiana, Paulino Bezerra Ne-

gromonte, Francisco Sinfrônio Olímpio Tavares de Melo, Capitão João da Costa Ribeiro Canto, Alferes Jerônimo César de Albuquerque, Francisco Antônio Cabral de Vasconcelos, Capitão Manuel Correia de Menezes, João da Cunha Vanderlei Lins, Francisco de Paula Lôbo de Albertim, Joviniano do Monte Sousa, que exerceu, depois, o cargo de tabelião da Comarca, padre Lourenço de Albuquerque Loiola, vigário de Goiana, padre Antônio Dias da Costa, padre João Seraipão da Cruz, João Paulino da Cunha Barreto, Manuel Aurélio Tavares de Gouveia fundador da Fábrica de Tecidos, José Tavares da Cunha Gouveia, Bernardo Pinto de Abreu, Major José Correia de Oliveira Andrade, irmão do Dr. Ludovico, Feliciano Pereira de Lira Tavares e um sem número de outras conhecidas figuras da sociedade local.

O que havia de mais expressivo nas forças sociais e econômicas de Goiana, assinou o manifesto de apoio aos patriotas. Como demonstração de unidade política, o documento estava completo. Sua repercussão em Pernambuco teria de ser o que foi — um empolgante e incisivo protesto de massa contra o “excessivo rigor” com que vinham sendo tratados os comerciantes nacionais, apontados como cabeças do “mata-mata marinho” de 1872.

Na hora mesma em que se arquitetava o reinício das perseguições aos nacionalistas, com a ameaça da instauração de novo processo, o *abaixo-assinado* fez convergir sobre Goiana as atenções de toda a Província, sustando, desse modo, as novas providências da Justiça.

Um súdito português, que costumava escrever para o *Jornal do Recife* com o pseudônimo de “O Taverneiro”, relatou, numa correspondência publicada na edição de 6 de novembro de 1875, o ambiente de Goiana, naquela fase do *abaixo-assinado* e das tentativas da restauração do processo:

“Srs. Redatores.

Sou morador em Goiana e por isso não posso deixar de interessar-me por tudo quanto disser respeito à segurança individual de seus habitantes. Clamei por este jornal contra o estado em que estava esta cidade no princípio deste ano, praticando-se impunemente os maiores atentados em portugueses inofensivos aqui residentes; consegui despertar o zelo das autoridades na perseguição dos autores de tais façanhas; instaurou-se o competente processo e elles foram pronunciados; pensava eu que a justiça pública ficaria desafiada e se firmaria em Goiana o império da lei, mas qual, enganei-me completamente! Sabem o que aconteceu? Os patriotas descobriram um meio de se livrarem: roubaram o processo do cartório do Júri; dizem porém os “meninos da Candinha” que tal roubo não houve, que foi uma plataforma a tal história do roubo; e até hoje nada de se fazer o novo processo!

É ponta ou cabeça, Srs. Redatores? Será somente no sertão que se dão escândalos destes? O Dr. Juiz Municipal está aí no Recife gozando de licença e os patriotas já ameaçam o resto dos portugueses que ainda se conservam nesta cidade, que hão de ser levados a tiro, ou se não quiserem ser vítimas, que se retirem. E nada de providências, estando Goiana tão perto da capital, onde se acha a primeira autoridade, o Exmo. Sr. Presidente, que deve olhar para estas coisas e providenciar”.

E “O Taverneiro” colocava em brios o chefe do governo, na esperança de obter medidas mais concretas em favor dos lusos:

“S. Excia. é o delegado de Sua Majestade o Imperador, monarca justiceiro que quer elevar o Brasil no conceito dos povos civilizados e entretanto o que é que se vê aqui em Goiana? Estrangeiros pacíficos que foram espancados barbaramente, a justiça afrontada, porque depois de feito o processo foi este arrancado do cartório do Júri e rasgado, à face das autoridades!”

E, lamuriendo, interrogava o correspondente do "Jornal do Recife":

"O que se espera, Exmo. Senhor, de um país em que se dão fatos desta ordem? Eu na minha linguagem de taverneiro não acho expressões capazes de descrever um fato tão escandaloso.

O novo processo há de ser feito pelo Juiz suplente; enfim, V. Excia. sabe como se há de arranjar este par de botas".

Entrava, logo após, "O Taverneiro" a pormenorizar os novos fatos da cidade:

"Consta que vieram os inqueritos da Paraíba e há de ficar o novo processo em inqueritos, porque o Dr. Juiz Municipal continuará no Recife de licença e os suplentes sabem o nome aos bois e não metem a mão na cumbuca.

Será possível que o Exmo. Sr. Presidente consinta que durante o tempo do seu governo nesta província se dê um fato destes?

É extraordinário, mas neste mundo quem mais vive, mais vê.

Por hoje basta, Srs. Redatores; esperemos as providências que eu voltarei em outra ocasião".

É claro que as providências dessa vez não vieram mesmo. A manifestação de vontade da população de Goiana, traduzida no vigoroso memorial em favor da liberdade dos patriotas, frustrou qualquer iniciativa do governo. E o processo, como antevira "O Taverneiro", ficou em inquerito, sem força para fazer recair sobre os nacionalistas as novas medidas de coação.

Venceu o povo de Goiana, finalmente.

Outra vingança, no entanto, jurada pelos mais irrequietos patriotas, precisava ser cumprida. O Juiz de Direito da Comarca, Dr. Francisco Teixeira de Sá, um dos mais conseqüentes executores da política de "mão forte" contra os inimigos dos portugueses, não deixaria Goiana sem, antes, conhecer a fibra dos nacionalistas. Era o que se dizia à bôca pequena, na cidade.

E foi assim que, alguns meses depois, em princípios de junho de 1876, numa madrugada, despertou o Juiz, onde residia, na Rua Direita, "segunda casa, ao lado esquerdo de quem sai da Igreja", sob o estampido pavoroso de uma bomba. A fim de certificar-se do que ocorria à frente de sua residência, o Dr. Teixeira de Sá levantou-se para ir à rua. Um barril, ardidosamente colocado à altura da porta, fêz derramar-se por tôda a sala uma fétida e enorme carga de excremento...

A 12 de junho de 1876, não tendo condições de manter-se à frente da Comarca, o Dr. Teixeira de Sá pediu transferência para o município do Cabo, sendo, então, substituído em Goiana pelo Dr. Joaquim da Costa Ribeiro.

Cronològicamente, é êste o derradeiro lance que as bibliotecas, os arquivos e a tradição oral registram sôbre um dos mais interessantes episódios da história do nativismo pernambucano, a que se ligaram, como fator de provocação, anos e anos seguidos, *As Farças* e *Eça de Queiroz*.

Dessa data em diante, a vida social e econômica de Goiana entraria em declínio. A lavoura da cana-de-açúcar, latifundiária e absorvente, completou a obra de destruição que o "mata-mata marinho" iniciara em 1872.

## CAPÍTULO XXII

### Eça de Queiroz, póstumo

Trinta e nove anos depois dos acontecimentos do Recife e Goiana, já morto Eça de Queiroz, tomar-se-ia conhecimento, no seu livro *Últimas Páginas*, de uma crônica sob o título “Testamento de Mecenas”, na qual o romancista, ao comentar o fato de um rico cidadão brasileiro haver deixado, em apólices da dívida pública, uma herança destinada a intelectuais, sublinhava que, em Portugal, nenhum escritor recebera coisa alguma em vida, de quem quer que fôsse.

Mas, num rebate de consciência, lembrando-se ainda da sangrenta repercussão das *Farpas* em Pernambuco, adiantava Eça, irônico, uma ressalva:

“Os únicos escritores portugueses que receberam anonimamente alguma coisa, por meio do correio, fomos nós, Ramalho Ortigão e eu, quando redigíamos ambos *As Farpas*: recebíamos então regularmente do Brasil — promessas de bordoadas” (1).

---

(1) *Últimas Páginas*, pág. 393.





---

ANEXOS

---



## CARTA DE EÇA DE QUEIROZ AO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO (1)

“Exmo. sr. presidente da província de Pernambuco — Brasil.

Temos diante de nós um jornal de Lisboa — O *Didrio de Notícias* que refere estranhos acontecimentos passados nessa província: diz-se — que em Pernambuco, sobretudo na cidade de Goiana, as discussões travadas em tórno do volume das *Farpas*, relativo ao império e ao imperador, têm causado conflitos irritados, mortes, “e que os portugueses estão ameaçados na sua segurança”.

Estas notícias atravessaram o mar, e o mar exmo. sr., faz às notícias débeis o que faz aos vinhos fracos — tolda-os e azeda-os.

O que aí seria simplesmente *questão* chega-nos aqui, sob as influências salinas, avinagrado em morte. Queremos, no entanto, acreditar que a colônia portuguesa é aí repelida, aviltada, deteriorada, esfaqueada em detalhe e está sob o terror de umas *Vésperas pernambucanas*. Ora o que nós pretendemos saber de v. excia., que está aí, na perfeita ciência e consciência dos fatos e das suas origens — é se realmente o volume das *Farpas*, cem páginas de prosa humorística, foi de repente, sem precedentes, de repelão — erguer num levantamento geral de vontades, com a fôrça de uma insurreição — o espírito de uma província inteira? para nós enfim, depois de quarenta séculos de história, possamos afirmar a possibilidade dêste fato — três tiras de folhetim levantando um povo!

---

(1) *As Farpas*, 1.<sup>a</sup> edição, n.º 12, 1872. Texto integral da “carta” não incluída nas obras completas de Eça.

Há muito, exmo. sr. que nós ouvíamos falar das agitações de Pernambuco causadas pelas *Farpas*. Nunca julgamos dever tomar a sério — a orgulhosa honra que nos atribuíam de ter lançado com algumas palavras distraídas — a perturbação num grande império! No entanto, desde que se fala insistentemente *em mortes*, e que Pernambuco faz às *Farpas* uma *réclame* ensangüentada — pedimos permissão de nos erguer também, a dizer a nossa palavra.

Exmo. sr. presidente:

Devemos, antes de tudo, averiguar o que no volume das *Farpas* irritou a consciência brasileira: foram as páginas sobre o imperador, a sua mala, o seu amor das línguas orientais e o seu chapéu braguês na sala dos capelos? Permita-me v. excia. que o não acreditemos: não é a v. excia. que nós vamos ensinar que existe no Brasil um poderoso partido político, hostil ao imperador: que esse partido escreve, argumenta, ataca e atua: que nos seus jornais, nas suas *mofinas*, nos seus discursos, tem desconsiderado, demolido o imperador; que esse partido é essencialmente *brasileiro*, exclusivamente *brasileiro* porquanto os amigos mais sinceros do imperador, no Brasil, são exmo. sr., os portugueses. Concebe-se portanto, que o partido brasileiro depois de ter durante vinte anos lançado sobre o imperador todos os desdêns e tôdas as hostilidades — fôsse de repente escandalizar-se, assombrar-se, revoltar-se por causa de páginas fugitivas sobre o imperador — que estavam para certos artigos de jornais brasileiros ou para certos ataques do deputado Ottoni, como o contacto meigo de um cetim — está para a mordedura do ferro em brasa? Não se pode crer.

O que resta portanto nas *Farpa* de irritante para essa província tão suscetível, que se encarrega de representar, de rugas na testa, a vingança amarelada do império? As últimas páginas finais sobre o brasileiro, o seu colête verde-salsa, a sua voz donde escorre o melão... Pois é por isso que os brasileiros desembainham os estoques? O que! Pois brasileiros e portugueses vivem há cinquenta anos numa província, na comunhão de negócios e de interesses, com cruzamento de famílias, na fraternidade inteira do

trabalho, pacificamente, domesticamente — e de súbito por três páginas escritas em Portugal, a 1.000 léguas, sem fatos e sem acusações, mal risonhas e apenas malignas, os brasileiros arrancam-se a essa ligação, e esquecendo interesses, famílias, amizades, serviços, a união municipal e provincial de 50 anos, deitam a capa para trás e aperram a clavina? De duas uma: ou a amizade dos brasileiros era tão débil, tão tênue, tão *fió*, tão *pellicula* que um epigrama bastou para romper — e nesse caso não podemos deixar de notar que Pernambuco é hipócrita: ou a inteligência e a vontade de Pernambuco são de tal modo conformadas que basta uma fantasia de *folhetim* para as impelir aos excessos, e nesse caso Pernambuco é idiota.

No primeiro caso, succede que durante 50 anos esconderam o seu ódio como uma arma proibida, — e então são indignos tanto são hipócritas. No segundo succede que revelaram uma organização de sagüi, a quem o voar de uma môsca põe em assombro e ira — e então são irresponsáveis tanto são levianos.

Ora não se compreende uma população de milhares de almas — hipócrita ou doida.

Portanto, além da influência das *Farpas*, há outra coisa. Há. E o que há, v. excia. sabe-o supèrfluamente. Há — que nessas províncias semi-bárbaras onde só há interesse e instintos, as relações entre os homens estão entregues ao acaso muscular da brutalidade: há que entre portugueses e pernambucanos sempre tem havido desordens regulares e periódicas: há que o comércio de Pernambuco está nas mãos e nos cofres dos portugueses que, mais ativos ou mais inteligentes, o arrancaram dos cofres e das mãos pernambucanas: há que Pernambuco não suporta esta colônia que se apossa, pela superioridade, da riqueza do país, enquanto os naturais caem em subserviência: há que em Pernambuco nos dias de regozijo, pela festa da independência, sempre foi costume da parte dos Srs. brasileiros matar alguns portugueses — como aqui para festejar o santo do arraial se mata o leitão: há que últimamente, os ânimos brasileiros, educados nesta tradição hostil, tiveram uma grande ocasião de explosão, por causa da *companhia de navegação fluvial*. Esta companhia que v. excia. deve conhecer melhor que nós, tinha

desencadeado uma grande efervescência contra a colônia, por questão de dinheiro e de interesses — quando o volume das *Farpas* fez em Pernambuco a sua aparição risonha. A *Tribuna*, jornal sem crédito e sem valor, mostrou-o como a decisiva expressão da infâmia portuguesa — e despertou a idéia da vingança brasileira. A *Tribuna* que era conhecida pelos seus ataques aos portugueses, na confusa questão da *Companhia Fluvial*, ficou sem eco, como um som estéril. Nenhum dos seis jornais sérios de Pernambuco a acompanhou nesta carga a *marche-marche* contra a colônia. E foi num grande silêncio da opinião que a *Tribuna* continuou a floretear o seu ódio estendiado.

Eis o que é, exmo. sr. É que Pernambuco, nas *Farpas*, não podia ver uma causa, mas encontrou um pretexto: teve vergonha de se bater com os portugueses por uma questão de agiotagem e de usura, e tomou por motivo da sua ira uma questão de nacionalidade; encobriu a questão de dinheiro sob a questão de brio!

A verdade é esta, dizem-no todos os portugueses que visitaram o Brasil, dizem-no todos os brasileiros inteligentes — o brasileiro detesta o português. Detesta-o. Um pouco mais ainda talvez do que o americano detesta o inglês. O imperador com a sua vontade ilimitada e pessoal impõe moralmente ao Brasil a colônia portuguesa — que por outro lado a indústria, o comércio, a importação de braços lhe impõem socialmente. Se amanhã o Brasil, como é lógico, se desagregar numa confederação republicana, à americana, nós veremos estalar para os portugueses a mesma hostilidade que repele a Inglaterra dos Estados Unidos.

Esta é que é a verdade.

E quanto às *Farpas*, creia v. excia. que não são epigramas que dividem nações. Sobretudo o Brasil. Essa enorme massa plebéia só se agita sob a aguda solitação do juro e da agiotagem. Santo Deus! Seria sobrenatural, Pernambuco levantando-se por uma questão de espírito, de literatura, de frase! Seria indigno dos *sessenta por cento*!

Não está no espírito moderno e nos seus costumes que um povo, irritado por uma sátira, corra às armas. Sobretudo o povo brasileiro na sua insensibilidade monetária. Ele tem na consci-

ência alguma coisa da dureza metálica do pinto e da ferrugem do pataco: de balde a vespa dourada e faiscante morde o bloco de pedra.

Sr. presidente. Viu-se outrora isso entre chefes aventureiros e romanescos. Quando o volutuoso e brilhante Tibaltó, conde Champagne, do seu castelo Provins em cujas muralhas estavam desenhadas a azul e oiro as suas poesias, entre folhagens e rosas de Saaron — lançava algumas das suas boas sátiras cheias da *verve* daquele país onde o vinho espuma — contra os seus vizinhos dos castelos de Poitou, de Languedoc e Toulouse, viam-se logo aquêles homens sangüíneos e ingênuos, erguerem bandeira e descerem à planície, e os países do vinho, do belo azul da França, ardiam em guerra.

Ora, exmo sr., nós não somos o brilhante Tibalto, conde de Champagne — mas onde está o brasileiro, que seja o bravo conde Toulouse, poeta e cavaleiro? Sr. Presidente, nós não consentiremos que Pernambuco nos tome para pretexto. Nós somos sempre *causa*. Repelimos o emprêgo subalterno e humilhante de *pretexto*. Além disso, sr. presidente, que se massacre uma colônia de portuguezes em virtude das *Farpas*, bem; mas que se atribuam às *Farpas* massacres que lhe não pertencem, que se não originaram delas, de que elas são apenas o indistinto pretexto — isso não!... Nós não somos os *testas de ferro* da degolação dos inocentes: se Herodes, o pobre Herodes aceitou, na religião e na história, êste papel grotesco, nós não estamos dispostos a seguir o exemplo dêste bom asiático. Que os *massacres* pertençam a quem de direito. Ora os cadáveres de que se trata não podem ter a estampilha das *Farpas*. Ide bater a outra porta, oh senhores assassinados!

Nós Sr. presidente, estimamos os brasileiros, decerto: admiramos alguns dos seus artistas, poetas e pintores; mas agora rirmos dos seus amarelos, dos seus barões de Ipatitilá, isso, estimável Sr. presidente, havemos de nos rir! Tanto mais que seria estranho que os senhores brasileiros se escandalizassem com o nosso riso, êles que nos prodigalizam lá os nomes injuriantes, os murros, os pesados fardos às costas, a ofensa e o desdém: pagam-nos é verdade, pagam-nos bem: por isso, não nos queixamos: sòmente depois disso,

julgamo-nos no direito de lhes fazer — o que faziam os *lazzaroni* aos tiranos que lhes davam pau e pão — pô-los em cantigas. E não seria menos estranho ainda que os Srs. pernambucanos se irritassem com as nossas páginas sobre o seu imperador — que são delicadas e imperceptíveis ironias, onde há respeito — êles que escrevem, sobre o nosso rei, páginas que são pesadas e torpes como sebo derretido.

Essa província está bárbara, Sr. presidente. Esse ódio comercial a uma colônia, manifestado por agressões e pancadas, não se vê na anarquia das repúblicas espanholas que orlam o golfo do México, não se vê já na instintiva e rude Califórnia, não se vê já no centro d'África, nas regiões negras de Ujiji. É necessário que a inteligência, o espírito, a consciência estejam muito afogadas na bestialidade nativa e sertaneja — para que se decidam questões comerciais — à faca. Teria que ver os Srs. brasileiros depois de serem célebres pela sua ridícula bonomia aspirarem a serem gloriosos pela sua ensangüentada ferocidade. E se êles, fartos de verem caricaturar os seus colêtes, de um amarelo de *canário*, querem mostrarnos, enfim, colêtes avermelhados de sangue.

Seja como fôr, Sr. presidente, o que é verdade é que Pernambuco está passando aos olhos portuguezes, sob a influência dos jornais — como uma cidade bárbara, sem inteligência, sem polícia, disputando sacos d'arroz à faca, e inteiramente entregue aos hábitos do sertão.

Entendemos, e é o fim desta carta — que v. excia. deve dar um desmentido radical — a esta opinião que se forma e que se solidifica. De outro modo, exmo. sr., julgaremos que há verdade no que se diz de Pernambuco e de seus costumes — e então, vendo que nada fez a Pernambuco a civilização que há três séculos lhe mandamos, e que o Brasil recaiu na selvageria de então, julgaremos dever recommençar pacientemente a nossa obra, e tornar a mandar Pedro Álvares Cabral, para tornar a descobrir o Brasil.

Acerte, Sr. presidente, os protestos da nossa estima e não nos esfaqueie, sr. — e não nos esfaqueie!"



## MANIFESTO EM FAVOR DOS PATRIOTAS GOIANENSES (1)

“Os abaixo assinados, nada podendo no sentido de fazer cessar o excessivo rigor com que tem sido tratados pelas autoridades desta comarca os negociantes que foram injustamente envolvidos no processo a que deram lugar diversas violências que sofreram alguns portugueses residentes na cidade de Goiana, julgam do seu dever dar um público testemunho em favor daqueles seus concidadãos, que por falsas aparências, e por efeito de intrigas vis, de mesquinhas calúnias, acham-se foragidos e sob o pêso da infamante imputação de crimes, que não cometeram, e que são incapazes de cometer.

Sirva-lhes ao menos esta espontânea manifestação de lenitivo aos desgostos e sofrimentos por que estão passando sem que ainda lhes tenham sido possível obter justiça, o que por certo alcançarão logo que as autoridades, sob cuja jurisdição se acham convencidas da falsidade de apreciações precipitadas, quiserem examinar os fatos com calma e imparcialidade.

Estejam certos os Srs. Manuel Tavares Barreto, Cosme Damião da Silva, José Henrique César, José Domingues Antunes dos Reis, José Lopes de Lima, Trajano Medeiros de Albuquerque, Joaquim Carneiro de Mesquita Melo, José Antônio de Albuquerque, que apesar do infundado processo que lhes foi instaurado, e do roubo dêste processo, fato praticado por inimigos seus para mais comprometê-los aos olhos das autoridades, não perderam coisa alguma no conceito dos abaixo assinados e do público em geral, que continuam a fazer justiça aos seus sentimentos, e lhes conservam o aprêço e estima a que têm direito por muitos honrosos títulos.

Goiana, 9 de outubro de 1875.

(as.) Ludovico Correia de Oliveira, Miguel Pessoa de Araújo Tavares, Manuel Henrique Alves da Silva, Frederico Augustô Veloso da

---

(1) Publicado no *Jornal do Recife* e na *Provincia*, nas edições de 12 e 14 de outubro de 1875.

Silveira, Matias Pinto de Abreu, Felisberto Ferreira de Oliveira, Manuel Inácio Pessoa de Melo, Major José César de Albuquerque, Alferes Manuel Antônio de Albuquerque, Capitão Antônio Gonçalves de Oliveira, João Antônio de Oliveira, Luís Gonçalves da Silva, Alferes Manuel Lourenço Nunes da Silva, Manuel Francisco do Nascimento Sobreira, Francisco Sérgio do Rêgo, José Pinheiro de Mendonça, Luís Cavalcanti de Albuquerque Sousa, João Batista de Aguiar Coutinho, Jerônimo Estanislau da Costa Gadelha, Tomás Antônio Machado, Antônio de Holanda Cavalcanti de Albuquerque, Luís Duarte dos Santos Leal, Francisco Pedro de Araújo, Epifânio dos Santos Barros, Antônio Norberto de Oliveira Gitahy, Antônio Rodrigues de Oliveira Sales, João de Caldas Ribeiro Campos, Francisco Xavier da Silva, Alferes Gervásio Ursíssimo Quaresma de Menezes, Joaquim Gomes de Sousa, José Nunes Lins da Silva, Isidro Rodrigues das Chagas, Bartolomeu Gomes de Albuquerque Júnior, Henrique de Moraes Coutinho, Tomás de Aquino Tavares, José Bernardino de Moraes, Francisco César de Araújo, Eustáquio Constantino Rodovivo Júnior, Erasmo Antônio Cordeiro de Melo, Antônio Cordeiro de Melo, Antônio João, José Bezerra de S. Pedro, José Gomes de Araujo Vasconcelos, Antônio Corlet, Francisco Guedes do Espírito Santo, Belmiro Guedes do Espírito Santo, Manuel Francisco Pereira de Lima, Antônio Ildefonso de Albuquerque Melo, Antônio Carneiro Tavares de Melo, Inácio Gomes de Paula Vaz Curado, Joaquim Guedes Alcoforado, Manuel Augusto dos Santos, P. Belarmino Francisco de Alcântara, Cosme Damião de Lima Bimbert, Dionísio Joaquim Veríssimo, Belarmino Rodrigues de Brito, Minervino Filipe de Freitas Feitosa, Gregório José Estanislau Ferreira, José Joaquim de Oliveira Andrade, Antônio Freitas da Silva, Antônio de Albuquerque Melo Toto, Afonso Apúlio Dias Barreto, Antero Florentino Pessoa de Melo, José Joaquim de Mendonça Furtado, Antônio Gomes Pereira Guerra, Manuel José Vieira, José de Melo Azevedo, Francisco Cavalcanti da Cunha, Laurentino Alves Ferreira, José Alves Ferreira, Antônio Joaquim Pinheiro de Carvalho Júnior, Paulo Eremita Coelho, Flávio Alves Viana, Manuel Jorge da Silva, Parfizio de Valadares, Teodoro Alves de Vasconcelos, Belisário Ambrosino da Silva Machado, Tomás Alves da Silva, João Antônio de An-

drade, Trinfo Francisco Alves, Mariano Quintanilla de Abreu, João Marcelino César, João Silvino de Almeida, Joaquim Xavier de Carvalho Mendonça, Pedro Alves de Carvalho, Antônio Gomes Cordeiro de Melo Filho, João Joaquim Ribeiro, Francisco Pedro de Albuquerque, Dr. Manuel Vicente Ribeiro de Lira, Tenente Manuel Moreira da Costa Passo, Tenente João Gonçalves Bastos, Domingos Monteiro do O, Alferes Antônio de Deus Bezerra, Antero José Joaquim de Macedo, Alferes Francisco Muribeca, Tenente João Alves Prazana, João Felix de Melo Azedo, Joaquim José de Melo Júnior, Joaquim José de Melo, José Antônio de Alemão, João Teodoro da Cruz Alves de Oliveira, Francisco de Paula Melo Cavalcanti, Marcolino Clementino Freire, Afonso José de Albuquerque Maranhão, Cândido Gonçalves de Oliveira, Inácio Ferreira Guimarães, Balduino Amando Freire, Francisco de Araújo Lima, Tranquilino Ildelfonso de Brito Caldas, Francisco Antônio Cavalcanti, Franklin Celestino de Mendonça, José Eustáquio de Oliveira e Silva, Gervásio Renovato Pereira Campos, Manuel Caciano de Mendonça, Francisco Cabral do Rêgo Cavalcanti, Manuel Cabral de Melo Cavalcanti, José Francisco de Almeida, Manuel Pereira de Miranda, Manuel Francisco de Melo Campos, Manuel Teotônio de Albuquerque, Luís Lucas de Melo, Cândido Gonçalves de Oliveira Filho, Tenente Coronel Feliciano Cavalcanti da Cunha Rêgo, Felix José de Albuquerque, Tiburtino Paula de Albuquerque, Joaquim Dias de Araújo, Francisco Nunes da Costa, Antônio Gonçalves Silvino, José Rosendo de Melo, Tomás José Gonçalves, Lourenço Ferreira Campos, Antônio Gomes da Silva, Tenente Francelino Ferreira Crespo, Manuel Ancião de Nantua Mesquita Melo, Dr. Francisco Tavares da Cunha Melo, Antônio Nunes da Câmara Madureira, João Alves Tavares de Melo, Julião Nogueira de Carvalho, Tertuliano de Mendonça Furtado, Francisco Norberto de Paula Tavares, Cesário Tavares de Melo, João Mendes Pereira Guerra, Cristóvão de Moura Guerra, João Jacinto Caçador, José Teodório Cerca, Antônio Maria da Silva, Antônio Máximo Lôbo, Manuel Bertoldo, Fermino Miguel de Farias, Manuel Antônio de Albuquerque Melo, José Rodrigues Peixoto Júnior, Feliciano Gomes de Albuquerque Vasconcelos, Paulino Bezerra Nigromonte, José Nunes Monteiro Sobrinho, Manuel Inácio Pereira de Queiroz,

Manuel Vieira de Sousa Muniz, Henrique de Mendonça Filho, Francisco Sinfrônio Olímpio Tavares de Melo, José Ribeiro de Brito, José do Espírito Santo e Silva, Abílio da Cunha Vanderlei, João Dias da Silva Coutinho, Manuel Marinho Vital Falcão, Balbino Bezerra de Sobral, José Antônio Cordeiro de Melo, Ursulino Cabral de Farias Castro, José da Rocha Bastos, Manuel Gouveia Muniz Feijó, Antônio Bernardino de Sena, João da Costa Pereira, Capitão João da Costa Ribeiro Canto, Alferes Jerônimo César de Albuquerque, Ricardo Pereira Bezerra de Melo, Joaquim Soares Fernandes de Melo, Manuel Antônio de Oliveira, Francisco Antônio Cabral de Vasconcelos, João Joaquim de Lima, Alexandre Ferreira da Costa Uchoa, Evaristo José Alves de Farias, Alferes Manuel Antônio da Silva Freitas, João Gonçalves da Silva, Tenente José Pereira de Albuquerque, Capitão Manuel Correia de Menezes, João Cordeiro Meireles Rabelo, João da Cunha Vanderlei Lins, Alferes João Amâncio Pereira Mota, Francisco Manuel de Assis, Manuel Carlos Vital, Ricardo José da Rocha, Gabriel Vasco de Sousa, Manuel Antônio Ribeiro, Manuel Joaquim de Jesus Machado, Amaro José da Rocha, Antônio Manuel da Silva, Antônio Inácio de Oliveira, Francisco Luiz Pereira de Melo, Manuel Joaquim de Santana, Martiniano Vieira de Melo, José Rodrigues Marques da Silva, João Ranulfo César de Albuquerque, Francisco de Paula Ferreira Rabelo, Raimundo Francisco de Melo, José Alves Ferreira, José da Silva Santos, Manuel José da Silva Santos, Francisco de Paula Lôbo de Albertino, João Carneiro Ferreira de Sousa, Ludovico Ataíde Cavalcanti, Aquilino Tavares de Gouveia, Honório Aurélio dos Santos, Joaquim de Melo Aranha, Joviano de Monte Sousa, Brasiliano Vitor de Sousa Lôbo, Francisco Alves de Sousa (Tenente), Álvares Guilherme de Paula Montenegro, Cândido Moreira da Costa, João Olegário Carneiro de Sousa, Vigário Lourenço de Albuquerque Loiola, Padre Antônio Dias da Costa, Padre João Serapião da Cruz, Cristóvão Gomes Pedrosa, Francisco Manuel da Silva Gusmão, Ladislau Uchoa de Gusmão, Luís Antônio de Oliveira, Bento Bandeira de Albuquerque, João Paulino da Cunha Barreto, João Antônio Pereira de Andrade, Quirino Francisco de Albuquerque, Manuel Aurélio Tavares de Gouveia, José Tavares da Cunha Gouveia, José Gomes Morais de Araújo, Francisco Flávio

---

de Araújo, Antônio Carolino de Oliveira, João Argemiro de Araújo, Francisco José da Silva, Francisco Marques da Rocha, Manuel Brito de Moraes Coutinho, Alvaro Holanda da Rocha Bastos, Antônio Marques da Rocha, Joaquim Pereira Marques, Bernardo Pinto de Abreu, Francisco Brito Lira, Joaquim Antônio de Miranda, Francisco José de Sousa, Major José Correia de Oliveira Andrade, Feliciano Pereira de Lira Tavares.”

## COLEÇÃO DE DOCUMENTOS CONSULTADOS

*Período: 1870/1876*

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL (Pernambuco):

*Arquivo do Barão de Lucena (Mss).*

*Avisos Reservados (Mss).*

*Câmaras Municipais (Mss).*

*Comando das Armas (Mss).*

*Diversas Autoridades (Mss).*

*Juízes de Direito (Mss).*

*Polícia Civil (Mss).*

*Polícia Militar (Mss).*

*Prefeituras do Estado (Mss).*

*Promotores de Justiça (Mss).*

*Revista do Arquivo Público, n.os VII e VIII, 1950-1951.*

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO (Pernambuco):

*Anais do Poder Legislativo.*

*Mensagens do Poder Executivo.*

*Documentos Diversos (Mss).*

BIBLIOTECA NACIONAL (Rio de Janeiro).

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO (Pernambuco):

*Correspondência de Cônsules com a Presidência da Província (Mss).*

*Jornais Diversos (Recife):*

*A América Ilustrada.*

*O Brado Nacional.*

*A Camponesa.*

*O Comércio a Retalho.*

*A Crise.*  
*O Diabo a Quatro.*  
*Diário de Pernambuco.*  
*O Diário Liberal.*  
*A Duquesa do Linguarudo.*  
*O Excomungado.*  
*Jornal do Recife.*  
*O Jornal da Tarde.*  
*O Liberal Pernambucano.*  
*O Linguarudo.*  
*O Liberal.*  
*A Luz.*  
*A Mãe do Linguarudo.*  
*A Marquesa do Linguarudo.*  
*O Meteoro.*  
*A Princesa do Linguarudo.*  
*A Província.*  
*O Postilhão.*  
*República Federativa.*  
*A Rosa.*  
*O Seis de Março.*  
*A União.*  
*A Verdade.*

BIBLIOTECA DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE.

GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA (Recife).

INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO  
(Recife).

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANA (Pernambuco).

*Coleções de Manuscritos*

Edições publicadas:

*Inventários e Partilhas e Ofícios da Câmara de Goiana ao  
Presidente da Província.*

## BIBLIOGRAFIA(\*)

- ABREU E LIMA (José Inácio de) — *Sinopsis ou Dedução Cronológica dos Fatos mais Notáveis da História do Brasil*. Recife, Tipografia M. F. de Faria, 1845.
- AGOSTINHO (Medeiros de) — *Eça de Queiroz*. Porto, Casa Editora de A. Figueirinhas, 1925. (\*).
- ALBUQUERQUE (Medeiros de) — *Minha Vida*. Rio, Calvino Filho Editor, 1933.
- ALMEIDA (Antônio Ramos de) — *Eça*. Porto, Livraria Latina Editora, 1945.
- ALMEIDA (Fialho d') — *Camilo, Eça e Malheiro Dias*. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1941.
- ALMEIDA (Vieira de) — *A Janela de Tormes*. Lisboa, Edição da Revista *Ocidente*, 1945.  
*A Máscara de Eça*. Lisboa, Edição Romero, s/d.
- ANDRADE (Augusto) — *Goiana — Album Ilustrado*. Recife, Imprensa Industrial, 1921.
- ANDRADE (Gilberto Osório de) — *A Cólera-Morbo, um momento crítico da história da medicina em Pernambuco*. Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1956.
- ANDRADE (Manuel Correia de) — S. Paulo, *As Sedições de 1831 em Pernambuco*. Separata do n.º 28 da *Revista de História*, 1956.
- ARÃO (Manuel) — *João Alfredo — o Homem de Estado. O Parlamentar. O Pensador. O Crente*. Recife, Imprensa Industrial, 1919.
- ARNOSO (Conde d') — *Suave Milagre — Mistério em 4 atos e 6 quadros, extraído de um conto de Eça de Queiroz*. Lisboa, Livraria Ferin, 1902.
- AURORA (Conde d') — *Eça de Queiros e a Nobreza*. Pôrto, Portugalia Editora, 1946.
- AZEVEDO (Carlos Magalhães) — *Dom Pedro II — Traços de sua fisionomia moral*. Rio, Anuário do Brasil, 1923.

---

(\*) As obras sôbre Eça de Queiroz, constantes desta bibliografia, pertencem à coleção do autor do presente livro.



- BARRETO (Tobias) — *Ensaio e Estudos de Filosofia e Crítica*. Recife, Tipografia Mercantil, 1875.
- BELO (Joaquim Edwards) — *Don Juan Lusitano*. Santiago, Editora Nascimento, 1934.
- BELO (José Maria) — *Retrato de Eça de Queiroz*. Rio, Livraria Agir Editora, 1945.
- BASTOS (Tavares) — *A Situação e o Partido Liberal*. Rio, Editor Frederico Thompson, 1872.
- BEVILACQUA (Clóvis) — *História da Faculdade de Direito do Recife*. Rio, Livraria Francisco Alves, 2 volumes. 1927.
- BRANDÃO (Otávio) — *Os Intelectuais Progressistas*. Rio. Organização Simões Editora, 1956.
- BRUNO (Maurílio) — *Impressões de um leitor de Eça*. Recife, Diretoria de Documentação e Cultura, 1947.
- BRUNO (Sampaio) — *A Geração Nova*. Porto, Magalhães e Moniz, 1886.
- BUCHICH (Antônio J.) — *Empós de Eça de Queiroz*. Curitiba, Editora Guaira Limitada s/d.
- BUCHICH, *Eça de Queiroz visto por um argentino*. Porto, Livraria Figueirinhas, 1945.
- CABRAL (Antônio) — *Eça de Queiroz*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa, Portugal Brasil Limitada, 1920.
- CABRAL, *Glória e Sombras de Eça de Queiroz*. Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1940.
- CAL (Ernesto Guerra da) — *Lengua y estilo de Eça de Queiroz*. Coimbra, Acta Universitatis Conibrigensis, 1954.
- CALMON (Pedro) — *O Rei Filósofo (Vida de D. Pedro II)*. S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938.
- CAMPELO (Manuel Neto Carneiro) — *Barão de Lucena*. Recife, Imprensa Industrial, 1914.
- CARVALHO (Afonso de) — *Como disse Eça de Queiroz...* Lisboa, Lello & Irmão, 1949.
- CARVALHO (Alfredo de) — *Estudos Pernambucanos*. Recife, A Cultura Acadêmica, 1907.
- CARVALHO, *Anais da Imprensa Periódica Pernambucana de 1821 a 1908*. Recife, Tipografia do Jornal do Recife, 1908.
- CARVALHO, *Horas de Leitura*. Recife, M. Nogueira de Souza Editor, 1907.
- CASTRO (Eduardo de Lima) — *Memórias de um Político Pernambucano*. Rio, Edições O Cruzeiro, 1955.

- CASTRO (Josué de) — *Fatores de Localização da Cidade do Recife*. Rio, Imprensa Nacional, 1948.
- CATÓLICO (Um) — *A Igreja e a Maçonaria — Razões que impedem um católico sincero de ser maçom*. Recife, Tipografia Universal, 1873.
- CAVALCANTI (Paulo) — *Eça de Queiroz, o revolucionário*. Recife, Diretoria de Documentação e Cultura, 1947.
- CORRÊA (José Soares Pinto) — *Os Farpões ou os Bandarilheiros de Portugal*. Recife, Tipografia Comercial, 1872.
- CORTESÃO (Jaime) — *Eça de Queiroz e a Questão Social*. Lisboa, Seara Nova, 1949.
- COSTA (Craveiro) — *O Visconde de Sinimbu*. S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937.
- COSTA (Joaquim) — *Eça de Queiroz, Criador de Realidades e Inventor de Fantasias*. Porto, Livraria Civilização, 1945.
- DOMINGUES (Aurélio) — *Passado*. (Edição do autor) Rio, Irmãos Pongetti, 1938.
- EMERENCIANO (Jordão) — "José Mariano ou o elogio da tribuna". (In *Revista do Arquivo Público*, vol. VII e VIII, Recife, Imprensa Oficial, 1950-51).
- FERNANDES (Anibal) — *Estudos Pernambucanos*. Recife, Imprensa Oficial, 1956.
- FERRO (Antônio) — *Eça de Queiroz e o Centenário do seu nascimento*. Lisboa, SNI, 1949.
- FIGUEIREDO (Fidelino de) — *Depois de Eça de Queiroz...* São Paulo, Editora Clássico Científica, S/A, 1943.
- FIGUEIREDO, *Um pobre homem de Póvoa de Varzim...* Lisboa, Portugália Editora, 1944.
- FIGUEIREDO (Antônio Pedro de) — *O Progresso*. Reedição mandada fazer pelo governo de Pernambuco. Prefácio de Amaro Quintas. Recife, Imprensa Oficial, 1950.
- FONSECA (Felipe Mena Calado da) — *Movimento Revolucionário de Goiana em 1817*. Recife, Tipografia Mercantil, 1873.
- FREYRE (Gilberto) — *As Farpas* (Seleção e Prefácio). Lisboa, Dois Mundos Editora Limitada, 1943. 2 tomos.
- GALVÃO (Sebastião de Vasconcelos) — *Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco*. Rio, Imprensa Nacional, 1908-1927. 4 volumes.
- GUERRA (Flávio) — *A Questão Religiosa no 2.º Império*. Rio, Irmãos Pongetti, 1954.

- GUERRA, *Lucena, um Estadista de Pernambuco*, Recife Arquivo Público Estadual, 1958.
- GUIMARÃES (Luiz de Oliveira) — *O espírito e a graça de Eça de Queiroz*. Lisboa, Edição Romano Tôrres, 1945.
- GUIMARÃES, *Eça de Queiroz e os Políticos*. Lisboa, Edições VIC, s/d.
- GUIMARÃES, *O Conselheiro Acácio*. Lisboa, Portugália Editora, s/d.
- GUIMARÃES, *As mulheres na obra de Eça de Queiroz*. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1943.
- JORDÃO (Ângelo) — *Almanach de Goiana*. Recife, Oficinas Gráficas do *Jornal do Comércio*, 1929.
- JORGE (J. de Melo) — *Os Tipos de Eça de Queiroz*. S. Paulo, Edição da Livraria Brasil, 1940.
- JÚLIO (Sílvio) — *Projeção Universal de Eça de Queiroz*. Rio, Livraria H. Antunes, 1943.
- LACERDA (Fernando) — *Eça de Queiroz Póstumo (Crônicas Médicas)*. Rio, Livraria Editora da Federação, 1940.
- LOPES (Stênio) — *Roteiro de Eça de Queiroz*. Fortaleza, Edições Clá, 1946.
- LEITÃO (Joaquim) — *Eça de Queiroz Acadêmico*. Porto, Lello & Irmão, 1947.
- LEMONS (Antero Vieira de) — *Eça de Queiroz, o seu drama e a sua obra*. Porto, (Edição do Autor) 1945.
- LIMA (Archer de) — *Eça de Queiroz Diplomata*. Lisboa, Portugalia Editora, s/d.
- LIMA (Hermes) — *Tobias Barreto*. São Paulo, Livraria Martins, 1943.
- LIMA, *Tobias Barreto (A época e o homem)*. S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939.
- LINS (Álvaro) — *História Literária de Eça de Queiroz*. Rio, Livraria José Olímpio Editora, 1939.
- LIRA (Heitor) — *História de Dom Pedro II (1825-1891)*. S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938-1940. 3 volumes.
- LUSO (João) — *Polêmicas de Eça de Queiroz*. Rio, Edições Dois Mundos, 1945.
- MAGALHÃES JÚNIOR (R.) — *D. Pedro II e a Condessa de Barral*. Rio, Editora Civilização Brasileira S/A, 1956.
- MAGALHÃES JÚNIOR (R.) — *O Império em Chinelos*. Rio, Editora Civilização Brasileira S/A, 1957.
- MARQUES (Gentil) — *Eça de Queiroz — O romance da sua vida e da sua obra*. Lisboa, Edição Romano Tôrres, 1946.

- MARQUES DA CRUZ — *Eça de Queiroz, a sua Psique*. S. Paulo, Edições Melhoramentos, s/d.
- MARTHA (M. Cardoso) e ELOY DO AMARAL — *Eça de Queiroz — In Memoriam*. 2.<sup>a</sup> edição. Coimbra, Atlântida, 1947.
- MELO (Afonso d'Albuquerque) — *A Liberdade no Brasil — Seu Nascimento, Vida, Morte e Sepultura*. Recife, s.e. 1864.
- MELO (Alirio de) — *Eça de Queiroz, o Exilado da Realidade*. Porto, Livraria Tavares Martins, 1945.
- MELO (Fejix Cavalcanti de Albuquerque) — *Memórias de um Cavalcanti*. S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940.
- MELO (Mário) — *A Maçonaria e a Revolução Republicana de 1817*. Recife, Imprensa Industrial, 1912.
- MELO, *Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*. Recife, s.e., 1941.
- MENEZES (Djacir) — *Critica Social de Eça de Queiroz*. Rio, Departamento de Imprensa Nacional, 1950.
- MENDONÇA (Carlos Sússeking de) — *Silvio Romero — sua formação intelectual*. S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938.
- MILET (Henrique Augusto) — *Os Quebra Kilos e a Crise da Lavoura*. Recife, Tipografia do Jornal do Recife, 1876.
- MONTENEGRO (Olvio) *Memórias do Gíndio Pernambucano*. Recife, Imprensa Oficial, 1943.
- MOOG (Viana) — *Eça de Queiroz e o Século XIX*. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1938.
- MOTA (Fernando) — *A outra face de Eça*. Recife, Diretoria de Documentação e Cultura, 1947.
- NABUCO (Carolina) — *A Vida de Joaquim Nabuco*. S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 1928.
- NABUCO (Joaquim) — *O Abolicionista*. S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938.
- NABUCO, *Um Estadista do Império*. 3 volumes. S. Paulo, H. Garnier Editor, 1897.
- NABUCO, *Minha Formação*. S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 1934.
- NEVES (Berilo) — *Eça de Queiroz, Romântico ou Naturalista?* Rio, Departamento de Imprensa Nacional, 1951.
- NETO CAMPELO — *História Parlamentar de Pernambuco*. Recife, Eugênio Nascimento, Editor, 1923.
- NEVES (Moreira das, Padre) — *O Grupo dos Cinco*. Lisboa, Livraria Bertrand, 1945.

- NUNES (Cassiano) — *O Lusitanismo de Eça de Queiroz*. Rio, Edição da Casa do Estudante do Brasil, 1947.
- OLIVEIRA (Alberto de) — *Eça de Queiroz — Páginas de Memórias*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa, Portugália Editora, s/d.
- OLIVEIRA (Júlio de) — *Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz*. Porto, (Edição do Autor), 1945.
- OLIVEIRA LIMA — *Pernambuco, seu desenvolvimento económico*. Leipzig, F. A. Brockhaus, 1895.
- OLIVEIRA (Lopes d') — *Eça de Queiroz — História das suas obras contada por ele próprio*. Lisboa, Mundial Editora Limitada, 1944.
- PALEÓLOGO (Constantino) — *Eça*. Rio, Edições Cruzeiro, 1948.
- PEREIRA (Lúcia Miguel) e CÂMARA REYS — *Livro do Centenário de Eça de Queiroz*. Lisboa, Edições Dois Mundos, 1945.
- PEREIRA (Nilo) — *I Centenário do Gíndio Pernambucano*. Recife, Imprensa Oficial, 1956.
- PEREIRA DA COSTA (F. A.) — *Vocabulário Pernambucano*. (Separata da *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Imprensa Oficial, 1937).
- PEREIRA DA COSTA, *Anais Pernambucanos*. Recife, *Arquivo Público Estadual*, 1951-59. Publicados 7 volumes.
- PESSOA (Alberto) — *Idéias Médicas de Eça de Queiroz*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928.
- PORTUGAL (J. M. Boavida) — *Eça de Queiroz e o mundo do nosso tempo*. Lisboa, *Cadernos da Seara Nova*, 1947.
- QUEIROZ (António d'Eça de) — *Desafronta à memória de Eça de Queiroz*. Porto, Lello & Irmão, 1950.
- QUEIROZ (Maria d'Eça de) — *Eça de Queiroz entre os seus*. Porto, Livraria Lello & Irmão, 1948.
- QUINTAS (Amaro) — *A Gênese do espírito republicano em Pernambuco e a Revolução de 1817*. Recife, Imprensa Industrial, 1939.
- RAMALHETE (Clóvis) — *Eça de Queiroz*. S. Paulo, Livraria Martins Editora, 1942.
- RAMALHO ORTIGÃO — *As Farças*. Lisboa, Companhia Nacional Editor, 1890. 11 volumes.
- RAMOS (Feliciano) — *Eça de Queiroz e os seus últimos valores*. Lisboa, Edição da *Revista Ocidente*, 1945.

- REAL (José Alberto Corte) (Manoel Antônio da Silva Rocha e Augusto Mendes Simões de Castro) — *Viagens dos Imperadores do Brasil em Portugal*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872.
- REIS (Antônio Simões dos) — *Eça de Queiroz no Brasil*. Rio, Livraria Editora Zélio Valverde, 1945.
- RIBEIRO (Domingos Antônio Alves) — *Um Conto Político (Acontecimentos parlamentares do segundo reinado a datar de 1863)*. Rio, Tipografia Cosmopolita, 1879.
- ROMERO (Sílvio) — *História da Literatura Brasileira*. 4.<sup>a</sup> ed. Rio, Livraria José Olímpio Editora, 1949. 5 volumes.
- RÚSTICO (Fábio) — *Cartas sobre a Companhia de Jesus, dirigidas aos Rvdmos. Padres do Colégio de S. Francisco Xavier da Cidade do Recife*. Recife, Tipografia do Jornal do Recife, 1873.
- RÚSTICO, *Jesuitismo em Pernambuco*. Recife, Tipografia Comercial, 1873.
- SÁ (Victor de) — *Bibliografia Queirosiana*. Braga, Edição da Biblioteca Móvel, 1945.
- SACRAMENTO BLAKE (Augusto Vitorino Alves) — *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio, Imprensa Nacional, 1883-1902.
- SALGADO JÚNIOR (Antônio) — *História das Conferências do Casino*. Lisboa, s.e., 1930.
- SANTOS (Ari dos) — *Eça de Queiroz e os Homens de Leis*. Lisboa, Portugália Editora, 1945.
- SANTIAGO (Mário) — *Anacleto Goianense*. Goiana, (Edições do autor), 1946-1950. 10 tomos.
- SCHWALBACH (Luiz) — *Alguns Elementos Geográficos na Obra de Eça de Queiroz*. Lisboa, Portugália Editora, 1945.
- SEIXAS (Tomás) — *Itinerário de Eça de Queiroz*. Recife, Diretoria de Documentação e Cultura, 1947.
- SIMÕES (João Gaspar) — *Eça de Queiroz, o Homem e o Artista*. Lisboa, Edições Dois Mundos, 1945.
- SOUZA (Antônio Pereira de) — *O Juvenal Lusitano*. Recife, Edição do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, 1945.
- TÁVORA (Franklin) — *O Matuto (Crônica Pernambucana)*. Romance. Rio, H. Garnier Editor, 1902.
- TREPA (José) — *Eça de Queiroz visto pelos seus contemporâneos*. Porto, Livraria Lello & Irmão, 1945.

VEIGA (Gláucio) — *Notas para um estudo sobre o desenvolvimento econômico de Pernambuco*. Recife, s.e., 1956.

VERÍSSIMO (José) — *Homens e cousas Estrangeiras*. Rio, H. Garnier, Livreiro-Editor, (1899-1900), 1902.

WERNECK (F. J. dos Santos) (José d'Além) — *As Idéias de Eça de Queiroz*. Rio, Editora Agir, 1946.

OBRAS DE EÇA DE QUEIROZ CITADAS NO TEXTO: (Livraria Lello & Irmãos, Editores).

*Alves & Cia.*, 4.<sup>a</sup> ed., 1944.

*O Conde d'Abranhos*, 7.<sup>a</sup> ed., 1945.

*A Capital*, 5.<sup>a</sup> ed., 1943.

*Cartas Familiares e Bilhetes de Paris*, 1944.

*A Correspondência de Fradique Mendes*, 12.<sup>a</sup> ed., 1944.

CONTOS, 1944.

*O Crime do Padre Amaro*, 1945.

*A Cidade e as Serras*, 1945.

*O Egito*, 5.<sup>a</sup> ed., 1943.

*Uma Campanha Alegre*, dois tomos, 3.<sup>a</sup> ed., 1943.

*A Ilustre Casa de Ramires*, 1944.

*O Mandarim*, 13.<sup>a</sup> ed., 1944.

*Notas Contemporâneas*, 1944.

*Os Maias*, dois tomos, 16.<sup>a</sup> ed., 1944.

*O Primo Basilio*, 1944.

*Prosas Bárbaras*, 9.<sup>a</sup> ed., 1942.

*A Reliquia*, 1945.

*Últimas Páginas*, 8.<sup>a</sup> ed., 1944.



Eça de Queiroz, ao tempo das *Farças*





Retrato inéscite de Raimundo Ortiga, ao tempo da primeira fase das *Farpas*, quando do incidente com os nacionalistas de Pernambuco.



Rua do Crespo, hoje 1.º de Março, na época das agitações contra *As Farpas*, no Recife. (Desenho de Sklappriz, gravado por F. H. Carls. Arquivo da Divisão de Documentação, do Departamento de Documentação e Cultura, da Prefeitura Municipal)



Campo das Princesas, hoje Praça da República, no Recife dos fins do Século. No primeiro plano, à direita, o Palácio da Presidência, à esquerda, o Teatro Santa Isabel, obra do arquiteto francês Vauthier. No fundo, às margens do Capibaribe e do Beberibe, na confluência dos dois rios, o Senado e o Ginásio Provincial. (Gravura do *Album de Pernambuco*, de F. H. Carls. Arquivo da Divisão de Documentação, do Departamento de Documentação e Cultura, da Prefeitura Municipal).



Tipo clássico do comerciante português, no Recife do século passado. O "parrudo" chamava-se Joaquim Cândido da Cruz Sequeira e era proprietário do "Café dos Arcos". (Coleção de fotografias de Francisco Rodrigues, Recife).



D. Pedro II visto pelo pintor Rafael Bordalo Pinheiro, no "Album das Glórias", quando da visita do Imperador à Europa, ao tempo das *Farpas*.

Ha longos annos o *Brazileiro* é entre nós o typo de caricatura — mais francamente popular. Cada nação tem assim um personagem typico, creado para o riso publico. As comedias, os romances, os desenhos, as cançonetes espalham-n'o, popularisam-n'o, accentuam-n'o, aperfeiçoam n'o, caracterisam-n'o, e elle fica assim um Judas infeliz de sabbado de alleluia, que cada um rasga friamente com a sua gargalhada, e vara feramente com a sua chacota! Torna-se o comico classico: é representado nos palcos, cizelado em castiças, aguarellado em caixas de phosphoros, fabricado em palisteiros, torneado em castões de bengala. A França tem o ingles de larga e aguda suissa em forma de costelleta aloirada, collarinho alto como um muro de quintal, pó largo como uma ceplanada, e ar birto: ultimamente tem mais o prussiano, suissa e bigoda espesso, cabello em bandós, capacete em bico, um sabre insolente e um relógio de sala roubado debaixo do braço!

Nós temos o *Brazileiro*: gresco, trigueiro como tons de chocolate, modo ricasso, arrastando um pouco os pés, burguez como uma couve e toseco como uma acha, pescoço suado, colletta com grilhão, chapéa sobre a nuca, guarda sol verde,

# A CRISE

PERIÓDICO CARIÓCICO, CRÍTICO, ARTÍSTICO E LITERÁRIO.

Redigido por José Soares Pinto Corrêa Júnior, depois autor dos *Farpões*.

Redigido por José Soares Pinto Corrêa Júnior, depois autor dos *Farpões*.

## Prosa

Redigido por José Soares Pinto Corrêa Júnior, depois autor dos *Farpões*.

Redigido por José Soares Pinto Corrêa Júnior, depois autor dos *Farpões*.

Redigido por José Soares Pinto Corrêa Júnior, depois autor dos *Farpões*.

Redigido por José Soares Pinto Corrêa Júnior, depois autor dos *Farpões*.

Redigido por José Soares Pinto Corrêa Júnior, depois autor dos *Farpões*.

Redigido por José Soares Pinto Corrêa Júnior, depois autor dos *Farpões*.

Redigido por José Soares Pinto Corrêa Júnior, depois autor dos *Farpões*.

Redigido por José Soares Pinto Corrêa Júnior, depois autor dos *Farpões*.

Redigido por José Soares Pinto Corrêa Júnior, depois autor dos *Farpões*.

Redigido por José Soares Pinto Corrêa Júnior, depois autor dos *Farpões*.

Redigido por José Soares Pinto Corrêa Júnior, depois autor dos *Farpões*.

Redigido por José Soares Pinto Corrêa Júnior, depois autor dos *Farpões*.

Redigido por José Soares Pinto Corrêa Júnior, depois autor dos *Farpões*.

Redigido por José Soares Pinto Corrêa Júnior, depois autor dos *Farpões*.

Redigido por José Soares Pinto Corrêa Júnior, depois autor dos *Farpões*.

Primeiro número do jornal *A Crise*, dirigido por José Soares Pinto Corrêa Júnior, depois autor dos *Farpões*. *A Crise* circulou no Recife em 1864, sendo considerado, no gênero de jornal de crítica política e social, ilustrado, o primeiro na história do periodismo em Pernambuco.



Crítica política publicada no jornal *A Crise*, no Recife, em 1864, contra a Câmara Municipal da cidade. "Que excelente vacca toureina! Vamos nos aproveitar, antes que venha o homem que mette o nariz em tudo, porque só elle é capaz de engolir esta vacca d'uma vez". Erai estas as primeiras críticas ilustradas da imprensa do Recife.



# OS FARPÕES

## OS BANDARILHEIROS DE PORTUGAL.

RESPOSTA CABAL

AOS SRs. MANUEL ORTIGÃO E ISA DE OLIVEIRA,

AUTORES DAS FARPAS OU FANFARRINAS

DA PREDICACÃO DE S. M. O IMPERADOR DO BRAZIL

PELO REINO DE PORTUGAL.

JOSÉ SOARES PINTO CORREIA

TIPOGRAPHIA COMMERCIAL DE HERALDO II. DE MIRA

Rua do Recife n. 12

1872

Frontispício do livro *Os Farpões ou os Bandarilheiros de Portugal*, de José Soares Pinto Correia, editado no Recife em 1872. Edição raríssima, de propriedade do autor.



Primeira página do jornal humorístico *A América Ilustrada*, que circulou no Recife, entre 1871 e 1875. A caricatura representa “o rio jornalístico” — profusão de jornais existentes no Recife da época, (1872).

Não tembe riribus mada mada riribus

Val delcioso fio, rijo, tope n'elles



### OS FARPOES

As farpas, ou chronica mensal da politica, das letras e dos costumes, litteratura do marmeleiros ceada por lica de Queiroz o Ramalho Ortigão, os portuguezes vulcanicos. — A carta do danado portuguez Honorio Pinto Carreira, linguagem torpe e escandalosa.

Franchia pollo-lhes que não se admirem se os trato com mais politica do que os senhores me trataram. Os senhores são homens que gostam da plena liberdade, não é? Tem razão.

Outro número dos *Farpões*, como réplica ao artigo de Ramalho Ortigão. Este número dos *Farpões* contém igualmente a resposta de José Soares à carta de Honório Carreira, o "danado português, de linguagem torpe e ridícula". Edição raríssima, de propriedade do autor.



Outra crítica do jornal *A Crise*, de 1864, desta vez contra a polícia do Recife. Enquanto as chamas destruíam uma “loja de trastes da rua das Cruzes”, os policiais espancavam um homem do povo...

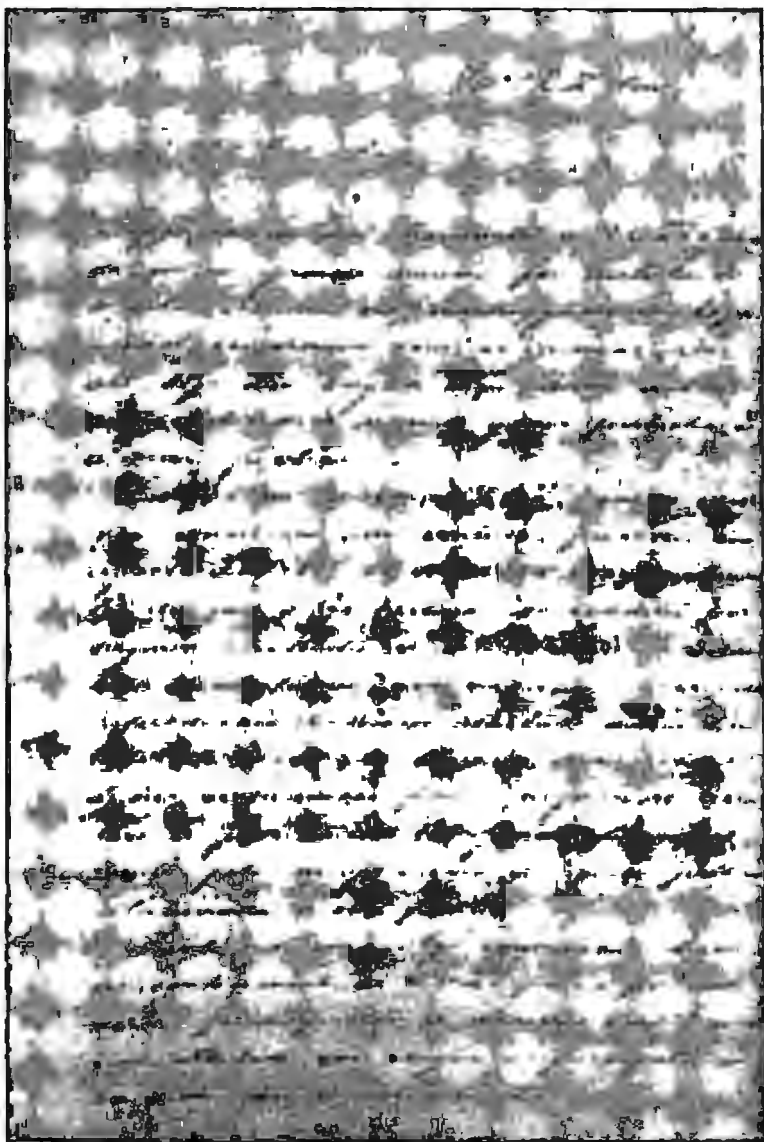
*A Crise* foi dirigida por José Soares Pinto Correia, o pernambucano que escreveria, em 1872, dois livros contra *As Farpas*, chamando Eça e Ramalho de “pernósticos e hermafroditas”.



Gabinete Português de Leitura, na Rua do Imperador, nos fins do século XIX. (Gravura reproduzida do livro *O Centenário de Camões em Pernambuco. Festas Promovidas pela Diretoria do Gabinete Português de Leitura, Porto, Imprensa Portuguesa, 1880*, da biblioteca do autor).



Pontes do Recife sobre o Capibaribe. (Gravura de J. H. Cals, 1878, Arquivo da Divisão de Documentação, do Departamento de Documentação e Cultura, da Prefeitura Municipal).



Ofício do Promotor Público da Comarca de Goiana, Dr. Sebastião Cordeiro Coelho Cintra, datado de 3 de agosto de 1874, reportando-se aos termos dos boletins clandestinos distribuídos contra os portugueses, inclusive Eça de Queiroz. O ofício era dirigido ao comendador Henrique Pereira de Lucena, presidente da Província.

Ex.<sup>mo</sup> sr presidente da provincia  
de Pernambuco — Brazil

Ex.<sup>mo</sup> sr.

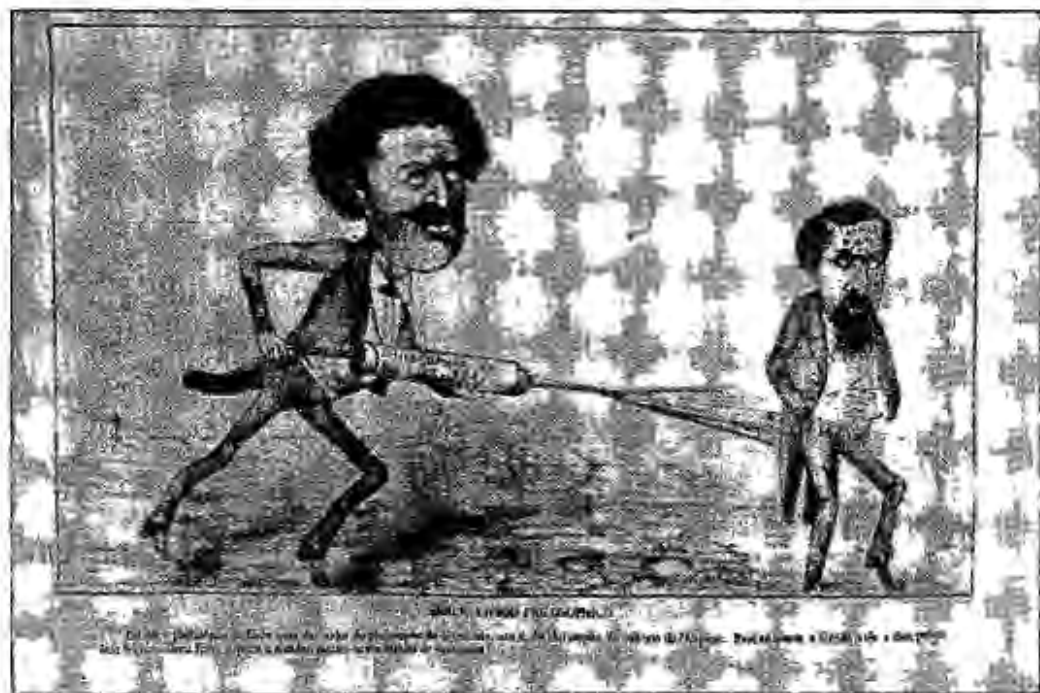
Temos diante de nós um jornal de Lisboa — o *Diario de Noticias* que refere estranhos acontecimentos passados n'essa provincia: diz-se — que em Pernambuco, sobre tudo na cidade de Goyanna as discussões travadas em torno do volume das *Farpas*, relativo ao imperio e ao imperador, tem causado conflitos irritados, mortes, e que os portuguezes estão ameaçados na sua segurança.

Estas noticias atravessaram o mar, e o mar exm.<sup>o</sup> sr. faz ás noticias deveis o que faz aos vinhos fracos — tolda-os e azeda-os.

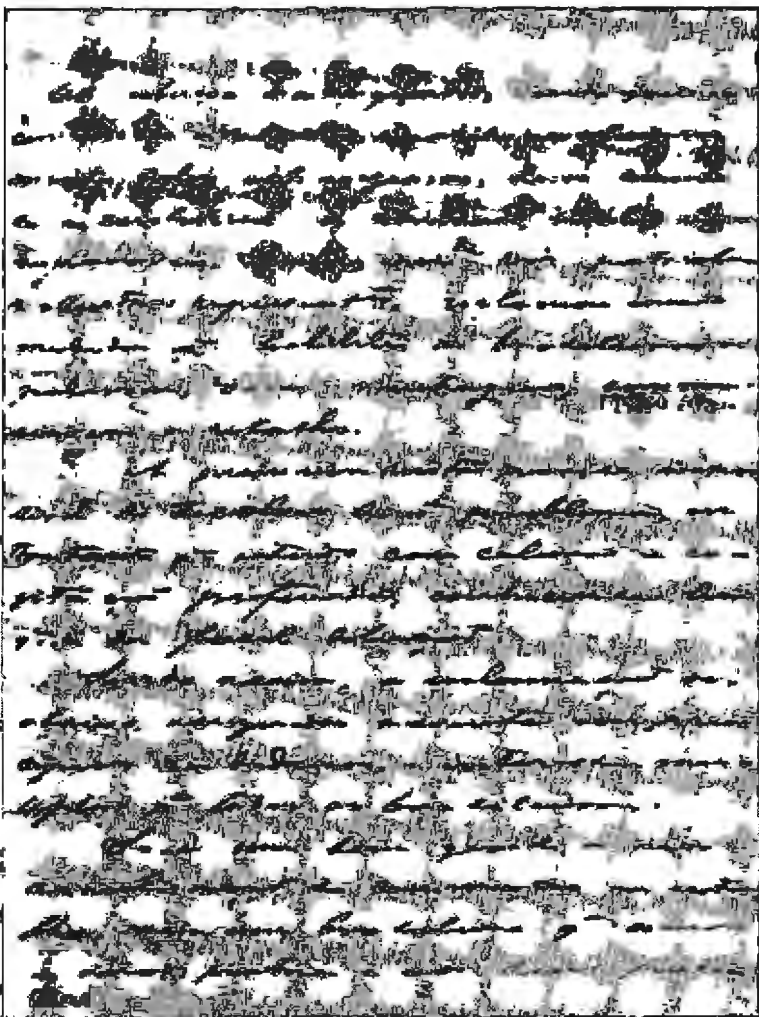
O que ahí seria simplesmente *questão* chegados aqui, sob as influencias salinas, avinagrado em morte. Queremos, no entanto, acreditar que a colonia portugueza é ahí repellida, aviltada, deteriorada, esfaqueada em detalhe e está sob o terror de umas *Vesperas pernambucanas*. Ora

Reprodução da "carta-aberta" dirigida por Eça de Queiroz ao presidente da Província de Pernambuco sobre os acontecimentos do Recife e Goiana. Quando da reunião de suas crônicas das *Farpas*, nos dois volumes de *Uma Campanha Alegre*, Eça deixou de incluir, intencionalmente, esta "carta-aberta".





Caricatura da *América Ilustrada*, na época do incidente das *Farpas* e da "Questão Religiosa". Tobias Barreto aplica em José Soriano de Sousa, principal defensor de Dom Vital, um clister de "filosofia da boa razão" . .



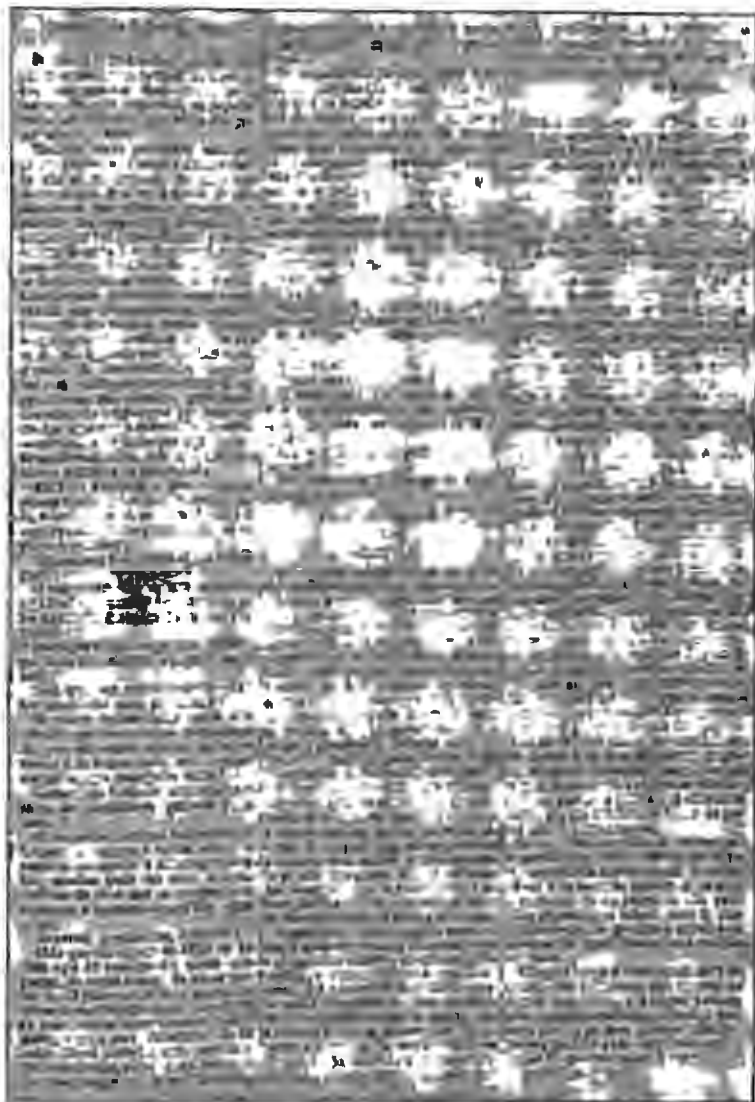
Petição, em forma de abaixo-assinado, dirigida, em setembro de 1873, à Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco pelos jornalistas Romualdo Alves de Oliveira e João Cândio Gomes da Silva, diretores do jornal *O Comércio a Retalho*, pedindo a elaboração de uma lei em favor da nacionalização do comércio. Nesse documento há valiosas informações sobre o número de estrangeiros no comércio de Pernambuco, calculando-se em mais de quatro mil as casas de negócio, no Recife, em mãos de portugueses.



Flagrante da Rua do Imperador, na década de 70. Aí se achavam localizadas inúmeras oficinas gráficas e redações de jornais recifenses. (Gravura do *Album de Pernambuco*, de F. H. Carls. Arquivo da Divisão de Documentação, do Departamento de Documentação e Cultura, da Prefeitura Municipal).



Crítica do Diabo a Quatro, de página inteira, ao governo, ao clero e às péssimas condições sanitárias do Recife na década de 70 do século XIX. "Sob o influxo desta santa trindade, onde iremos nós parar, desgraçados!"



Cópia fotográfica de um boletim subversivo contra os portugueses de Goiana, apreendido pela polícia e enviado, por officio, ao presidente da Província de Pernambuco, em 1874. Os nacionalistas referem-se, nesse bbletím, aos "desaforados escritos de Eça de Queiroz".



Caricatura publicada na *América Ilustrada*, em 1872, sobre os acontecimentos de Goiana, entre *patriotas* e lusitanos, ao tempo da discussão provocada pelas *Farpas*. A figura da mulher, de *ventinhos* e turíbulo à mão, incensando um português de tamanca e em mangas de camisa, representa *A União*, jornal católico, que se colocou ao lado dos portugueses. Diz o texto: “Incenso e mais incenso! Eis o que diz a *União* com referência aos negócios de Goiana: Tão pouco se poderá esquecer a atitude franca e enérgica com que o *Diário* há sempre tomado em favor dos nossos irmãos portugueses, quando accommettidos por condenáveis excessos de um mal entendido espírito de nacionalidade. E se hoje cobiçosos agitadores exploram o commercio portuguez contra tão importante órgão da nossa imprensa, e a favor de uma sociedade detestável e condemnada pela igreja, descancemos que tão interesseiros esforços não produzirão effeitos, porquanto a colonia portugueza de Pernambuco tem bastantes sentimentos de gratidão e dignidade para repelir tão grosseira astúcia”. Carneiro Vilela (C. V.) assinava a caricatura.

# DUAS PALAVRAS

AOS LEITORES

EM

# FARPAS

EM

DEZEMBRO DE 1872

POB

UM BRAZILEIRO

LISBOA

TYPOGRAPHIA AZEVEDO & FILHO

Rua do Norte, 145.

1872

Frontispício do livro *Duas Palavras aos leitores das Farpas de dezembro de 1872*, escrito por "Um Brasileiro" residente na Ilha da Madeira. Edição raríssima, de propriedade do autor.



sultardes! Nunca vos agredirá gratuitamente, é verdade, mas não consentirá também, que vós o desrespeteis, nem tão pouco ao povo verdadeiramente brasileiro.



IMPRESSO NA TIPOGRAPHIA CENTRAL - 1872.

Última página do livro *Os Farpões ou os Bandarilheiros de Portugal*, com o desenho de um português carregando às costas um pesado fardo.



Manuel Tavares Barreto de Melo, prestigiosa figura da política liberal de Goiana, um dos cabeças do "mata-mata-marinheiro" havido em Pernambuco por causa das *Farpas* e de Eça de Queiroz.



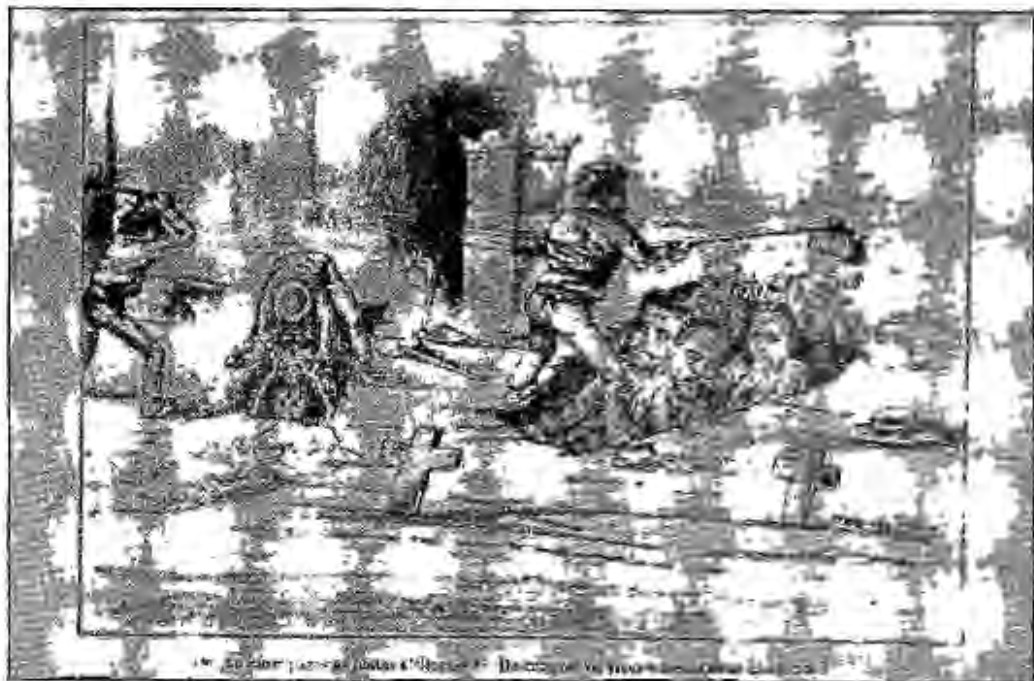
Romualdo de Oliveira, agitador republicano, nascido em Goiana. Foi jornalista e advogado, sendo pai de Josefa Agueda Felisbela de Oliveira, que motivou os famosos discursos de Tobias Barreto, na Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco, em tórno dos direitos da mulher. Nasceu Romualdo a 9 de fevereiro de 1825, falecendo, no Rio, a 13 de janeiro de 1895, depois de ter exercido a profissão de advogado em Minas Gerais, Romualdo foi um dos jornalistas pernambucanos que mais se irritaram com *As Farpas*.



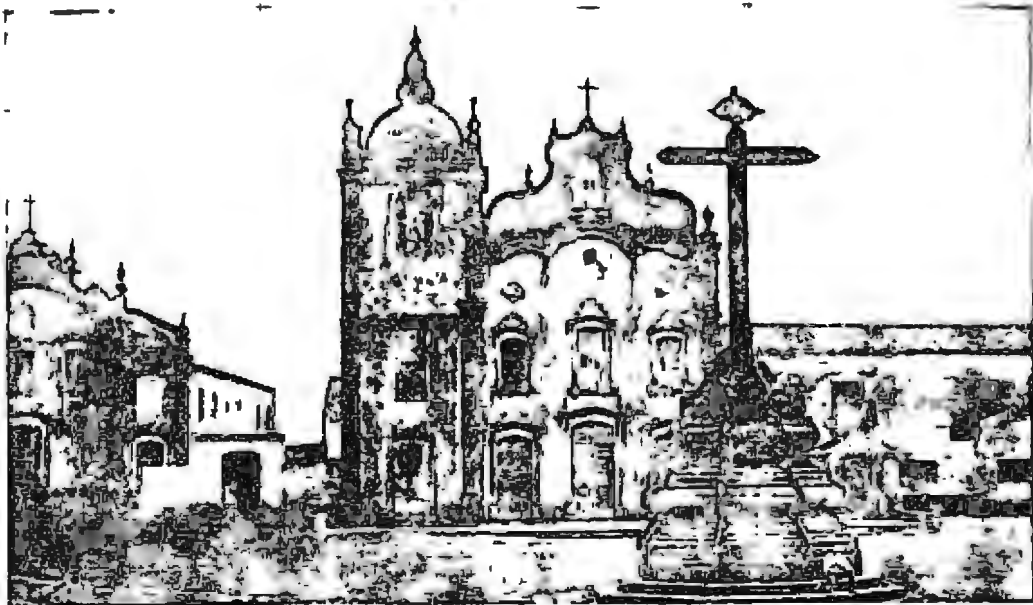
João Joaquim da Cunha Rêgo Barros, 3.º Barão de Goiana. Grande proprietário de terras, senhor-de-engenho e chefe político no município. Era sogro do Ministro do Império João Alfredo Correia de Oliveira.



Alegoria de primeira página da revista infernal *O Diabo a Quatro*, que circulou no Recife de 1875 a 1879. Trata-se de uma homenagem ao poeta Guerra Junqueiro, "autor do notável poema — *A morte de d. João*". A homenagem do *Diabo a Quatro* dá uma idéia do grande intercâmbio cultural e literário existente naquela época entre Portugal e Pernambuco.



Crítica política do *Diabo a Quatro*, jornal recifense da década de 70. "De que são capazes as juntas eleitorais? De enterrar os vivos e desenterrar os mortos!"

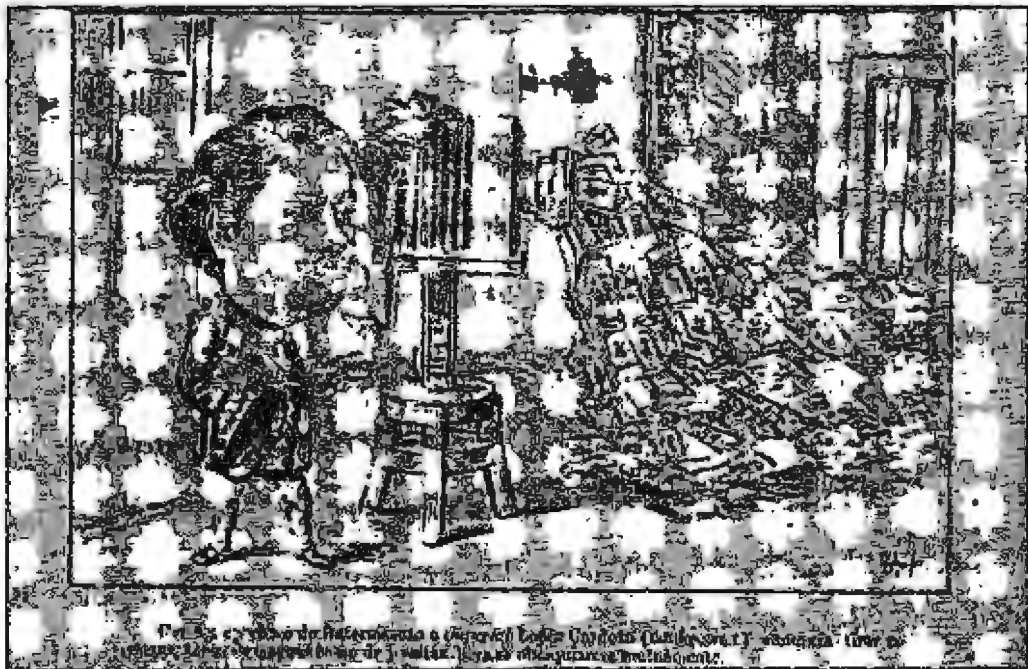


Pátio do Carmo, em Goiana, onde se realizaram manifestações contra os portugueses e contra D. Vital. Vêem-se a Igreja da Ordem Terceira e o Convento do Carmo, fundados, respectivamente, em 1666 e 1741. No primeiro plano, o enorme e monumental cruzeiro do Carmo, todo em pedra. Fotografia de Stahl & Cia., datada de 1858. (Coleção de Américo Jacobina Lacombe, cedida por intermédio do Departamento de Documentação e Cultura).



Caricatura de primeira página da revista *O Diabo a Quatro*, onde aparece Lopes Cardoso, o "fotógrafo, tenor e português" que, no Recife, esteve envolvido no incidente com o sobrinho do escritor luso António Feliciano de Castilho.





Outra caricatura do português Lopes Cardoso, colaborador da revista recifense *O Diabo a Quatro*. “Como a época é de fraternização o imperial Lopes Cardoso (conhecem?) anuncia tirar retractos, tanto de maçons como de jesuítas, para se obsequiarem mutuamente”.



José Henrique César de Albuquerque, goianense, um dos *patriotas* que pegaram em armas contra os portugueses por causa de Eça de Queiroz. César, que depois veio a ser usineiro em Goiana, era comerciante em 1872, tendo sido designado pelos nacionalistas para namorar a escrevente do Cartório do Júri, com o objetivo de roubar o processo instaurado contra os *patriotas*.